



Para onde vão
nossas cidades?

17 a 22 de outubro de 2011

anais da
7 semana de
geografia
da unicamp



Centro Acadêmico de Geografia e Ciências da Terra
Comissão Organizadora da VII Semana de Geografia da Unicamp

Para onde vão nossas cidades? 17 a 22 de outubro de 2011

ANAIS DA VII SEMANA DE GEOGRAFIA DA UNICAMP

Campinas
Instituto de Geociências - Unicamp
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UNICAMP

Se51a Semana de Geografia da Unicamp (7 : 2011 : Campinas, São Paulo)
Anais da VII Semana de Geografia da UNICAMP, Campinas, 17 a 22 de outubro 2011 : Para onde vão nossas cidades? /Centro Acadêmico de Geografia e Ciências da Terra. – Campinas, SP: Centro Acadêmico de Geografia e Ciências da Terra/IG/Unicamp, 2012.
197 p.

1. Geografia. I. Centro Acadêmico de Geografia e Ciências da Terra.
II. Título.

ISBN: e-book

CDD 910

Índice para catálogo sistemático:

1- Geografia

910



Os Anais da VII Semana de Geografia da Unicamp foram licenciados com uma Licença [Creative Commons - Atribuição - NãoComercial - SemDerivados 3.0 Brasil](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor Fernando Ferreira Costa

Coordenador Geral da Universidade Edgar Salvadori de Decca

Pró-Reitor de Graduação Marcelo Knobel

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

Diretora Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa

Diretor-Associado André Tosi Furtado

Coordenadora de Graduação Adriana Maria Bernardes da Silva

CENTRO ACADÊMICO DE GEOGRAFIA E CIÊNCIAS DA TERRA

Gestão "Acorda, CACT!" (2010-2011) Diego Luciano do Nascimento, Diogo Ronchi Negrão, Frederico Zilioti Amorim, Gustavo Henrique Beraldino Teramatsu, João Paulo Marçola, Maico Diego Machado, Valderson Salomão da Silva

COMISSÃO ORGANIZADORA DA VII SEMANA DE GEOGRAFIA

André Lopes de Souza, Bianca Gomes de Queiroz, Diego Luciano do Nascimento, Diogo Ronchi Negrão, Felipe Barbosa Gomes, Fernando Zanardo, Gustavo Henrique Beraldino Teramatsu, João Paulo Marçola, Luciano Pereira Duarte da Silva, Maico Diego Machado, Melissa Maria Veloso Steda, Thais Moreno de Barros, Valderson Salomão da Silva, Wagner Wendt Nabarro.

Diagramação Gustavo Henrique Beraldino Teramatsu **Revisão** Gustavo Henrique Beraldino Teramatsu e Melissa Maria Veloso Steda **Desenho da capa** José David Lima da Silva e Heder Lima **Agradecimentos** Cristina Aparecida de Moraes, Élcio Soares Marinho, Cássia Raquel da Silva e funcionárias da Secretaria de Graduação do Instituto de Geociências, Josué Duarte de Moura (Diretoria de Logística e Infraestrutura de Ensino), Secretaria de Eventos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-Unicamp), corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do IG-Unicamp e corpo docente do Departamento de Geografia do IG-Unicamp e todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta Semana de Geografia.

Os textos são de responsabilidade de seus autores.

Espaços de diálogo geográfico

Eixo 1 -- Circuitos produtivos e usos do território

REFLEXÕES ACERCA DOS EIXOS DE DESENVOLVIMENTO E O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL | Fernando Campos Mesquita51

A CONSOLIDAÇÃO DA NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA BRASILEIRA SEGUNDO A APROPRIAÇÃO E REPRODUÇÃO PELO CAPITAL: REGIÃO DO BAMAPITO (BAHIA, MARANHÃO, PIAUÍ E TOCANTINS)| Bianca Gomes de Queiroz e Mariana Traldi55

NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS: A INSERÇÃO DO CIRCUITO ESPACIAL DA PRODUÇÃO PETROLÍFERA NO RIO GRANDE DO NORTE | Sandra Priscila Alves60

A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA DO TERRITÓRIO E O CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DO MELÃO: UM ESTUDO DO USO DO TERRITÓRIO NORTE-RIOGRANDENSE PELA FRUTICULTURA IRRIGADA | Alexandre Alves de Andrade64

A AGÊNCIA DE NOTÍCIAS FRANCE-PRESSE NO TERRITÓRIO BRASILEIRO | Wagner Wendt Nabarro68

NOTÍCIAS, INFORMAÇÃO E TERRITÓRIO: AS AGÊNCIAS TRANSNACIONAIS DE NOTÍCIAS E OS CÍRCULOS DE INFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO BRASILEIRO | André Buonani Pasti73

HIP-HOP E REGIÃO: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE GEOGRÁFICA | Renan Lélis Gomes77

Eixo 2 -- Políticas e planejamento territorial

A REDE DE INFORMAÇÃO DA EMPRESA KPMG INTERNATIONAL NO BRASIL | Sueli Almeida dos Santos.....80

O PLANEJAMENTO TERRITORIAL E OS USOS DAS INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS SOBRE O TERRITÓRIO: O CASO DA EMPRESA DE CONSULTORIA PRICEWATERHOUSOCOOPERS | Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira84

USO DO TERRITÓRIO E INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES TERRESTRES NA REGIÃO CENTRO-OESTE: UM ESTUDO DOS RECURSOS LIBERADOS PELO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES | Fabrício Gallo.....89

VULNERABILIDADE SOCIAL E OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE: UM ESTUDO DE CASO DE LIMEIRA(SP) | Carolina Magosso92

Sumário

Apresentação

Para onde vão nossas cidades?..... 5

Resumo das atividades..... 6

Minicursos

PEDOLOGIA APLICADA AO PLANEJAMENTO AMBIENTAL | André Luiz de Souza Celarino, Fernanda Aparecida Leonardi e Roberta Marquezi Bueno 9

PROBLEMÁTICA DAS INUNDAÇÕES E SUA RELAÇÃO COM A SITUAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE: VISÃO DO PODER PÚBLICO E USO DE GEOPROCESSAMENTO| Marina Sória Castellano, Marcelo Fernando Fonseca e Ângela Cruz Guirao 11

PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NA AMÉRICA LATINA EM SUAS DIVERSAS ESCALAS GEOGRÁFICAS| Rolando Eli Quispe Cabanillas, Mariana Ferreira Cisotto, Fabiano de Araújo Moreira e John Dario Zapata Ochoa 15

USOS CORPORATIVOS E USOS ALTERNATIVOS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO | Ana Paula Mestre, Silvana Cristina da Silva, Luis Henrique Leandro Ribeiro e Fabrício Gallo.....33

PLANO DIRETOR: UMA EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA | Rinaldo Gomes Pinho e Vicente Eudes Lemos Alves..... 38

APRESENTAÇÃO DA BASE DE DADOS RAIS/CAGED E SEU USO PARA A PESQUISA EM GEOGRAFIA | Rodolfo Finatti 47

O PAEG – PLANO DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO – (1964-1967) E AS REFORMAS INSTITUCIONAIS: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO FEDERAL | Érika Regina da Silva 96

Eixo 3 -- Meio ambiente e urbanização

CONTAMINAÇÃO DE METAIS PESADOS EM SOLOS URBANOS DE VÁRZEA DA BACIA DO RIO QUILOMBO | Débora de Assumpção e Lima 100

FLUTUAÇÕES AMBIENTAIS E IMPLICAÇÕES EM QUADROS URBANOS: FACHADA ATLÂNTICA DO VALE DO RIBEIRA | Pedro Michelutti Cheliz 105

RELAÇÕES ENTRE A URBANIZAÇÃO E AS ÁREAS VERDES NA GRANDE SANTIAGO, CAPITAL ECONÔMICA E ADMINISTRATIVA DO CHILE, PARA O PERÍODO 1990 A 2010 | Maico Diego Machado 109

AS ÁREAS VERDES URBANAS COMO ESPAÇO PÚBLICO | Mariana Ferreira Cisotto 113

MAPEAMENTO DA EVOLUÇÃO DE ÁREAS VERDES NA CIDADE AUTÔNOMA DE BUENOS AIRES – ARGENTINA | Camila Neubert Fávero 117

A GEOLOGIA DE SALTO (SP) E SUA RELAÇÃO À EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO | Marcus Vinicius Zecchini e José Tadeu Garcia Tommaselli 120

Eixo 4 -- Método e história do pensamento geográfico

O PAPEL DA EXPERIÊNCIA NA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA DA GEOGRAFIA HUMANISTA | Carolina Leardine Zechinatto 124

O HOMEM E A TERRA: ERIC DARDEL E SUA CONTRIBUIÇÃO A GEOGRAFIA HUMANISTA FENOMENOLÓGICA | Gedalva de Souza e Letícia Cassanelli Braga 129

PAUL VIDAL DE LA BLACHE E O MÉTODO REGIONAL: DA VISÃO DE MUNDO POSITIVISTA ÀS MONOGRAFIAS URBANAS | Deyse Cristina Brito Fabrício 133

PARA ONDE VÃO NOSSAS CIDADES?: PEQUENA INTRODUÇÃO À GEOGRAFIA DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA | Rodrigo Fernandes Silva 137

SEGREGAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: DISCORRENDO UM POUCO SOBRE A TEMÁTICA | Ivan Oliveira Lima 141

CIDADES MÉDIAS E CIDADES PORTE-MÉDIO: INDICATIVOS PARA A DELIMITAÇÃO DE UM CONCEITO A PARTIR DE ANÁLISES COMPARATIVA DE SITUAÇÕES GEOGRÁFICAS E DINÂMICAS POPULACIONAIS | Júlio César Zandonadi 146

UM ENSAIO DO MÉTODO DE ESTUDO: COERÊNCIA FUNCIONAL E AS RELAÇÕES INTRA-METROPOLITANAS DE NATAL/RN | Diego Tenório da Paz e Aldo Aloísio Dantas da Silva 151

Eixo 5 -- Espaço urbano e dinâmicas urbanas

REFUNCIONALIZAÇÃO E TERRITORIALIDADE: O QUARTEIRÃO DA ANTIGA RODOVIÁRIA DE SÃO PAULO, SP | José David Lima da Silva 155

ENCLAVES FORTIFICADOS: ESTUDO DE CASO DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS NO DISTRITO DE SOUSAS, CAMPINAS (SP) | Caroline Lucon Rocha e Tobias Martins de Oliveira 159

EVOLUÇÃO DA ÁREA URBANIZADA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS (2000-2010) | Wellington Gomes dos Santos 163

O RECENTE PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE CAMPINAS: O PROJETO SOCIAL “VIP VIRACOPOS” (2006-2010) IMPLEMENTADO NA REGIÃO DO JD. CAMPO BELO | Helena Rizzatti Fonseca 167

CONSTRUÇÃO DAS IMAGENS DA CIDADE: LEGIBILIDADE E IMAGINABILIDADE DA PAISAGEM DE CAMPINAS (SP) | Luiz Tiago de Paula 171

A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM URBANA DO CENTRO DA CIDADE DE LEME/SP NO CONTEXTO DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO SETOR COMERCIAL DO INTERIOR PAULISTA | Samuel Penteado Urban 175

PAISAGENS MÓVEIS E EXPERIÊNCIA URBANA: FORMA DA CIDADE E MOBILIDADE NO ESPAÇO METROPOLITANO | Gabrielle Mesquita Alves Rosas 180

DECIFRANDO O RECENTE PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE BELO HORIZONTE | Ramon Coelho da Cruz 184

CENTRO DE CIDADE E CULTURA: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO ATRAVÉS DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS | Francis Pedroso 192

ANEXO 197

Para onde vão nossas cidades?

Dados oficiais do Censo 2010 (IBGE) indicam que 84,4% da população brasileira, ao fim da primeira década do século XXI, é urbana — realidade que é base para o planejamento territorial no Brasil.

Contudo, as cidades não se distribuem uniformemente pelo território e este “urbano” congrega realidades diversas. As metrópoles brasileiras concentram a produção e os fluxos de ordens e informações, irradiando-os para as demais porções do território de forma seletiva. As grandes cidades são, desta forma, centros de poder e da economia que presidem a reprodução do capital — portanto, lugares que perpetuam um modelo de urbanização no qual se cristalizam as disputas espaciais, a competitividade produtiva e as diferenças sociais já escancaradas nas maiores cidades. Se tal lógica, por um lado, orienta também o desenvolvimento das médias cidades, por outro, priva grande parte dos brasileiros de melhores condições de vida.

Qual é o futuro desta urbanização desigual e contraditória? Quais são as alternativas a ela? A **Semana de Geografia da Unicamp de 2011** buscou refletir sobre esta questão em algumas de suas múltiplas dimensões. Acenando para novos caminhos, procurou-se pensar como pode agir a Geografia, na interface com outras áreas do conhecimento, na construção de uma cidade hoje utópica. Sem dúvida, um desafio cuja solução o trabalho dos profissionais geógrafos, dos pesquisadores e dos professores de Geografia certamente tem muito a contribuir.

Gustavo Teramatsu
Comissão Organizadora

Resumo das atividades*

*Os dados se referem às listas de presença

Em 2011, os alunos de Geografia da Unicamp promoveram mais uma vez a Semana de Geografia, que chegou à sua sétima edição com recorde de público. Com o apoio financeiro e institucional da Diretoria do Instituto de Geociências (IG), foi possível fazer um evento totalmente gratuito para os participantes. Quanto à infra-estrutura, o evento teve apoio da Diretoria de Logística e Infraestrutura de Ensino (DLIE), da Secretaria de Eventos do IFCH e da Secretaria de Graduação do IG para a realização das atividades.

208 participantes assinaram as listas de presença. 111 receberam certificado – em 2010, na VI Semana de Geografia, foram emitidos 60 certificados. A mediana é de 4 atividades (conferências e mesas-redondas) por inscrito, ou seja, metade das oito previstas. A lista de atividades por número de público está abaixo:

| | |
|---|-----|
| Conferência “A cidade como expressão e centralidade do mundo contemporâneo” | 131 |
| Conferência “Utopias urbanas e conflitos sociais: a <i>polis</i> ameaçada” | 119 |
| Mesa-redonda “Urbanização no <i>front</i> agrícola e as cidades do agronegócio” | 119 |
| Mesa-redonda “Fluidez, acessibilidade e mobilidade urbana” | 103 |
| Mesa-redonda “Ensino de Geografia e novos olhares para a cidade” | 83 |
| Mesa-redonda “Urbanização, planejamento urbano e as metrópoles brasileiras” | 82 |
| Mesa-redonda “Desafios à participação popular na construção da nova cidade” | 55 |
| Mesa-redonda “Redução de riscos e prevenção a desastres ambientais” | 51 |

Os interessados podiam fazer inscrições em até três minicursos*, garantindo a participação em atividades nas manhãs de terça, quarta e quinta. Caso houvesse limite de vagas, a ordem de escolha seria feita primeiramente pelo minicurso escolhido – 1ª opção tinha preferência – e, depois, pela data e horário da inscrição. Em resumo, a participação nos minicursos foi a seguinte:

| | 1ª Opção | 2ª Opção | 3ª Opção | Válidas* | Presentes | Comparecimento (%) |
|---|------------|-----------|-----------|----------|-----------|--------------------|
| Pedologia aplicada ao planejamento ambiental | 21 | 6 | 4 | 26 | 14 | 54 |
| Inundações e sua relação com APPs: visão do poder público e uso do geoprocessamento** | 19 | 17 | 11 | 27 | 14 | 52 |
| Usos corporativos e alternativos do território brasileiro | 28 | 24 | 10 | 50 | 31 | 60 |
| Problemática ambiental na América Latina em suas diversas escalas espaciais | 15 | 19 | 17 | 38 | 14 | 37 |
| Base de dados RAIS/CAGED: aplicações para estudos na Geografia | 12 | 10 | 5 | 24 | 15 | 63 |
| Plano diretor: uma experiência de construção participativa | 23 | 17 | 17 | 49 | 23 | 47 |
| Inscritos | 118 | 93 | 64 | | | |

*Algumas inscrições em 2ª e 3ª opção foram desconsideradas por haver conflito de horário

** Apesar de haver 41 inscrições válidas, apenas 27 foram consideradas, dado o limite de computadores no Lageo

Espaços de diálogo geográfico (EDGs)

As apresentações foram realizadas na tarde da quinta-feira, 20 de outubro, no prédio da Engenharia Básica, nas salas EB06 (Eixo 1), EB07 (Eixo 2), MD02 (Eixo 3), EB13 (Eixo 4) e EB03 (Eixos 5), a partir das 14h.

Atividades extras

Espaço de discussão *Rap e região: aspectos do território usado no Brasil*

Quinta-feira, 20/10, às 16h, no CACT. Com Renan Lelis Gomes e Fabricio Gallo

Com presença de 15 alunos, foram discutidas as diferenças regionais do rap brasileiro. Com exibição do videoclipe “Norte Nordeste Me Veste”, do rapper RAPadura, gravado em Canudos e Salvador (BA), que integra o

documentário “Cada rap um canto, cada canto um rap”, ainda em fase de produção, produto da dissertação de mestrado de Renan.

Trabalho de campo

Sábado, 22/10, às 9h, no Centro de Campinas. Com Rodrigo Fernandes Silva

Com 6 participantes. Saída às 9h da manhã da Unicamp. Em seis pontos do Centro de Campinas (Praça XV de Novembro, Gasômetro, Beco do Inferno/Largo das Andorinhas, Praça Bento Quirino, Largo do Rosário e Praça da Catedral Metropolitana), foi possível discutir aspectos da formação do município contemplando História, Economia e Política, à luz da Geografia, desde a Colônia até a República.

MINICURSOS

PEDOLOGIA APLICADA AO PLANEJAMENTO AMBIENTAL

André Luiz de Souza Celarino – possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (2008), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (2011). Atualmente é doutorando do IG/Unicamp e bolsista Fapesp. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em pedologia e geomorfologia. Orientador: Prof. Dr. Francisco Sérgio Bernardes Ladeira
E-mail: andre.celarino@ige.unicamp.br

Fernanda Aparecida Leonardi – possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (2007). Atualmente é doutoranda do IG/Unicamp e bolsista Fapesp. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em geografia física, pedologia e geomorfologia. Orientador: Prof. Dr. Francisco Sérgio Bernardes Ladeira
E-mail: fernandal@ige.unicamp.br

Roberta Marquezi Bueno – possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (2008). Atualmente é mestranda do IG/Unicamp e bolsista Fapesp. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Geografia Física e Pedologia. Orientador: Prof. Dr. Francisco Sérgio Bernardes Ladeira
E-mail: robertambueno@hotmail.com

Resumo: Este minicurso parte do pressuposto que planejar é a tentativa de prever cenários futuros com o intuito de auxiliar decisões no presente, repetindo as ações que deram certo e evitando os erros do passado. Primeiramente, serão tratadas as fases do planejamento e a interação entre os fatores do meio físico. Posteriormente, serão abordadas as características limitantes ou facilitadoras do solo que devem ser levadas em conta, dependendo da finalidade do estudo. Também serão apresentados problemas com determinados elementos contaminantes no solo, assim como possíveis estratégias de

apresentação destes tipos de dados em SIG, que são subsídio para relatórios ambientais e/ou pesquisa acadêmica.

Objetivos: O objeto principal é compreender como a geografia, sob o enfoque do estudo dos solos, pode auxiliar no planejamento ambiental.

Justificativa: Atualmente, a crescente especulação imobiliária nos centros urbanos e o aumento da produção industrial, motivados pelo momento econômico do país, vêm sendo objeto de preocupação devido a possíveis alterações antrópicas e poluentes que o ambiente pode receber. Neste sentido, o planejamento e a compreensão dos processos por parte da Geografia é uma necessidade flagrante, tanto no que toca à lógica do setor privado quanto do Estado.

Itens abordados e conteúdo

- **Conceito de Planejamento Ambiental.** Neste item serão abordados os principais conceitos de Planejamento e Planejamento Ambiental, incluindo desde os autores clássicos como os mais atuais, dentre eles podemos destacar Carvalho (1979), Maria de Assunção Ribeiro Franco (2000), Rosely Ferreira dos Santos (2004), Floriano (2004) entre outros.
- **Etapas do planejamento.** Serão conhecidas e discutidas as principais etapas do Planejamento, tais como: Conhecimento da Realidade, Decisão, Ação e Crítica segundo Carvalho (1979).
- **A interação existente entre os elementos da natureza e a importância do diagnóstico ambiental**

- na elaboração de projetos. Neste item será dado enfoque a bacia hidrográfica como uma unidade ideal de planejamento de uso das terras e será mostrada a interação existente entre os elementos da natureza, enfatizando a importância da elaboração de diagnóstico ambiental na elaboração de projetos.
- **Caráteres distintivos do solo.** Organização dos componentes do solo que podem limitar ou auxiliar na implantação de obras e no cultivo.
 - **Conceito de poluição dos solos.** Será abordado o comportamento de alguns dos principais agentes contaminantes do solo, dando ênfase àqueles inorgânicos.
 - **Parâmetros da Cetesb.** Quais são as concentrações adotadas pela legislação ambiental para orientação.
 - **Interpretação.** Metodologia de análise e problemas decorrentes da interpretação dos resultados.
 - **Alguns exemplos de estudo de caso.** Apresentação de trabalhos acerca do tema.
 - **Mapeamento e estratégias de apresentação dos dados em SIG.** Estratégias de amostragem e uso de ferramentas de SIG para apresentação dos dados.

Bibliografia

ALLOWAY, B.J. **Heavy metals in soils.** Glasgow: Blackie and Son, 1990.

AMARAL, Claudio; FEIJÓ, Rogério. Aspectos Ambientais dos Escorregamentos em Áreas Urbanas. In: VITTE, A.C.; GUERRA, A. J. T. (orgs.). **Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOTELHO, Rosângela Garrido M. Planejamento Ambiental em Microbacia Hidrográfica. In: GUERRA, A.T.; SILVA, A.S.; BOTELHO, R.G. (orgs.). **Erosão e conservação dos solos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BERTONI, J. & LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo.** Piracicaba: Livroceres, 1985.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Introdução a Teoria do Planejamento.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

CETESB. **Valores orientadores para solos e águas subterrâneas no estado de São Paulo.** Disponível em: <www.cetesb.sp.gov.br>.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** 2. ed. Brasília: Embrapa Produção de Informação; Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2005.

FLORIANO, Eduardo P. **Planejamento Ambiental.** Caderno Didático nº 6. Santa Rosa, 2004.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável.** São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

GUERRA, Antonio J. T. Erosão dos solos e a Questão Ambiental. In: VITTE, A.C.; GUERRA, A. J. T. **Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil** (orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MAFRA, Neusa M. C. Erosão e Planificação de Uso do Solo. In: GUERRA, A.T.; SILVA, A.S.; BOTELHO, R.G. (orgs.). **Erosão e conservação dos solos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

OLIVEIRA, João B. **Pedologia Aplicada.** 3. ed. Piracicaba: FEALQ, 2008.

ROSS, Jurandyr L. S. **Geomorfologia: Ambiente e Planejamento.** 8. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SANTOS, Rosely Ferreira dos. **Planejamento Ambiental: teoria e prática.** São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

THORNTON, L. (ed.). **Applied Environmental Geochemistry.** London: Academic Press, 1983.

PROBLEMÁTICA DAS INUNDAÇÕES E SUA RELAÇÃO COM A SITUAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE: VISÃO DO PODER PÚBLICO E USO DE GEOPROCESSAMENTO

Marina Sória Castellano – Geógrafa, bacharel (2007) e licenciada (2007), Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas, com dissertação intitulada “Inundações em Campinas (SP) entre 1958 e 2007: tendências sócio-espaciais e as ações do poder público” (2010). Atualmente é doutoranda do Departamento de Geografia na mesma Universidade. Orientadora: Profa. Dra. Lucí Hidalgo Nunes
E-mail: marina.castellano@ige.unicamp.br

Marcelo Fernando Fonseca – Geógrafo, Bacharel (2003), Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas, com dissertação intitulada “Geotecnologias aplicadas ao diagnóstico do uso da terra no entorno do Reservatório de Salto Grande, município de Americana (SP), como subsídio ao planejamento territorial” (2008). Já atuou profissionalmente no segmento de consultoria. Atualmente desenvolve pesquisa de doutorado pelo Departamento de Geografia - Unicamp, com apoio da Fapesp. Orientador: Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias
E-mail: marcelo.fonseca@ige.unicamp.br

Ângela Cruz Guirao – Bióloga, bacharel (2006) e licenciada (2006), Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas, com dissertação intitulada “Caracterização hídrica de duas bacias hidrográficas de floresta urbana” (2010). Atualmente é doutoranda do Departamento de Geografia na mesma Universidade e técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Campinas, na área de planejamento ambiental. Orientador: Prof. Dr. José Teixeira Filho
E-mail: angela.guirao@ige.unicamp.br

Resumo: Este mini-curso abordará a problemática das inundações e a relação deste evento natural com a situação das Áreas de Preservação Permanente (APP). Primeiramente, serão analisados os impactos das inundações devido ao

crecente número de moradias em APP, bem como a ausência de vegetação nestes espaços especialmente protegidos. Serão apresentadas, também, técnicas de mapeamento associadas ao geoprocessamento, que podem ser utilizadas como ferramentas de planejamento e auxiliarem na gestão pelo Poder Público. Neste sentido, será abordado o papel do Poder Público na proposição de diretrizes ambientais e habitacionais voltadas, principalmente, à remoção de famílias e consequente recuperação destas áreas, a fim de minimizar os problemas resultantes de inundações em áreas urbanas.

Temas das falas individuais

Inundações - Marina Sória Castellano

As inundações são eventos naturais, responsáveis por uma série de problemas em todo o mundo. Para alguns autores, esses eventos têm aumentado em escala global, juntamente com o crescimento dos seus impactos, fato que ocorreria em virtude do aumento da população habitando áreas de risco. Intimamente ligado ao tema, estão as Áreas de Preservação Permanente (APP), localizadas às margens de cursos d'água e que têm papel fundamental no controle das inundações, evitando o assoreamento de rios e a ocupação de áreas de risco. Assim, em estudos que abrangem os impactos relacionados às inundações, devem ser levados em consideração tanto questões climáticas quanto os aspectos sociais, como a ocupação da terra, urbanização, planejamento e dinâmica da sociedade atingida.

Planejamento ambiental - Ângela Cruz Guirao

O poder público municipal apresenta um papel importantíssimo no ordenamento territorial, sobretudo no que diz respeito às inundações. Como ferramentas do planejamento, o poder público conta, entre outros, com as leis de uso e ocupação do solo, Planos Diretores e seus complementos, como os Planos Locais de Gestão. Estes instrumentos devem controlar o uso e a ocupação nas áreas suscetíveis à inundação, bem como propor ações estratégicas que possam minimizar os impactos advindos de fenômenos ambientais.

Uso do Geoprocessamento - Marcelo Fernando Fonseca

Utilizadas cada vez mais pelas diversas instâncias de planejamento, as técnicas e metodologias associadas ao geoprocessamento assumem atualmente importante papel na análise geográfica. Através de exemplos, serão apresentadas algumas das técnicas de mapeamento e aplicações envolvendo as áreas de preservação permanente, além da análise espacial de episódios de alagamentos, cada vez mais frequentes no meio urbano. Finalizando, pretende-se debater como o poder público pode fazer uso eficaz deste instrumental para fins de planejamento territorial.

Introdução

Numa área urbanizada, as chuvas podem provocar uma série de problemas à sociedade. Associadas a esses impactos, estão as inundações, que devem ser entendidas e estudadas a partir dos aspectos sócio-econômicos da população atingida

(DEGG, 1992; LA RED, 1993; MATTEDI, 1999), assim como as características de planejamento e ocupação do solo.

Para Braga (2003), a legislação de uso e ocupação do solo deve controlar o uso e a ocupação de áreas suscetíveis à inundação. São justamente nesses locais que são delimitadas as Áreas de Preservação Permanente (APP), definidas pelo Código Florestal (Lei Federal nº 4.771/65) como áreas protegidas, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

No que tange à relação entre os fenômenos de inundação e as APP, sabe-se que a redução ou retirada da vegetação nessas áreas podem ter como consequências a ocupação irregular das várzeas, acarretando na “redução do espaço natural destinado ao escoamento de vazões de enchentes” (ANDRADE e ROMERO, 2005, p. 14). Outro ponto importante é que, com a vegetação das APPs, há uma menor chance de ocorrer erosão às margens dos cursos d’água, evitando, assim, a sedimentação acelerada e o assoreamento desses rios, fato que poderia diminuir a capacidade de vazão e aumentar as chances de inundação. Por estes motivos, destaca-se a importância de se respeitar os limites para ocupações às margens de cursos d’água.

Assim, torna-se extremamente necessária a intervenção por parte do poder público na questão do planejamento destas áreas de riscos. Nesta perspectiva, o geoprocessamento se destaca, sendo um ramo do conhecimento atualmente aplicado com muita intensidade nas investigações ambientais

(XAVIER DA SILVA, 2001). Diversos fenômenos tipicamente geográficos podem ser interpretados com mais precisão e compreendidos a partir da geração de modelagens advindas do uso desta técnica, o que pode auxiliar o poder público na gestão efetiva das inúmeras demandas socioambientais existentes em sua área de atuação.

Objetivo

O objetivo principal deste trabalho é analisar a situação das Áreas de Preservação Permanente no entorno de cursos d'água, no tocante à sua condição ou não de degradação, e verificar a relação deste fato com os eventos de inundação, utilizando como exemplo o caso da Macrozona 9, no município de Campinas (SP).

Material e métodos

Utilizaram-se dados de Castellano (2010), referentes ao levantamento de impactos relacionados a eventos extremos de chuva entre os anos de 1980 e 2007 na cidade de Campinas. Estes dados foram adquiridos junto à Defesa Civil do município, assim como em jornais locais e de relevância nacional.

Foram considerados apenas dois tipos de impactos: alagamentos de imóveis e vias, por serem mais diretamente ligados às inundações, além de ocorrerem com maior frequência em Campinas. Estas informações, organizadas em um banco de dados de acordo as UTB (Unidades Territoriais Básicas, a menor divisão territorial do município) em que ocorreram, propiciaram um panorama de quais áreas sofreram mais com as precipitações.

A partir desta análise, foi escolhida como recorte a Macrozona 9, por ser uma área onde os problemas de inundações são frequentes e por ter sido recentemente finalizado o Plano Local de Gestão para a área, o que facilitou a análise aqui pretendida.

Num segundo momento, teve-se acesso a um mapa feito pela Prefeitura Municipal de Campinas e divulgado na página oficial do município (www.campinas.sp.gov.br), onde constam as áreas de APP na Macrozona 9, assim como suas características. As APP foram delimitadas segundo os critérios estabelecidos pelo Código Florestal (Lei Federal nº 4.771/65) e Resoluções CONAMA 302/02 e 303/02 e classificadas em dois grupos: (1) APP em conformidade com a legislação, ou seja, com cobertura vegetal e (2) APP em conflito com a legislação, ou seja, desprovida de vegetação e/ou ocupada por edificações ou outros usos diferenciados.

De posse das informações citadas acima, foi realizada a análise dos dados presentes no mapa de APP com a quantidade de ocorrências de eventos de inundação registrados em cada UTB. Esta parte do trabalho foi feita com o auxílio do software ArcGis 9.3®.

A análise da ação do poder público frente aos impactos relacionados às chuvas intensas e à ocupação e utilização das APP se deu por meio do Plano Local de Gestão da Macrozona 9 e respectivo Projeto de Lei, disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Campinas (www.campinas.sp.gov.br).

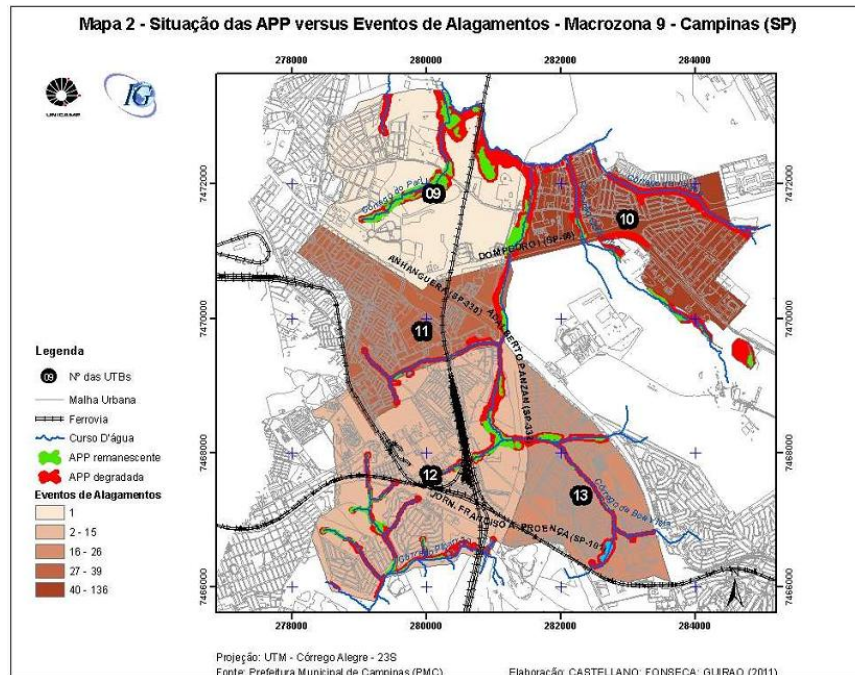
Resultados

Parte dos resultados obtidos pode ser visto na Tabela 1 e na Figura 1, conforme segue:

Tabela 1. Situação das APP no entorno de cursos d'água e quantidade de eventos de inundação, Macrozona 9, Campinas (SP).

| UTB | Total de nascentes | APP remanescentes (%) | APP degradadas (%) | Ocorrências de alagamentos de vias e imóveis (1980-2007) |
|-------|--------------------|-----------------------|--------------------|--|
| 9 | 2 | 38,44 | 61,56 | 1 |
| 10 | 0 | 5,96 | 94,04 | 136 |
| 11 | 1 | 9,58 | 90,42 | 39 |
| 12 | 8 | 26,27 | 73,73 | 15 |
| 13 | 2 | 9,69 | 90,31 | 26 |
| Total | 13 | 22,85 | 77,15 | 217 |

Figura 1. Situação das APP vs. alagamentos.



Percebe-se que houve relação entre a quantidade de ocorrências relacionadas às chuvas e as APP: nas UTB onde as APP estão mais degradadas, os impactos foram maiores. No caso da UTB 10, por exemplo, mais de 94% das APP foram classificadas como degradadas e se registraram 136 ocorrências, número muito superior às ocorrências das outras UTB. Estão localizados nesta UTB os bairros Jardim São Marcos, Santa Mônica e Campineiro, locais de baixa renda, com casos de ocupação irregular e onde parte da população sofre frequentemente com as inundações do ribeirão Quilombo.

A mesma relação pode ser feita para a UTB 9: ela apresenta a menor porcentagem de APP degradadas, maior porcentagem de APP remanescentes e, segundo dados obtidos, a menor quantidade de impactos de alagamentos registrados.

Aventa-se, assim, que a relação entre a conservação das APP e a quantidade de impactos sofridos pela chuva é real e direta para esta Macrozona.

Sobre o Plano Local de Gestão da Macrozona 9 foram levantadas uma série de diretrizes ambientais e habitacionais específicas focadas em projetos de política habitacional que envolvem a remoção de famílias que ocupam áreas de risco e APP, a preservação de fragmentos remanescentes de vegetação nativa, a proteção dos recursos hídricos, assim como o controle da macro-drenagem e a construção de bacias de contenção.

Referências bibliográficas

ANDRADE, L. M. S. de; ROMERO, M. A. B. A importância das áreas ambientalmente protegidas nas cidades. In: XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. **Anais...**23-27 de maio de 2005, Salvador, BA Disponível em: <<http://vsites.unb.br/fau/pesquisa>> Acesso em: agosto de 2011.

BRAGA, R. Planejamento Urbano e Recursos Hídricos. IN: BRAGA, R; CARVALHO, P. F. de (orgs). **Recursos Hídricos e Planejamento Urbano e Regional**. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal – Deplan/IGCE – UNESP, 2003.

CASTELLANO, M. S. **Inundações em Campinas (SP) entre 1958 e 2007**: tendências sócio-espaciais e as ações do poder público. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

DEGG, M. **Natural Disasters**: Recent trends and future prospects. Geography. Journal of the Geographical Association. N. 336, v. 77, parte 3, jul. 1992. P. 198 – 209.

LA RED. **Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en America Latina** – Agenda de Investigación y Constitución Organica. Peru: 1993.

MATTEDI, M. A. **As enchentes como tragédias anunciadas**: impactos da problemática ambiental nas situações de emergência em Santa Catarina. Tese de Doutorado, IFCH, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

XAVIER DA SILVA, J. **Geoprocessamento para Análise Ambiental**. Rio de Janeiro, 2001.

PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NA AMÉRICA LATINA EM SUAS DIVERSAS ESCALAS GEOGRÁFICAS

Rolando Eli Quispe Cabanillas – Bacharel e licenciado em História e Geografia na Universidade Nacional Daniel Alcides Carrion, Cerro de Pasco - Peru, Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é doutorando na geografia na mesma instituição. Atua nos principais temas: Geografia, preservação ambiental, planejamento, gestão e desenvolvimento sustentável ambiental, planejamento e desenvolvimento de cidades e meio ambiente urbano e rural. Orientador: Edvaldo Moretti
E-mail: rolandoe@ige.unicamp.br

Mariana Ferreira Cisotto – Bacharel (2006), Licenciada (2007), Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas, com dissertação intitulada “Natureza e cidade: relações entre os fragmentos florestais e a urbanização em Campinas – SP” (2009) e atualmente doutoranda em geografia na mesma instituição com tese intitulada “O uso público da natureza, por sua raridade no novo padrão de urbanização em Campinas (Brasil), Buenos Aires (Argentina) e Santiago (Chile)”. Orientador: Antonio Carlos Vitte
E-mail: mariana.cisotto@ige.unicamp.br

Fabiano de Araújo Moreira– Atualmente é estudante de Mestrado no Programa de Pós Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (início em 2011). Bacharel em Geografia pela Unicamp (2010), cursando Licenciatura em Geografia. Atuando principalmente nos seguintes temas: América Latina, Recursos Energéticos, Mudanças Climáticas, Mercocidades, Mercosul, Paradiplomacia, Geopolítica e Relações Internacionais. Orientadora: Claudete de Castro Silva Vitte
E-mail: fabianoamoreira@yahoo.com.br

John Dario Zapata Ochoa– Engenheiro Ambiental Universidad de Medellín- UDEM (2006), Especialista em Educação Ambiental Universidad Pontificia Bolivariana-UPB (2009), ambas na Colômbia. Atualmente é estudante de Mestrado em Geografia na Universidade Estadual de Campinas. Orientadora: Arlete Moysés Rodrigues
E-mail: johnochoa@ige.unicamp.br

Resumo

As políticas ambientais globais possuem um histórico que condiciona os diversos países participantes quanto a suas ações diretas na natureza, de forma a compensarem os impactos ambientais, atualmente se referindo muitas vezes à problemática das mudanças climáticas, que podem afetar os países de forma geral.

Porém, o que podemos observar é que os países, em específico os latinoamericanos, tendem a seguir outras direções, muitas vezes contraditórias a esses acordos mundiais, o que acaba retirando a importância e efetividade desses acordos internacionais. Na América Latina, alguns países insistem em não seguir essas diretrizes, continuando a impactar o meio-ambiente, sem levar em consideração as próximas gerações que sofrerão esses impactos, se importando sempre com o desenvolvimento econômico, mais do que com a preservação ambiental, como se esse crescimento só fosse atingido em detrimento da natureza. No que tange o nível dos Estados-nação, os acordos internacionais são fundamentais para orientar os países quanto à proteção ambiental já que tais problemas podem afetar a todos os países de forma geral. Porém, além dessas normativas internacionais, outras formas de ações, locais, também podem ajudar na problemática ambiental, talvez não para ajudar no todo, na questão da mudança climática, aquecimento global, mas como um princípio de ajuda para tal. Ajudar na sensação térmica, diminuição de eventos climáticos severos, melhoria nas condições de vida, enfim, são elementos que podem, sim, ser solucionados por meio de

medidas locais, não passando, necessariamente, pelo nível nacional. Portanto, são diversas as iniciativas preocupadas com a preservação ambiental e diminuição dos impactos das mudanças climáticas, latentes nos tempos atuais. Mesmo as diretrizes internacionais da temática não sendo, necessariamente, cumpridas pelos diversos países signatários, outras formas de ajuda são observadas, levando a crer que esta problemática não é apenas uma questão que pode ser solucionada pelo nível do Estado-nação, como também pelos níveis locais.

Temas das falas individuais

Rolando: Elaborar uma discussão crítica ao modelo internacional da problemática ambiental, que se manifesta em uma relação muito complexa que está além das soluções e alternativas de solução planteadas pelo “desenvolvimento sustentável” e os acordos assinados pelas nações, que apontam sua consecução compreendendo a degradação ambiental como fruto de uma relação dos grupos sociais na apropriação da natureza. Exemplos de Campinas e Peru serão contemplados, como forma de exemplificação das políticas ambientais em nível local e nacional.

Mariana: A natureza como elemento simbólico, a construção do discurso ambiental no cotidiano e suas implicações na Urbanização. Foco na escala local, com a incorporação de áreas verdes urbanas, tomando como exemplo a história e o planejamento urbano de Campinas, Santiago e Buenos Aires.

Fabiano: Para dar base na discussão das políticas ambientais locais das cidades, tema principal da Semana da Geografia, primeiramente devemos observar as diretrizes internacionais ditadas pelas conferências e tratados que influenciam as ações estatais, já que essas políticas globais de proteção ambiental têm peso direto nas ações em outras escalas, como as cidades. Faremos, portanto, uma introdução com referência aos principais acordos e conferências realizados no mundo pós-segunda guerra, para contextualizar as ações estatais para proteção ambiental no século XXI e dar base às discussões posteriores de nível local.

John: O discurso do Desenvolvimento sustentável, como apresentado nos documentos oficiais que o promovem, tem contradições que se manifestam no espaço geográfico como totalidade e se constituem em problemáticas ambientais. Foco na escala nacional com os conflitos derivados dos programas ou planos de desenvolvimento do Governo Nacional na Colômbia, caso específico da Colômbia e o Maciço Colombiano, e no espaço urbano da Cidade de Medellín.

Movimentos ambientalistas e Convênios internacionais para o meio ambiente: busca pelo estabelecimento de acordos de cooperação e governabilidade global

A mudança climática é apenas um exemplo de como as questões ambientais envolvem numerosas trocas e negociações (*trade-offs*) entre dimensões e atores diferentes (pertencentes às esferas do Estado, o mercado e à sociedade civil) que implicam tomar decisões que supõem verdadeiros dilemas e opções em aberto para a sociedade. (LEIS, 2004, p. 15)

Para observarmos a dinâmica das políticas ambientais atuais na América Latina, antes devemos analisar os diferentes acordos e conferências que fornecem as diretrizes aos países no que se refere a políticas globais de proteção ambiental. Faremos, portanto, uma introdução com referência aos principais acordos e conferências realizados no mundo pós-segunda guerra, para contextualizar as ações estatais para proteção ambiental no século XXI.

O primeiro trabalho publicado que é tido como o nascimento do movimento ambientalista é conhecido como *Silent Spring* (Primavera silenciosa), escrito por Rachel Carson, em 1962. Esse trabalho procurou delatar os impactos dos pesticidas no meio ambiente, principalmente no efeito sobre as aves, e acabou se tornando um marco no movimento, intensificando as discussões sobre uso de pesticidas e poluição ambiental em todo o mundo. Posteriormente, um relatório, chamado "Clube de Roma", relatou o possível esgotamento dos recursos naturais e degradação irreversível do ambiente, o que provocou uma série de discussões entre os países, dando início à preocupação ambiental da época do pós-guerra.

Seguindo as tendências ambientalistas das décadas de 1960 e 1970, foi estabelecido o "dia da Terra", que seria o 22 de abril de todo ano, em 1971, colocando a questão ambiental como uma das novas causas da sociedade. No ano seguinte, em 1972, ocorreu a Reunião de Estocolmo, que seria a Conferência das Nações Unidas Sobre o Homem e o Meio Ambiente. Nessa reunião, a questão ambiental entrou de vez na pauta dos países, ao se criar uma agenda de políticas internacionais a serem seguidas pelos países. Nessa reunião, ficou claro que, a diferença de interesses dos países pobres e

dos ricos, já para os países ricos, já industrializados, os problemas ambientais já se mostraram presentes, portanto exigia algum tipo de medida para contornar tais problemas, enquanto para os países pobres, não industrializados, essa discussão era considerada fora de propósito. Havia uma grande discussão no sentido de, por um lado, serem criadas leis e diretrizes para os países seguirem de forma a se controlar os efeitos prejudiciais da indústria ao meio ambiente por parte dos países ricos, enquanto que de outro lado os países pobres exigiam que não houvesse empecilhos para sua industrialização, forma vista até então como única maneira de se romper os altos níveis de pobreza (CAPOBIANCO, 1992). O resultado foi que os países ricos do norte estabeleceram leis que controlavam a indústria, enquanto os países pobres do sul não tomaram nenhuma atitude importante em relação à proteção ambiental, levando, posteriormente, a indústria do norte a procurar novas localidades para suas atividades, nesses países pobres, que não possuíam tais leis mais rígidas, apenas deslocando a fonte dos problemas de um hemisfério a outro.

É nesse contexto que surge, em 1983, a Comissão das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente, com o intuito de se percorrer inúmeros países, com a missão de se descobrir os problemas ambientais de cada país para produzir um relatório à ONU e subsidiar futuras iniciativas em prol da natureza. Essa comissão trabalhou até 1987, quando foi divulgado o relatório Nosso Futuro Comum, que apontava um acelerado processo de degradação ambiental em todos os países pobres visitados, necessitando, portanto, de uma série de medidas urgentes como única maneira de se reverter processo de

impacto ambiental iminente. Também foi decisivo para se relacionar a economia aos problemas ambientais, já que mencionava a condição de subdesenvolvimento como fator principal para o não uso racional e sustentável dos recursos naturais, sendo essa questão uma das peças-chaves para a discussão futura na Rio-92. Nessa reunião foram assinados cinco importantes documentos: Declaração do Rio, Agenda 21, Declaração de Florestas, Convenção sobre Mudanças Climáticas e Convenção sobre Biodiversidade, tendo cada um suas diretrizes próprias, conforme tabela 1.

O Protocolo de Kyoto foi um dos desmembramentos da Rio-92, e estabelecia Metas para redução de gases de efeito estufa, assim como definia os métodos para se atingirem essas metas. Foi estabelecido em 1997, como um acordo institucional, porém nem todos os países foram adeptos desse protocolo, como por exemplo o principal emissor, os Estados Unidos da América, sendo que o protocolo abarcou países responsáveis por 55% do total de emissão de gases na atmosfera.

O período da década seguinte à reunião foi marcado por importante significância do meio ambiente como questão global, ligada à questão do desenvolvimento dos países, com a atividade de inúmeras novas organizações não-governamentais, que passaram a exercer forte influência no papel de países por todo o mundo, aclamando por maior participação e atuação por parte desses países (JASANOFF, 2004). Uma década após, em 2002, ocorreu a Rio +10, ou reunião de Desenvolvimento Sustentável, sediada por Johannesburgo, na África do Sul. Afonso (2006) menciona a importância desse evento ao serem aprovados dois novos

documentos, a Declaração Política e o Plano de Implementação. Esses documentos serviram para se reiterar as posições já tomadas dez anos antes, e também para se estabelecerem algumas novas diretrizes, com bastante relação à economia dos países. Alguns dos objetivos são "a erradicação da pobreza, a mudança nos padrões insustentáveis de produção e consumo e a proteção dos recursos naturais" (AFONSO, 2006, p. 30).

Tabela 1. Documentos aprovados pela Reunião Rio 92 e seus respectivos objetivos.

| | |
|-------------------------------------|--|
| Declaração do Rio | Declaração de princípios através dos quais são definidos os direitos e responsabilidades dos governos e cidadãos em relação ao meio ambiente. |
| Agenda 21 | Roteiro de ação que estabelece as metas a serem atingidas no século XXI, visando direcionar as transformações da vida social na direção da sustentabilidade. Estabelece um protocolo de intenções e ações a serem implementadas pelos governos nacionais e agências de desenvolvimento, abarcando temas que vão da energia nuclear ao desmatamento, da administração de recursos a questões éticas. |
| Declaração de Florestas | florestas, colocando-se como ponto de partida para a assinatura de uma convenção obrigatória, não formulada na conferência devido a divergências de opiniões. |
| Convenção sobre Mudanças Climáticas | Convenção que define medidas para redução de emissão de gases provenientes da queima de combustíveis fósseis e, conseqüentemente, para redução do aquecimento global. Na convenção foram estabelecidos princípios importantes, dentre os quais o princípio da precaução (devem ser tomadas medidas preventivas, de modo a não agravar o aquecimento global) e o princípio da responsabilidade comum (todos os países são responsáveis pelo problema e serão afetados por ele). |
| Convenção sobre Biodiversidade | Convenção que define a necessidade da conservação in situ da biodiversidade, dispondo sobre os direitos dos países detentores de biodiversidade significativa. A convenção organiza a participação nas pesquisas realizadas em outros países e dispõe sobre o direito a uma parte dos lucros resultantes. |

Fonte: Afonso (2006).

Na Rio +10 houve grande dificuldade para se estabelecer leis e diretrizes para os países no que se refere

aos planos de implementação, que seriam as bases para se modificar algo no que se refere aos impactos ambientais. A maioria dos países presentes na reunião deu grande importância à questão da erradicação da pobreza, e deixaram de lado a questão crucial da mudança no padrão de produção e consumo. Portanto, é muito discutível a efetividade dessa reunião, já que os países pareciam não estarem realmente preocupados com a degradação ambiental e as mudanças climáticas.

Em paralelo com essas reuniões das décadas de 1990 e 2000, um grupo de pesquisadores que estudavam as mudanças climáticas e sua relação com ações antrópicas passou a produzir relatórios, para dar base às discussões mundiais e possibilitar a formação de diretrizes a governos ou corporações para melhorar essa situação. Surgiu, assim, o IPCC, Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, em 1995.

Uma das primeiras conquistas do IPCC foi dar sustentação às argumentações para a criação do Protocolo de Kyoto, em 1997, fornecendo embasamento científico para constatação de que as emissões de gases de efeito estufa eram provocadas, sim, por ações humanas, e que esse processo deveria ser controlado para ajudar no problema do aquecimento global, o que entrava em choque com os argumentos dos representantes dos países, que ainda não aceitavam, desde a Rio-92, a relação da economia com os problemas ambientais globais.

Já os relatórios posteriores do IPCC tiveram maior impacto, pois trouxeram maiores argumentações, mais concisas, da relação entre ações antrópicas e mudanças

climáticas, indicando possíveis problemas futuros muito graves por vir.

Em 2001, o IPCC publica outro relatório com evidências mais claras, ou seja, com maior nível de certeza em relação à mudança do clima e às influências antrópicas nessa mudança. Mas o grande passo ocorre em 2007, quando o espaço para questionamentos das conclusões do IPCC é reduzido significativamente. Nesse estudo, constatou-se um impressionante aumento do nível de certeza na correlação entre mudança do clima e ações antrópicas. O aumento da certeza científica, associado ao conhecimento adquirido em formas de atuação para lidar com o problema, levou o mundo a um novo patamar de discussão. Começaram a inclusão e a mobilização de praticamente todos os setores da sociedade (DELPUPO, 2009).

As últimas tendências para se guiar o movimento dos governos na questão ambiental passaram pela 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas, realizada em Copenhague, em 2009. As principais discussões foram acerca da regulamentação da compra de títulos de créditos de carbono relativos à preservação florestal e reflorestamento. Segundo Khalili (2010), as discussões não levaram a algo de concreto nessa reunião, sendo criada apenas a "Carta de intenções", com a sugestão dos EUA de se criar um "fundo de US\$100 bilhões proposto pelos EUA, a ser baseado em recursos públicos e privados, ecoando a posição dos países desenvolvidos de que estes mecanismos de mercado devem ser considerados no financiamento das metas que forem estabelecidas", porém essa carta não passou apenas do papel, já que havia divergências entre os demais países participantes, principalmente os países em desenvolvimento, que não

concordavam com a maior parte dos fundos vindos dos países desenvolvidos, que, após as últimas crises econômicas, provaram que possuem economias voláteis que podem não contribuir para a efetivação do plano.

A política internacional encontra-se em um forte impasse para tratar a crise ecológica global, que se associa à anarquia do sistema internacional a complementar inexistência de autoridades com poderes reais para assumir a responsabilidade da gestão dos bens naturais comuns da humanidade (LEIS, 2004).

O discurso ambiental e algumas considerações sobre o planejamento e as escalas

Uma vez colocada a problemática ambiental como algo que concerne a todas as nações, em termos de degradação da camada de ozônio, começa-se a movimentar a diplomacia dos países para assinar acordos de cooperação para contribuírem com a mitigação do dito problema.

Ditos acordos conformam vários grupos de países. De um lado, estão os países desenvolvidos, que aceitaram sua "responsabilidade" pela dilapidação da natureza gerando uma alteração grave da "natureza". Por outro lado, estão os países subdesenvolvidos que tem a aspiração de chegar até o mesmo nível, mas no marco dos acordos internacionais, terá de se ajustar às políticas desenvolvimentistas que se baseará no uso de novas tecnologias que vão mitigar a contaminação e a degradação da "natureza"¹.

¹Natureza entre aspas significa, segundo Duque (1986) e Noguera (2004), a natureza sem humanos. Segundo estes autores a natureza: "Está en la tierra modificada por

A ilusão desenvolvimentista permanece, assim como a troca desigual (ARRIGHI, 1998), mas sob outra visão, a de que a tecnologia resolverá todos os problemas que atingem em contra da natureza. As relações núcleo orgânico periferia se reorganiza conforme surge essa necessidade tecnológica, mas, como já dito, de maneira desigual. “O deslocamento da questão ambiental para o eixo Norte-Sul, implica um aprofundamento de estudos do que Joan Martínez Alier denomina Intercambio Economicamente Desigual” (RODRIGUES, 2009).

Mas, neste texto pretendemos fazer uma abordagem das políticas ambientais e a problemática ambiental em sua complexidade, tendo presente tanto as matrizes discursivas que a norteiam quanto as suas manifestações no espaço geográfico. Sabemos que as ações derivadas dessas políticas que têm como objetivo a preservação da natureza, alcançam manifestações diferenciadas e maneiras de implementação de acordo com as escalas nas que sejam implantadas.

As discussões a serem colocadas aqui, partem da premissa que o “desenvolvimento sustentável”, as “sustentabilidades” e os discursos ecologistas, às vezes, em sua maioria, deslocam as discussões mais importantes para o espaço urbano e centram-se na preservação da “natureza” como única possibilidade para a vida da humanidade, apresentando algumas inconsistências e contradições.

siglos de sementeira, en los vegetales crecidos bajo la acción conjunta de la energía solar y de la energía artificialmente producida (...) también hay naturaleza en el agua que cae libremente. (...) Naturaleza hay en las aguas, en las tierras y en los mismos organismos humanos” (p. 21).

Para falar do problema ambiental como algo que atinge à humanidade, o discurso ambiental começa a ter suas mudanças e variações. Assim, pode ser colocada essa discussão numa escala global, precisando de adeptos que conformem uma “maioria” gerando entorno a um problema comum, que como colocado acima foi a mudança climática e o aquecimento global. Assim, nesse consenso, o processo de institucionalização do discurso do “desenvolvimento sustentável” legitimam as práticas que dizem sobre o que é ambientalmente correto. Desse modo, os discursos com o acréscimo de sustentável serão adequados posteriormente à compreensão da lógica instrumental da sociedade moderna capitalista, urbana e financeira numa proposta de caráter reformista, na qual se procura pela salvaguarda da humanidade toda.

É desde esse momento que os Estados-nação que assistiram à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento conhecida como a ECO 92, recriaram o aparato técnico-burocrático, que desde antes já tinha a missão de enfrentar e prevenir situações de deterioração ambiental. Mas agora, também tinham a tarefa de planejar, fazer gestão ambiental e regular através das normas criadas para a proteção ambiental. O termo “desenvolvimento sustentável” também deve ser introduzido nos Planos de Desenvolvimento nas escalas nacional, estadual e municipal os quais devem ter programas de desenvolvimento que sejam “sustentáveis” ou “amigáveis com o ambiente”, que contribuam tanto para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes como ao progresso em ditos âmbitos de aplicação.

As sustentabilidades (RODRIGUES, 2009), apontam as alternativas de solução para os problemas modernos relacionados com a destruição da “natureza”. É por isso, que se procura por alternativas de solução que fizeram das políticas públicas, uma ferramenta para a gestão dos recursos naturais e fazer um uso sustentável deles, o que implicava uma modificação nas estruturas ministeriais e modificações de tipo gerencial tanto ao nível público como privado.

Assim, consideramos importante trazer ao texto aspectos relacionados como as visões do planejamento, ecologia e sustentabilidades aplicadas em diferentes escalas, especialmente no espaço urbano como totalidade. Para esta ilustração vamos a partir das discussões de vários autores os quais de maneira crítica e desde vários pontos de vista, abordam a questão do planejamento e desenvolvimento, a questão ambiental e suas escalas.

Topalov (1997), fala da transição de um paradigma que ele chama de planejamento racional, a outro “paradigma” que ele chama de ecologia. Ele contrapõe duas visões e como estas justificam cada tendência, mas vai encontrar um ponto onde ambos “paradigmas” se encontram e é que ambos possuem a autoridade da ciência para sua avaliação. No entanto, diz ou autor, embora tenham “essa característica fundamental em comum, eles se opõem em todo resto” (TOPALOV, 1997, p. 20). Mais tarde, nos anos 90, o discurso planejador vai a incorporar o discurso da salvaguarda do meio ambiente. Segundo Topalov (*op.cit.*), “parece que algumas das questões que deram origem ao paradigma do meio ambiente estavam já formuladas no próprio âmago do paradigma do planejamento racional”. Mas o deslocamento das preocupações no espaço

urbano geradas pelo “desenvolvimento sustentável”, vai gerar novos conflitos, ocultando outros também importantes.

Para Topalov (1997) a escala do discurso planejador racional é a cidade ou a região metropolitana e é dirigido às autoridades administrativas correspondentes. Enquanto à escala do discurso ambientalista, é o planeta e se dirige a humanidade inteira. Rodrigues (2011, p. 213), de outro lado, diz que para analisar as escalas nos estudos sobre “meio ambiente”, [segundo os discursos oficiais] é necessário também falar ao mesmo tempo, de indicadores e parâmetros usados em varias escalas para viabilizar o “desenvolvimento sustentável”.

O desenvolvimento sustentável no âmbito urbano “pode ser visto como um marketing na competição entre lugares, e ainda como uma utopia e que passa a ser muito utilizado como conceito mas de forma bastante imprecisa” (COSTA, 2000 *apud* VITTE, 2001, p. 28). O discurso ambientalista está deixando de lado discussões que devem ser feitas no âmbito urbano em sua totalidade, também sobre o que tem a ver com a cidade sustentável, porque o ambientalismo mesmo, não está questionando as implicações que tem dito discurso na produção capitalista do espaço.

Além disso, com relação às discussões ambientais, Rodrigues (2009), de maneira crítica diz que “a mudança da escala do local para o global altera-se rápida e completamente sem que haja novos paradigmas, instrumentais teóricos e analíticos para realizar análises coerentes [que nos permitam entender a dimensão da problemática]. De problemas locais para problemas globais, camuflados pela ideologia, pelas ideias de sustentabilidade da produção e elementos da

natureza serem chamados de “bem comum” (RODRIGUES, 2009).

É desde os níveis administrativos, na criação de políticas públicas, “onde se “planeja” o desenvolvimento com o acréscimo de sustentável, introduzindo metas numéricas e indicadores de sustentabilidade, no qual o espaço onde se concretizarão estas metas, segundo Rodrigues (1998), a maioria das vezes, é desconhecido, ou pelo menos não têm sido mencionado.

No urbano, por exemplo, para atender aos preceitos do “desenvolvimento sustentável”, se fazem intervenções urbanísticas que possibilitam a criação de programas para o desenvolvimento de uma sociedade “mais justa, saudável, democrática, consciente, responsável e sustentável”². Mas se apresentam conflitos que às vezes não são tidos em conta e nem podem ser previstos nos exercícios de planejamento.

Chamando a atenção sobre o caso brasileiro, Rodrigues (2011, p. 218) diz respeito dos conflitos que estão imersos na relação cidade meio ambiente. Esses conflitos, segundo a autora, têm a ver com as Atribuições do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério das Cidades.

Também chama atenção sobre como através dos deslocamentos discursivos, se ocultam as problemáticas sociais e se da prioridade à problemática ambiental como impactos ambientais ou na procura da cidade sustentável:

Os conflitos ocorrem em “remoções” de moradores que ocupam encostas, várzeas de rios, Áreas de Preservação Permanente (APP), assim como na implementação de grandes

empreendimentos públicos e/ou privados, como aeroportos, usinas hidroelétricas, rodovias”(op. cit).

As contradições aparecem no momento de aplicação das políticas e nas decisões vindas dessas políticas. É assim que os diversos agentes públicos e privados que atuam no âmbito econômico diretamente, mediante suas atividades produtivas, ou indiretamente, mediante o desenvolvimento de infraestruturas, influenciam de forma relevante as decisões urbanísticas (FERNÁNDEZ, 1997, p. 51), neste caso particular usando o discurso das sustentabilidades ambientais e tendo presentes algumas questões da ecologia, que não resolvem os verdadeiros problemas do urbano em sua totalidade.

Na maioria dos casos, os problemas que realmente enfrentam as comunidades ficam ocultas, e nem são resolvidas pela incorporação de ditos conceitos aos exercícios de planejamento estratégico, que embora tenham boas intenções ainda não conseguem. Maricato (1997), citada por Vitte (2002, p. 27), nesse mesmo sentido diz que o novo paradigma chamado de ecológico, a questão social deixa de ser a base da legitimidade de discursos e ações. A questão social foi substituída pelo discurso do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade urbana.

A questão ambiental, embora seja uma importante referência para um rol de políticas públicas intersetoriais, necessita ainda de consulta pública por intermédio da qual se discuta o interesse das coletividades na complexidade urbana, que de maneira democrática apontem a resolverem os conflitos.

Assim, embora as políticas públicas incorporem a questão ambiental e a luta de muitos movimentos seja

² Plataforma cidades sustentáveis: <http://www.cidadessustentaveis.org.br>

preponderante para melhorar as condições de qualidade de vida, os discursos desenvolvimentistas continuam promulgando e disseminando as ideias neoliberais que não ajudam a que ditas lutas tenham uma concretude na melhoria da qualidade de vida da comunidade toda.

Política ambiental brasileira, da escala nacional à local

No caso do Brasil, a política ambiental data dos últimos quarenta anos como resultado da ação de movimentos sociais locais e de pressões vindas de fora do país.

Nas conferências internacionais os temas predominantes eram o fomento à exploração dos recursos naturais, o desbravamento do território, o saneamento rural, a educação sanitária e os embates entre os interesses econômicos internos e externos. A legislação que dava base a essa política era formada pelos seguintes códigos: de águas (1934), florestal (1965) e de caça e pesca (1967).

Em 1973, pouco depois da Conferência de Estocolmo, foi criada no Brasil a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), órgão especializado no trato de assuntos ambientais sob a coordenação do Ministério do Interior. A Sema se dedicava ao avanço da legislação e aos assuntos que demandavam negociação em nível nacional, tais como a produção de detergentes biodegradáveis, a poluição por veículos, a demarcação de áreas críticas de poluição e a criação de unidades nacionais de conservação. O modelo da política ambiental brasileira elaborada a partir da Conferência de Estocolmo tinha assim como pilares: o controle da poluição e a criação de unidades de conservação da natureza. O

crescimento populacional e o saneamento básico – componentes de políticas setoriais de impacto sobre o meio ambiente (FERREIRA, 1998).

A partir da década de 1960 até meados de 1970, a política ambiental brasileira caracteriza-se por intervenções urbanas com projetos públicos em larga escala, produção em massa de serviços urbanos como habitação, água, esgoto, design urbano e rígido funcionalismo urbano. Pós-1960 com o progresso e apropriação social da tecnologia para qualidade de vida, a forma de ocupar a terra se altera muito, então surge o urbanismo contemporâneo (MENDONÇA, 2004). A partir de meados de 1970, ficam evidentes os fracassos de mega-projetos urbanos e surge a valorização de tipologias locais de assentamentos de classe baixa, adotam-se tecnologias locais, ações a curto prazo, enfatizam-se os recursos da auto-ajuda e participação comunitária (ULTRAMARI, 2001). Aparentemente, o paradigma, que havia fundado os padrões que buscavam constituir a sociedade como objeto da ação entra em declínio com a crise do Estado Brasileiro nos anos 1970, (RIBEIRO E CARDOSO, 1994) e com a ascensão dos movimentos ambientalistas e o agravamento de problemas urbanos (LIMA e RONCAGLIO, 2001).

Christian Topalov coloca que, como contraponto a este declínio, estaria em emergência um novo paradigma, o ecológico, estabelecendo nos problemas, novas técnicas de ação e novas escalas de articulação. Estabelecendo certa articulação entre o projeto ambientalista e a desregulação (TOPALOV, 1997). Em outra análise, que incorpora a questão ambiental no âmbito das políticas públicas, Ribeiro e Cardoso (1994) ponderam que é possível que a emergência

avassaladora da questão ambiental signifique não um novo paradigma, mas novo padrão que possa se articular aoparadigma do planejamento. Estaríamos então, diante de um novo padrão que coloca a cidade não como uma questão social, ou de desenvolvimento, mas como uma questão ambiental (RIBEIRO E CARDOSO, 1994).

Em 1988, o Estado, ao adotar a competência concorrente para o Meio ambiente, a partir da Constituição Brasileira alterou a relação das esferas de governo, centralizando políticas públicas (PACHECO *et al.*, 1992). Sucede-se a partir daí uma ampla edição de leis ambientais, o governo percebe que o uso da questão ambiental como marketing e como forma de desviar a atenção da opinião pública dos problemas econômicos e políticos (LIMA *et al.*, 2001). Inicialmente a percepção dos problemas ambientais é vinculada a uma corrente preservacionista que aponta a necessidade de criar ou ampliar as áreas verdes no espaço urbano (LIMA *et al.*, 2001). Pode-se considerar que a proteção da natureza é um dado relativamente novo para o planejamento urbano.

A extrema utilização do tema da questão ambiental, no planejamento urbano-ambiental trás uma nova forma de olhar o Meio Ambiente, ou o espaço geográfico, a partir daí, o sentido de cidade muda, há grande relevância para a noção de qualidade ambiental.

No âmbito das políticas de planejamento urbano, na década de 1990 o discurso recorrente nos documentos do banco mundial, (que devem ser considerados, pois expressam a posição oficial sobre as diretrizes do planejamento urbano) é a preocupação ambiental. Paralelamente às preocupações

tradicionais de economia de mercado, controle fiscal e tributário como condições para o crescimento econômico, agora surge a ideia de que estes não excluem uma política ambiental efetiva ou mesmo a busca de um desenvolvimento sustentável (ULTRAMARI, 2001).

Discussão sócio-ambiental dos problemas ambientais urbanos

Na atualidade, mais da metade da população mundial mora nas cidades, e cerca dos 80% da população brasileira vive em cidades. A cidade ocupa um lugar no espaço geográfico. A maioria das pessoas as habitam, e quase todos nós moramos nela. É também parte de uma tradição, uma cultura, um tipo de forma de vida de determinados grupos sociais etc.

Uma ciência analítica da cidade, necessária, esta hoje ainda em esboço. Conceitos e teorias, no começo de sua elaboração, só podem avançar com a realidade urbana em formação, com a práxis (prática social) da sociedade urbana. Assim, a ciência da cidade tem como objeto a cidade (LEFEBVRE, 1991, p, 104).

Precisamos levar em consideração que tudo o que tem de fazer em uma cidade, tem que ser coletivamente de comum acordo. Alcançar esses objetivos é uma tarefa permanente, porque o processo de desenvolvimento territorial que se dá nas cidades requer da participação da cidadania e dos governos locais. É muito importante que os objetivos sejam claros e que partam de uma consciência social da população em geral, gerando alternativas de melhorias para os diferentes

problemas que se apresentam nos espaços naturais e nos diversos grupos sociais que a cidade abrange.

As cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano. É nesses laboratórios que o planejamento deveria aprender a elaborar e testar suas teorias. Especificamente no caso do planejamento urbano, é obvio que uma grande quantidade de pessoas sérias se preocupa profundamente com a construção e renovação (JACOBS, 2001, pp. 5-6).

O processo de urbanização das cidades, torna-se muito complexa, que precisa de muitos estudos aprofundados tanto no contexto social, econômico e político, principalmente de um estudo sócio-espacial³, com caráter de igualdade procurando alternativas e melhorias.

Esse processo de desenvolvimento social tem que possibilitar um entendimento mais aprofundado sobre as cidades. Atualmente os mais desfavorecidos, ou melhor, dito os que moram nas periferias, são aqueles que apresentam maiores problemas sociais, econômicos e de urbanização. Faltando assim para eles todos os recursos ou serviços básicos como educação, saúde, transporte, moradia, etc. Com uma diferença marcante daqueles que moram nos espaços cômodos e de boas condições econômicas.

³ A totalidade do espaço se converte através da territorialidade no lugar da reprodução das relações sociais. Isto assume grande importância devido à crescente acumulação de formas espaciais que o capitalismo contemporâneo cria, exemplificada com a progressiva urbanização da humanidade. Com a expansão da urbanização nos países subdesenvolvidos torna-se ainda mais desigual a distribuição dos meios e equipamentos coletivos, tendendo a ser ainda mais deficitários em certas áreas, geralmente para as de população de baixa renda (BORTOLOZZI e PEREZ FILHO 1999, p. 17).

A esse tipo de problema em uma cidade, se denomina de problema social, que apresenta bairros ricos e bairros pobres. Além disso, também traz consigo muita discriminação, segregação do espaço e da sociedade, numa mesma cidade. A condição social e do espaço cria uma divisão entre as pessoas, mas isso numa cidade é um grande problema que não deveria acontecer, porque todos seus moradores como cidadãos têm os mesmos direitos⁴ de ter pelo mínimo as necessidades básicas atendidas. Corrêa (2000, p.9) afirma que “o espaço da cidade é assim, e também, o cenário e o objeto das lutas sociais, pois estas visam no final de contas o direito à cidade, à cidadania plena igual para todos”.

Falar da questão sócio-ambiental numa cidade ou de um espaço urbano é também falar atualmente dos problemas que estão presente nas cidades, e portanto, diz respeito ao entendimento dos territórios urbanizados. Este grande problema, apresenta-se nas formas predatórias da apropriação do meio natural, como forma de uso do território, que vão gerando os problemas ambientais.

O crescimento das cidades através do processo acelerado da urbanização num determinado espaço geográfico, pode-se revelar como o elemento de maior importância para sua própria transformação e desenvolvimento, sem esquecer também o grande risco que ela representa para a degradação ambiental.

⁴ Trata-se, de fato, do inalienável direito a uma vida decente para todos, não importa o lugar em que se encontre, na cidade ou no campo. Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, através das instâncias do governo, e são devidos a todos. Sem isso, não se dirá que existe o cidadão (SANTOS, 1998, p.129).

As cidades contemporâneas caracterizam-se, sob os efeitos da globalização, e justamente da profunda desigualdade social na exposição aos riscos ambientais. Além das incertezas do desemprego, da desproteção social e da precarização do trabalho. Os trabalhadores são submetidos aos riscos da moradia em encostas perigosas, beiras de cursos d'água sujeitas a enchentes, áreas contaminadas por lixo tóxico, situadas sobre gasodutos ou sob linhas de transmissão de eletricidade. Criando assim a desigualdade e falta de recursos como saneamento básico, saúde e solo seguro (ACSELRAD, 2001, p.23).

Assim, a importância sobre a realidade pode-se mostrar justamente quando de um lado ocorre a ameaça de risco à insegurança e por outro lado à qualidade de vida que atinge de forma diferenciada os diferentes grupos sociais⁵, afetando especificamente os pobres, que são mais vulneráveis para fazer frente a esses problemas.

Trata-se, isto sim, de pensar um novo modelo de desenvolvimento urbano, baseado nos princípios da democratização dos territórios, no combate à segregação sócio-espacial, na defesa dos direitos de acesso aos serviços urbanos e na superação da desigualdade social, manifesta também nas condições de exposição aos riscos urbanos (*op.cit*, 2001, p. 23).

⁵ É na produção da favela em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito de outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas a operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade (CORRÊA, 2000 p.30).

Quando os cidadãos passaram a ver as perdas da produção provocadas pela não preservação, e os intensos custos do colapso ambiental urbano nas cidades. A questão da problemática ambiental passa a assumir um papel cada vez mais relevante de interesse coletivo.

Precisamos questionar então a distribuição das responsabilidades ambientais dentro das cidades, entre suas regiões peri-urbanas e o interior, assim como entre as regiões do mundo.

Na escala local, o exemplo das áreas verdes urbanas

Focando um elemento da política ambiental nas cidades, temos as áreas verdes urbanas como um dos principais ícones de defesa do meio ambiente pela sua degradação, e pelo exíguo espaço que lhes é destinado nos centros urbanos (LOBODA e DE ANGELIS, 2005). Hoje as áreas verdes se tornaram uma referência em defesa do meio ambiente e a sua degradação. Atualmente os espaços verdes estão sendo tomados pelos centros urbanos. A urbanização está cada vez mais complexa, ou seja, o espaço urbano tende a se expandir cada vez mais por causa da sua força produtiva, e assim as questões sócio-ambientais entra em contradição com as questões sócio-econômicas.

As áreas verdes urbanas são as áreas onde há o predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Os canteiros centrais de avenidas e os trevos e rotatórias de vias públicas, que exercem apenas funções estéticas. As áreas verdes urbanas proporcionam melhorias no ambiente urbano fortemente

impactado e trazem benefícios para os habitantes das cidades e exercem diversas funções; ecológica, estética, social, educativa e psicológica (CISOTTO, 2009).

A função ecológica decorre da presença da vegetação e do solo não impermeabilizado, atuando como refúgio para fauna, promovendo melhorias no clima da cidade, garantindo médias térmicas diárias e anuais mais amenas e um maior índice pluviométrico, atenuação sonora, na manutenção da qualidade do ar e água (OLIVEIRA, 1996). Por sua função ecológica, é um elemento pensando na escala local de administração municipal que interfere nas mudanças climáticas.

As áreas verdes desempenham importante papel no mosaico urbano, porque constituem um espaço inserido no sistema urbano cujas condições ecológicas mais se aproximam das condições normais da natureza (GUZZO *et al.*, 2006). As áreas verdes urbanas melhoram o meio ambiente, as contribuições ecológicas ocorrem na medida em que os elementos naturais que compõem o espaço minimizam impactos decorrentes da industrialização e urbanização (LOBODA e DE ANGELIS, 2005).

Queiroga (2008) defende que as áreas verdes públicas nos centros urbanos contribuem para a melhoria da drenagem urbana, com mais espaços de solo permeável, menor é o impacto das chuvas torrenciais de verão na cidade. Também existem benefícios como o conforto térmico, pois, quanto maior a arborização, melhor fica a umidade relativa do ar e menor é a amplitude térmica e a retenção de partículas sólidas.

Gorshkov e Anastassia afirmam que a devastação de matas é responsável pelas mudanças climáticas extremas,

nessa teoria, denominada Bomba biótica, afirmam que "são as florestas que trazem a umidade atmosférica para o continente. Destruir árvores modifica a direção dos ventos, tranca a entrada de umidade no continente e, no final, o transforma em deserto" (MAGRO, 2009).

As áreas verdes devem satisfazer três objetivos principais: ecológico-ambiental, estético e de lazer. Pelo menos, 70% da área, deve ser ocupada por vegetação e solo permeável (sem laje) e devem servir à população, propiciando um uso e condições para recreação (NUCCI, 2001; MORERO, 2006).

As áreas verdes urbanas proporcionam melhorias no ambiente urbano fortemente impactado e trazem benefícios para os habitantes das cidades e exercem diversas funções; ecológica, estética, social, educativa e psicológica (CISOTTO, 2009).

A função ecológica decorre da presença da vegetação e do solo não impermeabilizado, atuando como refúgio para fauna, promovendo melhorias no clima da cidade, garantindo médias térmicas diárias e anuais mais amenas e um maior índice pluviométrico, atenuação sonora, na manutenção da qualidade do ar e água (OLIVEIRA, 1996). Por sua função ecológica, é um elemento pensando na escala local de administração municipal que interfere nas mudanças climáticas.

As áreas verdes desempenham importante papel no mosaico urbano, porque constituem um espaço inserido no sistema urbano cujas condições ecológicas mais se aproximam das condições normais da natureza (GUZZO *et al.*, 2006). As áreas verdes urbanas melhoram o meio ambiente, as

contribuições ecológicas ocorrem na medida em que os elementos naturais que compõem o espaço minimizam impactos decorrentes da industrialização e urbanização (LOBODA e DE ANGELIS, 2005).

Essas áreas amenizam os impactos provocados pelas cidades ao meio físico e a qualidade de vida. Como exemplo, existem estudos sobre a influência das áreas verdes urbanas para o controle da temperatura e umidade do ar, para controle do aquecimento global com o sequestro de carbono, para controle da poluição do ar e acústica, aumento do conforto ambiental, estabilização de superfícies por meio da fixação do solo pelas raízes das plantas, abrigo à fauna, equilíbrio do índice de umidade no ar, proteção das nascentes e dos mananciais, organização e composição de espaços no desenvolvimento das atividades humanas, valorização visual e ornamental do ambiente, recreação, diversificação da paisagem construída, além de muitos outros benefícios a vegetação tem ainda efeitos diretos sobre a saúde mental e física da população.

A importância das áreas verdes nas cidades está intimamente relacionada com a quantidade, a qualidade e a distribuição das mesmas dentro da malha urbana. As áreas verdes funcionam como controle das densidades urbanas, atende demandas de lazer, contribui à estética urbana, melhora a estética do sistema viário, atende necessidades psicológicas, melhora o microclima, diminui níveis de poluição do ar, diminui partículas de pó em suspensão, diminui ruídos urbanos, protege encostas e margens de rios, melhora a absorção de águas pluviais e proteger os mananciais (KOWALTOWSKI, 1989 *apud* MORERO, 2006). São dadas as

áreas verdes funções múltiplas combinadas, além das descritas anteriormente também possuem funções científicas, econômicas, sociais ou políticas e são essenciais para a manutenção da qualidade ambiental.

Especificamente em áreas urbanas, as áreas verdes são importantes pois, estão se tornando elementos raros, o que no padrão de urbanização dispersa exige-se cada vez mais áreas que antes estavam alheias ao processo de expansão urbana. Esse novo padrão de ocupação urbana somado ao crescimento demográfico que gera demanda por novas áreas para habitações, para suprir a crescente demanda alimentar e para o sistema de espaços com construções, exerce pressão para o aumento da taxa de degradação ambiental e a destruição de habitats naturais.

A relação cidade e natureza, com o crescimento da urbanização vai se tornando cada vez menor, e a degradação se torna comum nas grandes cidades, pois não houve nenhum tipo de planejamento que ressaltou a importância do meio ambiente, e vida urbana ficou atrelada a infra-estrutura da cidade. “O desenvolvimento histórico produz um espaço a partir da unidade dialética homem-natureza” (CARLOS, 2005, p. 28).

Atualmente, com um novo ideal de qualidade de vida e qualidade ambiental, temos a demanda crescente pela proximidade dos artefatos ambientais, e por outro lado temos um aumento na pressão sobre o consumo do espaço urbano. Em suma, o que está acontecendo com as áreas verdes públicas, é que sempre estão reduzindo os seus recursos ou sendo administradas com os restos de outras ramificações do governo, enquanto aumenta as necessidades criadas pela

expansão urbana. Associada às questões acima está a falta de políticas públicas eficientes no campo urbanístico que poderiam evitar os problemas que ocorrem hoje nas grandes cidades. É nesse sentido que embora todas as cidades apresentem áreas verdes onde a população possa ter momentos de lazer e contato com a natureza, poucas têm esses espaços de forma organizada, de modo que não passam de espaços sem função no urbano.

Considerações finais

Ainda se tem que aprofundar nos discursos de política pública que usam as matrizes discursivas do sustentável e meio ambiente, usados para fazer intervenções no espaço geográfico como totalidade. Suas contradições e os seus conflitos deverão ser desvendados. Neste sentido, podemos dizer que a problemática ambiental manifestasse uma relação muito complexa que está além das soluções e alternativas de solução planteadas pelo “desenvolvimento sustentável” e os acordos assinados pelas nações que apontam a sua consecução.

Por isso pensar como se produz o espaço urbano e em que direção é produzido este espaço é de muita importância. Numa sociedade marcada por uma profunda divisão social do trabalho tanto na escala, local, regional e internacional. Assim a degradação ambiental passa ser fruto de uma relação dos grupos sociais na apropriação da natureza.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. (org.). **A duração das cidades**: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

AFONSO, Cintia Maria. **Sustentabilidade**: caminho ou utopia? São Paulo: Annablume, 2006.

BORTOLOZZI, A.; PEREZ, A. F. Crise Ambiental da Modernidade e a Produção do Espaço – Lugar do Não Cidadão. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 76, n. 76, dez. 1999. P. 7-21.

CARLOS, A. F. A. (org). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EDUSP, 1992.

CISOTTO, M.F. **Natureza e Cidades**: relações entre os fragmentos florestais e a urbanização de Campinas. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

COPABIANCO, João Paulo. O que podemos esperar da Rio-92? **São Paulo em perspectiva**, 6(1-2): 13-17, janeiro/junho 1992.

CORRÊA, R.L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2000.

DELPUPPO, Carlos Henrique. Cenários futuros em mudança do clima: Uma visão pós-2020. In: FUJIHARA, Marco Antonio; LOPES, Fernando Giachini (orgs.). **Sustentabilidade e mudanças climáticas**: guia para o amanhã. São Paulo: Terra das Artes Editora: Editora SENAC São Paulo, 2009.

FERNANDEZ GUELL, José Miguel. **Planificación Estratégica de ciudades**. Barcelona: Gustavo Gili, 1997.

FERREIRA, L. C. **A Questão Ambiental**: Sustentabilidade e Políticas Públicas no Brasil. São Paulo: Ed. Boitempo, 1998.

GUZZO, P.; CARNEIRO, R. M. A.; OLIVEIRA JUNIOR, H. Cadastro Municipal de Espaços Livres Urbanos de Ribeirão Preto (SP): acesso público, índices e base para novos instrumentos e mecanismos de gestão. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 1, p. 19-30, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HERMANO, Vivian Mendes. **As políticas espaciais do desenvolvimento sustentável**. 2007. Disponível em: <www.centrohumboldt.org.ar>.

JACOBI, P. Impactos socioambientais urbanos: do risco à busca de sustentabilidade. In: MEDONÇA, F. (org.) **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

JASANOFF, Sheila. Heaven and Earth: The politics of environmental images. In: JASANOFF, Sheila, MARTELLO, Marybeth Long (orgs.). **Earthly Politics: Local and global in environmental governance**. Massachusetts Institute of Technology, 2004.

KHALILI, Amyra El. O meio ambiente chegou ao mercado. **Revista ESPM**, v. 17, ano 16, n. 1, jan./fev. 2010.

LEIS, Héctor Ricardo. **A modernidade insustentável: As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Montevideo, 2004.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LIMA, S.B. **Os Jardins de Campinas: o surgimento de uma nova cidade (1850-1935)**. 2000. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2000.

LIMA, A. M. L.P.; CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J.C.; SOUSA, M.A.L.B.; FIALHO, N.; DEL PICCHIA, P.C.D. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: II Congresso de Arborização Urbana. **Anais...** São Luis, p. 539-553, 1994.

LOBODA, C. R.; ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Revista Ambiência**, Guarapuava, v. 1, p. 125-139, 2005.

MACEDO, S. S.; CUSTÓDIO, V. Os Sistemas de Espaços Livres da cidade contemporânea brasileira a esfera de vida pública – Considerações Preliminares. In: XII Encontro de Geógrafos da América Latina - EGAL. **Anais...** Montevideo: Imprensa Gega, v. único, p. 1-12, 2009.

MAGRO, M. **As florestas podem mudar drasticamente o clima de uma cidade**. Istoé Independente. Disponível em <makacokosmico.blogspot.com/2009/05/teoria-da-bomba-biotica.html>. Acesso: mai. 2009.

MEDONÇA, F. (org.). **Impactos sociais ambientais**. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

MORERO, A. M. **Planejamento ambiental de áreas verdes no município de Campinas (SP)**. 1996. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho (orgs.). **Desenvolvimento Sustentável – A Institucionalização de um Conceito**. Brasília: IBAMA, 2002.

NUCCI, J.C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano**. São Paulo: Humanitas, 2001.

OLIVEIRA, C.H. **Planejamento ambiental na cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnóstico**

e propostas. 1996. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1996.

PACHECO, R. S.; LOUREIRO, M. R.; FINGERMASNN, H.; AMARAL, H, K; MAC DOWELL, S. Atores e conflitos em questões ambientais urbanas. **Revista Espaço & Debates**, n. 35, p.46-51, 1992.

RIBEIRO, L. C. de Q.; CARDOSO, A. L. Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. **Espaço & Debates: Cidade Brasileira, Século XX**. Revista de estudos regionais e urbanos. Ano XIV, n. 37 p.77-89, 1994.

RODRIGUES, Arlete M. Problemática Ambiental = Agenda Política. Espaço, território, classes sociais. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 83, p. 91-110, dez/2005.

_____. **Produção e Consumo do e no Espaço: a problemática ambiental urbana**. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. Desenvolvimento Sustentável – Dos conflitos de classes para o conflito de gerações. In: **Panorama da Geografia Brasileira II**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. A matriz discursiva sobre o “Meio Ambiente”: Produção do espaço urbano - agentes, escalas e conflitos. In: CARLOS. A. F. A. *et al.*(orgs.). **A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

TOPALOV, Christian. Do planejamento à ecologia: nascimento de um novo paradigma da ação sobre a cidade e o habitat? **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPPUR, ano XI, n.1 e 2, 1997.

ULTRAMARI, C. Origens de uma política urbano-ambiental. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: UFPR, n. 3, p.65-78, jan/jun 2001.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Planejamento urbano, sustentabilidade urbana e qualidade de vida. Considerações sobre o significado de cidade e de cidadania no início do século XXI. In: KEINERT, T.*et al.*(orgs.). **Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias**. São Paulo: Annablume, 2002.

USOS CORPORATIVOS E USOS ALTERNATIVOS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Ana Paula Mestre – Fez graduação em Geografia e concluiu seu mestrado em 2009 pela Universidade Estadual de Campinas. Sua dissertação foi intitulada: “Os usos do território e as políticas urbanas: o Jardim Campo Belo no processo de fragmentação da cidade de Campinas”. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela mesma instituição. Orientadores: Prof^a. Dr^a. Adriana Maria Bernardes da Silva (mestrado) e Prof. Dr. Márcio Cataia (doutorado).
E-mail: ana.mestre@ige.unicamp.br

Silvana Cristina da Silva – Fez graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas. Desenvolveu o mestrado, na mesma Universidade, tendo concluído sua dissertação em 2007 na área de Geografia Humana. Atualmente desenvolve pesquisa de doutoramento, financiada pela Fapesp, sobre o circuito espacial de produção do vestuário analisado a partir da teoria dos dois circuitos da economia urbana no IG/Unicamp. Orientador: Prof. Dr. Márcio Cataia.
E-mail: silvana.silva@ige.unicamp.br

Luis Henrique Leandro Ribeiro – Graduado em bacharelado e licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela mesma instituição desenvolvendo pesquisa intitulada “Uso do território e municipalização da política de assistência farmacêutica do Sistema Único de Saúde (SUS): análise da fitoterapia e plantas medicinais nas regiões brasileiras”, com fomento da Fapesp. Orientador: Prof. Dr. Márcio Cataia.
E-mail: luis.ribeiro@yahoo.com.br

Fabício Gallo – Graduado em bacharelado e licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela mesma instituição desenvolvendo pesquisa intitulada “Uso do território e federalismo como evento: a difusão regional de infraestruturas analisadas a partir das Transferências Intergovernamentais Voluntárias entre União e municípios”, com fomento do

CNPq.Orientador: Prof. Dr. Márcio Cataia.
E-mail: gallo.fabricio@ige.unicamp.br

Todos os palestrantes integram o Geoplan - Laboratório de Investigações Geográficas e Planejamento Territorial, do Instituto de Geociências da Unicamp (<http://www.ige.unicamp.br/geoplan/>).

Pobreza urbana e novos nexos do planejamento em Campinas – SP

Ana Paula Mestre

Resumo

O trabalho apresentado visa discutir as relações entre as políticas urbanas e o processo de periferização da cidade de Campinas - SP. Preocupa-nos extrair os nexos do planejamento após os anos 1990 e investigar os mecanismos de fragmentação urbana, concebida como um traço marcante da urbanização brasileira.

Palavras-chave: Campinas, periferização, políticas urbanas e uso do território.

Os fluxos migratórios regionais na América Latina e os dois circuitos da economia urbana: os bolivianos na metrópole de São Paulo

Silvana Cristina da Silva

Resumo

A crescente imigração de bolivianos para a metrópole de São Paulo mostra como esta cidade vem modificando o seu papel regional em período recente. Neste sentido, nossa ala no mini-curso tem como objetivo expor o funcionamento da cidade de São Paulo a partir dos dois circuitos da economia urbana e como o movimento migratório de população proveniente de países da América Latina relaciona-se com as atividades do circuito inferior. No caso dos bolivianos, eles instalam-se na cidade de São Paulo para trabalhar em oficinas de costura.

Palavras-chave: circuito inferior, circuito superior, São Paulo, Vestuário, imigração.

Sistema Único de Saúde (SUS) e Federação: novos usos do território brasileiro

Luis Ribeiro

Resumo

O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma modernização do território brasileiro que enquanto verticalidade expressa a difusão desigual e diferencial do meio técnico-científico-informacional. Contudo, a análise do SUS, arranjo federativo por excelência, a partir das políticas de adoção de plantas medicinais e fitoterápicos pelo sistema tem sugerido: tanto uma pluralização dos agentes estatais e não estatais na organização do sistema a partir de maiores horizontalidades e solidariedades orgânicas; quanto novos usos das variáveis do período (técnica, ciência, informação e norma). Portanto, novas possibilidades e âncora no futuro para o planejamento territorial a partir do SUS.

Palavras-chave: uso do território, federação, fitoterapia, Sistema Único de Saúde.

Uso do território e Estado: a difusão regional de infraestruturas analisadas a partir dos Convênios entre União e municípios

Fabrcício Gallo

Resumo

No Brasil, o uso do território pelo Estado se realiza por meio da imposição de normas que regulam e geram tensões entre os entes, sendo que os mecanismos de distribuição e de redistribuição de recursos tributários adquirem grande importância por permitirem uma maior ou menor autonomia na administração pública. A análise das transferências realizadas aos municípios através de Convênios federais para obras de infraestrutura aponta que parcelas do território recebem mais recursos do que outras proporcionando assim, uma difusão seletiva do meio técnico-científico-informacional no território.

Palavras-chave: uso do território, federação brasileira, difusão de meio técnico-científico-informacional.

Resumo geral do mini-curso

A proposta deste mini-curso é realizar um debate teórico, a partir de pesquisas empíricas, sobre o uso do território brasileiro. Buscar um método para realizar a análise do território brasileiro é tarefa que consiste em levar em conta os mais diversos aspectos da realidade e, para tanto, consideramos em nossa proposta de mini-curso que o território usado é essa ferramenta de apreensão na medida em que incorpora todos os atores, constituindo-se, portanto, numa totalidade cindida em duas matrizes, de um lado as materialidades ou configuração territorial, e por outro lado as imaterialidades, constituídas pelas ações políticas. “O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS *et al.*, 2000, p. 104). Esse território usado pode ser entendido como sinônimo de espaço geográfico (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 20), “essa categoria, território usado, aponta para necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território”.

Na busca de elementos que ajudem a compreender as desigualdades sócio-espaciais apresentadas no país, há que se identificar os distintos poderes que têm os agentes em usar o território. Desta forma, identificamos agentes que têm poder de ação sobre o território como um todo (os agentes hegemônicos) e aqueles cujo poder de usar o território é mais limitado espacial e temporalmente, estes são os agentes não-hegemônicos.

Para operacionalizar nosso propósito dividimos este texto em duas seções. Na primeira discutimos a viabilização

dos usos hegemônicos do território a partir do Estado e na segunda refletimos sobre usos alternativos do território, proporcionando a indicação de que nessa disputa – entre usos hegemônicos e alternativos – o território toma lugar central. Conforme os objetivos do mini-curso, cada uma das seções será dividida em duas partes.

Na primeira parte será proposta a discussão: “Território nacional e federação brasileira: um estudo sobre as transferências de recursos entre os entes federados”. Nossa proposta é interpretar o território usado a partir da política e da estrutura federativa do Estado no Brasil. Para tanto, nosso recorte analítico mais amplo é a estrutura federativa do país e a demanda constante por negociações entre os entes. Estas negociações são observadas consoantes às transferências intergovernamentais de recursos que permitem maior ou menor autonomia financeira de cada ente. Uma vez repassados os recursos, parte deles se geografiza nos lugares como materialidades, aumentando a densidade técnica (SANTOS, 2002) de partes do território.

O objetivo desta apresentação é compreender o paradoxo existente no regime federativo brasileiro: os mecanismos de transferências de recursos se apresentam como alguns dos agentes motores de desigualdades político-territoriais entre os entes. É conveniente ressaltarmos que um dos princípios do federalismo é assegurar a todos os entes os mesmos direitos, para que um não tenha posição privilegiada em relação a outro, garantindo assim a isonomia.

A liberação dos recursos de Convênios federais (um tipo de Transferências Voluntárias de Recursos) é dependente, na maioria dos casos, da influência política das municipalidades

junto à União, que lança em seu orçamento anual a previsão de recursos destinados aos Convênios para no ano seguinte promover, nos bastidores dos governos, as negociações políticas. Desta forma, na federação brasileira, há um longo e constante processo de formalização do pacto nacional. A interpretação da liberação dos recursos de Convênios sugere que há uma diferenciação entre os entes de mesmo nível subnacional, ou seja, a isonomia federativa não seria assegurada.

A segunda parte de nosso mini-curso versará sobre a dialética entre o território como norma e o território normado, manifestada na constituição do Sistema Único de Saúde (SUS) enquanto uma modernização do território que reorganiza política e socialmente a nação. O Sistema Único de Saúde foi criado no Brasil com a Constituição de 1988 que definiu a saúde como direito de todos os cidadãos e dever do Estado. Além da universalidade, também são princípios constitutivos do sistema: integralidade e hierarquização dos serviços (atenção básica, média e de alta complexidade); regionalização; e participação e controle sociais. O SUS foi adotado no contexto de redemocratização e descentralização política dos anos 1980, daí o marcante corte municipalista do mesmo. Entretanto, a compreensão da concreção e realização do SUS enquanto verticalidade normativa, ou seja, enquanto sistema formal e abstrato de direito, requer sua geografização. A consideração dos usos efetivos do território que tornam o SUS um direito concreto e praticado, uma cidadania mais ou menos praticada e garantida segundo o conjunto de materialidades desigualmente presentes nos lugares e regiões do país (ALMEIDA, 2005; ALBUQUERQUE, 2006).

Contudo, essas ações dos entes da federação no arranjo e operacionalização do SUS apresentam capacidades e autonomias díspares em virtude de suas dotações desiguais de densidades técnicas e populacionais necessárias tanto à composição dos orçamentos públicos, quanto à organização, informação, regulação e uso dos sistemas técnicos de saúde (formação de profissionais, insumos, equipamentos, medicamentos, infra-estruturas prediais etc.).

O recorte empírico aqui utilizado para discutir as geografizações do SUS é o uso da fitoterapia no sistema público de saúde. A adoção de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos no SUS constitui principalmente uma demanda dos entes municipais. Primeiro, porque a fitoterapia insere-se no rol dos serviços da atenção básica ou primária de cuidados à saúde, responsabilidade do ente municipal no arranjo federativo do SUS. Segundo, pela anterioridade, pois muitos municípios já adotavam a fitoterapia no serviço público de saúde: antes mesmo da constituição do SUS em 1988; e no próprio período do SUS antes da implementação pelo Governo Federal da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos em 2006.

No Brasil, embora os entes municipais sejam iguais na forma perante a Constituição, ou seja, sob um ponto de vista formal, por outro lado, no conteúdo, ou seja, quando o território usado se impõe, não o são. Logo, de um ponto de vista territorial os municípios brasileiros são empiricamente diversos e desiguais em função dos conteúdos de um território desigualmente dotado de densidades técnicas. Daí o necessário preenchimento da forma – entes federativos – com o conteúdo do espaço banal (SANTOS, 1999), isto é, do

território usado pelos mais diferentes e desiguais agentes e instituições, considerando tanto os usos estatais quanto não estatais (CATAIA, 2008).

Já entrando na segunda seção do mini-curso, buscamos explicitar o conceito de território usado a partir dos atores não-hegemônicos, nosso intuito é contextualizar as contradições urbanas alimentadas pelo processo de globalização e planejamento territorial no Brasil. Considerando essa perspectiva, analisamos o planejamento em Campinas como elemento estruturador das periferizações da cidade e os novos fluxos migratórios da metrópole de São Paulo.

Perseguimos a compreensão da dinâmica urbana em sua totalidade. Utilizamos como variáveis espaciais a densidade dos objetos técnicos, a velocidade das ordens e dos fluxos e as possibilidades de uso diferenciado segundo as classes de renda.

Examinamos situações de modernização incompleta em São Paulo e Campinas. Essas cidades mais a Baixada Santista e a Região Administrativa de São José dos Campos conformam uma enorme mancha luminosa, tendo como centro a Região Metropolitana de São Paulo. Nesse espaço, nos diz Lencioni (2003, p. 40) “as altas taxas de urbanização, a magnitude dos investimentos de capital, a concentração das condições gerais da produção e atividades de gestão do capital denunciam estar ocorrendo o processo de metropolização do espaço”.

Assim, na terceira parte, “Os fluxos regionais na América Latina e os dois circuitos da economia urbana: os bolivianos em São Paulo”, o debate envolve a importância das atividades do circuito inferior na atração de fluxos imigratórios na metrópole de São Paulo.

Há que se destacar que pensar o território usado implica em considerar todos os elementos que o compõem como o Estado, as grandes empresas, grupos religiosos, as organizações não-governamentais, a sociedade como um todo (compartimentada em vários grupos), partidos políticos e ações que surgem a partir desses atores. Dessa forma, o território usado não é apenas constituído por atores hegemônicos, resistências surgem nesse processo de macro-estruturação do território como as ocupações efetuadas por população de baixa renda nas cidades brasileiras e mesmo os movimentos migratórios expressam a busca de sobrevivência e de melhores condições. Neste sentido, a urbanização dos países periféricos – carregada de contradições –, o planejamento enviesado e a organização intra-urbana das cidades revelam o uso do território como resistência.

Na quarta e última parte, “Pobreza Urbana e novos nexos do planejamento em Campinas – SP”, o enfoque foi o papel das políticas urbanas na cidade de Campinas como geradoras da periferização e pobreza. Nesta seção, buscar-se-á promover o debate sobre a segregação sócio espacial e o papel do Estado no processo de urbanização.

Nosso intuito é compreender as feições da pobreza no período atual, e, por sua vez, pontuar as relações de continuidades–descontinuidades que redefiniram os usos da região do Campo Belo, forma-conteúdo recente do processo de fragmentação territorial de Campinas.

Com relação à metrópole de São Paulo, pretendemos expor como vem se dando o novo papel desta cidade no contexto regional a partir da análise dos dois circuitos da economia urbana (SANTOS, 2004). A atração de fluxos

migratórios regionais relaciona-se com as assimetrias territoriais dos países da América Latina, ao momento político, econômico do Brasil e a reorganização das atividades produtivas no âmbito mundial. A imigração Boliviana conecta-se, principalmente, com a dinâmica do circuito espacial de produção de vestuário.

Os constantes “ajustes” às novas imposições mercadológicas podem ser observados nas cidades de São Paulo e Campinas, na medida em que se tornaram expressões materiais de uma opulência ligada a um aumento do fluxo de ordens, pessoas, mercadorias e informação.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Mariana Vercesi de. **Território Usado e Saúde: respostas do Sistema Único de Saúde à situação de metropolização em Campinas – SP.** 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ALMEIDA, Elisa Pinto de. **A metropolização-periferização brasileira no período técnico científico-informacional.** 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CATAIA, Márcio Antonio. Territorialidade estatal e outras territorialidades: novas formas de uso dos territórios na América Latina. Conflitos, desafios e alternativas. **Scripta Nova** (Barcelona), v. XII, p. 270-99, 2008.

LENCIONI, Sandra. Uma determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Ines Geraiges (orgs.). **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004 [1979].

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Ano XII, n.2, p. 15-25. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton *et alii*. O papel ativo do território. Um manifesto. Laboplan, Dep. De Geografia, FFLCH, USP. Apresentado no **XII Encontro Nacional de Geógrafos**, Florianópolis, 2000.

PLANO DIRETOR: UMA EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA

Rinaldo Gomes Pinho

Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP e Prestador de Serviços na Secretaria de Habitação do Município de São Paulo
E-mail: rinaldopinho@usp.br

Vicente Eudes Lemos Alves

Professor Doutor do Instituto de Geociências (IG) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
E-mail: veudes@terra.com.br

A oficina realizada para um grupo de aproximadamente trinta alunos do curso de graduação em geografia do Instituto de Geociências (IG) da Unicamp teve como objetivo discutir com os participantes a experiência de construção do plano Diretor Participativo (PDP) de Carapicuíba, município da região metropolitana de São Paulo. Propomos como eixo condutor de discussão o relevante papel adquirido pelo Plano Diretor no planejamento das cidades brasileiras, por se tratar de um importante instrumento de política urbana que visa garantir ao município o direito de conduzir o seu futuro, na medida em que estabelece diretrizes para orientar e planejar o desenvolvimento urbano da cidade visando melhorar a vida de seus moradores.

Durante o evento procurou-se relatar como foi à experiência desenvolvida entre os anos de 2009 e de 2010 e conduzida pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH) daquele município. Para tanto, foram apresentadas as etapas percorridas pela equipe responsável na construção do Plano Diretor, as dificuldades enfrentadas e o

resultado obtido. Destacamos, especialmente, como decorreu o processo de participação popular que representou uma rica experiência de envolvimento dos moradores, os quais assumiram, nas audiências públicas, o compromisso de debater e construir uma proposta de projeto de urbanização para cidade (fotos). Durante esse período de elaboração do Plano Diretor municipal foi possível, ainda, o envolvimento de outros segmentos socioeconômicos da cidade, tais como os representantes do poder público local (executivo e legislativo), os movimentos sociais organizados e os setores empresariais.

Procurou-se mostrar aos participantes da oficina que assumir a responsabilidade de conduzir um projeto que propõe mudanças estruturais para a cidade como as contidas no Plano Diretor Participativo, que se transformam em lei, não é tarefa fácil, na medida em que se faz necessário lidar com diferentes interesses de setores socioeconômicos da cidade. Além disso, é preciso contar com o compromisso e qualificação dos agentes da administração pública, o que nem sempre é possível. Portanto, uma das etapas a ser alcançada quando se elabora um Plano Diretor é fazer com que todos se envolvam e assumam a responsabilidade de pensar a cidade com suas múltiplas características e possibilidades e em sua totalidade. Para isso, às vezes, é necessário deixar de lado determinados interesses individuais em favor da coletividade, pequenas situações do cotidiano da cidade em favor das grandes questões que podem beneficiar um número maior de moradores. No que diz respeito a essa última questão, ressaltamos, que na nossa experiência, era comum receber sugestões de determinados moradores para inserir no Plano Diretor da cidade propostas de intervenção numa pequena rua

de um bairro da cidade, tais como, dentre outras, a retirada de uma árvore que está atrapalhando a vizinhança ou a remoção de entulhos de um determinado terreno baldio. Desse modo, houve um esforço durante o processo de elaboração do PDP de convencer à população de que o Plano Diretor é um projeto de cidade, que define grandes diretrizes para o futuro dela que pode ser dentro de alguns anos, e não que irá resolver de imediato os problemas vivenciados pela população. Coube, nesse caso, aos agentes que estavam conduzindo o processo de elaboração do PDP, saber ouvir os diferentes segmentos e dirimir conflitos latentes que aparecem no percurso. Essa etapa foi importante na condução do processo, já que o morador que se envolve na elaboração do PDP tem de ser esclarecido sobre o que é o Plano Diretor, qual a sua função e a sua abrangência no tempo e no espaço.





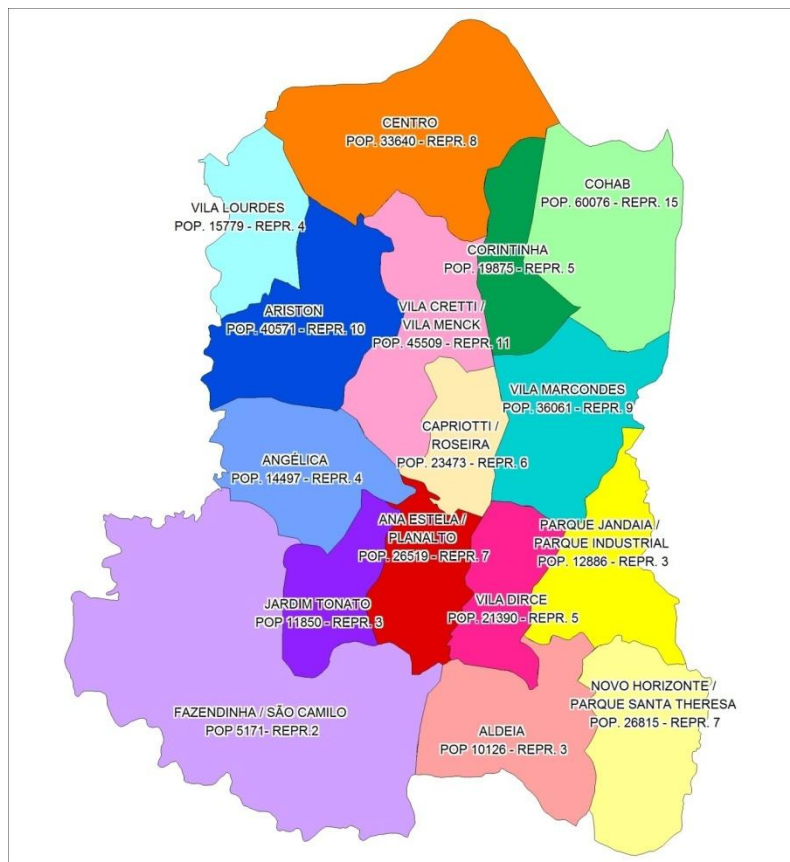
Fotos 1 e 2: Posse dos representantes do Grupo de Acompanhamento do Plano Diretor Participativo de Carapicuíba - Outubro de 2009. Fonte: os autores.

Ainda sobre a questão da participação da população na elaboração do PDP de Carapicuíba, esclarecemos aos participantes da oficina que o grupo que conduziu esse processo decidiu realizar uma efetiva participação dos moradores da cidade. Com esse objetivo, conforme orienta o Estatuto da Cidade (Lei Federal no. 10.257, de 10 de julho de 2001), realizou-se um grande chamamento público para que todos soubessem que se realizaria nos próximos meses a elaboração do PDP e que todos estariam habilitados a participar. Para tanto, a equipe técnica da prefeitura elaborou uma divisão do território do município em 16 regiões (mapa 01) obedecendo, dentro de cada uma delas, a proximidade espacial dos bairros e as afinidades de temas que poderiam ser abordados com medidas semelhantes. Em cada uma das regiões ocorreram audiências públicas, nas quais foram escolhidos os representantes que participariam mais diretamente da elaboração do PDP, grupo que denominado

pela a equipe técnica de “Grupo de Acompanhamento” (GA). É importante salientar, que o número de representantes de cada região era proporcional à quantidade de habitantes da mesma, evitando, dessa forma, que regiões com pouca população estivesse super-representada no processo participativo, em detrimento de outra com mais moradores e que pudesse ficar sub-representada. A proposta, neste sentido, era criar um equilíbrio na hora de tomar decisões importantes que envolvessem interesses de uma região específica, mas que elas não ficassem restritas apenas ao grupo de representantes daquela região, mas ao conjunto dos representantes de todas as regiões da cidade. Esse processo foi bastante complexo no sentido de convencer as pessoas de que o que se queria com o PDP era discutir a cidade como um todo e não uma parcela dela.

Tal convencimento se tornou mais difícil por conta de que a cidade está dividida em duas áreas distintas demográfica e socialmente. Na parte sul da cidade, onde se localizam a Fazendinha e a Granja Viana, dois dos bairros com maior poder aquisitivo do município cujos lotes são maiores (acima de 500 metros quadrados), com uso do solo predominantemente de condomínios de médio e alto padrão, com baixa densidade demográfica e com maior concentração de área verde; enquanto que no restante da cidade ocorre uma elevada densidade demográfica, constituída de uma população de baixo poder aquisitivo que habita, predominantemente, pequenos lotes de 125 metros quadrados e com uma reduzida presença de áreas verdes. Estabelecer um diálogo entre essas duas realidades distintas foi o grande desafio da equipe que

Mapa 1 - Divisão regional do Município de Carapicuíba para a Escolha dos Representantes do Grupo de Acompanhamento do Plano Diretor Participativo



Elaboração Rinaldo Gomes Pinho. Sem escala

conduzia o PDP, principalmente porque nunca houve diálogo e convivência entre os dois grupos de moradores. Após muita

negociação, mediada pela equipe técnica, foi possível estabelecer a proporcionalidade de representantes entre as regiões participantes do PDP.

Superada essa etapa, partiu-se para a tarefa de oferecer oficinas (fotos 3 a 7) para garantir uma formação básica do grupo de acompanhamento para que os seus componentes pudessem entender a cidade em seus múltiplos aspectos. A partir das oficinas também representavam uma oportunidade dos representantes trazerem para a equipe técnica à sua leitura da cidade e, ao mesmo tempo, para que eles pudessem compreender a funcionalidade dos instrumentos urbanísticos propostos pelo Estatuto da cidade. Para isso, foi necessário um razoável esforço no sentido do entendimento do que representaria cada um dos instrumentos garantidores de uma cidade mais equilibrada do ponto de vista do uso de seu território, mais justa no que se refere à função social da terra, ao direto de morar, ao acesso aos serviços urbanos e às áreas verdes, etc. Esse processo formador foi extremamente rico para todas as partes envolvidas na elaboração do PDP. Serviu para mostrar o quão foi importante à convocação da população do município para que ela exercesse o seu direito de cidadania, comumente tolhido por conta daquela visão do senso comum de que os conhecedores da cidade e os que podem propor solução para ela são somente os representantes técnicos estabelecidos nas secretarias municipais, concepção extremamente equivocada que o Estatuto da Cidade procura corrigi-la.



Foto 3. Oficina de Capacitação do Grupo de Acompanhamento do PDP- Carapicuíba, outubro de 2009. Fonte: os autores



Fotos 4, 5, 6 e 7: Oficinas com o GA sobre a Leitura da Cidade - Novembro de 2009. Fonte: os autores

A participação da população representou um ganho também no sentido de desvendar a cidade que o corpo técnico da prefeitura desconhecia ou conhecia apenas de maneira parcial, através da leitura comunitária obtida nas oficinas foi possível fazer a leitura da cidade a partir das informações trazidas pelos representantes da cada região. A partir desse retrato mais fiel trazido pelos moradores foram construídos mapas e quadros indicando a cidade que tínhamos, com suas mazelas, mas também com suas potencialidades. Foi uma surpresa para a equipe técnica, por exemplo, a revelação trazida pelos representantes do Grupo de Acompanhamento de determinados monumentos urbanos que a equipe não havia atentado para a sua importância para o entendimento da cidade de hoje e do passado. Além disso, pudemos, a partir da leitura da cidade elaborada pelo grupo de acompanhamento, localizar as centralidades nos distintos bairros do município, bem como, os pontos de alagamentos, dentre outras descobertas. Enfim, esse exercício de desvendamento da cidade construído junto com a população foi fundamental para revelar a cidade real e a partir da qual deveríamos partir para a construção da cidade que queríamos.

A cidade real e seus problemas

Outros desafios foram colocados para a construção do PDP de Carapicuíba e que mencionamos aos participantes da oficina na VII Semana de Geografia, dentre eles, o fato de se tratar de uma cidade de periferia localizada no extremo oeste da região metropolitana de São Paulo, com um território de pequenas dimensões (35 km²), densamente ocupado e abrigando uma população de aproximadamente 400 mil

habitantes. Entretanto, verificou-se que os moradores possuíam pouca identidade com a cidade pelo fato de ser um espaço urbano com fortes vínculos de fluxo de população para o trabalho, e para o acesso a determinados serviços, com as cidades vizinhas, como São Paulo, Osasco e Barueri (especialmente o bairro de Alphaville). Além disso, a administração municipal historicamente pouco se ateu à valorização do planejamento como uma ferramenta necessária para disciplinar a ocupação do espaço urbano. O resultado disso reflete na forma pela qual a dinâmica urbana da cidade se manifesta hoje com vários problemas no que diz respeito às características de uso e ocupação do solo, as condições de precariedade das moradias, a difícil mobilidade urbana, a frequência irregular dos equipamentos urbanos distribuídos pela cidade, etc. Esse quadro também se colocou como desafio para a equipe técnica e para o Grupo de Acompanhamento, no sentido da dificuldade de indicar as diretrizes urbanas corretas de intervenção que fossem capazes de reverter tal situação.

À compreensão dos instrumentos urbanísticos representou um ganho substancial para todos os participantes envolvidos na elaboração do PDP, principalmente porque passamos a acreditar que eles seriam excelentes mecanismos para a implementação de importantes transformações no espaço e na gestão dos recursos do município, no sentido, por um lado, de garantir o controle mais efetivo por parte do poder público no uso e ocupação do seu território. Por outro lado, de possibilitar aos cidadãos do município a participação na gestão pública, através das conferências e dos conselhos municipais. Tanto a primeira quanto a segunda possibilidade significavam importantes ganhos ao município, o qual teve um

crescimento urbano sem o controle necessário do poder público e ainda contando com a ausência de mecanismos capazes de garantir a participação popular nas decisões de interesse da coletividade do município, frequentemente a cargo apenas dos representantes da administração pública. A aplicação de alguns dos instrumentos urbanísticos, através do Plano Diretor, representava, nesse sentido, a possibilidade de disponibilizar aos seus moradores as ferramentas que garantiriam melhores condições para o exercício da cidadania.

Além dos representantes das regiões, eleitos pela população que participou das audiências públicas, foram estabelecidos outros canais de comunicação com os moradores do município, na tentativa de que todos pudessem ter voz no processo participativo. Um desses instrumentos foi a elaboração de um “*Blog do Plano Diretor*”, que passou a integrar o sítio da prefeitura de Carapicuíba. Paralelamente às oficinas e audiências realizadas com o Grupo de Acompanhamento também a equipe técnica recebia através do *Blog* as sugestões *postadas* pelos moradores. Tais sugestões foram discutidas nas audiências públicas e muitas delas incorporadas ao Projeto de Lei do Plano Diretor participativo enviado para Câmara Municipal. O êxito do *Blog* como ferramenta de acesso à população demonstra a importância do uso dessas novas tecnologias para o estreitamento do diálogo do poder público com os munícipes.

O planejamento e o tempo da política

As barreiras para a execução do Plano Diretor Participativo de Carapicuíba também foram grandes, especialmente no sentido de que o tempo da política é distinto

do tempo do planejamento. O segundo subordinado ao primeiro. Percebeu-se durante todo o processo de elaboração do PDP que nem sempre o tempo do planejamento consegue ter autonomia diante do movimento da política, este permeando, a todo instante, as outras escalas de ação. Isso quer dizer que a dimensão da política deve ser considerada em todas as etapas do planejamento, tanto na sua preparação quanto na sua execução. Na primeira situação, é preciso “mapear” todos os agentes envolvidos (movimentos sociais organizados, lideranças comunitárias, empresas, vereadores, grupos religiosos etc.) com o intuito de identificar o poder de influência e de articulação que cada um deles possui junto à população ou ao grupo que controla politicamente a administração pública municipal. Frequentemente esses grupos estão disputando espaço político, portanto, a chamada para participação em um evento, como a elaboração do Plano Diretor, que envolve todo o município, é uma excelente oportunidade para a exposição e futuros ganhos políticos. Essas dimensões nem sempre a equipe técnica consegue identificar claramente no seu trabalho de organização e execução da atividade. Após a elaboração do Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo e o seu envio à câmara municipal para aprovação, inicia-se uma nova etapa em que a articulação política entre os atores é fundamental. Nesse estágio de qual Plano Diretor municipal também é importante a participação da população que deve ficar atenta aos desdobramentos que ocorrerão na casa legislativa, porque ali o Plano está também suscetível ação de diferentes grupos, os quais buscam estabelecer o predomínio dos seus interesses, estes nem sempre em benefício da cidade. Podem-se citar distintas

situações do jogo de interesses constituídos na Câmara Municipal envolvendo a etapa de aprovação do Projeto de Lei do PDP. A presença de lobistas, especialmente os associados ao mercado imobiliário, é uma constante nos gabinetes dos vereadores, suas articulações visam modificar as intervenções propostas a partir de algum instrumento urbanístico no território do município, definidas durante a construção coletiva do Plano. Esses agentes buscam alterar, por exemplo, as áreas que foram incluídas como sujeitas a ação do imposto progressivo, pelo fato delas não possuírem um uso adequado do solo urbano. Ou seja, são vazios urbanos ou imóveis desocupados aproveitados, comumente, para a especulação, enquanto milhões de pessoas não possuem uma habitação ou são empurrados para lugares cada vez mais distantes das áreas centrais da cidade. Buscam, outras vezes, reduzir a aplicação direito de preempção, instrumento que impede que determinado imóvel possa ser comercializado sem que antes o município seja consultado se há interesse ou não pela sua aquisição. Neste caso, a prioridade é sempre do poder público. Desta forma, tenta-se evitar que seu território constitua num “balcão de negócios”, sob o controle de especuladores imobiliários em detrimento da população do município que, às vezes, não podem ter acesso a imóveis para a construção de equipamentos públicos, e, quando necessita adquiri-los, paga-se um preço, às vezes, muito acima do de mercado. Enfim, sem a vigilância da população em defesa dos princípios acordados no processo participativo e que integram o Projeto de Lei do PDP, enviado para a Câmara Municipal, é bem capaz que o texto, a ser transformado em lei, deixe a casa legislativa distinto daquele que foi debatido com os moradores. Sendo

que as possíveis alterações e as orientações contidas na lei gerem ainda mais privilégios para determinados segmentos da sociedade, frequentemente para aqueles que já mantêm o controle econômico e político do município.

Após a aprovação do Plano na cidade, o novo desafio será fazer com que ele não se transforme em uma “letra morta”, tornando-se um projeto bonito, mas sem a eficácia concreta, que é o desejo de mudança efetiva da vida das pessoas que moram no município. A manutenção da mobilização dos representantes das regiões, desse modo, é imprescindível no sentido de fiscalizar principalmente a ocupação e o uso do solo denunciando ao poder público para que se respeitem as diretrizes aprovadas em lei. Neste sentido, colocou-se como necessidade a instalação do Conselho de Desenvolvimento Urbano e Habitação com os representantes das regiões, para que eles acompanhem a efetivação do Plano Diretor Participativo e discutam a política urbana do município. Avaliamos que sem a efetiva participação da população e dos representantes das regiões a Lei do Plano Diretor pode virar apenas um desejo e uma peça decorativa, pois não cumprirá a função que lhe foi atribuída. Assim, a divulgação do Plano como uma construção coletiva dos representantes dos bairros, a construção de cartilhas para divulgação para a população, escolas, comunidades e diversos agentes que constroem a cidade é imprescindível no sentido de implementação das diretrizes indicadas no documento.

Encerramos a oficina com os participantes da “VII Semana de Geografia da Unicamp: para Onde Vão as Cidades?” promovendo um debate sobre o papel que desempenha hoje o Plano Diretor na vida das cidades, e quais as funções do poder

público e, também, da universidade na condução desse processo.

Bibliografia sugerida

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Guia para Implementação Pelos Municípios e Cidadãos. Brasília: Instituto Pólis/ Caixa Econômica Federal, 2001.

BRASIL. **Plano Diretor Participativo**: Guia para a Elaboração pelos municípios e Cidadãos. Brasília: CONFEA/Ministério das Cidades, 2004.

BUENO, Laura Machado de & CYMBALISTA (rgs.), Renato. **Plano Diretores Municipais**: Novos Conceitos de Planejamento Territorial. São Paulo: Annablume, 2007.

CADERNOS IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ano 1, n. 1 (jan./abr.). Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1986.

CARDOSO, Ana Cláudia & CARVALHO, Guilherme (org.). **Planos Diretores Participativos**: Experiências Amazônicas. Belém: EDUFPA, 2007.

CARLOS, Ana F. A. & OLIVEIRA, Arioaldo U. de (org.). **Geografias das Metrôpoles**. São Paulo: Contexto, 2006.

COSTA, Geraldo Magela & MENDONÇA, Jupira Gomes de (org.). **Planejamento urbano no Brasil**: Trajetória, Avanços e Perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. **Por Dentro da Região Metropolitana de São Paulo, 2011**. In: <http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/RMSP/rmsp.pdf>. Acesso em 09/03/2012.

LENCIONI, Sandra; VIDAL-KOPPMANN, SONIA; HIDALGO, Rodrigo & PEREIRA, Paulo C.X. (org.). **Transformações Sócio-territoriais nas**

Metrópolis de Buenos Aires, São Paulo e Santiago. São Paulo: FAUUSP, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião:** SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PEREIRA, Paulo C.X. & HIDALGO, Rodrigo (edit.). **Producción Inmobiliaria y Reestructuración Metropolitana em América Latina.** Santiago/São Paulo: FAUUSP/PONTIFICIA UNIVERSIDAD CATÓLICA DE CHILE, 2008.

SOUZA, Marcelo L. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VILLAÇA, Flávio. **As Ilusões do Plano Diretor.** In: http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf. Acesso em: 9 mar. 2012.

APRESENTAÇÃO DA BASE DE DADOS RAIS/CAGED E SEU USO PARA A PESQUISA EM GEOGRAFIA

Rodolfo Finatti

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (*Campus* de Presidente Prudente) e Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. É também especialista em geoprocessamento pelo Centro Universitário SENAC e atualmente atua como Analista de Pesquisa Regional pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. E-mail: rodolfofinatti@yahoo.com.br

Introdução

O presente texto foi motivado pela apresentação e debate realizado durante o minicurso “Base de dados RAIS/CAGED: aplicações para estudos em Geografia”, que ocorreu na VII Semana de Geografia da Unicamp, em 2011. Elaborado a partir de conteúdo predominantemente técnico, nosso objetivo é apenas ressaltar a existência e algumas funcionalidades desta base de dados, em razão das possibilidades que apresenta para auxiliar pesquisas que possam olhar geográfico. Importa destacar seu acesso gratuito e também a facilidade com que é possível aprender e habituar-se ao seu uso.

A base de dados RAIS/CAGED é organizada e disponibilizada no âmbito do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e envolve dados do emprego formal no Brasil. Dessa forma, seus dados são expressão do universo de trabalhadores no Brasil e das empresas que os contratam, e estão agrupados, principalmente, pelas suas características geográficas, setoriais e ocupacionais.

A possibilidade de seu uso para auxiliar análises de pesquisas em Geografia decorre de três principais aspectos. Em primeiro lugar, porque a localização do emprego e das empresas pode ser vista como expressão de processos sociais e empregada na análise do território. Em segundo lugar, justamente porque é preocupação do MTE disponibilizar os dados com várias possibilidades de recortes regionais para o Brasil, desde o nível nacional até o municipal, mais desagregado. Por fim, a base de dados fornece a geocodificação empregada pelo IBGE para todos os níveis escalares, o que permite a comunicação entre os dados extraídos da base RAIS/CAGED com as geometrias das bases cartográficas que podem ser utilizadas nos Sistemas de Informação Geográfica.

Apresentaremos os aspectos principais desta base de dados, faremos uma breve exposição das principais variáveis que a compõem e como podem ser empregadas para atividades de pesquisa em Geografia.

O Ministério do Trabalho e a origem da base de dados RAIS/CAGED

Por meio do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho¹, mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ocorre periodicamente a sistematização, em uma base de dados, das informações declaradas por empregadores de todo o Brasil, em todos os segmentos da economia.

A Relação Anual de Informações Sociais² (RAIS) é composta por uma declaração anual feita pelos empregadores,

¹ Para acesso ao site do programa: <http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>

² Implantada a partir do Decreto nº 76.900/75

enquanto o Cadastro Geral de Empregador e Desempregados³ (CAGED) é declarado mensalmente por todos os empregadores nos meses em que fizeram movimentação no estoque de vínculos formais de emprego, apenas celetistas.

Os objetivos do programa são principalmente administrativos, como podemos mencionar: controlar a nacionalização do trabalho no Brasil, prestar subsídios ao controle do FGTS, subsidiar a formulação de políticas de formação de mão de obra e salarial. A estatística é considerada pelo Ministério do Trabalho e Emprego como um subproduto nobre do programa.

Também viável no que tange à realização de pesquisa científica, é possível destacar duas características específicas desta base de dados: em primeiro lugar, a manutenção de uma série histórica longa, e que permite comparabilidade entre os dados. Desde 1985 é feita a pesquisa que origina os dados da RAIS e do CAGED, e destaca-se o fato que as variáveis originais que compunham a pesquisa em seus primeiros anos foram mantidas no sistema, e como uma organização que permite estabelecer a comparação com variáveis que estão atualizadas com a realidade presente⁴. Como segundo aspecto importante, devemos ressaltar sua natureza cadastral e não amostral. Ou seja, os dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho são coletados diretamente junto aos empregadores, que devem responder às pesquisas por obrigatoriedade da lei. Situação oposta seria a da amostragem, segundo a qual não

seria necessário chegar à totalidade das empresas, mas tão somente a um número representativo de cada área estudada.

É também objetivo do programa de disseminação ofertar gratuitamente os dados da RAIS e do CAGED, então disponibilizados para acesso *on-line*, que ocorre mediante um cadastro feito no *site* do Ministério do Trabalho e Emprego.

Síntese dos agrupamentos temáticos

São disponibilizadas três categorias principais de desagregação dos dados presentes na base, cujas seleções podem ser feitas dentro do mesmo grupo ou cruzando-os: desagregação geográfica, setorial e ocupacional.

Na desagregação geográfica, é possível partir no nível maior, o nacional, para recortes regionais com diferentes detalhamentos: macrorregiões, unidades da federação, regiões metropolitanas e municípios. Ainda no nível das unidades da federação, estão disponibilizadas algumas subdivisões regionais de caráter administrativo, conforme propostas pelo IBGE: Região Administrativa, Região de Governo, e ainda meso e microrregião.

Na desagregação geográfica dos dados é possível obter, respeitando os níveis de detalhamento disponíveis pelo sistema, a distribuição espacial das variáveis escolhidas, que sequencialmente devem estar selecionadas em função da desagregação por setor ou por ocupação. É ainda possível, contudo, a comparação do resultado para diferentes níveis, como a seleção de uma unidade da federação e uma região administrativa de outra unidade da federação, ou ainda, agrupar um mesmo nível de diferentes formas, por exemplo, selecionando individualmente diferentes municípios, que não

³ Implantado a partir da Lei nº 4923/65

⁴ Como exemplo, podemos citar a manutenção das diferentes CNAE. Mesmo tendo sofrido adaptações e evoluções com o passar do tempo (por exemplo, entre as versões CNAE 1.0 x CNAE 2.0), as primeiras classificações foram mantidas para se permitir estabelecer comparação.

necessariamente precisar se localizar na mesma unidade da federação.

A desagregação por setor, pautada na CNAE⁵, é expressão do tipo de atividade econômica declarada por cada estabelecimento, e respeita uma hierarquia: grande setor, setor, subsetor, seção, grupo, divisão e classe.

Utilizando o grande setor podemos ter uma visão geral da participação de indústria, comércio ou serviços em um dado recorte regional, enquanto com a utilização da classe, por exemplo, podemos chegar ainda a níveis de detalhes interessantes, como o número de empregos formais na fabricação de estruturas metálicas (Classe 25110).

Por sua vez, a desagregação ocupacional permite chegar às características gerais dos empregados: nacionalidade, gênero, faixa etária e escolaridade são variáveis que remetem às características dos próprios indivíduos, que podem ser ainda complementadas com os dados de ocupação formulados segundo a CBO⁶, que é expressão das ocupações existentes e suas principais funções. A ocupação é também uma variável hierarquizada: do grande grupo ocupacional até a família ocupacional, é possível visualizar desde a totalidade de profissionais de ciência e das artes (Grande Grupo 2), até pesquisadores das ciências sociais e humanas (Família Ocupacional 2035).

Uma preocupação natural da pesquisa geográfica seria poder visualizar a distribuição espacial dos dados selecionados, ou ainda, caracterizar uma determinada área de estudo no

tocante à atividade econômica, ao emprego, ou mesmo às características daqueles que estão empregados nesta área. Na condição de objeto de estudo do pesquisador, ou como dados complementares, a RAIS e o CAGED foram organizados de maneira a disponibilizar esta seleção geográfica dos dados.

Considerações finais

A quantidade de empresas, segundo o seu setor e localização, bem como todas as características relacionadas ao emprego são temas de importante expressão espacial que permitem realizar e responder questionamentos voltados à análise e interpretação do território. Por outro lado, também permitem ampliar a compreensão de demais problemas de pesquisa, desde que se preocupem com a interação e correlação entre os elementos que fazem parte do território.

Como ressaltamos no início, os dados do emprego formal e as características daqueles que estão empregados, bem como a própria distribuição geográfica das empresas, permitindo sua visualização setorial, são expressão de diversos processos sociais que podem ser analisados pela pesquisa. A preocupação da desagregação geográfica, presente no sistema de recuperação dos dados, é o que potencializa o uso desta ferramenta para pesquisas que tenham um olhar geográfico.

É neste sentido que escrevemos esta pequena contribuição, fruto de um minicurso sobre o tema, e uma vez identificado que o uso desta base de dados poderia ser mais difundido entre aqueles que se debruçam sobre pesquisas em Geografia.

⁵ Classificação Nacional das Atividades Econômicas, proposta pela CONCLA – Comissão Nacional de Classificação.

⁶ Classificação Brasileira de Ocupações, proposta pelo próprio Ministério do Trabalho e Emprego.

ESPAÇOS DE DIÁLOGO GEOGRÁFICO

REFLEXÕES ACERCA DOS EIXOS DE DESENVOLVIMENTO E O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

Fernando Campos Mesquita

fernandocmesquita@gmail.com

Instituto de Geociências – Unicamp

Palavras-chave: desconcentração industrial, eixos de desenvolvimento, formação econômica, divisão do trabalho, extensão da periferia paulista.

EIXO 1

CIRCUITOS PRODUTIVOS E USO DO TERRITÓRIO

O padrão espacial que predominou na industrialização brasileira de 1930 a 1970 foi definido tanto pela concentração no Estado de São Paulo em relação ao restante do país quanto internamente, nesse Estado, com o avanço da capital e de seu entorno próximo em comparação às demais áreas do interior. Ao focar na segunda escala, essa situação atinge o ponto máximo no ano de 1970, quando a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) chegou a representar 74,7% do Valor da Transformação Industrial (VTI) no Estado e 43,5% no país (CENSO INDUSTRIAL *apud* CANO, 2008).

A partir de então se inicia uma inversão do padrão de concentração espacial devido, de um lado, aos atrativos que a periferia passa a oferecer à localização das indústrias e, de outro, aos incentivos estatais visando reduzir as disparidades no crescimento econômico. Com efeito, entre 1970 a 1985, pode ser identificada a redução de 74,7 para 56,6% do VTI da RMSP no total do Estado de São Paulo (CENSO INDUSTRIAL, 1970 e 1985 *apud* CANO, 2008, p. 174).

Em meados de 1980 e início da década de 1990, a economia brasileira passa por uma fase de transição e de instabilidades geradas pela crise econômica e os impactos iniciais da política de abertura comercial. Nesse momento, o processo de desconcentração passa por um período de “esgotamento” (GUIMARÃES NETO, 1997), sendo retomado somente na segunda metade da década de 1990 (DINIZ FILHO, 2005; CANO, 2008).

A intensidade dessa nova fase da desconcentração pode ser observada pelo alto dinamismo industrial atingido pelo interior paulista — entendido pela exclusão da RMSP —, que, em 2004, supera a geração de valor industrial da RMSP, passando para 60,8% do total do Estado, e torna-se a principal região industrial do país, com 26,2% do VTI nacional (IBGE – PIA *apud* CANO, 2008, p. 174).

Mas, de forma geral, a “retomada” da desconcentração industrial ocorre em um contexto bastante distinto daquele pelo qual esse processo se iniciou. No caso, novos fenômenos devem ser explicados para compreender sua dinâmica espacial, como, por exemplo, a associação com a globalização e a reestruturação industrial apoiada pela abertura econômica. Entre esses novos fatores, chamamos a atenção para as dinâmicas territoriais envolvidas nas transformações no espaço dos fluxos com a formação dos eixos de desenvolvimento.

Inicialmente, esses eixos, como define Sposito (2009, p. 5), “podem ser entendidos como uma configuração socioespacial, fruto da interação entre infra-estruturas de transporte, atividade industrial e núcleos urbanos com características industriais”. Segundo Sposito (2007, p. 219), esse conceito é de suma importância por presenciarmos “um novo desenho estrutural que pode ser definido pelo paradigma dos eixos, nas áreas com maior densidade econômica, e pelo paradigma de áreas em locais de menor densidade urbana e econômica”.

Nesse contexto, consideramos que para associar o paradigma dos eixos ao processo de desconcentração industrial é necessário refletir acerca de três características.

Primeiro, os eixos de desenvolvimento, embora tenham seu funcionamento atrelado às dinâmicas do processo de globalização, devem ser entendidos em conjunto com as características herdadas de outros períodos que marcaram a evolução da economia brasileira. Tal concepção se baseia na ideia de Santos (1982, p. 17), de que a “formação social está condicionada pela organização do espaço, isto é, pelos dados que dependem diretamente da formação social atual”, mas também das formações econômicas e sociais permanentes.

Nesse ponto, uma primeira “base” estrutural para a formação dos eixos de desenvolvimento ocorre logo no início da década de 1930, com o deslocamento do centro dinâmico para o mercado interno (FURTADO, 2007) e o avanço da integração regional feita pelo transporte rodoviário. Esse processo, em consonância com o modelo de industrialização por “substituição de importações”, resulta num reordenamento da periferia nacional comandado pelo centro, no caso, a capital paulista.

Um segundo momento essencial para a estruturação espacial dos eixos de desenvolvimento ocorre com o início do próprio processo desconcentração nos anos de 1970, ou seja, quando, além da integração “física” do território,

as vias de transporte passavam também a exercer a função de “eixos de desconcentração”, viabilizando a dispersão industrial.

O segundo aspecto refere-se à divisão espacial do trabalho, na atividade industrial, promovida no trajeto dos eixos de desenvolvimento pelas interdependências que essas vias estabelecem. Essa noção se baseia no fato de que esses eixos são responsáveis por uma expansão da lógica de acumulação comandada pela RMSP. De modo que ao promoverem, entre seus núcleos urbanos e a RMSP, uma maior integração espacial, os eixos impulsionam, nos moldes definidos por Myrdal (1960, p. 48), “efeitos regressivos da expansão econômica” e “efeitos propulsores”.

A resultante setorial dessas inter-relações é uma divisão do trabalho responsável por manter a atividade industrial de maior valor agregado e maior intensidade tecnológica concentrada nas localidades próximas à capital paulista, como, por exemplo, Jundiaí, Campinas e Sorocaba, enquanto para as regiões mais distantes se deslocam, sobretudo, as atividades baseadas na produção intensiva em recursos naturais e mão de obra, as quais, usualmente, apresentam menor valor agregado e menor absorção de tecnologia.

Portanto, é essencial que a noção de eixos de desenvolvimento seja baseada nas ideias apresentadas por Santos (1996, p. 213), de que “não existe homogeneidade do espaço como não existe homogeneidade das redes”, pois, juntamente com sua formação, está em voga um sistema de divisão do trabalho que acentua as heterogeneidades.

Por fim, nossa terceira consideração refere-se à necessidade de se estender a análise das dinâmicas territoriais dos eixos de desenvolvimento para além da delimitação do estado de São Paulo. No caso, a escala utilizada deve abranger a extensão territorial da periferia interligada com a capital paulista em outras unidades da federação, como, por exemplo, o norte do Paraná, a porção leste do Mato Grosso do Sul e as regiões Sul e Triângulo de Minas Gerais, distinguindo-as, assim, do processo de desconcentração industrial que ocorre nos estados das regiões Norte e Nordeste, pois é certo que as áreas de fronteira ao estado de São Paulo devem ser tratadas nesse contexto de acordo com suas particularidades, ou seja, nem como simples extensões do interior paulista, nem como resultantes de um processo de abrangência nacional.

Embora as fronteiras políticas não devam ser ignoradas, os eixos de desenvolvimento são os elementos no território que surgem justamente para garantir expansão da

região periférica paulista, criando uma malha econômica com limites geográficos específicos de seu processo. A necessidade de se considerar essas regiões complementares no estudo dos eixos de desenvolvimento e da desconcentração industrial se mostrou nítida no estudo que realizamos a respeito do eixo São Paulo-Brasília (MESQUITA, 2011), em que a inserção do Triângulo Mineiro e da microrregião de Catalão se pauta em uma mesma lógica de acumulação refletida pelos mais pelos interesses da economia paulista, do que, propriamente, do governo dos estados de Minas Gerais e de Goiás.

De forma geral, esses três elementos não devem ser considerados isoladamente, mas como características da própria forma com que a interação entre núcleos urbanos, as vias de transporte e a atividade industrial evoluiu no território nacional, pois é a partir desses processos e dos interesses políticos e econômicos em estabelecer esse elo que se pode observar, de forma mais ampla, o papel que os eixos de desenvolvimento exercem na organização do espaço e, mais especificamente, no processo de desconcentração industrial.

Referências bibliográficas

CANO, W. 2008. **Desconcentração regional produtiva do Brasil 1970-2005**. São Paulo, Editora da Unesp, 2008.

DINIZ FILHO, L. L. 2005. Para Onde Irão as Indústrias? In: ALBUQUERQUE, E. S. (org.). **Que País é Esse?** São Paulo: Globo, 2005.

FURTADO, C. 2007. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Edição Nacional, 2007.

GUIMARÃES NETO, L. 1997. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: Caminhos e descaminhos. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, Ipea, n. 15, jun. 1997.

MESQUITA, F. C. 2011. **O processo de desconcentração industrial no eixo de desenvolvimento São Paulo-Brasília e a dinâmica do setor de alimentos e bebidas em Uberlândia (MG)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

MYRDAL, G. 1960. **Teorias Econômicas e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro, Textos de Economia Contemporânea, 1960.

SANTOS, M. 1982. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SPOSITO, E. S. Cidades médias e eixos de desenvolvimento no Estado de São Paulo: metodologia de abordagem. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**. Espaços em transição. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Dinâmica econômica e descontinuidades territoriais urbanas: desconcentração das atividades industriais no Brasil. In: ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA, 12, Montevidéo, 2009. **Descarga de trabajos completos**. Montevidéo: [s.n.], 2009. Disponível em: <www.egal2009.com>. Acesso em: 30 out. 2010.

A CONSOLIDAÇÃO DA NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA BRASILEIRA SEGUNDO A APROPRIAÇÃO E REPRODUÇÃO PELO CAPITAL: REGIÃO DO BAMAPITO (BAHIA, MARANHÃO, PIAUÍ E TOCANTINS)

Bianca Gomes de Queiroz

biancagqueiroz@gmail.com

Instituto de Geociências - Unicamp

Mariana Traldi

maritraldi@gmail.com

Instituto de Geociências - Unicamp

Palavras-chave: região, fronteira agrícola, BAMAPITO, soja.

A partir de uma abordagem geográfica, mas com uso acessório de conceitos emprestados da economia, pretende-se analisar e entender primeiramente como o BAMAPITO se constituiu enquanto uma região, quem são os principais agentes envolvidos nas relações estabelecidas na nova fronteira agrícola brasileira e, por fim, como o capital se apropria desta região e busca se reproduzir. Para tanto, é importante compreender a espacialização da produção da soja na região do BAMAPITO – que se encontra em formação e que se caracteriza como área de expansão da agricultura moderna atualmente –, abrangendo as relações técnicas e econômicas

que estão envolvidas na produção, distribuição, troca e consumo da produção da soja e seus subprodutos.

A região do BAMAPITO é compreendida pelo oeste da Bahia, sul do Maranhão, sudoeste e sul do Piauí e nordeste do Tocantins. No presente trabalho, entendemos a região do BAMAPITO conforme a conceituação de *região* defendida por Bernardes (2009), como uma maneira de compartimentação do território realizada segundo as condições específicas de produção e reprodução do capital e da força de trabalho; somada à conceituação de *fronteira agrícola* proposta por Machado (1995), que nada mais é que do que o lugar da criação do *novo*, representado neste caso pela chegada da produção capitalista em grande escala e, com isso, a expansão do agronegócio em áreas de ocupação tradicional.

O processo de expansão do agronegócio no território nacional foi possibilitado principal e primeiramente por uma conjuntura internacional técnica, econômica e política; essa conjuntura se manifesta através da instalação de infra-estruturas promovida pelo Estado, cujo objetivo primeiro era a integração territorial nacional, e, em um segundo momento, também como consequência de políticas públicas realizadas no período de 1970 a 1980, principalmente no que tange ao crédito agrícola que impulsionou a migração interna

de produtores e uma nova forma de ocupação agrícola em diversas áreas do país.

A expansão do capital para essas áreas de fronteira tem como principal objetivo sua reprodução e valorização. Tais objetivos podem ser mais facilmente atingidos em áreas que apresentam baixa densidade e baixa consolidação das *rugosidades*¹. Entretanto, no caso do BAMAPITO, diferentemente da região Centro-Oeste, onde as rugosidades se apresentavam de forma menos consistente, as mesmas se apresentam de forma mais consolidada, sendo um reflexo do histórico de ocupação da região Nordeste.

Dessa forma, a compreensão do processo histórico de ocupação do Nordeste brasileiro faz-se fundamental para entender os atuais conflitos gerados pela nova forma de ocupação e produção do capital no BAMAPITO. Essa ocupação, por sua vez, possui grandes semelhanças com a porção do estado do Tocantins, que também faz parte do bioma Cerrado. A ocupação do que hoje chamamos de BAMAPITO se deu ao longo da história de maneira completamente diferente da ocupação do Centro-Oeste. Foi uma das primeiras a ser ocupada no período colonial, primeiro pela cana de açúcar na

¹Segundo Santos e Silveira (2010), as rugosidades são os diversos tempos cristalizados no espaço.

faixa litorânea e, posteriormente, pela interiorização do sistema criatório (FURTADO, 2007). Dada a densidade das rugosidades ali existentes, os modernos sistemas técnicos não foram capazes de eliminar completamente as estruturas ditas tradicionais, resultando na coexistência conflituosa de uma agricultura moderna e da agricultura familiar tradicional (BERNARDES, 2009).

A atual política de desenvolvimento econômico adotada pelo Brasil se mantém na mesma linha agroexportadora do período colonial, voltada para o mercado externo e baseada em produções de escala. A agricultura brasileira, no entanto, ganha novas características produtivas à medida que conjunturas internacionais e nacionais possibilitam a implantação da modernização da base técnica da produção, defendida por Kageyama *et al.* (1990) como o novo padrão agrícola brasileiro, que leva os complexos rurais aos complexos agroindustriais através da modernização e industrialização da agricultura no país. Assim, como forma de acelerar a implantação de uma agricultura moderna no território nacional, o Estado promove políticas de crédito agrícola com o intuito de disponibilizar mecanismos legais de financiamento desse capital (ALVES, 2006). A modernização na agricultura tem como base a chamada Revolução Verde, que

desempenhou importante papel através da inserção da pesquisa bioquímica e biogenética na produção agrícola, além de técnicas de cultivo modernas, buscando o aumento de produtividade no campo (BRUM, 1988 *apud* ALVES, 2006).

A partir da introdução dos insumos agrícolas na agricultura, o cerrado brasileiro se torna uma vasta área de possibilidade para expansão da produção agrícola moderna e de reprodução do capital, uma vez que suas características físicas naturais, combinadas com investimentos em insumos e implementos agrícolas, tornam os cerrados favoráveis à agricultura de larga escala. É neste contexto que se dá o avanço e a abertura de uma nova fronteira agrícola no Brasil, o BAMAPITO.

Importante ressaltar que a expansão da agricultura moderna através da cultura de soja nos cerrados nordestinos e do Tocantins provoca uma maior exclusão social, resultado da privatização das terras, anteriormente usadas de forma comum pelos camponeses locais. Esta privatização das terras se realiza principalmente pelas mãos de grileiros, resultando em violentos conflitos sociais entre os novos grupos ali instalados e as populações locais, que se utilizavam tanto das terras comuns quanto dos recursos naturais disponíveis, mas

que agora encontram-se degradados ou em estado de degradação devido a presença da soja (ALVES, 2006).

Entende-se a área de cerrado dos estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins como uma região de contínua expansão das formas de produção e reprodução do capital e da divisão social do trabalho imposta pela forma de produção, o que justifica sua possível categorização como região (BERNARDES, 2009). A observação do circuito espacial produtivo estabelecido na região, ainda que de forma sucinta, nos leva a entender que ocorre hoje no Brasil um monopólio de grandes empresas de insumos agrícolas, processadoras e de comercialização frente à produção capitalista da soja, denominada por Frederico (2007) como *gigantes do grão*; essas empresas exercem um poder de manipulação sobre a produção, sendo as principais fornecedoras de insumos agrícolas ao mesmo tempo em que controlam também as formas de armazenagem e comercialização da soja. Esse domínio do processo produtivo exercido por essas grandes *tradings* acarreta uma maior dependência do produtor para com elas, de modo que ele é quem assume os riscos da produção em si, mas não é ele quem mais lucra com a atividade produtiva agrícola.

Enquanto isso, a expansão do novo padrão agrícola brasileiro (KAGEYAMA *et al.* 1990) segue as tendências impostas pela colonização, com a manutenção da estrutura de latifúndios agroexportadores, intensificando assim os processos de concentração fundiária e de renda no país (ALVES, 2006). A reprodução desse padrão de ocupação combinada com a maior especulação da terra em áreas incorporadas pela nova agricultura produz e reproduz uma maior exclusão social. Essa exclusão social se perpetua devido principalmente às pressões políticas e econômicas, que estão sempre a favor da busca por maior produtividade e reprodução do capital; e também devido a pressões exercidas sobre os pequenos produtores e as populações tradicionais para que abandonem suas terras, que por sua vez serão incorporadas a grandes propriedades produtoras de soja. Da mesma forma, o ambiente também sofre com as formas de manejo altamente mecanizadas e a produção em monocultura, que originam processos de degradação do solo, da água e do ar no entorno.

Por fim, como forma de proposição de uma nova lógica para o planejamento da região, sugerimos a aplicação da idéia de *desenvolvimento* proposta por FURTADO (1992), na qual o desenvolvimento nada mais seria que a potencialização da criatividade humana, combinada com a proposta de

planejamento transescalar de BRANDÃO (2007), em que a criatividade humana deveria ser incentivada pelo poder público em uma combinação das diversas escalas – nacional, regional e local – para que o desenvolvimento da região em estudo seja impulsionado através da valorização do mercado interno e das heterogeneidades dos diversos grupos sociais e características naturais do país, não dependendo apenas de investimentos externos e da *política das empresas* (SANTOS, 1997).

Referências Bibliográficas

ALVES, V. E. L. 2006. **Mobilização e Modernização no cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BERNARDES, J. A. Fronteiras da Agricultura Moderna no Cerrado Norte/Nordeste: descontinuidades e permanências. In: BERNARDES, J. A.; BRANDÃO FILHO, J. B. (orgs.). **A territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura**. Trigo e Soja. Petrópolis/Ijuí: Vozes/FIDENE, 1988.

FREDERICO, S. **Sistemas de movimentos no território brasileiro**: os novos circuitos espaciais produtivos da soja. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

FREDERICO, S. **Onovo tempo do Cerrado**: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenagem de grãos. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010.

FURTADO, C. **Brasil**: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KAGEYAMA, A.; BUAINAIN, A. M.; REYDON, B. P.; SILVA, J. G.; SILVEIRA, J. N. J.; FONSECA, M. G. D.; RAMOS, R.; FONSECA, R. B.; BELIK, W. 1990. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. **Agricultura e políticas públicas**. IPEA, Brasília, 1990.

MACHADO, L. O. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. In: BECKER, B.; CHRISTOFOLETTI, A.; DAVIDOVICH, F.; GEIGER, P. **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, M. Da política dos estados à política das empresas. **Cadernos da Escola do Legislativo de Minas Gerais**, n. 6. Belo Horizonte, p. 9-23, 1997.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001.

NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS: A INSERÇÃO DO CIRCUITO ESPACIAL DA PRODUÇÃO PETROLÍFERA NO RIO GRANDE DO NORTE

Sandra Priscila Alves

sandraufrn@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: indústria do petróleo, dinâmica territorial, Rio Grande do Norte.

O presente ensaio tem como objetivo realizar uma discussão acerca da presença do circuito produtivo que se instalou com expressividade no Rio Grande do Norte, a partir do início das atividades de extração petrolífera. Com a implantação do circuito (este constituído de técnica, ciência e informação), a dinâmica territorial de vários municípios do estado sofreu alterações.

Optamos por construir nossas análises a partir da idéia de circuito espacial de produção. "Estes são definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território" (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 143).

No estado do Rio Grande do Norte, segundo

Alexandre (2003), a atividade petrolífera acontece em uma área de quarenta e oito mil quilômetros quadrados correspondente à Bacia Potiguar Sedimentar. Os elementos técnicos concernentes exploração, a produção e ao refino da atividade estão dispersos em quinze municípios. Temos ainda a presença de objetos na plataforma continental e em outras municipalidades por onde passam os oleodutos e gasodutos que atuam no escoamento da produção.

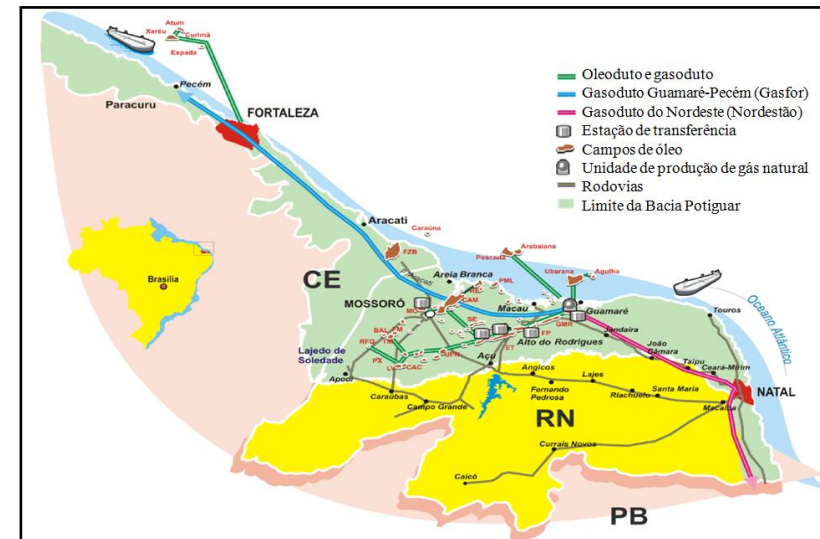


Ilustração 1 – Sistema de objetos e de ações concernentes a indústria petrolífera no estado do Rio Grande do Norte. Fonte: Felipe *et al.*, 2003.

O primeiro poço de petróleo a entrar em funcionamento e produzir em quantidades comerciais foi

implantado no ano de 1973 (MEDEIROS, 1983). A partir desse período, um novo sistema de engenharia, composto de grandes objetos, foi implantado no território potiguar, inaugurando um novo sistema de fluidez (Ilustração 1).

A indústria de petróleo estabelecida no território norte rio-grandense constitui uma atividade complexa por conter em seu território as instâncias da produção, da distribuição e do consumo do petróleo (e seus derivados), a saber: a pesquisa, a exploração, a produção e o refino (etapas do processo produtivo do petróleo), e ainda o transporte, a distribuição e o consumo dos produtos produzidos no estado. A atividade petrolífera conta com uma diversa estrutura organizacional que ocorre desde o vasto sistema nacionalmente integrado de companhias comerciais privadas e empresas estatais, bem como o grande número de pequenas companhias, algumas envolvidas em todos os aspectos das operações de petróleo, da exploração à comercialização.

O circuito espacial da produção da atividade petrolífera, que abrange quinze municípios do estado, é um processo complexo ao abranger as instâncias produtivas articuladas entre si, desde o fornecedor de matéria-prima até o consumidor final. Diversos agentes estão envolvidos na lógica de organização espacial e localização da atividade, o que se

constitui um processo dinâmico, criando uma intensidade de fluxos de pessoas, mercadorias e produtos em permanente circulação.

Nos municípios potiguares onde está localizada a produção do petróleo, a Petrobrás tem ativado pontos e utilizado áreas que constituem a base material de sua existência. Destarte, municipalidades que antes possuíam uma dinâmica social e econômica restrita ao próprio lugar, passaram a fazer parte de uma rede complexa de relações estabelecidas com lugares próximos e distantes.

Desde o ano de 1973, com a abertura do primeiro poço a extrair petróleo em quantidades comerciais, no município de Grossos, a lógica territorial da empresa vem modificando a dinâmica dos municípios onde o processo está instalado. Ou seja, em função da produção abrem-se novas estradas, mudam-se caminhos, arrendam-se terras, atraem-se novos trabalhadores, aumenta-se o fluxo de transporte.

Nessa perspectiva, podemos verificar uso do território pela atividade petrolífera no estado do Rio Grande do Norte, analisando o principal agente no espaço – a Petrobrás – e em que medida esta o utiliza, como e por que o faz, mas podemos também averiguar como o território no atual período viabiliza ou não as ações da empresa e seu

respectivo processo produtivo.

A capacidade de intervenção de uma determinada empresa no arranjo territorial de um dado lugar é evidenciada principalmente pela densidade tecnológica a qual é constituída a atividade, uma vez que no atual período histórico, marcado pelos avanços tecnológicos e científicos, a internacionalização (das técnicas, das firmas, das atividades econômicas e dos produtos) tem se mostrado um fenômeno expressivo. Com isso, os lugares, as atividades e as empresas têm sido avaliadas e qualificadas em função do seu nível tecnológico apresentado.

Outra variável que denota a influência de uma empresa em determinado território é apresentada por meio das empresas prestadoras de serviço, que se instalam nos lugares em função de uma firma principal. A Petrobrás, desde que se instalou em território potiguar, vem traindo para sua área de produção empresas que prestam serviços a produção e refino do petróleo e gás natural.

Piquet e Serra (2007) compreenderam parte da dinâmica desse circuito em âmbito nacional, na medida em que em suas pesquisas se defrontaram com um enorme ramo industrial fornecedor de produtos às empresas petrolíferas. Desse modo, foi denominado “indústria para-petrolífera” o

segmento que “(...) compreende diversificada produção de componentes, desde equipamentos e peças de alta tecnologia até as de confecção mais simples”. E , ainda, “(...) é nesse segmento que se concentram os maiores efeitos multiplicadores, e onde a escala e a especificidade dos materiais e serviços são tantas que raros países podem oferecer, competitivamente, a totalidade desses bens e serviços” (PIQUET e SERRA, 2007, p. 24).

Conforme Araújo (2009), no Rio Grande do Norte, o setor petrolífero mobiliza diversas atividades comerciais, serviços de hotelaria, de escritório, restaurantes e serviços de assessoria em pesquisa a partir das demandas fornecidas pela Petrobrás. A atividade rebate em outras atividades como o comércio e serviços. “As demandas da empresa têm significativo peso na economia potiguar. Funcionam como um fator multiplicador de investimentos, sobretudo no comércio de peças de reposição, mas também em outros setores da economia” (ARAÚJO, 2009, p. 156).

Rodrigues (2008) ressalva que ao mesmo tempo em foram investidos no estado entre os anos de 1976 e 2005 aproximadamente quinze bilhões de dólares, a empresa contratou os serviços de cerca de quinhentos e oitenta e seis empresas e demandou compras a trezentos e sessenta e nove

fornecedores do estado do Rio Grande do Norte.

Na área de compras de materiais de apoio operacional, respaldando-se em dados da Petrobrás, Alexandre (2003) afirma que no período referente foram adquiridos um montante de cento e oito milhões de reais em materiais industrializados, equipamentos e sobressalentes e aplicados aproximadamente cento e cinquenta e oito milhões de reais em contratação de serviços especializados no mercado do Rio Grande do Norte.

O advento do circuito espacial de produção (e suas atividades complementares) tem estado vinculado às alterações sofridas na dinâmica territorial dos municípios potiguares. Com a extração de petróleo e gás, muitas novas ocupações antes inexistentes nas cidades potiguares passaram a ganhar destaque no cenário ocupacional urbano, demandando novos centros de formação e qualificação profissional, além da criação de novos cursos por parte das universidades. Além disso, os fluxos entre empresas cujas sedes localizam-se em estados e mesmo países distantes têm gerado um movimento contínuo de produtos, pessoas, informações e idéias, o que provoca também a criação de novas materialidades no território.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, D. S. 2009. **Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no rio grande do norte (1940-2006)**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

ALEXANDRE, M. J. O. 2003. **O georritmo do cavalo-de-pau nos municípios da área do petróleo potiguar: a relação entre os royalties e a dinâmica socioeconômica**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

FELIPE, J. L. A. *et al.* **Sistemas de objetos ligados ao processo produtivo do petróleo na área da Bacia Sedimentar Potiguar**. Natal: Diário de Natal, 2004.

MEDEIROS, M. G. O. 1983. **A exploração e produção do petróleo na bacia potiguar** – parte emersa. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1983.

PIQUET, R.; SERRA, R. **Petróleo e região no Brasil**. O desafio da abundância. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

RODRIGUES NETO, J. 2009. **A expectativa do petróleo: aspectos históricos do Rio Grande do Norte**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. 2001. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA DO TERRITÓRIO E O CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DO MELÃO: UM ESTUDO DO USO DO TERRITÓRIO NORTE-RIOGRANDENSE PELA FRUTICULTURA IRRIGADA

Alexandre Alves de Andrade

allexandre.andradde@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: modernização agrícola, uso do território, circuito espacial de produção.

A presente pesquisa integra o trabalho dissertativo ora desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem por objetivo analisar e compreender o circuito espacial de produção do melão irrigado no uso agrícola do território norte-riograndense. Justifica-se pela importância que a análise do circuito espacial produtivo apresenta à interpretação das novas formas de (re)produção do espaço rural, considerando a difusão das técnicas de irrigação e fertilização, características próprias do agronegócio.

A irrigação foi uma das primeiras modificações realizadas pelo homem ao meio. As primeiras tentativas de

irrigação foram bastante rudimentares, mas a importância do manejo da água tornou-se evidente na agricultura, sendo uma técnica que foi aperfeiçoada ao longo do tempo, e que nos dias atuais é utilizada em larga escala pela agricultura moderna. A utilização da irrigação juntamente com a gama de utensílios que são necessários a sua realização não anulou as demais técnicas usadas na agricultura. O novo não aboliu o velho. Coexistem com estas formas tradicionais de cultivo, onde a dependência dos regimes pluviométricos é determinante ao êxito das atividades cultivadas no regime de sequeiro.

No Brasil, as difusões das técnicas de irrigação foram legitimadas pelo discurso ideológico do combate aos efeitos das secas. A irregularidade e a má distribuição das precipitações eram formas de justificar as disparidades regionais. A ação do Estado no intuito de minimizar as diferenças no desenvolvimento econômico do país pautou-se em objetivos que buscavam supostamente alavancar a economia da região Nordeste.

A partir dos anos 1960, a agropecuária brasileira passou por uma série de metamorfoses, transformando-se em uma atividade intensiva em capital, tecnologia, ciência e informação (ELIAS, 2002). Estes elementos difundiram-se

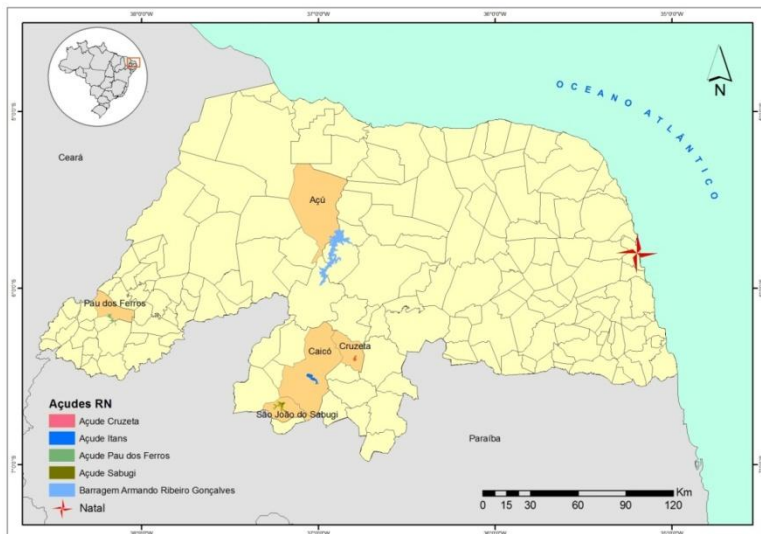
rapidamente por todo o território nacional com intensidades diferenciadas. Notadamente as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul receberam vultosos investimentos em capitais e objetos técnicos que possibilitaram uma maior produtividade das áreas irrigadas, consolidando a modernização do campo, fato que tem íntima ligação com o desenvolvimento histórico regional do Brasil que ocorreu em todas as esferas de forma desigual. Nos dizeres de Santos e Silveira (2008) essas áreas formam a “região concentrada”.

Estes mesmos elementos também chegaram as Regiões Norte e Nordeste em forma de pontos ou manchas de modernidade, constituindo, segundo Santos e Silveira (2008), “espaços luminosos”, onde o uso intensivo de técnicas modernas de produção, transporte e logística modificaram profundamente a estrutura agrícola existente, aprofundando a divisão do trabalho agropecuário.

A organização do governo brasileiro pós-1964 possibilitou a integração da economia brasileira à economia mundial (AGUIAR, 1986), fortalecendo a produção e exportação de produtos agropecuários com a conquista de mercados externos de consumo, promovendo a expansão e interiorização do capital nos espaços agrícolas e uma maior relação deste com a nascente indústria nacional.

No Rio Grande do Norte, o principal fomentador do uso de ciência e tecnologias de irrigação nos espaços agrícolas fora o Estado. Por meio da Política Nacional de Irrigação executada via o Plano Estratégico de Desenvolvimento (1968 – 1970), I Plano Plurianual de Irrigação (1971), I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento (1972/74 e 1974/79) que promoveram a modernização da agropecuária brasileira, e tiveram seus rebatimentos no território potiguar. Desde a década de 1970, a ação estatal modernizante se faz presente com a construção de açudes e a utilização das águas armazenadas neste por meio da implantação de três perímetros públicos de irrigação (Cruzeta 1976, Itans-Sabugi 1977, Pau dos Ferros 1980) e um perímetro misto (público e privado – Baixo Açu 1983) conforme espacializado a seguir:

Mapa 1: Áreas de implantação dos perímetros irrigados no Rio Grande do Norte



Fonte: HEINZE, 2002. Elaboração: Diego Tenório da Paz e Alexandre Alves de Andrade

Destes quatro empreendimentos o único que logrou êxito foi o Baixo Açú, e a partir de 1997 teve sua ampliação para municípios adjacentes com a implantação do Agropólo de Desenvolvimento Integrado Açú/Mossoró em virtude do Plano Brasil em Ação (1996 a 1999).

Hoje a áreas de produção de frutas no Rio Grande do Norte conta com 15 municípios produzindo aproximadamente 18 tipos de frutas, tendo uma especialização produtiva na cultura do melão, principal

produto da pauta de exportação do estado, mantendo-se entre os três produtos mais exportados desde o ano de 1996, sendo exportados 1.189.930.693 kg, gerando 612.156.097 US\$ FOB entre 1996 e julho 2011¹ (SECEX, 2011).

Nas últimas duas décadas (1990 a 2010) a produção irrigada de frutas tem constituído um importante segmento do agronegócio no estado com a dinamização e modernização da base agrícola, criando uma produção técnica-científica-informacional, articulando fluxos de matéria-prima e insumos, capital e informação. Interligado a arena produtiva a outros lugares do país e do mundo.

Comungamos com Santos (2008, p. 128) que os “os circuitos espaciais de produção criam movimento de matéria e os circuitos de cooperação criam fluxos de informação, que são os novos estruturadores do espaço.” A análise do território usado a partir do circuito produtivo sobrepõe-se à ideia de circuito regional, e passam a considerar o circuito territorial que abrange várias escalas (SANTOS, 1991).

O circuito espacial de produção da melonicultura irrigada começa com a aquisição de matéria-prima (terra, água e sementes) e insumos (fungicidas, herbicidas e adubos, fertilizantes, canos, mangueiras) o local que abriga terra e água

¹ Em 2011 foi considerada a atualização do ALICEWEB até o mês de julho.

constituem a arena produtiva, sendo os municípios de Mossoró e Baraúna os que apresentam a maior quantidade de hectares produzida. Os insumos são oriundos em grande parte dos estados de Pernambuco e Alagoas sendo transportado, via modal rodoviário, até o comércio especializado localizado a maior parte em Mossoró.

Após aquisição de matéria-prima e insumos inicia-se o processo produtivo propriamente dito com a subsolagem, aração, gradagem, formação dos sucos e adubação de fundição que consiste na preparação do solo para receber a semente. Estes processos são realizados com a utilização de tratores e máquinas aradoras e também por uso manual de fato que ocorre, por exemplo, com a abertura das covas, que são pequenos furos realizados na terra com o próprio dedo para receber a semente. A colocação de *Mulching* (cobertura do solo com um tecido ou lona para que o fruto se desenvolva sobre este) ou Manta (cobertura da frutícola por um período de 30 dias para que não haja contaminação por fungos).

Finalizado o preparo do solo ocorre a colocação do sistema de irrigação por gotejamento para posterior plantio. O tempo de desenvolvimento do fruto dura entre 60 e 70 dias, período em que são realizados os tratos culturais, a saber: a irrigação, a capina manual realizada com enxadas, a adubação

de crescimento que consiste na colocação de adubos nas raízes das plantas manualmente ou via sistema irrigatista o que é chamado de fertirrigação e a pulverização que é a aplicação de inseticidas via tratores ou de forma manual por meio da utilização de um instrumento chamado costal.

Passado o tempo de crescimento e maturação do fruto é realizada a colheita e transporte via tratores aos armazéns, onde serão embalados e acondicionados em câmaras frigoríficas ou despachados para exportação, sendo transportados em caminhões refrigerados até aos portos e transferido em *container* aos navios que farão o transporte aos mercados consumidores.

Nessa perspectiva, podemos verificar uso do território pela produção irrigada de melão no Rio Grande do Norte, colocando este integrado economia mundial, uma vez que a produção é escoada para mercados europeus e norte-americanos. Para tanto segue-se uma rígida padronização produtivas estabelecidas por mecanismos internacionais.

Desse modo constata-se que a modernização da agricultura no Rio Grande do Norte foi impulsionada por interesses exógenos e que alijou a maior parte dos pequenos produtores, uma vez que estes não conseguem se inserir na

competividade imposta pelo capital. Soma-se a isso o fracasso do discurso estatal do combate à pobreza e a miséria no campo que propagava a irrigação como forma de dinamismo da base agro-sócio-econômica do Nordeste.

Referências bibliográficas

AGUIAR, R. C. Estado e modernização desigual da agricultura. In: _____. **Abrindo o pacote tecnológico**: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986.

ELIAS, D. A modernização da produção agropecuária. In: _____. **O novo espaço da produção globalizada**. Fortaleza: FUNECE, 2002.

HEINZE, B. C. L. **B.A importância da agricultura irrigada para o desenvolvimento da região Nordeste do Brasil**. Brasília: Ecobusiness School/FGV, 2002.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Da totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2008.

_____; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SECRETARIA DO COMÉRCIO EXTERIOR. Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet. **Exportações brasileiras 1996 a 2011**. Brasília: 2011.

A AGÊNCIA DE NOTÍCIAS FRANCE-PRESSE NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Wagner Wendt Nabarro

wagner.wn@gmail.com

Instituto de Geociências – Unicamp

Palavras-chave: informação, território brasileiro, agências de notícias.

As agências mundiais de notícias constituem importantes elementos para compreender a disseminação da informação no período atual enquanto movimentadoras de grande parte dos fluxos noticiosos internacionais. Os fluxos de informação, como nos aponta Dias (2005, p. 23), são cada vez mais voláteis e menos controláveis, atravessando fronteiras e, assim, introduzindo uma nova ordem de problemas. Agências de notícias atuam como coletoras fornecedoras de notícias tanto de grandes quanto pequenos jornais, bem como demais meios de comunicação, como o rádio e a televisão e, mais atualmente, a *internet*. A partir do estudo da agência France-Presse e de sua atuação no Brasil, buscamos entender a

espacialidade¹ do agenciamento de notícias no período atual e como o território brasileiro se situa nela, atentando para as consequências desse posicionamento, visto que os fluxos de informação são capazes de valorizar o território, sendo “vetor fundamental do processo social” na economia globalizada (SANTOS, 2006, p. 239).

As agências mundiais se constituíram ao longo do século XIX que, para Mattelart (2000, p. 47), “inventa a *news* e, com ela, o ideal da informação instantânea”. É justamente a France-Press a pioneira na atividade, surgida sob o nome de agência Havas, na Paris de 1835 (DENOYER, 1957, p. 37). As agências de notícias acompanham de perto as inovações da técnica, buscando resolver o problema da transmissão de notícias a longas distâncias. São, dessa forma, fundamentais na constituição do meio técnico-científico-informacional teorizado por Santos (2006), tendo em vista que “a instantaneidade da informação globalizada aproxima os lugares, torna possível uma tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos” (p. 133).

¹ Santos (1996, p. 73) utiliza o termo espacialidade atentando para o fato de esta ser uma configuração momentânea, mutável. Assim, dizemos aqui que a espacialidade do fluxo noticioso é fruto de relações imperialistas e comerciais confrontadas com adaptações técnicas.

O jogo econômico e político entre as agências segue pelos séculos XIX e XX, havendo constantes disputas pelo comércio nos diferentes territórios. Uma série de Tratados de Agências (SALINAS, 1984, p. 38) dividiu o mundo entre as agências dominantes², espelhando as divisões do imperialismo. A América do Sul inicialmente é atendida por Reuters e Havas³, que instala um escritório no Rio de Janeiro (FRÉDERIX, 1959, p. 137) e se torna dominante pela maior familiaridade entre idiomas (RANGEL, 1967, p. 38).

As grandes guerras mundiais abalam as redes e as políticas das agências; com a quebra do cartel, provocada pela saída da Associated Press, que apontava, em seu próprio interesse, o cartel como quebra da liberdade de expressão (RANGEL, 1967, p. 38), há o predomínio das agências dos EUA, que passam a atuar na América Latina. Com a II Guerra Mundial, há novas mudanças, com a incorporação estatal⁴ da Havas, resultado da ocupação nazista de Paris. Ao final da guerra, ex-funcionários da Havas reconstruem a agência em

²As agências dominantes na época do tratado eram a inglesa Reuters, a alemã Wolff e a AFP. Posteriormente, as estadunidenses AP e UPI seriam incluídas no tratado.

³ Em 1874 estabelece-se o primeiro cabo submarino da América Latina à Europa, ligando Recife a Lisboa (AGUIAR, 2008, p. 11).

⁴ Apesar de o setor jornalístico ter sido incorporado, o publicitário, que fora importante fonte de renda para a Havas, segue como empresa comercial até hoje.

1944 (RANGEL, 1967, p. 40), renomeada Agence France-Presse.

Reorganizada, a Agência ganha oficialmente, em 1957, um estatuto apoiado na legislação francesa, garantindo independência política, sendo um “organismo autônomo”, apesar de governamental. É reorganizada de forma a ser participativa, regida por um conselho administrativo de representantes (SHRIVASTAVA, 2007, p. 136). As normas da agência são, portanto, intimamente ligadas ao território francês, apesar da escala de atuação mundial.

Em 1973, a agência FP atualiza seus objetos técnicos (TUNSTALL e PALMER, 1993, p. 72-77), buscando adaptar-se ao sistema hegemônico, mantendo assim sua competitividade. Passa por dificuldades financeiras, recorrendo ao Estado como financiador e principal assinante, o que leva a constantes acusações sobre sua confiabilidade. A fotografia se torna uma de suas principais novas atividades, fornecendo também serviços gráficos e de áudio e, ultimamente, serviços para celular e internet (AFP, 2011).

Atualmente, a agência está em 165 países e possuía 2900 funcionários e 3500 assinantes em 2010 (BUSINESS WIRE, 2011). Produz 5 mil matérias por dia, em seis línguas principais: francês, inglês, alemão, espanhol, português

e árabe (AFP, 2011). Divide o mundo em regiões de atuação: um escritório central, em Paris, comanda 4 escritórios regionais (Washington, Nicosia, Hong Kong e Montevideo), que por sua vez controlam os demais locais. Poucos países possuem mais de um escritório, sendo o Brasil um deles, devido a sua extensão territorial. A América Latina é contida toda em uma única região da FP, com sede regional em Montevideo.

O interesse pelo Brasil é crescente, o que pode ser observado na existência do plano “Brasil de Expansão”, realizado nos anos 90, com intuito de melhorar as atividades no país, conforme relato de um funcionário da agência, e os interesses pelo futuro acontecimento da Copa do Mundo de Futebol, pois como apontam Huteau e Ullmann (1992, p. 279) a agência investe no noticiário esportivo, visto como particularidade brasileira. A América Latina se mostrou como uma das regiões mais dinâmicas entre 2005 e 2010, com aumento de 40% no número de clientes (BUSINESS WIRE, 2011).

Brasília e São Paulo funcionam atualmente como centros de coleta de notícias, enquanto o Rio de Janeiro centraliza as atividades do país, coordenando seu contato com o escritório regional e o central, guardando as atividades financeiras, administrativas e comerciais (com setores

especializados), além do *desk*⁵ nacional, e reunindo cerca de 20 funcionários.

O fluxo das notícias é unidirecional: conforme reitera Aguiar (2010), a informação obtida nos territórios nacionais pelas agências é transmitida à sede da agência, que avalia e edita, selecionando as notícias desejadas para serem enviadas às sedes regionais, e depois às locais, de onde partem para os clientes. As agências formam, portanto, redes complexas que comandam os fluxos a partir de seus nós, lugares de poder e de referência para Raffestin (1993); lembrando, com Santos (2006, p. 262), que as redes não são apenas técnicas, mas também sociais e políticas.

Vemos uma continuidade na concentração da circulação de notícia nas mãos de poucos agentes. Os anos 70 foram marcados pelo debate da Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC) (AGUIAR, 2010), que questionou o controle das notícias pelas chamadas “Big Four” (AFP, AP, Reuters e UPI) e propôs uma nova distribuição de notícias que valorizasse a comunicação “Sul-sul”⁶. A discussão

⁵ Termo utilizado pelas agências para denominar a equipe editorial. No Brasil, as notícias internacionais são traduzidas para o português e organizadas para distribuição aos clientes.

⁶ Entre os países periféricos, visto que as agências mundiais são todas sediadas nos países centrais e, portanto, seus territórios mediam a transmissão das notícias.

foi realizada pela UNESCO, mas acabou abandonada devido ao boicote à instituição pelos Estados Unidos, sob alegação de quebra da liberdade de expressão.

O cenário de hoje é tomado pelo esquecimento do debate após seu fracasso político e a renovação dos sistemas técnicos, à qual é dado enfoque determinista nos debates sobre a comunicação. Grande parte das informações mundiais veiculadas, mesmo por jornais de divulgação na *internet*, ainda é intermediada por algumas poucas agências da Europa Ocidental e dos Estados Unidos e, assim, é pautada e selecionada (ainda que não necessariamente falsificada) por uma visão de mundo adequada a estes territórios, muitas vezes oposta a interesses nacionais dos países periféricos, como o caso brasileiro.

Referências Bibliográficas

- AFP. **AFP em português.** Disponível em <<http://www.afp.com/afpcom/pt>>. Acessado em jan/2011.
- AGUIAR, P. **Por uma História do Jornalismo Internacional no Brasil** In: VI Congresso Nacional de História da Mídia. **Anais...** 2008 (CD-ROM). Niterói: Rede Alfredo de Carvalho, 2008.
- AGUIAR, P. 2010. **Sistemas Internacionais de Informação Sul-Sul: do pool não-alinhado à comunicação em redes.** Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BUSINESSWIRE. 2011. **AFP hits 3.500 subscribers in 2010**. Notícia de 18/01/2011. Disponível em: <<http://www.businesswire.com/news/home/20110118006347/en>>.

DENOYER, P. **A Imprensa no Mundo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.

DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima (orgs.). **Redes, Sociedades e Territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

FRÉDÉRIX, P. **Um siècle de chasse aux nouvelles**: de l'Agence d'Information Havas à l'Agence France-Presse. Paris: Flammarion, 1959.

HUTEAU, Jean; ULLMANN, Bernard. **AFP: une histoire de l'Agence France Presse – 1944–1990**. Paris: Éditions Robert Laffont, 1992.

MATTELART, A. **A Globalização da Comunicação**. Bauru: Edusc, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RANGEL, E. D. **Pueblos Subinformados: las agencias de noticias y America Latina**. Caracas: Dirección de Cultura U.C.V., 1967.

SALINAS, R. **Agencias transnacionales de información y el tercer mundo**. Quito: The Quito Times, 1984.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SHRIVASTAVA, K. M. **News agencies: from pigeon to internet**. New Delhi: Sterling Publishers Ltd., 2007.

TUNSTALL, J.; PALMER, M. **Media Moguls**. Nova Iorque: Routledge, 1993.

NOTÍCIAS, INFORMAÇÃO E TERRITÓRIO: AS AGÊNCIAS TRANSNACIONAIS DE NOTÍCIAS E OS CÍRCULOS DE INFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

André Buonani Pasti

andre@pasti.art.br

Instituto de Geociências – Unicamp

Palavras-chave: informação, notícias, território brasileiro, globalização, agências transnacionais de notícias.

No atual período, em que a informação encontra-se globalizada e está cada vez mais presente na vida econômica e social, torna-se importante compreender o comando dos fluxos informacionais no mundo e, em nosso caso, no território brasileiro. No que se refere aos fluxos noticiosos¹, está presente atualmente no senso comum a percepção de que haveria muitas notícias circulando, produzidas difusamente – especialmente a partir da *internet* – e que, em decorrência desse fato, as pessoas estariam mais e melhor “informadas”, sob diferentes perspectivas (PATERSON, 2006, p. 24). A

¹Entendemos a notícia enquanto uma informação voltada à divulgação de eventos por meios de comunicação, uma informação transformada em mercadoria, sofrendo um tratamento que a adapta às normas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo dos respectivos meios de comunicação (MARCONDES FILHO, 1989).

despeito disso, o que se observa é uma globalização das mídias nacionais, com as informações partindo de poucos agentes globais e sendo reproduzidas nos diferentes meios de comunicação nos lugares.

As agências transnacionais de notícias figuram entre os principais agentes que comandam as redes mundiais de informação noticiosa. Elas possuem redes próprias de correspondentes – jornalistas alocados em determinados locais – espalhados pelo mundo, que vendem informações para diversos agentes, em especial os órgãos de imprensa de diversos países, inclusive o Brasil. A primeira agência de notícias mundial foi a francesa Havas, criada em 1835, que posteriormente tornou-se Agence France-Presse (AFP). Em seguida surgiram a americana Associated Press (AP), em 1848; a alemã Wolff, em 1849; e a britânica Reuters, em 1851. Eram as três agências europeias que atuavam na escala global no século XIX, dividindo entre si zonas de influência no mundo e respeitando os limites territoriais de atuação que estabeleceram (MATTELART, 2002, p. 47; BOYD-BARRETT, 1980, p. 116; READ, 1999, p. 60). A partir da ampliação da influência norte-americana no mundo, a Associated Press passou, também, a figurar entre as principais agências transnacionais, enquanto a agência alemã Wolff perdeu

importância. Essas agências firmaram sua hegemonia mundial ao longo do século XX.

A partir do desenvolvimento das novas tecnologias da informação e das redes informacionais globais – parte da base técnica do processo de globalização – há uma reorganização nos círculos globais de notícias. Conforme Mattelart (2002, p. 11), atualmente os sistemas de comunicação em tempo real determinam a estrutura de organização do planeta. Concentramos nossas análises nas dinâmicas ligadas às agências de notícias no atual período, examinando as transformações no fenômeno técnico – isto é, na técnica vista como totalidade (SANTOS, 2006 [1996], p. 36).

No período entre os séculos XIX e XX, conforme Mattelart (2001 [1994], p. 23), “o conjunto das transformações técnicas que se operam no modo de comunicação leva a mudar de forma radical o estatuto econômico da informação”. Nesse processo de evolução das técnicas da informação, decisões políticas dos países-sede das agências favoreceram a expansão de suas redes por meio dessas bases técnicas (READ, 1999, p. 49; SHRIVASTAVA, 2007, p. 152). Até o presente período, essas agências são os principais intermediários entre os meios de comunicação social e as fontes da notícia (MONTALBÁN, 1979, p. 35), e desde pelo menos os anos 1980 as agências globais de

notícias de maior destaque são AFP, AP e Reuters (BOYD-BARRETT, 1998, p. 19; PALMER, 1996, p. 89).

O desenvolvimento das técnicas a partir da revolução informacional (LOJKINE, 2002) levou as agências globais de notícias a modificar sua forma de atuação. Segundo Shrivastava (2007, p. 135), com o advento da internet e a expansão das redes informacionais globais, houve um temor das agências globais de notícias quanto à pertinência de seus serviços. Todavia, o que ocorreu foi uma acentuação dos fluxos globais de informação, e a adaptação e fortalecimento das agências nesse novo contexto (SHRIVASTAVA, 2007, p. 147). Dessa forma, elas ampliaram sua atuação pelo mundo, fornecendo notícias aos principais círculos de informações nacionais.

No que se refere à técnica da produção nacional de notícias, observa-se uma grande influência das agências transnacionais. Desde o início de sua atuação, essas agências influenciaram a técnica jornalística. A instabilidade das redes de telégrafos e a possibilidade de perda de informação durante o envio, especialmente nas décadas de 1840 e 1850, induziram à estruturação dos textos noticiosos das agências em ordem decrescente de relevância – método conhecido como “pirâmide invertida”, presente até hoje na produção de

notícias.

Segundo Lage (2005, p. 57) e Fonseca (2005), a globalização acompanha uma padronização mundial da técnica jornalística, inclusive no Brasil, inspirada nessas grandes agências globais. Trata-se, na verdade, da consequência ao jornalismo da *unicidade técnica*, uma das unicidades definidoras da globalização (SANTOS, 2000). A partir da década de 1970 uniformizam-se as normas de redação baseadas no estilo das agências globais de notícias entre os principais jornais brasileiros (LAGE, 2005, p. 69). Essa padronização dos noticiários traz inúmeras questões, algumas pontuadas por Santos (2000, p. 40), como o caráter cada vez mais ideológico que possuem essas informações, a relação “carnal” entre a produção de notícias e a publicidade e a facilidade da produção de falsidades, fábulas e mitos a partir da distorção dos fatos pelos poucos agentes controladores da informação noticiosa.

Considerando as características da formação socioespacial brasileira em relação à circulação de informações banais, destacamos o mercado extremamente concentrado; a predominância do setor privado; a ausência de regulamentação; e, em relação às notícias, uma situação incomum: as agências transnacionais de notícia prestam

serviço, também, com conteúdo relativo ao próprio país (AGUIAR, 2010, p. 6), ao invés de apenas tratar de notícias internacionais. Isso indica que os círculos de notícias do território brasileiro são mais dependentes das informações dessas agências.

Assim, consideramos que os fluxos de informação noticiosa, comandados de fora do território brasileiro, atuam como vetores de reorganização desse território. Assim, conforme Santos (2006 [1996], p. 257), “a informação unívoca, obediente às regras de um ator hegemônico, introduz, no espaço, uma intervenção vertical, que geralmente ignora seu entorno, pondo-se a serviço de quem tem os bastões de comando”. As notícias que partem das agências transnacionais, e que estão presentes nos círculos de notícias dominantes do território brasileiro, configuram, portanto, circuitos informacionais descendentes (SILVA, 2010), atingindo verticalmente o território.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, P. **A cobertura internacional e seus novos desafios** (Apresentação - Seminário). Transcrição: Wagner Nabarro. UMESP, São Bernardo do Campo, 2011.
- AGUIAR, P. Notas para uma História do Jornalismo de Agências. In: VII ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA. **Anais...** Fortaleza, 2009.

- AGUIAR, P. **Sistemas Internacionais de Informação Sul-Sul: do pool não-alinhado à comunicação em redes.** 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BOYD-BARRETT, O. **The international news agencies.** Londres/Beverly Hills: Constable/SAGE, 1980.
- BOYD-BARRETT, O. 'Global' news agencies. In: BOYD-BARRETT, Oliver; RANTANEN, Tehri (orgs.). **The globalization of News.** London: SAGE, 1998.
- BOYD-BARRETT, O. Constructing the global, constructing the local. News Agencies Re-present the world. In: MALEK, A; KAVOORI, A. (ed.). **The Global Dynamics of News: Studies in International News Coverage and News Agenda.** Stamford: Ablex, 2000.
- FONSECA, V. P. S. **O Jornalismo no Conglomerado de Mídia: reestruturação produtiva sob o capitalismo global.** 2005. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- LOJKINE, J. **A revolução informacional.** São Paulo: Cortez, 2002.
- MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da Segunda Natureza.** São Paulo: Ática, 1989.
- MATTELART, A. **Comunicação-Mundo: História das idéias e das estratégias.** Petrópolis: Vozes, 2001 [1994].
- MATTELART, A. **A globalização da Comunicação.** Bauru: Edusc, 2002.
- MONTALBÁN, M. V. **As Notícias e a Informação.** Espanha: Editora Salvat, 1979.
- PALMER, M. L'information agencée, fin de siècle. Visions du monde et discours en fragments. **Réseaux**, v. 14, 1996.
- PATERSON, C. News Agency Dominance in International News on the Internet. **Papers in International and Global Communication**.n. 01/06, mai, 2006.
- READ, D. **The Power of News – The History of Reuters.** Nova Iorque: Oxford, 1999.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2006 [1996].
- SHRIVASTAVA, K. M. **News Agencies: from Pigeon to Internet.** Nova Delhi: New Dawn, 2007.
- SILVA, A. M. B. **A contemporaneidade de São Paulo: Produção de informações e novo uso do território brasileiro.** 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) -Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- SILVA, A. M. B. Círculos de informações e novas dinâmicas do território brasileiro. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS – ENG. **Anais...** Porto Alegre: AGB, 2010.

HIP-HOP E REGIÃO: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE GEOGRÁFICA

Renan Lélis Gomes

renanlelis@ige.unicamp.br

Instituto de Geociências – Unicamp

Palavras-chave: hip-hop, rap, região.

O presente texto é parte integrante da pesquisa de mestrado ainda em andamento “*Horizontalidades e verticalidades nas estratégias políticas de regionalização do hip-hop no Brasil*” e tem como objetivo discutir o *hip-hop* como uma manifestação territorial que tem no *rap* uma das suas formas de existir, tendo em vista que este tipo de música mesmo possuindo uma linguagem universal, assume características regionais distintas, se utilizando cada vez mais dessa diversidade regional para criar sinergias capazes de projetar e de fazer ouvir suas reclamações.

O *hip-hop* surgiu nos EUA no início da década de 1970, mais precisamente nos guetos da cidade de Nova Iorque. Nasceu como um movimento cultural que logo adquiriu forte cunho social e político, emanando dos guetos da metrópole

norte-americana para o mundo como um reclame de negros e imigrantes (jamaicanos e latinos) face à tamanha exclusão social a qual eram submetidos. Uniu a cultura ancestral africana do canto falado com a música eletrônica, a herança política dos movimentos negros pelos direitos civis com a arte contemporânea produzida nas ruas, arrebatando milhares de jovens até hoje (LEAL, 2007).

O *hip-hop* é composto por quatro elementos básicos: *break* (dança), *grafite* (arte plástica), *DJ* (*Disc-Jóquei*) e *MC* (Mestre de cerimônia). A junção desses dois últimos elementos forma o *rap*, que nada mais é do que a música do *hip-hop*. A chegada desta cultura no Brasil data do início da década de 1980, primeiro na cidade de São Paulo, berço deste gênero musical no país e, logo depois no Rio de Janeiro e em Brasília paulatinamente. A partir de São Paulo, logo se difundiu por todo território nacional, incorporando, em cada região, elementos próprios das personalidades regionais (OLIVEIRA, 2003).

Santos (2002, p. 113) já havia sugerido que “o rap criado nos Estados Unidos como forma de expressão da juventude, se propaga no mundo inteiro e assume localmente uma fisionomia própria, sem perder o seu conteúdo universal.

O rap brasileiro é diferente do rap americano, como o é também do rap francês”.

Os problemas sociais relatados nas letras do rap não estão restritos apenas as periferias das grandes metrópoles. As mazelas sociais que servem de matéria-prima para a confecção das letras do rap se fazem presentes em todo o território nacional e cada região tem suas particularidades tanto em relação às reclamações quanto às variações linguísticas e rítmicas, muito embora este segmento seja, em grande parte, influenciado pelo rap norte-americano (as verticalidades do mundo da globalização se fazem presentes nos lugares).

Segundo Corrêa (1997, p. 183) a região “é um conceito-chave para os geógrafos e tem sido empregado também por todos os cientistas sociais quando incorporam em suas pesquisa a dimensão espacial”. Ainda segundo este autor, a região é uma mediação entre o universal (caracterizado por processos gerais advindos da globalização) e o singular (caracterizado pela especificação máxima do universal).

No Brasil, podemos ilustrar como exemplo o rap nordestino do *rapper* cearense Rapadura (2009), que mistura rap com repente e forró, trazendo em suas letras mensagens de Lampião e Maria Bonita, bem como outros elementos e

vocabulários da cultura local. Assim temos também o rap gaúcho, que utiliza elementos da música galdéria, trazendo elementos da história regional, como a Revolução Farroupilha. Na região Norte, a música rap também está presente, fazendo referências a uma realidade imensamente marcada pela floresta Amazônica. Produzida nas grandes capitais, como Belém e Manaus, traz elementos do folclore local e também reclama problemas típicos daquela região, sobretudo aqueles atrelados à destruição da floresta pela exploração econômica e a dificuldade de sobrevivência dos povos ribeirinhos. Um exemplo é o grupo Comunidade Manoa, que faz parte do coletivo “Movimento Hip Hop da Floresta-MHF” e lançou um cd intitulado *Ribeiriferia*.

Em São Paulo, verificamos que o Rap está mais próximo daquele praticado nos EUA, pois as letras e as músicas paulistas têm menos caracteres regionais, ostentando mais símbolos da grande metrópole, sobretudo o automóvel. Sem dúvida, essa leitura regional do território brasileiro pode ser realizada a partir dos conceitos de “espaços luminosos” e “espaços opacos” (SANTOS e SILVEIRA, 2001), ou seja, São Paulo é um espaço luminoso e, por essa razão, acolhe com mais vigor os vetores da globalização, enquanto que outras regiões interpretam o mundo a partir de outras racionalidades.

No entanto, é reconhecido o fato de que outras regiões do país, de certa forma, tentam copiar aquilo que o rap paulista faz, ou seja, São Paulo acaba por ser um “relé” da difusão do rap no Brasil.

Segundo Xavier (2005, p.336), “no confronto entre a cultura de massas e a cultura popular há uma renovação das criações culturais concebidas no lugar”. Podemos dizer que a cultura popular se apresenta como possibilidade de revanche sobre a cultura de massas, fazendo uso de seus sistemas técnicos e instrumentos, atribuindo-lhes novos significados de acordo com o território e a cultura local. É o que verificamos no hip-hop brasileiro, que atualmente estabelece um diálogo muito forte com a cultura popular de cada região, fazendo uso dos objetos técnicos do período atual e ao mesmo tempo incorporando traços regionais característicos do Brasil, tornando-se um híbrido, algo mundial que se lugariza, confirmando uma grande característica dos eventos, mudar as coisas, resignificar os objetos atribuindo-lhes novas características.

Referências bibliográficas

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

LEAL, S. J. M. **Acorda Hip Hop!**: despertando um movimento em transformação. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.

OLIVEIRA, M. S. **Rap**: ocupando a periferia com atitude. 2003. Monografia (Graduação em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

RAPADURA. Cd **“Fita Embolada do Engenho”**. Um quarto de Engenho, 2009.

SANTOS, M. O tempo despótico da língua universalizante. In: SANTOS, M. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

XAVIER, D. P. **Repensando a periferia no período popular da história**: o uso do território pelo movimento Hip Hop. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

A REDE DE INFORMAÇÃO DA EMPRESA KPMG INTERNATIONAL NO BRASIL

Sueli Almeida dos Santos

salmmeida@yahoo.com.br

Instituto de Geociências - Unicamp

EIXO 2

POLÍTICAS E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Palavras-chave: informação, território brasileiro, empresas de consultoria.

O presente trabalho busca contribuir para o entendimento da produção e circulação das informações no território brasileiro. Para tanto, partimos de um estudo sobre as empresas de consultoria, tomando como exemplo a consultoria KPMG International. Buscamos entender a constituição da sua rede de escritórios no país, bem como os tipos de informações produzidas e difundidas por essa empresa.

No atual processo de globalização, a importância da informação na organização e reorganização espacial cresce significativamente. Tal variável teve seu impulso inicial na Segunda Guerra Mundial, com a denominada “terceira

revolução industrial” ou “revolução da informação” (DANTAS, 2003, p. 13). Com a racionalidade global contemporânea, que passa a imprimir novos ritmos no modelo de produção capitalista, os usos dos serviços informacionais são redefinidos e intensificados nesse período. É nesse contexto que grandes empresas de consultoria ganham novos espaços na escala-mundo.

Segundo Donadone (2001), a origem dessas empresas globais de consultoria remete ao final do século XIX e início do século XX, ligadas ao processo de desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos e na Inglaterra. Essas empresas nascem como fornecedoras de serviços de auditoria e, ao longo do século, vão se especializando para atender as novas necessidades do sistema de acumulação de capital que surgem com a reestruturação produtiva e o advento da informação.

Hoje, as grandes empresas de consultoria atuam a nível planetário e controlam a maior parte do mercado mundial da consultoria. Entre as maiores estão aquelas que fazem parte do grupo denominado como “*big four*”, que é composto pela PricewaterhouseCoopers, Deloitte Touche Tohmatsu, Ernst & Young Terco e KPMG International. Todas essas empresas passaram por diversas fusões e aquisições em

seu processo de constituição até adquirirem a posição atual, isto é, o controle da maior parte da produção de informações estratégicas que circulam de forma restrita. Tais firmas tornaram-se “conhecedoras de modelos gerenciais e detentoras de um know-how que escapa à especialização produtiva das corporações” (MANZONI NETO, 2007, p. 42).

A KPMG Auditores Independentes é uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International¹, uma entidade suíça que coordena a rede dessas firmas. Cada firma-membro é uma entidade legal independente e separada. Porém, a KPMG International estabelece políticas e regulamentos que devem ser cumpridos pelas firmas-membro, as quais respondem individual e exclusivamente pelos seus atos. Essas firmas estão presentes em mais de 140 países, com um total de 138 mil funcionários e prestam serviços profissionais de auditoria, tributos e assessorias em gestão. A receita global da empresa no ano de 2010 foi de 20,63 bilhões de dólares. Conforme Silva (2001, p.184), “as firmas de consultoria contribuem para o alargamento dos contextos do

¹ A empresa teve a última fusão no ano de 1987, que ocorreu entre a PMI, a KMG e as suas firmas-membro adotaram a marca KPMG.

atual processo de globalização sendo, inclusive, condição para a implantação das redes globais nos diversos lugares”.

No Brasil, a história da KPMG data do final da primeira década do século XX, período em que a empresa, que posteriormente veio a se constituir como grupo KPMG, instalou seu primeiro escritório na cidade de São Paulo. Após os anos setenta, a KPMG expandiu o seu número de escritórios na região Sudeste e se instalou também na cidade de Porto Alegre/RS. A partir dos anos 2000, a empresa intensificou a sua rede de escritório nas regiões Sul e Sudeste e se expandiu no território nacional, tornando-se presente em todas as regiões brasileiras. Através do mapeamento da evolução da topologia da empresa no território nacional, percebe-se que a sua rede de escritórios está sobreposta às áreas mais densamente urbanizadas e que a conformação do número de seus escritórios em cada região guarda relação com a configuração da rede urbana brasileira a partir da segunda metade do século passado. Nesse sentido, pode-se falar num uso do território como recurso (SANTOS, 1997).

Recentemente, no início deste ano, a KPMG adquiriu outra empresa do mesmo ramo – a BDO no Brasil, o que levou a uma forte alteração na conformação da sua rede no território nacional. Atualmente no país, a KPMG está

presente em 20 cidades, com um total de 30 escritórios distribuídos entre as regiões brasileiras, e aumentou significativamente o seu número de profissionais nos últimos anos, sendo que em 1999 possuía 800 funcionários e em 2011 passou para quatro mil profissionais. Em relação ao seu faturamento anual no Brasil, a empresa apresenta uma evolução significativa nos últimos anos, sendo que entre os anos de 2004 e 2010, a sua receita no país saltou de aproximadamente 200 milhões de reais para mais de 500 milhões de reais no ano de 2010. Segundo Harvey (2005, p. 50), “o imperativo da acumulação implica consequentemente no imperativo da superação das barreiras espaciais”. No caso da KPMG, percebe-se que o aumento do número de profissionais, bem como a expansão de seus escritórios no país, refletiu-se na evolução do faturamento da empresa nos últimos anos.

Vale ainda destacar a forte concentração dos escritórios da KPMG na região Sudeste, que acolhe 16 dos 30 escritórios no país. O principal escritório da KPMG no Brasil está localizado na cidade de São Paulo, onde há mais quatro unidades da empresa. Nesse escritório “sede” está presente a presidência da firma-membro no país, as lideranças das práticas de negócios – auditoria, tributo e consultoria – e as

áreas que fornecem infra-estrutura necessária e o suporte operacional para os demais escritórios no país: recursos humanos, profissional, desenvolvimento & treinamento, financeira, informática, *marketing*, com destaque para o centro de conhecimento da empresa (*Knowledge Center*). A força desses centros motores da informação, segundo Santos (2006, p. 184) “vem de sua capacidade, maior ou menor, de receber informações de toda natureza, tratá-las, classificando-as, valorizando-as e hierarquizando-as, antes de as redistribuir entre os mesmos pontos, a seu próprio serviço”. São Paulo, por acolher essas novas atividades de serviços modernos como: consultoria, comunicações, publicidade, serviços financeiros, *marketing*, serviços jurídicos, pesquisa, entre outros, além da sua importância industrial, torna-se o centro de comando do território nacional e amplia significativamente as suas relações internacionais como polo de negócios empresariais.

Através do estudo sobre as empresas de consultoria, percebe-se que os usos do território por esses novos agentes hegemônicos do mercado globalizado ocorrem de forma seletiva em lugares que apresentam infra-estruturas e recursos necessários, a maioria criada pelo Estado, que favorecem a acumulação de capital. Conforme Araújo e Galvão (2004, p. 29), faltam aos países menos desenvolvidos

“instrumentos para retirar maiores contrapartidas da presença dessas corporações em seus territórios (...)”. Assim, ainda segundo tais autores, “o desenvolvimento tende a privilegiar certas localidades, enquanto inabilita ou deixa de lado outras, muitas vezes levando mais em conta o interesse das corporações que das nações” (ARAÚJO e GALVÃO, 2004, p. 29). Por isso, a necessidade de repensar um planejamento à luz dos interesses nacionais.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, T. B., GALVÃO, C. G. Política Nacional de Desenvolvimento Regional: Uma Proposta para Discussão. In: LIMONAD, E., HAESBAERT, R., MOREIRA, R. (orgs.). **Brasil, Século XXI** – por uma nova regionalização? Processos escalas, agentes/organizadores. São Paulo: Max Limonad, 2004.

DANTAS, M. **Informação e trabalho no capitalismo contemporâneo**. Lua Nova, n. 6, São Paulo, 2003.

DONADONE, J. C. **“Os Hunos já chegaram!”** Dinâmica organizacional, difusão de conceitos gerenciais e a atuação das consultorias, 2001. Tese (Doutorado em Engenharia) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

MANZONI NETO, A. **O novo planejamento territorial:** empresas transnacionais de consultoria, parcerias público-privadas e o uso do território brasileiro. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SANTOS, M. Da política dos estados à política das empresas. In: **Cadernos da Escola do Legislativo de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 6, p. 9-23, 1997.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SILVA, A. M. B. **A contemporaneidade de São Paulo:** Produção de informações e novo uso do território brasileiro. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

O PLANEJAMENTO TERRITORIAL E OS USOS DAS INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS SOBRE O TERRITÓRIO: O CASO DA EMPRESA DE CONSULTORIA PRICEWATERHOUSECOOPERS

Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira

sergiothot@yahoo.com.br

Instituto de Geociências – Unicamp

Palavras-chave: empresas de consultoria, uso do território, círculos de cooperação, circuitos espaciais de produção, privatização.

O presente trabalho busca contribuir para a investigação da produção, circulação e do poder articulador das informações no território brasileiro. Para tanto, partimos da investigação das empresas de consultoria em geral e da empresa de consultoria transnacional Pricewaterhousecoopers em particular. Tratamos de suas ações e sua tipologia dentro da rede de cidades assim como sua participação no processo de planejamento estatal. Investigamos, como caso, a privatização do sistema de energia elétrica brasileiro.

Atualmente a informação está no centro de vários debates. Quem controla a informação, quem a difunde, seus

usos e seu papel na estruturação da economia e do espaço têm sido constantemente debatidos. No entanto, poucas são as análises que conseguem sair do senso comum e depurar o que seria a informação e seu estatuto.

Enfocamos a informação organizacional produzida por poucas empresas especializadas, exatamente por serem estratégicas à acumulação, ao poder e ao controle do uso do território.

Conforme assinalou Benko (1996), foi em busca de uma mais valia cada vez mais sequiosa de agilidade que no último quartel do século XX o capitalismo foi marcado por uma ampla reestruturação da produção. A divisão social e territorial do trabalho foi aprofundada e a organização mundial passa a se dar de forma mais complexa e interdependente, conformando e destruindo, criando e reproduzindo novas articulações e redes. Neste contexto, a informação ascende como uma de suas forças motrizes trazendo consigo a possibilidade (e a imposição) de um comando ágil, *just in time*. O menor tempo de circulação, distribuição e consumo torna-se central para a reprodução do capital (HARVEY, 2005).

A nova divisão do trabalho, portanto, também foi sustentada na emergência das tecnologias informacionais, posto que a informação tornou-se elemento estruturador do

território, na medida em que a sua base concreta, ou seja, seus objetos técnicos e suas normas reorganizam o espaço a partir de sua racionalidade.

Nas últimas décadas, configurou-se no mundo um grupo de empresas de consultoria, constituindo uma rede planetária de informação e incluindo nessa arquitetura os países subdesenvolvidos. Essas empresas ganharam relevância principalmente após a revolução informacional da década de 1970, que possibilitou o uso da informação aplicada a modelos de gestão, e a reestruturação industrial, responsável por um novo modelo de organização das empresas difundido por empresas globais de consultoria.

Segundo Donadone (2003, p.4), “entre as décadas de 1930 e 1940, o número de empresas de consultoria cresceu a uma taxa de 15% ao ano, passando de 100 empresas, em 1930, para 400, em 1940”. Como vemos, o uso da informação é cada vez mais presente para a organização do Estado e das empresas. Tal processo ganhará novo impulso, mas dessa vez decisivo, a partir das décadas de 1970 e 1980, por conta da reestruturação produtiva. Muitas plantas fordistas são substituídas por uma produção flexível dispersa pelos territórios, especializando cada setor aos lugares, formando-se

verdadeiros *circuitos espaciais de produção* em escala planetária.

Nesses circuitos, ganha destaque a função gerenciadora. Tendo seu papel cada vez mais premente, ela permite a descentralização da produção e a concentração do comando. Autonomia e interdependência são pares que se aprofundam, já que para o bom funcionamento dos circuitos produtivos é necessária uma rede articulada em *círculos de cooperação* comandados por empresas de consultoria. É também neste processo que a terceirização é aprofundada e gestada.

Tratam-se de empresas que levaram o nome, segundo Donadone (2003), de *accounting Firms*, empresas de informação relacionadas a auditorias e consultorias tais como as “big Four” – Pricewaterhousecoopers, KPMG, Ernst & Young e Deloitte Touche Tohmatsu. Estas empresas controlam boa parte do mercado mundial e latino-americano de consultoria, que tiveram, nas últimas décadas, um crescimento vertiginoso.

No Brasil, tratamos da empresa Pricewaterhousecoopers que conta com uma rede de 16 escritórios. São 2.800 funcionários atuando em diversas áreas consideradas estratégicas (agro business, automotivo, celulose, comunicação e informação, consumo e varejo,

elétrico e serviços de utilidade pública, entretenimento e mídia, engenharia de construção, farmacêutico, financeiro, governo, metais, mineração, petróleo e gás, químico e tecnológico). Seus escritórios se distribuem pelas principais cidades do país, sendo 12 deles na Região Concentrada. Em São Paulo, os escritórios da empresa encontram-se em nós dinâmicos da rede urbana paulista: São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba e São José dos Campos.

Levantamos a hipótese de uma relação estreita, e não casual, entre a localização dos escritórios da empresa e os nós mais dinâmicos (e articuladores) da rede urbana. Isso porque estes lugares configurar-se-iam como espaços privilegiados para conformação e comando dos círculos de cooperação no território: um *espaço de fluxos reguladores*. Notadamente ganha destaque a cidade de São Paulo como centro de gestão no território. Vemos isso em Lencioni (2004, p.70), quando a autora afirma que

Trata-se de um processo de expansão da concentração, de um processo de desconcentração territorial da indústria da região metropolitana, no qual a cidade de São Paulo afirma e desenvolve sua centralidade, se inserindo como um nó da rede mundial de cidades globais. Tanto que os serviços especializados relativos às finanças, à propaganda, ao marketing, ao planejamento e à consultoria tendem a se concentrarem na Capital.

A partir dos centros de gestão é que essas empresas compartilham e comandam a privatização e o planejamento. Segundo Vainer (2007, p.5), “a privatização dos setores responsáveis pela infra-estrutura acabou tendo como corolário a privatização dos processos de planejamento e controle territorial que são intrínsecos aos grandes projetos”. As empresas de consultoria entram nesse processo com o aval do Estado através do BNDES¹, pois ficou a cargo deste banco gerenciar, acompanhar e realizar a venda das empresas incluídas no PND (Plano Nacional de Desnacionalização). Nesse sentido é que Antar Júnior (2005) aponta o PND como uma das mais radicais transformações na estrutura territorial da história da formação socioespacial brasileira: ao privatizar grandes sistemas técnicos incrustados no território, entrega-se também a gestão e a regulação territorial à iniciativa privada, sobretudo às empresas de consultoria.

Discutimos então que as empresas de consultoria são as detentoras de racionalidades da globalização que se aplicam ao território de forma vertical, hierárquica. No entanto, essa lógica de planejamento se sobrepõe a outra, a do

¹ Ficou a cargo do BNDES a contratação das empresas de consultoria para conferir credibilidade às empresas privatizadas no âmbito do mercado mundial. “O BNDES é um dos principais atores no processo de privatização no Brasil pois é, ao mesmo tempo, mentor, administrador e financiador do Programa Nacional de Desestatização” (SILVA, 2001).

planejamento democrático e participativo que existiu parcialmente no final da década de 1980 em algumas cidades brasileiras, notadamente ressalta-se a experiência de Belém do Pará e Porto Alegre, ambas em 1989. Esse planejamento foi abandonado na medida em que se recriou e se reforçou a áurea do planejamento neutro.

O planejamento territorial tem servido exclusivamente à reprodução do capital e, assim, dirige “dentro da lei e da ordem” o a acumulação de capital. Para tal, o planejamento ganhou *status* de ciência já que assim pode se afirmar como “neutro”. Delinearam-se, também, os objetivos a serem atingidos com esse planejamento: a dependência e a dominação, em suma, a dominação através da dependência.

O planejamento tende a ficar à deriva, podendo ser facilmente usado em favor dos que detém as rédeas do poder. Em verdade, troca-se hoje a noção de planejamento pela de *gestão*. Acreditamos que planejamento e gestão não são práticas contraditórias em si, pois o planejamento cumpre uma função norteadora para a gestão, enquanto essa cumpre a função de efetivar o futuro que se planeja. Claro que entre essas determinações, para nós, existe o ponto de partida que deve ser o planejamento já que esse é o futuro; e, ao contrário, quando se escolhe a gestão como ponto de partida busca-se

uma típica ilusão do capitalismo: projetar o presente como se esse fosse o futuro imanente.

Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.
Anais...Belém, 2007.

Referências bibliográficas

ANTAS JR., R. M. **Território e regulação**: espaço geográfico, fonte material e não formal do direito. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DONADONE, J. C. O mercado internacional de consultorias nas últimas décadas: crescimento, diversificação e formas de disputa. **Caderno de pesquisa em administração**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 1-15, abr./jun. 2003.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LENCIONI, S. Novos rumos e tendências da urbanização e a industrialização no Estado de São Paulo. In: LIMONAD, E. *et al.* (orgs.). **Brasil Século XX: Por uma nova regionalização?** São Paulo: Max Limonad, 2004, p. 67-77.

SILVA, A. M. B. **A contemporaneidade de São Paulo**: Produção de informações e novo uso do território brasileiro. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

VAINER, C. B. **Fragmentação e Projeto Nacional**: desafios para o planejamento territorial. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-

USO DO TERRITÓRIO E INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES TERRESTRES NA REGIÃO CENTRO-OESTE: UM ESTUDO DOS RECURSOS LIBERADOS PELO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Fabrcio Gallo

gallo.fabricio@gmail.com

Instituto de Geociências - Unicamp

Palavras-chave: uso do território, integração territorial, agronegócio, convênios federais, federalismo brasileiro.

As discussões acerca da organização federativa do Brasil são fundamentais no período atual, sob a ótica geográfica, para a busca de elementos que ajudem na compreensão da difusão seletiva de meios técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002) no território nacional. Na busca de elementos que ajudem a compreender as desigualdades socioespaciais apresentadas no país, existe a necessidade de identificar os diferentes poderes que têm os agentes em usar o território. O agente hegemônico por excelência é o Estado e, desde a Constituição Republicana de 1891, a organização do Estado no território brasileiro ocorre a partir do sistema

federalista. No período atual, o Estado brasileiro apresenta três níveis: União, estados-membros (e Distrito Federal) e os municípios, sendo que o exercício do poder realiza-se dentro dos respectivos limites político-administrativos de cada unidade da federação.

No Texto Constitucional de 1988, uma das preocupações centrais foi a de resgatar o equilíbrio federativo do país após longos anos de ditadura. Oliveira (1995, p. 112) aponta que se buscava, do ponto de vista econômico e fiscal, atentar-se para a questão da autonomia fiscal das unidades subnacionais (estados e municípios), para a descentralização dos recursos tributários somada aos mecanismos redistributivos (para compensar as desigualdades econômicas e tributárias interregionais e, ainda, atentar-se para a redivisão dos encargos entre as esferas de governo. No federalismo brasileiro posterior à Constituição Federal de 1988 as discussões sobre o federalismo fiscal ganham mais corpo e a temática “transferências intergovernamentais” passa a receber destaque (PRADO, 2007; BARRERA e ROARELLI, 1995). Tais transferências seriam mecanismos de distribuição de recursos de origem fiscal entre unidades de governo. Este sistema teria como uma de suas finalidades fundamentais dividir os recursos tributários de modo equilibrado, procurando beneficiar

igualmente todos os entes federados e tentando legalmente evitar as desigualdades entre eles.

Assim, convém verificar como a Controladoria-Geral da União (CGU) define tais mecanismos. Segundo a CGU (2005) as transferências de recursos federais aos municípios são classificadas como *Transferências Constitucionais e Legais* (previstas na Constituição Federal e em leis específicas, são transferências de parcelas das receitas arrecadadas pela União que devem ser repassadas aos governos subnacionais, e de parcelas de receitas estaduais que devem ser repassadas aos municípios) e *Transferências Voluntárias* (recursos financeiros repassados pela União aos estados e municípios em decorrência da celebração de Convênios que não decorram de determinação constitucional ou legal).

Pode-se dizer que essas transferências atendem basicamente a duas necessidades: primeiro à de manutenção de um equilíbrio entre a disponibilidade de recursos e as demandas que cabem aos entes federados, e segundo tentar garantir um padrão mínimo de oferta de bens, serviços e direitos sociais em todo território (GALLO e GOMES, 2010). Ambas as transferências assumem importância capital para o pleno funcionamento do Estado, afinal sua função distributiva territorial torna-se essencial.

Chamamos atenção para os Convênios federais, haja vista que estes são significativamente relevantes na composição dos orçamentos municipais. Estes são, em sua maioria, recursos que se destinam para a realização de infraestruturas e não para despesas referentes ao custeio da máquina administrativa. Por conta do exposto, objetiva-se apontar como tomam forma as transferências voluntárias do Governo Federal para os municípios através dos Convênios. Além disso, sugerimos que a estrutura montada para as transferências voluntárias de recursos federais funciona como um mecanismo que pode se configurar em promotor de novas seletividades e hierarquias entre os lugares.

O recorte empírico da pesquisa aborda os Convênios celebrados entre o Ministério dos Transportes e os municípios da região Centro-Oeste do Brasil (importante região do agronegócio nacional), durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Este recorte ganha relevo quando destacamos o alerta de Santos (2002, p. 275) de que “não basta, pois produzir. É indispensável por a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside a circulação, mas é esta que conforma a produção”. Desta forma, uma ênfase especial é dada aos Convênios referentes à implantação de novas infraestruturas

territoriais (ou seja, construção e melhorias de rodovias e estradas) visualizando a difusão seletiva do meio técnico-científico-infomacional (SANTOS, 2002) no território nacional.

Dados da CGU apontam que existem dois momentos da liberação de recursos do Ministério dos Transportes para municípios centroestinos: um de 1996 a 1998 e outro de 2003 a 2008. Nos anos de 1999, 2000, 2001 praticamente não ocorreram liberações de recursos. No primeiro momento (1996 a 1998) chamam atenção os recursos destinados aos municípios de Goiás para atender a realização de obras em cinco rodovias federais: BR 414/GO, BR-070/GO, BR-153/GO, BR-158 e BR-080/GO. Já no segundo período (de 2003 a 2008) os municípios do estado do Mato Grosso, maior produtor de grãos do Brasil (porque respondeu por 29,8% da produção nacional em 2008), passaram a receber os recursos liberados pelo Ministério dos Transportes.

Tal fato aponta indícios de como o Estado brasileiro se utiliza de mecanismos constitucionais (transferências de recursos) para implantar e melhorar as infraestruturas territoriais a fim de proporcionar mais fluidez para o setor do agronegócio centroestino viabilizando assim, o uso corporativo do território brasileiro.

Referências bibliográficas

BARRERA, A. W.; ROARELLI, M. L. M. Relações Fiscais Intergovernamentais. In AFFONSO, Rui de Britto Alvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (orgs.). **A federação em perspectiva**. Ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU) – Secretaria Federal de Controle Interno. **Gestão de Recursos Federais**: Manual para os agentes municipais, Brasília, 2005.

GALLO, F.; GOMES, R. L. As desigualdades socioespaciais e as transferências voluntárias de recursos da União: um estudo sobre a seletividade das transferências do Ministério da Ciência e Tecnologia aos municípios paulistas. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.32, v.2, ago./dez.2010.

OLIVEIRA, F de. A crise da federação: da oligarquia à globalização. In AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (orgs.). **A federação em perspectiva**: ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995.

PRADO, S. R. R. **A questão fiscal na federação brasileira: diagnóstico e alternativas**. CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe. S/l, 2007. Disponível em <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/9/28329/P28329.xml&xsl=/brasil/tpl-p/p9f.xsl>>. Acesso em: 5 jan. 2011.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

VULNERABILIDADE SOCIAL E OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE: UM ESTUDO DE CASO DE LIMEIRA(SP)

Carolina Magosso

carolmagosso@gmail.com

Faculdade de Ciências Aplicadas – Unicamp

Palavras-chave: vulnerabilidade social, sistema de serviços de saúde, políticas públicas.

Introdução

A partir do estudo da vulnerabilidade social e da dinâmica de funcionamento do sistema de saúde no município de Limeira-SP, o artigo buscou relações entre a oferta e distribuição de serviços públicos de saúde e o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) no município de Limeira-SP, a partir de dados secundários, de um Sistema de Informações Geográficas (SIG), do mapeamento do sistema de serviços de saúde e de diferentes escalas de análise.

Em um contexto de grande urbanização como o verificado no estado de São Paulo, noções como a de vulnerabilidade social, segregação socioespacial, têm sido

utilizadas em estudos sobre o meio urbano, pois combinam uma série de fatores passíveis de auxiliar o processo de formulação e implementação de políticas públicas enquanto ações de responsabilidade do Estado, compreendendo o deterioramento de níveis de bem-estar nos âmbitos sócio-ambiental, e não apenas econômico – variável geralmente priorizada nas definições de tais conceitos (SEADE, 2000).

Tomando o conceito de vulnerabilidade como polissêmico e multidisciplinar e que necessita ser testado sob óticas e contextos distintos, nota-se que é coerente a incorporação das dimensões ambiental e sociodemográfica à noção de vulnerabilidade, cujas várias definições convergem para a *capacidade de resposta a situações de risco ou constrangimentos* (HOGAN e MARANDOLA, 2006).

Para a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE, 2000), a diferenciação entre áreas intra-urbanas, no que se refere à infraestrutura e disponibilidade de serviços públicos, influencia a qualidade de vida de indivíduos e é responsável por produzir fenômenos de segregação. Assim, é possível inferir que, através da análise da oferta e distribuição de serviços públicos, os distintos níveis de acessos a esses serviços refletem na capacidade de resposta de um ou grupos de indivíduos.

No âmbito da saúde, faz-se importante destacar que a distribuição e atuação das infraestruturas e dos serviços prestados se estabelecem de forma diferenciada, conforme o preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS, 2007). Sua rede de serviços públicos é organizada de forma descentralizada política-administrativamente, regionalizada e hierarquizada de modo a permitir o acesso da população aos serviços em níveis de complexidade, considerando o volume da população para a distribuição espacial das unidades e contribuindo ou não com a capacidade de respostas dos indivíduos em saúde.

Porém, dadas as peculiaridades dos locais onde estão as unidades de saúde, as diferentes capacidades de resposta e indicadores sociodemográficos das populações do entorno, supôs-se que cada unidade cumprisse sua função de modo distinto, impactando de modo diverso sobre a população atendida. Assim, em regiões com índices de vulnerabilidade social diferentes seria de se esperar que os serviços também fossem oferecidos de modos distintos, com oferta de serviços de “menor complexidade” na UBS localizada no setor censitário com menor IPVS, enquanto que a UBS de “maior complexidade” estaria no setor com maior IPVS, considerando que a população ali é mais vulnerável.

Criado pela Fundação SEADE e baseado nos dados socioeconômicos e demográficos do Censo 2000, o IPVS visa operacionalizar o conceito de vulnerabilidade social por meio de tal indicador, detalhado por setores censitários e constituído por seis grupos ou tipos de áreas com diferentes níveis de vulnerabilidade: grupo 1, nenhuma vulnerabilidade; grupo 2, muito baixa; grupo 3, baixa; grupo 4, média; grupo 5, alta; grupo 6, muito alta.

Com a produção da relação de todos os estabelecimentos de saúde e suas respectivas localizações e serviços, foi realizado o mapeamento e georreferenciamento destes e dos demais dados demográficos (IBGE) e IPVS no programa *Google Earth* e no SIG (*ArcGis*).

A fim de agregar novas variáveis que se relacionassem relevantemente à noção de vulnerabilidade adotada e refletir sobre critérios de alocação das unidades de saúde para além da tomada de decisões baseadas estritamente no volume da população, comparou-se os serviços de dois estabelecimentos de saúde do tipo Unidade Básica de Saúde (UBS), localizados em diferentes setores censitários do município, que apresentam índices de vulnerabilidade social distintos, uma no nível dois e outra localizada no nível cinco do IPVS.

Foram realizadas visitas às UBSs, coleta de dados de ocorrência e entrevistas com as gestoras das unidades comparadas, a fim de se examinar a dinâmica de atendimento das mesmas, infraestrutura, perfil do público atendido e de onde são provenientes, além ainda, da aplicação de 80 questionários dentro das unidades e em seu entorno, distinção necessária para se compreender o efeito da alocação de uma unidade numa determinada região, e se, não apenas os usuários, mas toda a população residente em sua área de abrangência considera sua existência um atenuante na vulnerabilidade social desse grupo de indivíduos.

Após a integração dos dados no SIG, tabelas foram exportadas para o software *BioEstat*, onde foram realizados testes estatísticos de correlação entre variáveis de população por setores censitários, aglomerados de setores, IPVS e complexidade dos estabelecimentos de saúde, além dos dados em escala *micro*, como as informações sobre os usuários das UBSs comparadas e variáveis extraídas dos questionários.

Resultados

A partir do mapa de distribuição dos indicadores e unidades por setor censitário (Figura 1), observou-se que a

distribuição dos estabelecimentos se dá de acordo com volume da população e centralidade de estabelecimentos de maior complexidade como prevê o SUS.

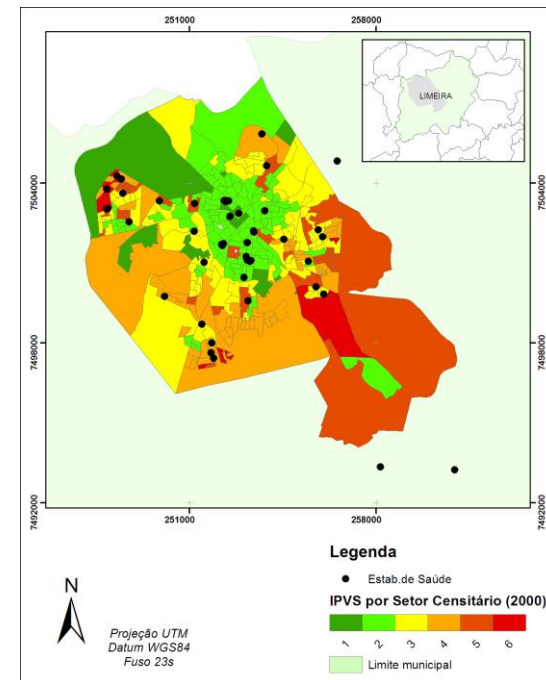


Figura 1 – Estabelecimentos de saúde e índice de vulnerabilidade social por setores censitários urbanos em Limeira-SP. O mapa detalha por setores censitários os níveis de vulnerabilidade categorizados pelo IPVS, sendo 1 os setores menos e 6 os setores mais vulneráveis. Observa-se, de modo geral, que o grau de vulnerabilidade tende a ser maior na região central que na periferia. Com relação aos estabelecimentos de saúde, nota-se uma distribuição por toda a malha urbana. Fontes: IPVS/SEADE,2000; Secretaria Municipal de Saúde de Limeira-SP; Mapeamento: levantamento da autora.

As relações estabelecidas entre os grupos de variáveis disponíveis e os métodos utilizados, permitiram

perceber que não existe de fato relação entre a distribuição dos estabelecimentos de saúde e o IPVS, reforçando que o SUS não explicita como critério de implantação a utilização de indicadores de vulnerabilidade, mas do volume da população. No que se refere à gestão dos serviços de saúde, notou-se que o IPVS não foi o indicador mais adequado no teste de correlações, uma vez que não contempla nenhuma variável relacionada à saúde.

Observou-se, porém, com a mudança da escala de análise, que não seria possível confirmar que há diferenciação nos serviços por estarem localizados em regiões com índices de vulnerabilidade díspares, uma vez que, teoricamente, as unidades comparadas possuem o mesmo grau de complexidade, e o que as diferenciou nesse caso foi a atribuição inadequada de recursos cujos critérios de alocação não são oficiais.

Assim, a situação esperada de uma UBS localizada em uma região mais/menos vulnerável oferecer serviços de maior/menor complexidade não se confirmou. Tais atribuições demonstraram causar sobrecarregamento da infraestrutura, promovendo a precarização dos serviços e o grande

deslocamento dos usuários pelas unidades do sistema de saúde.

As análises dos questionários também corroboram essa afirmação sobre o fluxo de usuários, demonstrando que praticamente 75% dos pacientes regulares se deslocam entre os vários bairros do município para o atendimento no âmbito da atenção básica de saúde. Ao se testar estatisticamente a correlação entre determinadas questões, verificou-se que a existência de uma UBS possivelmente se classificaria como uma variável de influência na capacidade de resposta da população.

Considerações finais

A descaracterização observada das unidades e de suas atribuições básicas conduz à negação da função de atendimento primário das UBSs, e conseqüentemente, à sobrecarga do sistema. Tais fatos encaminham uma reflexão sobre a importância dos processos de implantação de políticas públicas e tomada de decisão político-administrativa nos municípios para a oferta adequada dos serviços públicos e, principalmente na qualidade de vida dos cidadãos, uma vez que ditam o funcionamento precário de todo o sistema e

reduzem da capacidade de resposta dos indivíduos de modo generalizado.

Referências bibliográficas

Fundação SEADE. **O IPVS**. 2000. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs>>. Acesso em: 10 mai. 2011.

Hogan; D. J.; MARANDOLA JR., E. Para uma conceituação interdisciplinar da vulnerabilidade. In: Cunha, Z. M. **Novas Metrôpoles Paulistas**: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006. P.23-50.

Ministério da Saúde. SUS. **Política Nacional de Atenção Básica**. 4. ed. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/volume_4_completo.pdf> Acesso em: 29 mai. 2011.

O PAEG – PLANO DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO – (1964-1967) E AS REFORMAS INSTITUCIONAIS: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO FEDERAL

Érika Regina da Silva

erika.reginasilva@hotmail.com

PUC-Campinas

Palavras chave: Planejamento estratégico, desenvolvimento econômico, reformas institucionais do PAEG.

O PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo – foi lançado em Agosto de 1964 pelo Ministério do Planejamento e da Coordenação Econômica com o intuito de direcionar a política economia e social do Brasil através de mecanismos político-econômicos de combate à inflação associados às reformas institucionais (tributária e financeira). Entre as prioridades do PAEG, foram listados alguns pontos fundamentais, entre eles: a retomada do crescimento e desenvolvimento econômico através de políticas de investimento capazes de absorver uma quantidade crescente de mão-de-obra; corrigir as disparidades setoriais e regionais; estabilizar preços e corrigir os déficits do balanço de

pagamentos; normalizar as relações com os órgãos financeiros internacionais; e, principalmente, conter a inflação.

Para alcançar seu maior objeto, foram feitas importantes reformas institucionais, entre as quais se destacam a reforma tributária e a reforma financeira – esta última, de fundamental importância para alavancar a economia industrial e doméstica no período do chamado “milagre econômico”.

Tais reformas viabilizaram o crescimento econômico do Brasil, enquadraram-no às necessidades industriais e deram ao Estado a capacidade de intervenção na política econômica. As reformas feitas no PAEG alteraram o quadro institucional vigente na economia brasileira, fazendo com que a política de redução da taxa de inflação obtivesse ótimos resultados, o que ajudaria a preparar o país para a retomada do crescimento.

A reforma tributária gerou grandes mudanças no sistema de arrecadação do estado. Foram criados novos impostos de grande impacto para o sistema institucional e monetário. Passaram a existir os impostos do tipo cascata, que incidem a cada transação sobre o valor total – o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e o Imposto Sobre Serviços (ISS) – com o

intuito de facilitar sua utilização como ferramentas para viabilizar a política de desenvolvimento, e ao diferenciar as alíquotas, facilitar a isenção e incentivos fiscais.

O Código Tributário Nacional de 1966, implantado pela Constituição de 1967, impôs uma reforma tributária e uma maior centralização fiscal por meio da instituição de impostos de exclusiva competência da União e pela transferência, para a escala federal, da cobrança de impostos sobre as exportações e sobre a propriedade rural, que antes cabiam aos estados. A reforma tributária obteve maior êxito no aumento da arrecadação, ferramenta importante na viabilização da política monetária e centralização das decisões da política tributária, subordinando os estados ao Governo Federal e na criação de órgão de administração direta, gerando uma descentralização dos gastos, possibilitando uma maior flexibilidade operacional.

Os principais objetivos da reforma financeira de 1965 foram: “(...) criar condições independentes da política monetária e direcionar os recursos nos montantes e condições adequados às atividades econômicas” (VASCONCELLOS *et al.*, 1996, p. 187). Para que esse projeto fosse viabilizado, foram tomadas quatro importantes medidas: 1) a criação de uma instituição de correção monetária, que atuaria no

desenvolvimento de um mercado de títulos públicos; 2) a criação de um Banco Central e de um Conselho Monetário Nacional; 3) a criação de um sistema de financiamento habitacional; 4) e a reforma do mercado de capitais. Todas essas medidas tinham o intuito de segmentar o sistema bancário brasileiro tornando o financiamento mais fácil para que esse pudesse impulsionar o crescimento e desenvolvimento da economia nacional. Além disso, foram criados o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BACEN).

Ao BACEN caberia exclusivamente as funções de autoridade monetária, como a emissão de moeda, execução de serviços do meio circulante, a concessão de redesconto e empréstimos a instituições financeiras, o recolhimento de depósitos bancários voluntário e compulsórios, a fiscalização de instituições financeira, a realização de operações de mercado aberto e a emissão de títulos do Tesouro Nacional. Já o CMN passou a ser o órgão normativo da política monetária, com a função de definir as regras e metas a serem atingidas. O Banco do Brasil, que era o banco comercial oficial, permaneceu com os serviços de compensação de cheques, depositário das reservas voluntárias e caixa do BACEN e do Tesouro Nacional, ou seja, constituía o agente bancário no governo. Sendo assim,

o BACEN, além de um órgão regulador, passa a ser também um grande órgão financiador, fazendo com que passasse a existir um entrelaçamento entre as contas monetárias e fiscais, viabilizando o controle sobre as operações do governo.

A criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH) possibilitou o financiamento habitacional ao agente Pessoa Física (PF). Sua função era fiscalizar e regulamentar a atuação dos agentes econômicos PF, assim como lhes prestar serviços como assistência à liquidez. As fontes de recursos eram a caderneta de poupança, letras imobiliárias e o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). O FGTS era gerido pelo BNH para financiar projetos sociais no segmento habitacional e de saneamento público, estes últimos através do Sistema Financeiro do Saneamento (SFS). Os demais órgãos atuantes eram: Caixa Econômica (CE), Sociedade de Crédito Imobiliário (SCI) e a Associações de Poupança e Empréstimos (APE).

Com relação à Política Monetária de expansão de crédito, o PAEG não obteve grandes conquistas. Sobre esse assunto, Lacerda (2000, p. 105) aponta que

as políticas monetária e creditícia, entretanto, foram do tipo *stop-and-go*, alternando alguns períodos de expansão da moeda e do crédito com outros de forte contração monetária, atingindo duramente a atividade econômica e provocando falência, concordatas e desemprego.

De fato, a política monetária implantada pelo PAEG não teve foco bem definido. O governo não tinha ferramentas monetárias ágeis o suficiente para esterilizar o fluxo de moeda que entrava no país – através de empréstimos externos obtidos em agências oficiais norte-americanas e pelo crescimento das exportações – o que aumentou em muito a liquidez da economia.

De fato, o PAEG foi um plano de estabilização econômica que foi implantado com o rigor de um governo militar, autoritário e centralizador, que obteve o resultado esperado: a diminuição da taxa de inflação. Esta se reduziu de 90% em 1964 para menos de 30% em 1967.

Referências bibliográficas

LACERDA, Antonio Corrêa *et al.* **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2002.

VASCONCELLOS, Marcos Antonio Sandoval *et al.* **Economia Brasileira e Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1996.

CONTAMINAÇÃO DE METAIS PESADOS EM SOLOS URBANOS DE VÁRZEA DA BACIA DO RIO QUILOMBO

Débora Assumpção e Lima

deborassumpcaolima@gmail.com

Instituto de Geociências- Unicamp

Palavras-chave: solos urbanos, contaminação, metais pesados, Rio Quilombo.

Introdução

Este estudo procurou contribuir para a ciência e constatação de metais pesados no baixo curso do Rio Quilombo, área onde se localiza um dos pólos industriais mais antigos do Estado de São Paulo. Foram realizadas três análises de solo em dois sítios da bacia. Dois dos três pontos estão localizados nas áreas de inundação do leito do rio enquanto um ponto (ponto controle) localiza-se fora da zona de inundação, para correlacionar-se a contaminação dos metais à drenagem da bacia. Os resultados referentes à concentração de metais pesados na estrutura das amostras foram obtidos a partir da espectrometria de fluorescência de raio-X (RXF). Detectada a área contaminada, correlacionaram-se as propriedades morfológicas, químicas e físicas dos pontos contaminados.

100

EIXO 3

MEIO AMBIENTE E URBANIZAÇÃO

Solos urbanos são solos compostos por um material heterogêneo que apresenta profundidade maior que 50cm, alterado por atividades antrópicas – entrada ou retirada de material – ou contaminado por tais atividades (HARTEMINK *apud* DE KIMPE *et al.*, 2007). Para Bullock e Gregory (1991), solos urbanos são diferenciados de solos de áreas rurais pela escala e intensidade dos impactos da ação humana. Dentre os benefícios dos solos urbanos podemos apontar: 1) funções benéficas do solo urbano – fornecimento de recarga de águas subterrâneas para o abastecimento de água, fornecimento de produtos vegetais para fins alimentares; 2) funções de solos urbanos que contribuem para infra-estrutura – meio para a gestão de águas pluviais alternativa, sítos que prevêm atividades recreativas; 3) Funções dos solos urbanos para controle de desastres – Infiltração para evitar inundações, decomposição, retenção e imobilização dos contaminantes; 4) Funções dos solos urbanos para assegurar a qualidade ambiental e do património cultural – aprisionamento de poeira para reduzir o teor de poeira no ar de respiração, sequestro de carbono para reduzir a concentração de dióxido de carbono na atmosfera, controle de temperatura e umidade, principalmente através de resfriamento por evaporação.

Indicadores de contaminação

A partir das análises de XRF, foram utilizados os valores orientadores da CETESB para averiguar a contaminação dos solos estudados. Este método tem sido aplicado com sucesso para determinar os principais constituintes de solos, associado à técnicas computacionais.

Os valores orientadores são concentrações de substâncias químicas que fornecem orientação sobre a condição de qualidade de solo e são utilizados como instrumentos para prevenção e controle da contaminação e gerenciamento de áreas contaminadas sob investigação, divididos em 3 categorias:

- **Valor de Referência de Qualidade - VRQ** é a concentração de determinada substância no solo que define um solo como “limpo”.
- **Valor de Prevenção - VP** é a concentração de determinada substância, acima do qual podem ocorrer alterações prejudiciais à qualidade do solo e da água subterrânea. Este valor indica a qualidade de um solo capaz de sustentar as suas funções primárias, protegendo-se os receptores ecológicos e a qualidade das águas subterrâneas. Foi determinado para o solo

com base em ensaios com receptores ecológicos.

- **Valor de Intervenção - VI** é a concentração de determinada substância no solo, acima do qual existem riscos potenciais, diretos ou indiretos, à saúde humana, considerado um cenário de exposição genérico.

Análise de resultados

A partir dos indicadores da CETESB compararam-se os tais índices com a concentração de metais pesados encontrados nas amostras coletadas em campo. A RXF Foi realizada uma análise por perfil de solo com 9 elementos químicos inicialmente selecionados (As, Ba, Cr, Cu, Mo, Ni, Pb, V, Zn).

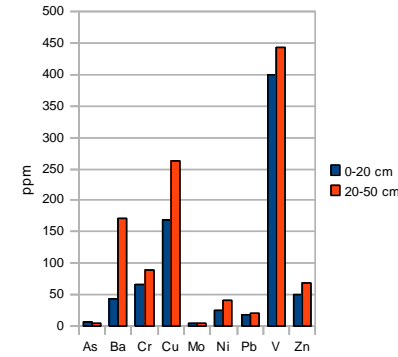


Tabela 1. Concentração de Metais no Perfil Controle.

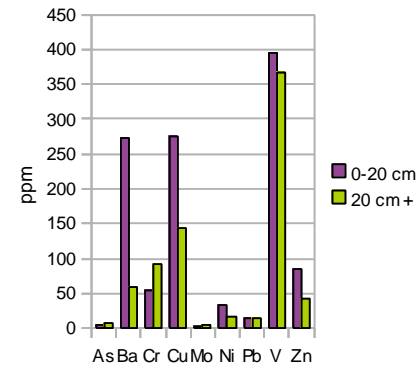


Tabela 2. Concentração de Metais no Perfil 1.

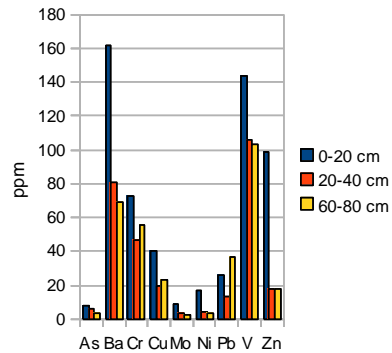


Tabela 3. Concentração de Metais no Perfil 2.

É interessante observar o comportamento dos metais pesados nos perfis de solo apresentados. No ponto 1 e 2, a concentração dos metais está concentrada no horizonte A (0 - 20cm) e tem uma queda abrupta de concentração após esta profundidade, indicando que estes metais não tem como origem o material parental. Já no perfil de controle o comportamento é o inverso, havendo um crescimento da concentração dos elementos a partir do aumento da profundidade. Desta forma, a origem dos elementos pode ser a drenagem, fator não interferente no ponto de controle. Os pontos coletados estão sitiados no baixo curso do rio, de forma que as fontes contaminantes podem estar sitiadas nas áreas de alto e médio curso. Pode-se observar a partir dos resultados encontrados que o ponto 1 é o perfil que apresenta maiores taxas de concentração de metais, apesar de estar

localizado no mesmo sítio da drenagem que o ponto controle, endossando a drenagem como principal fator responsável pelo transporte e, por conseguinte, pela contaminação dos perfis analisados.

Fazendo uma breve observação dos índices encontrados, As, Cr, Mo, impossibilitam práticas agrícolas em todos os pontos coletados. O Zn apresenta índices inapropriados para agricultura nos pontos 1 e 2. Com relação ao Ba, o ponto controle não apresenta índice de contaminação, enquanto o ponto 1 apresenta altas taxas de concentração, impossibilitando práticas agrícolas e uso residencial, assim como o ponto 2. No ponto 1, o índice encontrado aproxima-se do controle industrial. Para o níquel, o ponto 1 apresenta um elevado índice de contaminação, inviabilizando a agricultura e uso residencial, além de ultrapassar o índice de intervenção. Já em relação ao Pb, o ponto 2 possui taxas de chumbo acima do permitido para uso agrícola e do índice de intervenção.

Considerações finais

O espaço urbano compõe-se de uma diversidade de fatores complexos. Um planejamento urbano que considere a maior gama de fatores na tentativa de garantir a qualidade das populações locais e do ecossistema urbano. "A análise de

características como topografia, drenagem e tipo de solo, pode-se chegar a um zoneamento adequado de usos em determinado espaço geográfico” (PEDRON et al., 2007: 1652).

Ressalta-se, ainda, que na maioria dos casos de contaminação encontrados o poluidor é conhecido (BRASIL, 2008), sendo, portanto necessário definir estratégias e parcerias intersetoriais, especialmente com os órgãos ambientais, para obtenção das informações necessárias para a avaliação de risco à saúde.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, Coordenação Geral de Vigilância Ambiental em Saúde. **Saúde Brasil 2007: uma análise da situação de saúde**. Capítulo 12.2: Atuação para Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Solo Contaminado – Vigisolo. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/capitulo_12_saudebrasil.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2010.

BULLOCK, P., GREGORY, P. J. **Soils in the urban environment**. Oxford: Blackwell Scientific Publications, 1991.

CETESB, Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental. **Relatório de Áreas Contaminadas 3**, 2010. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br/Solo/relatorios.asp>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

HARTEMINK, A. E.; MCBRATNEY, A. B.; WHITE, R. E. **Soil Science– Soil Use and Management**, Oxford, v.III. Earthscan, 2009.

PEDRON, F. A.; DALMOLIN, R. S. D.; AZEVEDO, A. C.; BOTELHO, M. R.; MENEZES, F. P. Levantamento e classificação de solos em áreas urbanas: importância, limitações e aplicações. **Revista Brasileira de Agrociência**. Pelotas, v. 13, n. 2, p. 147-151, abr.-jun./2007.

FLUTUAÇÕES AMBIENTAIS E IMPLICAÇÕES EM QUADROS URBANOS: FACHADA ATLÂNTICA DO VALE DO RIBEIRA

Pedro Michelutti Cheliz

pedro.michelutti@yahoo.com.br

Instituto de Geociências - Unicamp

Palavras-chave: aquecimento global, litoral sul, Vale do Ribeira.

Introdução e objetivos

Vêm ganhado espaço, nos últimos anos, os debates das possíveis implicações das dinâmicas ambientais — sobretudo variações dos níveis dos mares — nas estruturas urbanas, em especial nas cidades litorâneas. Com certa frequência, tais transformações vêm sendo associadas ao chamado aquecimento global, afirmação esta que é motivo de polêmica. Tal discussão se insere na dinâmica mais ampla dos efeitos dos impactos ambientais na trajetória de criação do meio-ambiente construído.

O litoral sul do estado de São Paulo e seus núcleos de ocupação oferecem bom protótipo para a referida discussão. A área seguidas vezes foi exposta a intensas

oscilações ambientais, tendo estas exercido implicações profundas inclusive em sua inserção diminuta no circuito econômico do centro-sul. Nos últimos, anos particularmente, tem sido relatada uma série de rápidas oscilações em seus níveis marinhos e na dinâmica fluvial. O presente trabalho busca, com uso da metodologia dos elementos arquiteturais para estudo da estrutura superficial da paisagem (AB'SÁBER, 1969; MIALL, 1996), restaurar aspectos de sua dinâmica ambiental pretérita e comparar tal registro amplo com alterações recentes, presentes nos relatos dos grupos sociais locais. Adicionalmente, procura-se entender e sumarizar a relação que antigos quadros de ocupação urbana tomaram ao longo dos anos para se adaptarem a um ambiente em constante mutação, procurando compreender implicações de oscilações ambientais na trajetória de ocupação do litoral do Vale do Ribeira.

Resultados

As portas para a ocupação não-ameríndia do Vale do Ribeira se deram no princípio do período colonial justamente a partir de seus núcleos de povoações litorâneas — notadamente Cananeia e Iguape. Por longos períodos, chegaram mesmo a superar numericamente população pertencente ao complexo Santos-São Vicente, em especial

com o impulso do Primeiro Ciclo do Ouro do Ribeira, no século XVII (BRAGA, 1999). A despeito da presença posterior dos tropeiros e de rotas Apiaí-Iguape no segundo ciclo aurífero, por longo período o porto de Iguape permaneceu como principal meio de ligação da rede urbana que se esboçava no Vale e nos demais focos de ocupação no que viria a ser o atual território brasileiro.

É com a expansão da rizicultura, no século XIX, que a rede urbana do Vale do Ribeira conhece nova e vigorosa expansão, acompanhada de maior interiorização. A Tabela 1 compara as mudanças populacionais de Iguape no referido século com outros expoentes das redes urbanas que se esboçavam no estado de São Paulo, demonstrando a importância que o Vale assumia então.

Tabela 1 – Mudanças populacionais comparativas – século XIX.

| Municípios | População (por ano) | | | |
|------------|---------------------|-------|-------|-------|
| | 1836 | 1854 | 1874 | 1886 |
| Iguape | 9396 | 15211 | 16005 | 17638 |
| Araraquara | 2764 | 4965 | 9767 | 9559 |
| Santos | 5836 | 7033 | 9191 | 15605 |

Fonte: modificado de PETRONE (1966).

O assoreamento dos portos no Vale do Ribeira, devido à tentativa inadequada de retificação de seus canais, teve implicações profundas. Enquanto amplas extensões do centro-sul eram incorporadas às zonas de expansão cafeeira, o Vale se viu não somente à parte dessa expansão, como também teve seus mecanismos de circulação com o emergente centro urbano de Santos-São Paulo obstruídos. Tal fato privou o Vale da instalação de rede de infra-estrutura de transportes que o interligasse a grandes centros industriais do estado, atributo sumariamente importante sobretudo após o colapso cafeeiro e o posterior período da desconcentração industrial.

A observação de seus índices demográficos e de riqueza muito reduzidos quando comparados com a média estadual de São Paulo e Paraná permite rapidamente constatar os reflexos atuais de sua trajetória histórica, bem como a permanência de valores percentuais de população rural muito acima da média estadual (IBGE, 2010). Nota-se também percentual relativamente elevado de populações tradicionais, como caiçaras, quilombolas e indígenas, em certa medida poupadas dos processos que as dizimaram nas áreas circunvizinhas. Firmam-se, assim, as bases do desenvolvimento regional desigual. Enquanto parte significativa do Centro-Sul se modifica intensamente no

decorrer do século XX, o Vale, em grande medida, permanece em certo isolamento, trazendo aos dias atuais reminiscências de padrões sociais já rarefeitos na maior parte das demais regiões emergentes.

Seus núcleos urbanos principais — Cananeia e Iguape — e conjuntos de comunidades caiçaras circundantes se aprofundam em isolamento, voltando-se para a prática da pesca como principal mecanismo econômico do circuito econômico regional. Tal conjunto de núcleos urbanos isolados passou nos anos seguintes por sucessivas alterações em sua dinâmica fluvial e marinha, na qual a mais recente manifestação vem sendo a sucessiva ascensão dos níveis dos mares. Em alguns segmentos, moradores relatam terem crescido mesmo 500 metros em planta no intervalo de um ano. Tal alteração não é, entretanto, uma novidade para a área: algumas das principais vias de circulação de Cananeia foram pavimentadas sobre leito abandonado de antigo canal usado como acesso secundário de embarcações à cidade, e existe um certo número de núcleos caiçaras abandonados devido à ascensão marítima do passado, conhecidos pelo povo local como cidades fantasmas e motivos de lendas e especulações das mais variadas.

Diante dessas observações, acreditamos caber uma

tentativa de reconstituição de padrões de alterações ambientais do passado como forma de discutir efeitos futuros possíveis de alterações recentes, bem como compreender se se tratam de fenômenos discrepantes induzidos pelo homem ou variações atuais dentro de um padrão ambiental mais amplo e antigo. Para isso, recorreremos à análise da estrutura superficial da paisagem (AB'SÁBER, 1969), realizando a análise sedimentar de cerca de sete terraços marinhos e unidades de escavação, balizados pela busca da identificação de elementos arquiteturais (ver Tabela 2) que permitam inferir distância pretérita relativa do nível marítimo.

A análise do registro sedimentar obtido mostra uma alternância ampla entre períodos de maior proximidade e de distanciamento do nível do mar. Os registros no núcleo Pereirinha na Ilha do Cardoso são especialmente condizentes com relatos de moradores locais. Membros do referido núcleo caiçara afirmam que no tempo de seus avós os mares avançaram rapidamente no espaço de alguns anos, permaneceram nesse nível por novos anos, e por fim recuaram e permaneceram distanciados do núcleo por muitas décadas até 2009, quando novamente passaram a conquistar níveis altimétricos mais elevados. O registro sedimentar analisado é extraordinariamente condizente com o relatado, com ao

menos 5 alternâncias de elementos A (indicativos de maior proximidade) e C (indicativos de alto distanciamento), dos quais as duas mais recentes se referem aos eventos relatados pelos moradores dos núcleos.

Tabela 2 – Elementos arquiteturais presentes no registro sedimentar.

| Elemento arquitetural | Descrição sintética | Elemento arquitetural | Descrição sintética |
|--|---|-----------------------|---|
| Lençóis de areia praianos (A) | Camadas de granulometria areno-argilosa. Ocasional presença de estruturas de <i>wave-ripples</i> . Indica proximidade do nível do mar. | Dunas eólicas (D) | Camadas areno-argilosas com presença de manchas de oxidação de ferro. Indica muito alto distanciamento do nível do mar. |
| Lençóis de areia praiano com ocasionais camadas e lentes orgânicas (B) | Camadas de granulometria areno-argilosa se alternam com no mínimo 10% de camadas orgânicas em 30 cm de perfil. Indica grau intermediário de distância do nível do mar | Canais fluviais (E) | Camadas arenosas grossas. Não fornece indicação de distância relativa do nível do mar. |
| Níveis orgânicos de mangue e restinga alta (C) | Presença superior a 80% de camadas orgânicas por ao menos 30 cm de perfil. Indica alto distanciamento. | | |

Fonte: modificado de MIALI (1996).

Considerações finais

Observa-se que a fachada litorânea do Vale do Ribeira apresenta amplo histórico de alterações ambientais, anteriores às grandes discussões recentes sobre a temática do aquecimento global. Gerações de habitantes locais encontraram criativas soluções para tais mudanças, adaptando de forma dinâmica a estrutura urbana de suas cidades e núcleos de povoações a sucessivos novos padrões ambientais. A estrutura superficial da paisagem analisada fornece indícios iniciais de que tal dinâmica de oscilação é de antiguidade profunda, sendo as recentes oscilações marinhas partes coerentes de um padrão amplo e antigo de transformações de níveis marinhos aparentes.

Frisa-se adicionalmente que a busca por entendimento da temática de oscilações ambientais pode não se concentrar apenas em estudos técnicos pontuais, mas também em incluir tais estudos na dinâmica geral da área em que se insere. A fachada litorânea do Vale do Ribeira permite bom exemplo da referida relação, na medida em que se observa o quadro de impactos ambientais mesclando-se com a gênese de um desenvolvimento regional desigual.

Referências bibliográficas

AB'SÁBER, A. N. Por um conceito de geomorfologia a serviço da pesquisa do quaternário. **Geomorfologia**, São Paulo, n. 18, 1969.

BRAGA, R. Raízes da questão regional no estado de São Paulo: considerações sobre o Vale do Ribeira. **AGETEO**, Rio Claro, n.4, 1999.

MIALL, A. **The Geology of fluvial deposits: sedimentary facies, basin analysis, and petroleum geology**. Berlim: Springer Verlag, 1996.

PETRONE, P. O homem paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 23, 1965.

RELAÇÕES ENTRE A URBANIZAÇÃO E AS ÁREAS VERDES NA GRANDE SANTIAGO, CAPITAL ECONÔMICA E ADMINISTRATIVA DO CHILE, PARA O PERÍODO 1990 A 2010¹

Maico Diego Machado

maicod.machado@gmail.com

Instituto de Geociências – Unicamp

Palavras-chave: áreas verdes, valorização, Santiago.

Introdução

A atual forma de ocupação urbana denominada urbanização dispersa (REIS FILHO, 1998; SPÓSITO, 2001) trata-se de uma tendência mundial, porém, é um fenômeno que ainda começa a ser estudado. Nessa nova fase da urbanização, novos bairros surgem distantes do centro da cidade e se espalham em diferentes formas. Diferentemente do processo de periferação de ocupações em áreas perimetrais contíguas à malha urbana, essa ocupação se inicia em bolsões urbanos, voltados tanto para classes de baixa renda, conformando favelas, quanto para a população de alta-renda, que passa a habitar condomínios fechados de alto-padrão.

¹ Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) com duração de 08/2010 a 07/2011.

Segundo os autores Reis Filho (1998) e Spósito (2001), o fenômeno da urbanização dispersa está diretamente associado à atual fase contemporânea, a da globalização da economia. Fase essa em que, sob o ponto de vista geográfico, acirra-se a segregação sócio-espacial e em que a natureza, cada vez mais rara, torna-se privatizada, mercantilizada e apropriada por estratos sociais economicamente elevados. É assim que áreas verdes, principalmente fragmentos florestais (CISOTTO, 2009) e suas características físicas naturais e construídas estão sendo apropriados pelo mercado imobiliário. Há assim, uma estreita relação entre a urbanização dispersa e a mercantilização da natureza, do meio físico natural, resultando em uma segregação sócio-espacial e ambiental nas regiões metropolitanas.

A realização de estudos de levantamento de áreas verdes no perímetro urbano se faz fundamental na percepção das novas demandas de mercado especulativo imobiliário. Também se atrela aos estudos de planejamento territorial visando à identificação e compreensão dos novos modelos de Cidade, que contemplam uma nova carga de recursos e demandas de consumo. O espaço urbano, ganhando ainda mais valor agregado fixado por uma nova construção da cidade, onde a

natureza volta a ser importante (do ponto de vista presencial), desta feita como produto de consumo urbano.

A especulação imobiliária que envolve o discurso urbano é geradora de profundas distorções espaciais, uma vez que viabiliza a segregação a partir da valorização territorial, fortalecida pela presença do objeto raro que é a natureza em seu aspecto físico. Henrique chama a atenção para o problema:

Criam-se (...) nichos de mercado, os quais são explorados a partir da mobilização dos desejos humanos e na sua pseudoexclusividade, isto é, negando seu acesso a todas as pessoas. Do ponto de vista geográfico, definem-se territórios excludentes, que vendem desde a idéia de natureza até a de segurança (HENRIQUE, 2006, p. 67).

O meio ambiente urbano passa a ser um produto muito visado no setor imobiliário.

O planejamento urbano deve passar pela análise da relação entre as áreas verdes e a forma de urbanização, ou seja, do uso do solo urbano, uma vez que o crescente processo de valorização diferencial da terra vem tendo uma importante função alteradora do discurso no planejamento urbano. Na cidade específica de Santiago, segundo dados do Ministerio del Medio Ambiente do Chile², o número de áreas verdes é de aproximadamente 2686 públicas e 2625 privadas (década de

² Que englobou o extinto CONAMA Chile.

2000), que equivalem a 2,5% da área urbana consolidada. Considerando estes índices, cada santiaguino possui em média 5,7 m² de área verde.

A valorização da chamada qualidade de vida, do retorno a natureza é, por sua vez, parte do discurso atual de planejamento urbano-ambiental. Ainda conforme Henrique (2006, p. 66): “(...) A reaproximação ou um ‘reencanto’ do mundo urbano ocidental pela natureza, ou melhor, por uma idéia, dá-se num padrão de natureza moldado pelos interesses capitalistas”. A escolha do período de análise (1990-2010) se dá, portanto, pelo fato de representar o início cronológico da globalização e abarcar uma análise até a atualidade, conjuntamente com todas as suas consequências sociais e ambientais.

O ponto central do projeto é espacializar e discutir a evolução das áreas verdes na Grande Santiago. Através do uso do *software* ArcGis³ e de visitas de campo, será elaborado um mapeamento das áreas verdes na região metropolitana e tipificadas as formas urbanas que circundam esses recortes. Analisando este processo na Grande Santiago pretende-se oferecer subsídios para uma análise de planejamento urbano-

³Software de geoprocessamento de dados espaciais, espacialização de dados geográficos.

ambiental condizente com uma perspectiva de inclusão social da qualidade ambiental e da contenção do processo de pressão ambiental, causado pela refuncionalização do verde: de valor de uso para valor de troca. Os mapas serão elaborados e comparados visando gerar subsídios úteis ao planejamento e a gestão de espaços geográficos passíveis de comparação com o local estudado.

Localização da área de estudo

A Grande Santiago está situada à latitude 33° 26' 16''S e longitude 70° 39' 01''W, no vale central chileno ao lado da Cordilheira dos Andes, uma região metropolitana, incluindo a capital Federativa Santiago, composta por 26 comunas (municípios) de maneira íntegra e 11 de maneira parcial, num total de 37 que contam com cerca de 5,5 milhões de habitantes, e que se estende por uma área de 641,4 km². Encontra-se em sua maior parte na Província de Santiago, com algumas partes de sua periferia dentro das províncias de Maipo, Cordillera e Talagante.

Metodologia

Partindo de um trabalho analítico e descritivo (NEVES, 2007), faremos uso, para a elaboração dos mapas, e com elaboração de layout no ArcGis, das áreas verdes e novos

loteamentos formados entre 1990 e 2010, que preferencialmente acompanhem os grandes eixos viários.

Além disto, serão espacializados os dados de população e renda da população, que posteriormente serão cruzados com os dados de áreas verdes, para que com isto possamos observar se há de fato uma correlação entre densidade populacional e renda com as áreas verdes de uso público, como colocada por Henrique (2006).

Serão realizadas visitas de campo a fim de verificar as localizações e proporções das áreas verdes e analisar o entorno urbano. Nesse trabalho de campo, também serão realizadas entrevistas com a população local para verificar o grau de satisfação da mesma quanto às áreas verdes e assim poderemos verificar o grau de satisfação da população e a sua vivência em relação às áreas verdes.

Resultados

A pressão exercida pelos altos preços das residências nas áreas centrais leva a população a um deslocamento em direção as periferias através das principais vias. O solo urbano passa a ser definido/ocupado em função das articulações com a totalidade do espaço ao qual está inserido. Partindo dessa ideia, o solo urbano enquanto mercadoria tem um valor que se expressa através da localização, papel e grau de inter-relação

com o espaço global produzido (CARLOS, 2001). Para George (1986), na América, a situação das cidades é resolvida de maneira sumária: a cidade vai sendo feita e desfeita continuamente, tanto em escala de bairros como em escalas de parcelas edificadas, o que nos proporciona uma visão de panoramas heterogêneos. Novas áreas surgem como espaços urbanos, mas, também em Santiago, algumas áreas já consolidadas como urbanas vêm sendo condicionadas a esta nova dinâmica de consumo do verde urbano.

Considerações finais

Neste período de 1990 a 2010 as áreas verdes, principalmente em metrópoles como Santiago possuem diversas funções, ou recebem um sentido de raridade, provocada por sua escassez no espaço urbano. O intenso crescimento das áreas urbanizadas vem provocando profundas modificações na paisagem com conseqüente comprometimento do meio físico. O crescimento vertical e o crescimento horizontal com o esgarçamento da malha física, no contexto da urbanização dispersa, incorporam novas áreas, degradando a qualidade dos recursos naturais e das áreas verdes nativas. Tal crescimento direcionado pelas vias de acesso provoca uma pressão sobre a natureza pré-existente, que, incorporada pelos agentes de produção do espaço, neste

caso, o mercado imobiliário de Santiago, vem se tornando uma grande fonte de valorização das terras urbanas e de expansão do espaço urbanizado para pontos mais distantes do centro, a periferia.

Referências bibliográficas

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CISOTTO, M. F. **Natureza e cidade**: relações entre os fragmentos florestais e a urbanização em Campinas – SP. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

GEORGE, P. **Os métodos da Geografia**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1986.

LENCIONI, S. Impasses da Gestão metropolitana nas regiões de Buenos Aires, São Paulo e Santiago. X Colóquio Internacional de Geocrítica. **Anais...** Barcelona, 2008.

NEVES, S. M. A. da S. *et al.* **Mapeamento e quantificação do uso da terra e cobertura vegetal do Pantanal de Cáceres-MT, Brasil, através de imagens de sensoriamento remoto e pesquisa de campo**. São Paulo, 2007.

HENRIQUE, W. A cidade e a natureza: a apropriação, a valorização e a sofisticação da natureza nos empreendimentos imobiliários de alto padrão em São Paulo. **Geosp** – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 20, p. 65-77, 2006.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

REIS FILHO, N. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

AS ÁREAS VERDES URBANAS COMO ESPAÇO PÚBLICO

Mariana Ferreira Cisotto

mariana.cisotto@ige.unicamp.br

Instituto de Geociências – Unicamp

Palavras-chave: estética urbana, parque público, qualidade de vida, urbanização dispersa.

Resumo

No presente artigo tratamos da natureza nas cidades com um olhar sobre as áreas verdes como espaços públicos de socialização e como nova raridade utilizada pelo mercado imobiliário. Tendo como hipótese a urbanização dispersa, olhamos para a forma de incorporação de novas áreas verdes ao tecido urbano tratando da importância da apropriação social das áreas verdes urbanas.

Introdução

No padrão de ocupação urbana, caracterizado como difuso e espraiado (SPÓSITO, 2001), exige-se cada vez mais áreas que antes estavam alheias ao processo de expansão urbana. Esse novo padrão de ocupação urbana, somado ao crescimento demográfico gera demanda por novas áreas para habitações, para suprir a crescente demanda alimentar e para

o sistema de espaços com construções, exerce pressão para o aumento da taxa de degradação ambiental e a destruição de *habitats* naturais, havendo a necessidade de expansão da malha física urbana, ocupando áreas que antes tinham uso agrícola ou eram áreas livres, ou de vegetação nativa.

As áreas verdes são essenciais para a saúde e para o êxtase do espírito, que encontra repouso nessas paisagens naturais espalhadas no meio da cidade (SITTE, 1992 *apud* LOBODA e DE ANGELIS, 2005), possibilitando melhor qualidade da vida urbana. Elas agem simultaneamente sobre o lado físico e mental, por sua função psicológica, e também absorvem ruídos, atenuando o calor do sol; no plano psicológico, atenuam o sentimento de opressão do homem com relação às grandes edificações. Os espaços integrantes do sistema de áreas verdes de uma cidade exercem, em função do seu volume, distribuição, densidade e tamanho, inúmeros benefícios ao seu entorno, proporcionando a melhoria da qualidade de vida pelo fato de garantirem áreas destinadas ao lazer, paisagismo e preservação ambiental.

Material e métodos

Entende-se como dispersão urbana a expansão horizontalizada e não compacta do tecido urbano, gerando

uma cidade denominada difusa, compreendida como “o descompasso entre o crescimento populacional e expansão física do espaço urbano, isto é, a condução para baixas densidades urbanas” (OJIMA, 2007, p. 94).

O padrão de urbanização dispersa associado à moderna preocupação com a qualidade de vida, promove a transformação urbana, quando morar perto do campo, mas com as vantagens de toda infra-estrutura dos centros urbanos, é a tônica dos novos empreendimentos imobiliários, caracterizados pelos condomínios residenciais, voltados à população de mais alta renda. Assumindo como hipótese esse novo padrão de ocupação urbana, identificamos uma nova forma de apropriação e produção do espaço urbano e especificamente das áreas verdes.

As áreas verdes como espaço público

As áreas verdes urbanas podem atuar como espaços públicos, compreendidas como áreas de uso coletivo nos entremeios de áreas privadas. E exercendo sua função social, organizam o espaço, identificam a cidade e integram bairros. Como espaços de natureza e espaços de convívio, são também estruturadores de vínculos e relações sociais, sendo lugar de excelência do convívio social, lugar de sociabilidade e

urbanidade, podendo ser visto ainda “como um espaço simbólico, da reprodução de diferentes idéias de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos” (SERPA, 2007, p. 41).

É consenso que os parques públicos contribuem para a qualidade de vida urbana e oferecem aos habitantes espaços de lazer e de convívio e também de embelezamento, conferindo novos elementos à estética urbana. Sendo assim, a implantação de áreas verdes urbanas faz eco às reivindicações generalizadas no contexto das grandes cidades na atualidade (SERPA, 2007). A necessidade de “natureza” é evidenciada pela requisição de criação de parques públicos que funcionem como um “espaço de natureza” na ruptura da “selva de pedras”, funcionando como ambientes para fuga do ritmo urbano.

Resultados e discussão

Atualmente, as áreas verdes urbanas se tornam “espaços frágeis e preciosos” (SERPA, 2007, p. 82), cada vez mais raros na paisagem urbana. Somadas à atual e crescente preocupação com a qualidade de vida, a preocupação com a saúde e com o meio ambiente, também entra no interesse no contato com as áreas de vegetação. Esse interesse no contato

com a vegetação pode ser tratada como uma nova forma de preocupação sanitaria, com enfoque na qualidade de vida e do bem estar. Há interesse crescente por viver nas proximidades de uma área verde e por isso são também crescentes os investimentos para implantação de áreas verdes nas cidades ao redor do mundo.

E nesse contexto, a implantação de um grande parque público pode ser estratégica, alterando a dinâmica urbana, requalificando áreas, valorizando áreas em detrimento de outras, contribuindo “para um processo de substituição de população nas áreas requalificadas” (SERPA, 2005, p. 113), dando novos significados e criando símbolos de bairros verdes. Dessa maneira, os espaços públicos podem ser analisados sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para o consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial (SERPA, 2007). Mesmo sendo um espaço público comum a todos, poucos se beneficiam. A localização de uma grande área verde valoriza a terra nas proximidades.

Conclusão

As áreas verdes urbanas, como parques públicos, são um ótimo espaço para resgate do contato com a natureza dentro das cidades e também revitalizam e requalificam os

bairros, servindo como instrumento para valorização do espaço urbano, concebidos como equipamentos urbanos na escala da cidade e da aglomeração.

A intenção de viver perto da natureza veio à tona atualmente, com a dispersão urbana e a expansão da rede viária promovendo o espraiamento da malha urbana. Com o consumo do espaço ligado ao uso massivo do automóvel, a decisão por onde viver passou a ser muito mais individualista. No padrão de ocupação urbana dispersa, a busca da “natureza” como paisagem destrói seu próprio objeto, a natureza como ecossistemas e biosfera. Supõe-se que haverá uma melhora na qualidade de vida, vivendo no meio rural, longe da agitação urbana, mas o adensamento da população pode ser favorável, pois concentração reduz o consumo de terra, que permite a preservação das áreas de vegetação remanescentes.

Uma solução, não só restringindo áreas verdes em grandes loteamentos residenciais de alto padrão nas periferias urbanas, seria promover o contato com a vegetação e oferecer maior quantidade de parques públicos. Socializando grandes áreas verdes que estão fechadas ao público, mesmo quando pertencem ao Estado, como sugeria Daniel Hogan, “não é possível individualizar este desejo de aproximação com a

natureza, com cada qual buscando seu jardim e seu pomar” (HOGAN *apud* SUGIMOTO, 2009, p.5).

Referências bibliográficas

LOBODA, C. R.; ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Revista Ambientia**, Guarapuava, v. 1, p. 125-139, 2005.

MACEDO, S. S.; CUSTÓDIO, V. Os Sistemas de Espaços Livres da cidade contemporânea brasileira a esfera de vida pública – Considerações Preliminares. XII Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais...** Montevideo: Imprensa Gega, v. único, p. 1-12, 2009.

OJIMA, R. Dimensões da urbanização dispersa e uma proposta metodológica para estudos comparativos. **Revista brasileira de estudos populacionais**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 277-300, jul./dez. 2007.

SERPA, A. S. P. Parque Público, um “álibi verde” no centro de operações recentes de requalificação urbana? **Cidades**, Presidente Prudente, v.2, n.3, p. 111-141, 2005.

_____. O Espaço Público na Cidade Contemporânea. São Paulo: Contexto, 2007.

SPOSITO, M. E. B. (org.). **Urbanização e cidades: Perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP, 2001.

SUGIMOTO, L. **Adensar para manter o verde**. Jornal da Unicamp. Universidade Estadual de Campinas – 14 de julho a 2 de agosto de 2008, p.8.

MAPEAMENTO DA EVOLUÇÃO DE ÁREAS VERDES NA CIDADE AUTÔNOMA DE BUENOS AIRES - ARGENTINA

Camila Neubert Fávero

cami.favero@gmail.com

Instituto de Geociências – Unicamp

Palavras-chave: Buenos Aires, espaços públicos, valorização imobiliária, parques verdes públicos, cotidiano.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo abordar o processo de urbanização na Cidade Autônoma de Buenos Aires, Argentina, procurando observar o uso social de áreas verdes e o seu papel na valorização do espaço urbano. O período escolhido vai de 1990 a 2010, fase que marca o início e fim de uma crise econômica e o advento de um modelo econômico, adotado durante a administração do então presidente Carlos Menem. Quanto à metodologia, partiu-se de dados encontrados ao longo de pesquisas bibliográficas, levantamento de dados estatísticos e estudo de campo, realizado no mês de fevereiro de 2011, no qual foram feitas entrevistas com professores de Geografia e Arquitetura da

UBA (Universidad de Buenos Aires), além de secretários do Ministério de Desenvolvimento Urbano do Governo da Cidade de Buenos Aires. Realizamos entrevistas qualitativas com a população além de trabalhos de campo no sentido de “cortar” Buenos Aires em transectos latitudinais e transversais a fim de percebermos as mudanças no espaço urbano e seu cotidiano.

Resultados

A nova racionalidade emergida a partir da universalização do capitalismo, pautada no ideário da competitividade, e caracterizada pela amplificação dos meios de comunicação e de circulação, produziu uma dinâmica intensificadora das relações que o capital mantinha com os lugares. Vainer (2007) vai chamar esse processo de “neolocalismo competitivo”, ou seja, “um esforço de grupos dominantes locais para encontrar uma inserção global, que favoreça a saída para a crise” (VAINER, 2007, p.20) instaurada no país. O efeito claro é a fragmentação espacial e a priorização de investimentos sob a lógica do capitalismo/empresa, ou seja, uso do território sob enfoque seletivo e estratégico. No caso da Cidade de Buenos Aires é muito clara a desintegração competitiva no âmbito local, com a seleção de bairros pelo setor imobiliário.

Alvarez de Celis (2003) entende que o valor do solo coloca em evidência o preço que cada grupo social está disposto a pagar para acessar uma determinada localidade, de forma que o acesso à terra é altamente seletivo, com a assimilação, pelo mercado, de determinados segmentos da cidade a classes sociais específicas, gerando segregação social no espaço urbano. Nesse sentido, é fundamental a concordância entre a nova racionalidade da transnacionalização do capitalismo e esse fenômeno da seleção de espaços exclusivos, pois se trata de um reflexo das mudanças no modo de produção (fordismo vs. flexibilização), gestão do espaço residencial (SZAJNBERG e CORDARA, 2005), associados a novos modelos de consumo, formas de apropriação e de uso do espaço público.

Emerge, em princípios dos anos 90 e depois, em 2004, especialmente, uma força operadora do sistema urbano, caracterizada pelo mercado imobiliário, efeito do setor financeiro e suas possibilidades de crédito seletivo. Intensifica-se, assim, a mercantilização do espaço, através da articulação entre *marketing*, Estado e incorporadoras, criando mercadorias ao mesmo tempo estratégicas e políticas (CARLOS, 1999). A questão dos investimentos milionários e o dinamismo do setor imobiliário portenho se dá em grande parte pelo bom

momento que vem vivendo a produção rural argentina, desde 2006, com a migração de muitos produtores rurais enriquecidos para a capital federal, criando uma demanda interessante ao mercado de luxo.

Tem-se que a condição primordial, hoje, para escolha de localização de moradia para os argentinos, é a acessibilidade: a proximidade com metrô, com vias de trânsito rápido e linhas de ônibus. Foi perceptível a existência de vários fatores relevantes nesse sentido, porém a valorização fundamental se dá através dos efeitos da moda, ou seja, dos lançamentos, modelos e padrões vendidos pelas imobiliárias, com uma sazonalidade de elementos enaltecidos. O espaço público verde é tido hoje apenas como complemento, tratando-se a valorização diferencial do solo de uma divisão sócio espacial muito mais complexa que a busca por uma cidade mais verde e com qualidades ambientais expandidas.

Considerações finais

Pode-se entender que o desenho fragmentário da cidade, moldado a partir da valorização imobiliária, tem suas raízes fixadas na condição econômica reinante a partir das crises de uma Argentina inserida na globalização. Dessa maneira, é inconcebível a realização da cidade, fora do

movimento atual de *consumo do espaço*, conforme Carlos (1999), na qual a reprodução da vida se condiciona à compra e venda da fragmentação do espaço.

A cidade de Buenos Aires combina espaços cada vez mais dualizados, com a ação do Estado influenciando fortemente essa situação de segregação *interbarrial*. Como confirma Álvarez de Celis (2003), a pretensão de exclusividade criada para e pelas classes mais abastadas de grupos sociais emergentes, somada às políticas públicas que privilegiam os investimentos direcionados a esses grupos, acentua a disparidade sócio-espacial.

O Estado, portanto, assume um papel de facilitador da ação do capitalismo na cidade, transferindo valores diferenciais ao solo por meio de sua atuação ou negação a determinada porção do espaço, com uma função central de viabilizar questões financeiras, industriais e políticas dos empreendimentos (VAINER, 2007). É clara a disputa de interesses privados em detrimento da condição do bem estar e qualidade de vida da população como um todo. Nesse sentido, é também nítida a razão pela qual as áreas verdes públicas tendem a apresentar-se como novas mercadorias dentro do mercado de imóveis portenho, apesar de sua função apenas (“meramente”...) complementar o complexo jogo do mercado

imobiliário. Hoje é vendido o modelo de imóvel acessível às áreas verdes, e não mais a presença dessas “amenidades” na vizinhança ou um imóvel mantenedor de uma área verde pública.

Referências bibliográficas

ALVAREZ DE CELIS, F. Renta urbana y segregación territorial en la Ciudad de Buenos Aires. **Coyuntura**, n.9, CEDEM/GCBA, 2003.

CARLOS, A. F. A. O consumo do espaço. CARLOS, A. F. A. *et alli* (orgs.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

SZAJNBERG, D.; CORDARA, C. La transformación de Palermo Nuevo, Pacífico y el eje de Juan B. Justo – Int. Bullrich: Desarrollo inmobiliario selectivo en la ciudad de Buenos Aires. **Café de Las Ciudades**, ano 4, n. 35, set./2005.

VAINER, C. B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.9, n.1, mai./2007.

A GEOLOGIA DE SALTO (SP) E SUA RELAÇÃO À EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO

Marcus Vinicius Zecchini

zecchini23@yahoo.com.br

José Tadeu Garcia Tommaselli

Faculdade de Ciências e Tecnologia - Unesp

Palavras-chave: geologia, Planalto Atlântico, Depressão Periférica, Salto, bacia sedimentar.

Introdução

A origem de Salto está associada à queda d'água no rio Tietê, que dá nome ao município, e que tornou impossível a passagem dos bandeirantes em busca de terras mais ao interior do Brasil. Assim, estabeleceu-se ali um pequeno povoado. Todavia, o histórico do município mostra que sua expansão se deu, principalmente, a partir dos anos 1880 junto às áreas que margeiam o rio Tietê, às quais foram desmatadas e instaladas fábricas de tecelagem, mostrando as fortes características industriais da cidade.

O município possui aproximadamente 160km², e segundo o Censo 2010 do IBGE possui cerca de 112.000 habitantes. A alta densidade demográfica presente na cidade

fez com que houvesse um aumento significativo na impermeabilização do solo, aumento de áreas construídas (praças, ruas pavimentadas, prédios, etc.) e a antiga, e hoje inadequada, rede de captação de águas pluviais tornam determinadas áreas próximas às margens dos rios Tietê e Jundiáí suscetíveis às enchentes.

O mapa abaixo compara a área urbana de Salto em 1970 e em 2006 (Figura 1), trazendo características diferentes de expansão. Num primeiro momento, Salto possuía sua malha urbana concentrada entre os rios Tietê e Jundiáí, utilizando a água desses rios para a indústria. Em um segundo período de expansão, nas décadas de 1980-2000, a cidade cresceu em diferente sentido, partindo da periferia e indo em direção ao antigo centro do município – cujos serviços bancários e comerciais encontram-se localizados nessa área –, caracterizando uma descontinuidade da malha urbana.

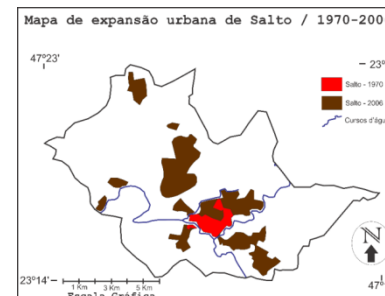


Figura 1. Expansão urbana de Salto entre os anos de 1970 e 2006. Fonte: M. V. ZECCHINI.

O modelo abaixo mostra a região central de Salto, que é a área que mais se destaca quanto ao risco de enchentes (devido à configuração do relevo, com declives acima de 20%), e bem como a constituição da malha urbana que direciona as águas pluviais aos dois principais pontos de inundações: as margens do córrego do Ajudante e do rio Jundiáí.

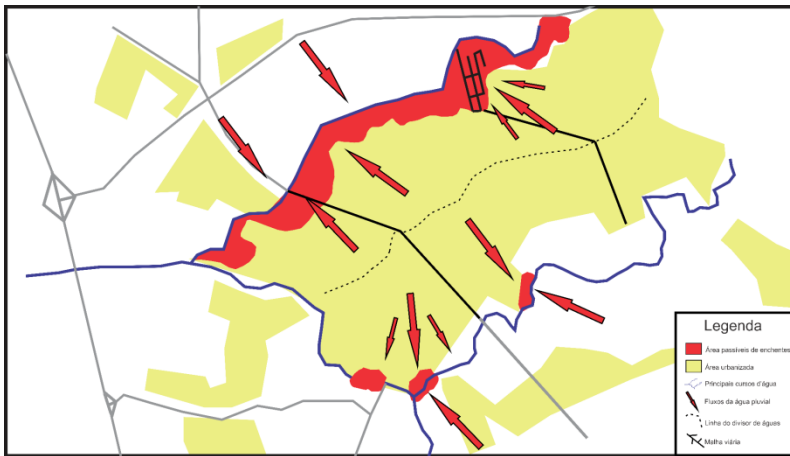


Figura 2. Modelo das áreas passíveis de alagamentos e enchentes na área central de Salto. Fonte: M. V. ZECCHINI.

Outro ponto a se destacar é a diferença altimétrica nesse setor. Na linha pontilhada ao centro do modelo está o divisor de águas e sua altitude está próxima dos 550m, enquanto que os rios Tietê e Jundiáí estão em cotas altimétricas de aproximadamente 475m. Essa topografia perturbada tem influência no escoamento superficial, uma vez

que as áreas em vermelho, suscetíveis às enchentes, estão em áreas mais dissecadas do relevo e com maiores declividades.

Esses problemas relacionados ao escoamento das águas pluviais e a diferença altimétrica referem-se à localização do município, que está na área de transição entre os terrenos cristalinos do Planalto Atlântico e de terrenos sedimentares do Permo-Carbonífero da Depressão Periférica Paulista, sendo drenado pelo médio curso do rio Tietê (Figura 3).

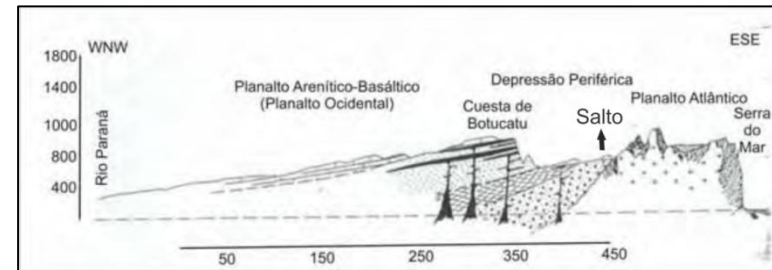


Figura 3. Localização geológica de Salto-SP, na área de transição do Planalto Cristalino Atlântico e a Depressão Periférica Paulista. Adaptado de Ab'Saber, 1958.

Objetivos

A urbanização no município de Salto vem sendo discutida, sobretudo, desde 2006 quando foi instituído o Plano Diretor Urbanístico cuja finalidade é “ordenar o desenvolvimento e a expansão da Estância Turística de Salto” (SALTO, 2006, p.1). Todavia, há grande controvérsia a respeito das áreas a serem ocupadas, entre elas áreas de grandes declividades e áreas que seriam destinadas à preservação

permanente, assim, o projeto de mestrado intitulado “Análise Geomorfológica do Município de Salto-SP” fará uma análise detalhada dos compartimentos de relevo, da estrutura superficial e geológica para enfatizar quais são as áreas mais adequadas para a expansão da malha urbana.

Resultados parciais

O município de Salto apresenta um grau de complexidade bastante grande para os seus estudos. Ao mesmo tempo está inserido em dois grandes compartimentos do relevo paulista: a Depressão Periférica Paulista e o Planalto Cristalino Atlântico. Dessa forma, a geologia saltense apresenta uma gama de sedimentos oriundos de diversos períodos e épocas bastante distintas, desde siltitos e deposições sedimentares glaciais a complexos graníticos e metamórficos.

Abaixo estão alguns mapas elaborados com a base de dados cedida pela GeoSig Engenharia Ltda., vale ressaltar que a prefeitura municipal por diversas vezes não disponibilizou nenhum documento cartográfico.

Destaca-se, ainda, que o atraso na cessão das bases tornou-se um dos problemas para a elaboração de diversos trabalhos e, sem dúvida, empobreceu as análises pretendidas.

Assim, a documentação cartográfica pode indicar, de modo sucinto, como é a composição da geomorfologia de Salto-SP. A principal indicação do Mapa Hipsométrico (figura 4) é de que o setor sul – o município será dividido em dois setores para facilitar o estudo e a compreensão das dinâmicas formadoras do relevo saltense –, que é delimitado pelos rios Jundiá e Tietê, é a área onde são encontradas as maiores altitudes no município, podendo chegar à casa dos 700 metros. Já o setor norte de Salto apresenta características distintas com sua topografia abaixo dos 500 metros.

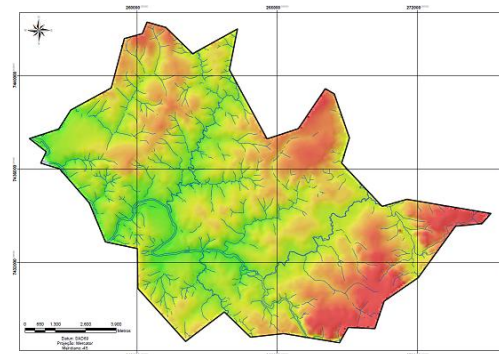


Figura 4. Esboço de carta hipsométrica do município de Salto-SP
Fonte: M.V. ZECCHINI.

A situação é bastante parecida quando observamos o mapa clinográfico (Figura 5), onde conseguimos identificar declives bastante acentuadas (maiores que 20%) no setor sul, provavelmente devido à composição rochosa dessa área que é

composta, sobretudo, por granitos. O setor norte, onde predominam rochas sedimentares e solos mais friáveis, possui declives pouco acentuadas, em sua maioria de até 5%.



Figura 5. Esboço de carta clinográfica para o município de Salto-SP.
Fonte: M. V. ZECCHINI.

Para se alcançar o objetivo, ainda é necessário a complementação cartográfica, tratar de forma mais aprofundada os aspectos litológicos e pedológicos do município e finalizar a classificação dos compartimentos de relevo presentes na área de estudo.

Referências bibliográficas

AB´SABER, A. N. A geomorfologia no Brasil. *Notícia Geomorfológica*, Campinas, n. 2, p. 1-8, 1958.

FERNANDES, J. A., MELLO, C. L. Coberturas Cenozóicas e Estruturas Deformadoras na Depressão Periférica Paulista, Campinas, São

Paulo. *Revista do Instituto Geológico*, São Paulo, 25(1/2), 49-66, 2004.

FULFARO, V. J.; SAAD, A. R.; SANTOS, M. V.; VIANNA, R. B. Compartimentação e evolução tectônica da Bacia do Paraná. *Revista Brasileira de Geociências*, São Paulo, v.12, n.4, p. 233-256, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **IBGE**. 2011. <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 set. 2011.

MODENESI, M. C. Contribuição à Geomorfologia da Região Itu-Salto: Estudo de formações superficiais. *Série Teses e Monografias*, São Paulo, IGEOG-USP, n.1, 1974.

SALTO. **Plano Diretor e Urbanístico**. Lei nº10.360 de 02/07/1999.

O PAPEL DA EXPERIÊNCIA NA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA DA GEOGRAFIA HUMANISTA

Carolina Leardine Zechinatto

carolzechinatto@yahoo.com.br

Instituto de Geociências - Unicamp

EIXO 4

MÉTODO E HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Palavras-chave: geografia humanista, pensamento geográfico, fenomenologia.

A Geografia como ciência sempre procurou diversas maneiras de compreender o mundo e as relações que nele se desenvolvem, engendrando metodologias de abordagem fundamentais para o processo de construção de seu conhecimento, traçado pela coexistência de diversas vertentes e concepções de estudo. Essas mudanças derivam de crises e paradigmas que surgiram durante o desenvolvimento da Geografia, incitando algumas transformações teórico-metodológicas. Uma série de transformações científicas, tecnológicas, econômicas e sociais a partir da expansão capitalista e dos processos de urbanização e industrialização, além da Segunda Guerra Mundial (NOGUEIRA, 2008), contribuiu para que filósofos e cientistas questionassem a formulação de leis gerais e metodologias das ciências naturais para a geografia humana,

visto que não davam conta da realidade complexa dos fenômenos (MELO, 2009). Nesse contexto, o presente trabalho procura pensar o papel da experiência à luz da Geografia Humanista e sua importância na aproximação com a abordagem fenomenológica, que busca formas de observação, descrição e compreensão dos fenômenos e nos permite a aproximação com o lugar. “No lugar se dá a experiência [...] e é nesta noção que a fenomenologia mais contribuiu, até agora, aos estudos geográficos.” (MARANDOLA JR. e GRATÃO, 2003, p. 15).

As dificuldades encontradas para explicar os fenômenos por meio da ciência positivista motivam o retorno às reflexões sobre o cotidiano e a sociedade, colocando o homem no centro das discussões. Por volta de 1970, houve o resgate da discussão da relação homem-lugar por geógrafos anglo-saxões a partir da obra *O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*, escrita em 1952 por Eric Dardel, e, primeiramente retomada por Relph em sua tese *The phenomenon of place*, de 1973 (HOLZER, 2001). Dardel fala sobre a consciência do mundo a partir do corpo, da relação mais primitiva e instintiva do homem com a Terra, a qual vai chamar de experiência telúrica (DARDEL, 2011). Para ele, antes de qualquer institucionalização da geografia, existe uma vontade inata de

conhecer o desconhecido, atingir o inacessível, a inquietude geográfica precede e sustenta a ciência objetiva. Amor ao solo

natal ou busca por novos ambientes, uma relação concreta liga o homem à Terra, uma geograficidade (*géographicité*) do homem como modo de sua existência e de seu destino (DARDEL, 2011, p. 1-2).

A *geograficidade* de que fala Dardel implica num pensar homem-Terra indissociável. A sua busca pela essência geográfica é, em si, a maior expressão da fenomenologia na Geografia. No mesmo período em que Dardel tem sua obra retomada, a Geografia Humanista começa a ser sistematizada, contemporaneamente à Geografia Crítica, que também estava descontente com a Nova Geografia teórico-quantitativa (MARANDOLA JR. e GRATÃO, 2003). É durante essa década que geógrafos franceses passam a pensar o espaço como mundo vivido, tendo Armand Frémont como precursor. Frémont afirma que é no espaço vivido que são reveladas as complexidades das realidades geográficas, onde se integram a dimensão do tempo (histórico e pessoal) e do movimento (deslocamento no tempo-espaço). É nesse espaço vivido que se dão as experiências humanas, espaço visto, apreendido, sentido (FRÉMONT, 1980).

Conforme Nogueira (2008), outros geógrafos buscaram sua base em Dardel, como Tuan, que estudou a experiência humana a partir dos sentimentos gerados na relação do corpo com o lugar, envolvendo os sentidos do homem (TUAN,

1983) e Buttimer, que viu o espaço enquanto mundo vivido e discutiu a relação existencial entre homem e Terra, encontrando na fenomenologia uma maneira para se alcançar a experiência humana (BUTTIMER, 1982). De acordo com Melo (2009), aparecem também trabalhos sobre percepção e comportamento espacial de maneira que a Geografia passa a se preocupar também com o enfoque cultural, no qual os fenômenos são compreendidos a partir das experiências na relação natureza-sociedade-cultura, retomando a formulação de um conhecimento mais intuitivo que, “realizado quando o homem dá significados ao objeto, é congregado na própria noção de experiência. É a partir desta que a Geografia Humanista se une à Fenomenologia” (DE PAULA, 2007, p. 28).

Foram os geógrafos humanistas que lutaram para que algumas bases fenomenológicas fossem inseridas nas análises geográficas. Alguns de seus autores, como Edward Relph, Yi-Fu Tuan e Anne Buttimer, buscaram influências em filósofos como Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty (GOMES, 2000). Em suma, a Geografia Humanista contribui para revelar a natureza das experiências e pensamentos humanos, das emoções, valores e atitudes, bem como o poder dos símbolos e significados, o que nos ajuda a compreender a relação entre o sujeito e seu lugar (TUAN, 1982). O ato de significar/dar

significância aos fenômenos aparece na própria relação da experiência, de maneira que a fenomenologia, como busca da essência dos fenômenos, está buscando também a construção da experiência. Assim, a Geografia Humanista visa não apenas a compreensão do fenômeno, mas de um fenômeno que é vivido (DE PAULA, 2007).

Propondo uma metodologia de estudo mais qualitativa, a Geografia Humanista traça um caminho reflexivo. As principais características da filosofia fenomenológica são: a busca das essências através da experiência particular e a (re)valorização do conceito de lugar, da memória e das tradições, contribuindo para os estudos da intencionalidade e da intersubjetividade, ou seja, o indivíduo não é visto isoladamente, mas na construção dos lugares a partir de suas inter-relações sociais (GOMES, 2000). É nessa relação homem-mundo que a geograficidade de Dardel se revela. Importante, portanto, para compreender a relação homem-Terra debatida pela Geografia (terra como lugar de vida e não apenas no sentido físico/natural).

Para Tuan (1983, p. 10), “a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experienciar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele”. A descrição e interpretação desses dados, utilizadas no método fenomenológico, não visam explicação

em si, mas a compreensão dos fenômenos, e, assim, o geógrafo mantém entre parêntesis seus pré-conceitos e pré-concepções para colocar-se na posição daquele que experimenta o fenômeno (NOGUEIRA, 2008). Essa busca por uma descrição detalhada implica na utilização de uma metodologia qualitativa como base, necessária para lidar com a variabilidade e flexibilidade dos resultados obtidos, pois a pesquisa quantitativa induz os resultados da análise, visto que suas restrições impedem que detalhes importantes sejam considerados nos resultados finais (MARANDOLA JR., 2009).

Utilizando o conceito de *habitar* de Heidegger, Marandola Jr. (2008) entende que a relação homem-lugar é, em si, um habitar que se dá a partir da construção de relações que permitem o ser-e-estar no mundo. Para o autor, a forma com que o homem habita o espaço dá acesso a diferentes experiências e que, portanto, experiência e existência são indissociáveis e correspondem ao próprio habitar. Assim, a relação homem-lugar se dá a partir das experiências do homem enquanto parte atuante do mundo visto e que, sem existência, não é possível experimentar. No caso da Geografia, o estudo da experiência é também uma busca pela existência do homem atrelada à sua referência espacial. Essa existência pode ser revelada não só através da experiência, mas também do imaginário e da memória

na qual, a partir da imaginação, é possível buscar a experiência no cotidiano da relação homem-lugar. Se sem a existência a experiência não é possível, tampouco a existência se dá sem o mundo. Para que esse mundo exista, é preciso ainda existir o outro (MARANDOLA JR., 2005).

Para Tuan (1983) a experiência está ligada ao modo com que as pessoas entendem a realidade e como ela é construída e vivida. Para isso, as categorias espaço e lugar seriam complementares e de extrema importância para a compreensão da experiência, onde o espaço permitiria o movimento e o lugar, o descanso, a pausa. Na perspectiva humanista da Geografia, é no mundo vivido que se dá essa experiência geográfica que de “tão profunda e tão simples, convida o homem a dar à realidade geográfica um tipo de animação e de fisionomia em que ele revê sua experiência humana, interior ou social” (DARDEL, 2011, p.6). Dessa maneira, é preciso que cada um analise sua própria experiência, buscando pontos em comum com os outros (experiências compartilhadas) e, assim, obtenha uma perspectiva mais humanista para os métodos de pesquisa.

Posto isso, entendemos que a Geografia Humanista construiu um quadro de manifestações epistemológicas diversas, possibilitando novas maneiras de compreender a

construção de valores e atitudes para enfrentar os desafios que se instalam constantemente, procurando tornar o conhecimento geográfico mais completo (ROCHA, 2007). Nesse sentido, o homem retomou papel fundamental nas modificações diretas e indiretas do espaço em seu entorno, articulando feições sociais e ambientais de maneira que os relatos das experiências do homem se tornam as bases da Geografia Humanista, apoiada na fenomenologia, para a compreensão do mundo e dos fenômenos cotidianos.

Referências bibliográficas

- BUTTNER, A. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.). 1982. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. P.165-193.
- DARDEL, E. **O homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. (trad. Werther Holzer). São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DE PAULA, F. C. **Geografia de bairro**: territórios vividos e experiência urbana no bairro Bosque, Campinas. 2007. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. (trad. Antonio Gonçalves). Coimbra: Almedina, 1980.
- GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- HOLZER, W. A Geografia fenomenológica de Eric Dardel. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. P.103-122.
- MARANDOLA JR., E. Da existência e da experiência: origens de um pensar e de um fazer. **Caderno de Geografia** (PUCMG), Belo Horizonte, v. 15, n. 24, p. 49-67, 2005.
- _____. Insegurança existencial e vulnerabilidade no habitar urbano. **Caderno de Geografia** (PUCMG), v. 18, p. 39-58, 2008.
- _____. Tangenciando a Vulnerabilidade. In: HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., Eduardo (orgs.). **População e mudança climática**: Dimensões humanas das mudanças ambientais globais. Campinas: Mundo Digital, 2009. P.29-52.
- _____.; GRATÃO, Lúcia H.B. Do sonho à memória: Livia de Oliveira e a Geografia Humanista no Brasil. **Geografia**, v.12, n.2, p.5-19, jul./dez. 2003.
- MELO, A. de S. A entrada da Geografia Humanista na ciência Geográfica. II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico – ENHPG. **Anais...** São Paulo, 2009.
- NOGUEIRA, Amélia R. B. Uma interpretação fenomenológica na Geografia. In: SILVA, Aldo; GALENO, Alex (orgs.). **Geografia**: Ciência do Complexus. Porto Alegre: Sulina, 2008. P. 209-236.
- ROCHA, S. A. Geografia humanista: história, conceitos e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo. **RA'E GA**, Curitiba, n.13, p.19-27, 2007.
- TUAN, Y. Geografia Humanista. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio.(org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. P.143-164.
- _____. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

O HOMEM E A TERRA: ERIC DARDEL E SUA CONTRIBUIÇÃO A GEOGRAFIA HUMANISTA FENOMENOLÓGICA

Gedalva de Souza
gedalvad@hotmail.com

Letícia Cassanelli Braga
leticiacassanelli96@hotmail.com
Instituto de Geociências - Unicamp

Palavras-chave: geografia humanista, fenomenologia, Eric Dardel.

Objetivo

O objetivo deste trabalho é relatar a importância e as contribuições de Eric Dardel e de sua obra literária, *O Homem e a Terra: Natureza da realidade geográfica*, para os campos da Geografia Humanista e da Fenomenologia. Essa clássica obra literária de Eric Dardel teve sua primeira edição publicada em francês no ano de 1958 com objetivo de compor a *Nouvelle Encyclopédie Philosophique* (Nova Enciclopédia Filosófica), o que lhe concedeu a característica de uma obra

voltada para reflexão filosófica e interdisciplinar que buscava compreender a relação do Homem com a Terra.

Introdução

Nesta obra, o autor evoca um novo olhar capaz de abordar a relação do homem com o espaço à sua volta. Os conceitos que permeiam a obra estão baseados na preocupação do autor em desenvolver um saber geográfico pautado na existência, vivência e na relação do Homem com a Terra. O homem, para a Geografia Humanista, deixa de ser um simples elemento presente na natureza, mas é também o elemento capaz de influenciar e ser influenciado por ela:

É importante não se acreditar no erro de que a especialização geográfica se produz somente em virtude de um comportamento ativo. É o caso onde o homem é *agenciado* pelo ambiente geográfico: ele sofre a influência do clima, do relevo, do meio vegetal. [...] A natureza geográfica o lança sobre si mesmo, dá forma a seus hábitos, suas idéias, às vezes a seus aspectos somáticos" (DARDEL, 2011, p.11).

Colocar as relações do homem com o meio foi a forma encontrada pelo autor para conseguir descrever o que é a Geografia. Para Dardel não há como pensar a geografia sem fazer o elo entre o meio e o indivíduo. Incomodava-lhe a ideia de dedicar ao homem apenas o papel de mais um elemento da natureza.

“Retomar o homem enquanto indivíduo, enquanto sujeito que está no mundo, portanto, tem dele uma experiência própria, uma experiência de vida” (NOGUEIRA, 2008, p. 209) serve de alicerce para a geografia humanista, “pois antes da ciência tem o homem, e que é este quem sempre deu elementos para ela” (NOGUEIRA, 2008, p. 211). Dardel, contrariamente ao momento racionalista pelo qual a ciência seguia, compreende essa relação de vida do homem com o meio, como condutora da essência da geografia.

Ter colocado o a relação do indivíduo com o meio como um dos elementos principais para o conhecimento geográfico levou a obra de Dardel a ser fonte de interpretação de um saber filosófico fenomenológico onde os relatos das experiências do homem com o meio era a mais importante e rica maneira de se interpretar os fenômenos e as paisagens observadas. Dardel acredita que os geógrafos “deveriam se dedicar ao estudo das atitudes humanas duráveis da realidade circundante e cotidiana, antes de preocupar-se com a delimitação de periódicos cronológicos” (HOLZER, 2001, pp. 108-109). *O Homem e a Terra* teve como objetivo “fazer uma análise fenomenológica da relação visceral que o homem mantém com a Terra” (HOLZER, 2001, p. 104).

A fenomenologia é uma linha de pesquisa filosófica onde as relações, vivências e experiências do indivíduo, com o meio são primordiais para compreender os fenômenos abordados. É um conhecimento que prioriza essa relação do homem como Ser no mundo. “A geografia de Dardel (1990) primava por essa compreensão: pensar a terra, o lugar, a partir da percepção de quem a vive. Das coisas que nos parecem óbvias” (NOGUEIRA, 2008, p. 215).

O livro é dividido em duas partes. Na primeira, o autor aborda o espaço geográfico e o diferencia do espaço geométrico: “o espaço geográfico tem um horizonte, uma modelagem, cor densidade. Ele é sólido, líquido ou aéreo, largo ou estreito: ele limita e resiste” dito isso o autor discorre sobre diferentes espaços; Espaço material, espaço telúrico, espaço aquático, espaço aéreo e espaço construído. Na segunda parte aborda a história da geografia, evidenciando que a finalidade desta não é da estudar o desenvolvimento da ciência geográfica “O que nos importa, antes de tudo, é o despertar de uma consciência geográfica, através das diferentes intenções sob as quais aparece ao homem a fisionomia da terra.”

Uma das características marcantes do livro é a forma poética com que Dardel discorre sobre as relações do

Homem com a Terra. O livro apoia e defende que, apesar da escrita desenvolvida de forma mais literária ocasionar a perda de clareza e racionalidade, “ganha em intensidade expressiva, devido ao estabelecimento da existência que é dada pela dimensão temporal restaurada” (DARDEL, 2011, p. 4). Essa maneira poética de escrever faz com que a obra se aproxime cada vez mais do seu objetivo, pois através dessa escrita poética o geógrafo consegue expressar a geograficidade humana; o modo com que o Homem expressa o seu Ser e Estar presente no mundo, as suas sensações travadas com o meio que lhe rodeia.

Resultados

Apesar de seu pioneirismo na abordagem humanista, *O Homem e a Terra* foi uma obra que caiu no esquecimento por muitos anos, de modo que, somente na década de 1970 Relph, o precursor da discussão a respeito da utilização do método fenomenológico, como uma forma de renovação da geografia, citou Dardel em sua tese *The Phenomenon of place* (1973), que posteriormente deu origem ao livro *Place and Placelessness* (1976), considerado “um marco da geografia Humanista e da renovação do interesse pelo conceito de lugar por parte dos geógrafos” (HOLZER, 2001,

p.105). Relph se dedicou inicialmente à tarefa de distinguir as experiências de espaço e de lugar, sendo que dentre os seis tipos de espaços, identificados por Dardel em sua obra, estudou detalhadamente o espaço existencial ou vivido. A influência de Dardel é evidenciada, pela constante presença, de temas caros a Dardel em seus trabalhos.

No trabalho de Tuan (1974) a influência da obra de Dardel, mostra-se presente, sobretudo após a publicação do artigo *Space and Place: Humanistic Perspective* (1974) no qual Dardel é citado. Neste artigo Tuan considera espaço e lugar como conceitos definidores da natureza geográfica, sendo que “pela primeira vez a geografia humanista é explicitamente tratada como subcampo autônomo que tem como referencia epistemológica a fenomenologia” (HOLZER, 2001). Para Tuan (1982), as interações e experiências do homem com o espaço à sua volta é essencial para compreender o que é o lugar, “nesse contexto o lugar seria um modo particular de relacionar as diversas experiências de espaço” (HOLZER, 2001, p. 106).

Considerações finais

A importância de Dardel para geografia humanista se traduz na presença de suas ideias nas obras dos idealizadores da geografia humanista e por viabilizar a adoção da

fenomenologia pela geografia norte-americana. Muitas vezes ao tratar da adoção da fenomenologia como fundamento metodológico, que tem trazido importantes contribuições para o projeto humanista, Relph e Tuan são evocados, mas não ocorre a menção da influencia de Dardel, que antes produziu uma obra, cujo objetivo consistia em estudar a partir de um viés fenomenológico a essência da relação mantida entre homem e terra. Portanto, se debruçar sobre esta obra nos remete à importância de sua influência na obra dos precursores da geografia fenomenológica como fundamento metodológico para a geografia humanista.

Referências bibliográficas

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra: Natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HOLZER, Werther. A Geografia fenomenológica de Eric Dardel. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. P.103-122.

HOLZER, W. **A Influência de Eric Dardel na construção da Geografia Humanista Norte Americana**. Porto Alegre, 2010.

NOGUEIRA, A. R. B. Uma interpretação fenomenológica na geografia. In: SILVA, Aldo A. D. da; GALENO, Alex (orgs.). **Geografia: Ciência do Complexus**. Porto Alegre: Sulina, 2008. P. 209-236.

TUAN, Yi. Geografia Humanista. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. P. 143-164.

PAUL VIDAL DE LA BLACHE E O MÉTODO REGIONAL: DA VISÃO DE MUNDO POSITIVISTA ÀS MONOGRAFIAS URBANAS

Deyse Cristina Brito Fabrício
deyse_nytzah@hotmail.com

Antonio Carlos Vitte
vitte@uol.com.br

Instituto de Geociências - Unicamp

Palavras-chave: Paul Vidal de La Blache, geografia francesa, monografias regionais.

Paul Vidal de La Blache possuía formação de historiador. Em 1978 chega à Escola Normal Superior de Paris e vinte anos mais tarde, passaria a ocupar a cátedra de Geografia na Sorbonne. Quanto à sua importância para a história do pensamento geográfico, "(...) Vidal fue el creador de una escuela cuya extensión fue tan grande que llegó a coincidir con la escuela nacional de geografía francesa" (CAPEL, 1981, p.328).

Claval (1993, p.8) lembra que Vidal de La Blache começa a dedicar-se à geografia por volta de 1870, quando esta disciplina era encarada como uma auxiliar da História, traçando inventários de viagens ou de exploração do mundo. La Blache se encarregaria de construir uma geografia moderna, apoiando-se nas ciências naturais, como a geologia e a botânica, relacionando-as ainda à sua formação histórica. Além disso, partiu também de um conhecimento empírico, percorrendo e recolhendo informações de diversas paisagens da França, Europa, norte da África e América do Norte.

É com La Blache que, lentamente, "(...) a Geografia atinge um status independente e se consagra como um ramo específico da ciência" (Lencioni, 1999, p.102). Sendo assim, esse autor procura definir o campo de estudo da geografia mediante a problemática da dualidade entre a geografia física e a geografia humana. Procura também traçar uma concepção integradora entre as ciências naturais e humanas, unidade que se encontrava ameaçada em virtude das dualidades que fizeram parte do próprio pensamento científico e filosófico da época.

A unidade da geografia, segundo La Blache, estaria traçada mediante o estudo regional, com a ideia de região aparecendo como "(...) integração e síntese dos aspectos humanos

e naturais, realizando a unidade homem e natureza” (LENCIONI, 1999, p.104).

Apesar de propor a importância da observação direta das regiões, La Blache parte de um aporte teórico e metodológico que não lhe deixa entrar num empirismo estéril. Dessa maneira, o autor cria categorias e noções encadeadas que se enquadram em quatro ideias principais: “organismo, meio, ação humana e gênero de vida” (GOMES, 1996, p.198).

La Blache parte do princípio da unidade terrestre, obedecendo a leis gerais que se encadeiam e se combinam de formas específicas em cada região do globo. O meio, por sua vez, seria “(...) dotado de uma potência tal que pode agrupar, e manter juntamente, seres heterogêneos em correlação recíproca” (LA BLACHE, 1954, p.34). Assim, “Cada região representa um domínio, onde se reuniram artificialmente seres díspares, que aí se adaptaram a uma vida em comum” (LA BLACHE, 1954, p.34). Diante dessas noções, emprestadas das ciências naturais, age sobre o meio uma força adicional e influente, a ação humana, sendo que o homem é encarado como um fator geográfico “(...) ao mesmo tempo, activo e passivo” (LA BLACHE, 1954, p.41).

Por isso, os estudos em geografia regional valorizam o particular, descrito minuciosamente através de monografias, partindo da observação e descrição de uma região que se

manifestava como evidente na paisagem, pela integração harmônica entre seus aspectos naturais e históricos.

Os gêneros de vida, expressando uma singularidade, diferenciam-se uns dos outros a partir das aglomerações iniciais de grupos humanos em áreas mais propícias à vida, como nas margens de rios. São as chamadas “áreas-laboratório”.

É na experiência acumulada que os gêneros de vida, em seu conjunto, respondem por uma “evolução civilizatória”. Nesse sentido, o estudo dos chamados grupos primitivos foi uma vertente das ciências sociais principalmente a partir da década de 1870.

É assim que o conceito de gênero de vida passa a embasar a análise da espacialização das sociedades, mediante a ideia de graus de civilização. Nessa concepção, a obra fundamental de Paul Vidal de La Blache, “Princípios de Geografia humana”, reporta aos povos ditos primitivos sua dependência em relação ao meio e quais os fatores que colocaram a superação dos obstáculos que a natureza oferecia.

Inicialmente, Paul Vidal de La Blache se pergunta por que há áreas povoadas e outras, não. Sua resposta leva em conta que algumas regiões foram mais propensas à vida, localizadas ao longo dos cursos de rios, formando as “grandes aglomerações humanas”, inicialmente na África e na Ásia (LA BLACHE, 1954,

p.87). Dessa forma, se as regiões áridas ou muito frias foram ocupadas é porque houve uma intensa pressão em áreas mais férteis, com um superpovoamento impulsionando emigrações (LA BLACHE, 1954, p.88).

Assim, para La Blache, a distribuição dos homens no globo ocorreria a partir de uma progressão descontínua. O autor diz que a tendência foi a aglomeração de núcleos humanos ao longo do curso de rios, ocorrendo uma separação por obstáculos, como montanhas. Nesse isolamento, em sua relação com o meio, o homem teria engendrado seu modo de vida (p.40). Analisados a partir de ideias evolucionistas, esses isolamentos levaram à formação de “raças” que, em vários casos, não cessam de “evoluir” e modificar-se.

La Blache argumenta que a formação dos isolamentos, porém, pode trazer estagnação a certos gêneros de vida. Em alguns casos, então, a população ficaria estagnada em seus hábitos, com ausência de aperfeiçoamentos, por serem presas, historicamente, à mesma forma de interação com o meio (LA BLACHE, 1954, pp. 80-84). A circulação e o contato com outros povos seriam então fundamentais, trazendo um estímulo ao progresso das civilizações.

Em acréscimo, segundo o autor o meio europeu teria sido muito mais exigente, por isso a população que lá vive fez um

povoamento original, concentrado a principal massa da humanidade, capaz de uma “evolução” mais complexa, constituindo-se, desde tempos antigos, num centro de difusor de inovações (LA BLACHE, 1954, p.374).

Por fim, são as cidades o testemunho de civilizações num estágio mais avançado, “que certas regiões não atingiram, que, possivelmente, não atingirão nunca por si mesmas” (LA BLACHE, 1954, p.280). É assim que a ideia de progresso, enraizada no positivismo, está vinculada em La Blache com relação aos gêneros de vida distribuídos pelo globo. No contexto das transformações da época, há um otimismo quanto às maiores possibilidades desse intercâmbio. “O movimento e a vida aceleram-se constantemente. Uma atração mais forte (...) provocou entre as diferentes regiões da terra uma fermentação que anteriormente não teria sido possível” (LA BLACHE, 1954, p.361).

Assim, relacionando nossa análise ao seu contexto, a cidade de Paris desponta com um crescimento harmonioso que deixa visível uma “unidade urbana mais ou menos perfeita” (LA BLACHE, 1954, p.384). É nesse ponto que as monografias regionais de Paul Vidal de La Blache acabam ocupando-se de novas questões colocadas, como a circulação, que serão levadas a cabo por seus discípulos, com a produção de monografias urbanas. Dentro dessa

ótica, a crença no progresso e nas conquistas da civilização exprimem, na visão de Vidal de La Blache, que “as modificações operadas pela ciência são as mais rápidas: a utopia de ontem é a realidade de amanhã” (p.361).

Por isso, várias questões são constantemente recolocadas na obra de Paul Vidal de La Blache, como as referências ao positivismo e a crença no progresso, ao mesmo tempo em que posturas historicistas, que valorizam a liberdade humana e a singularidade de cada cultura entram em foco. Podemos, então, citar as ideias de Gomes (1996, p.222), colocando a obra de Paul Vidal de La Blache como “Nem moderna, nem tradicional”, pois ela “incorpora a perpetuidade relativa das grandes referências de um passado, em que se pode encontrar tantas maneiras de interpretar, quanto os pontos de vista daqueles que a examinam”.

Referências bibliográficas

ABREU, Mauricio de Almeida. A cidade da geografia no Brasil: percursos, crises, superações. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2002. P. 42-59.

CAPEL, Horacio S. **Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea**: una introducción a la geografía. 3. ed. Barcelona: Barcanova, 1981.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

DEFFONTAINES, Pierre. **Geografia humana do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1952.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

LA BLACHE, Paul Vidal de La. **Princípios de geografia humana**. 2. ed. Lisboa: Cosmos, 1954.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2003.

MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. In: **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, IBGE, ano I, n. 7, p. 7-29, out./1943.

ORTIZ, Renato. **Cultura e modernidade**: a França no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PARA ONDE VÃO NOSSAS CIDADES?: PEQUENA INTRODUÇÃO À GEOGRAFIA DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

Rodrigo Fernandes Silva

rodrigo.silva@ige.unicamp.br

Instituto de Geociências - Unicamp

Palavras-chave: acumulação primitiva, obras de engenharia, trabalho morto.

Introdução à geografia da acumulação primitiva

Do ponto de vista geográfico, o espaço vivido e território atualizado serve tanto como suporte (de abrigo, para a vivência de alguns), quanto como recurso (para outros). Esse entendimento, passa, em parte, pela compreensão das obras de engenharia, ou seja, objetos geográficos. Essa análise nos permite verificar como a instalação dessas obras, de um lado, organizam as atividades econômicas, e de outro, desorganizam os lugares. Aqui, tomamos a ideia da “acumulação original e primitiva”, de Karl Marx, e os “cercamentos atuais”, de David Harvey, associados à análise das obras de engenharia e infraestrutura. Esses conceitos nos possibilitam uma melhor compreensão dessas fontes dos conflitos e inúmeras consequências, como nos orientam Carlos Vainer e Arsênio Osvaldo Sevá Filho.

Geograficamente, identificamos três categorias independentes: o *modo de produção* (*maneira, forma* ou *modo* pelas quais se produzem os bens materiais), a *formação social* (sociedades historicamente determinadas) (HARNEKER, 1983) e o *espaço* (arranjo territorial produzido historicamente pelas sociedades). Nesses três, temos a *produção propriamente dita* (circulação, distribuição e consumo) num movimento histórico e espacialmente diferenciado, pelas formações sociais, num movimento conjunto (SANTOS, 2005, p. 28) em cada país.

Assim como, dialeticamente, objetos velhos propõem novos e as formas antigas propõem formas novas¹, metodologicamente, iniciado o processo de extração do *mais valor*, ele vai requerer novas formas de apropriação.

Sua nova forma, o espaço capitalista, necessita de contínua retirada de valor do espaço. Seja como instrumento móvel (imensas máquinas utilizadas nas atividades que não chegam a se fixarem) na exploração dos recursos ou utilizados como suporte fixo, ou seja, os objetos geográficos usados para as operações, na forma de capital fixado ao solo.

Visto que esses objetos são dotados de conteúdos técnicos, devemos ainda classificar os ambientes mediante

¹Como nos revela Milton Santos, em *Metamorfose do Espaço Habitado*, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia (1988), na dialética entre o velho e o novo.

suas *densidades potenciais*: naturais, demográficas ou técnicas. De um lado, os ambientes formados por uma pequena ou nula fixação de capital, caracterizam-se por suas *densidades comunicacionais*, relativa à *psicosfera*, implicando no conhecimento desses objetos, para sobre eles poder agir. De outro, a *tecnosfera*, caracterizada pelos ambientes formados com a instalação intensiva de objetos geográficos, fixando grandes montantes de capital e geradora de conflitos locais e fluxos internacionais. Essas são ambientes que comportam grandes *densidades informacionais*, indiferentes ao meio ambiente e relacionam-se ao mundo dos objetos. Essa é a esfera do conjunto de objetos fixos e circulantes, estruturada de maneira sistêmica, tendo seus usos hierarquizados, funcionalizados e conjugados.

Podemos falar que se trata de uma *estrutura tecno-produtivanos lugares* (SANTOS, 2005), onde uma estrutura-técnica e uma estrutura-informacional dos objetos presidem o trabalho sobre o capital vivo e morto, sendo nos *lugares* que se opera a *produção propriamente dita* (SANTOS, 1988). Segundo ele, a *escala global*, além de cobrir todo o ecúmeno², caracteriza a unificação do planeta e a unicidade do tempo, onde as redes realizam as outras esferas da produção

²Estudado por Maximilien Sorre.

capitalista, sobretudo a *distribuição, circulação* e o *consumo*. Por isso, é na *escala mundial* que se opera a *Divisão Internacional do Trabalho*, tendo como expressão das escalas nacionais, a formação sócio-espaial de Milton Santos (2005)

David Harvey, em “*O novo imperialismo*” (2011), chama de *geografia histórica do capitalismo* a introdução, ao longo do tempo, de infra-estruturas nos espaços, à revelia³ de suas populações originas. Lúcio Kowarick (1983), analisando as obras de instalação do metrô, na cidade de São Paulo, referindo-se à população expropriada em decorrência da migração e da não compensação adequada, chega a falar em uma *espoliação urbana*.

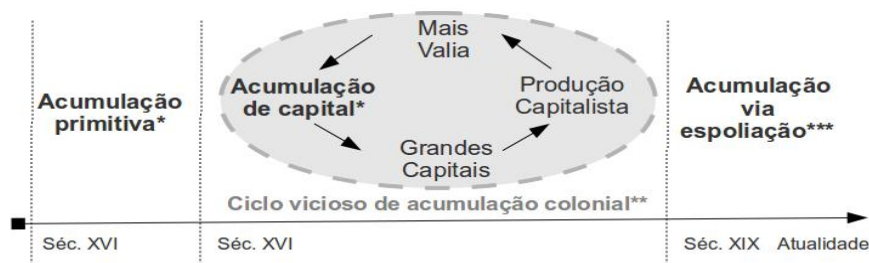
Da Geografia histórica da acumulação primitiva à valorização do espaço

Grosso modo, podemos dizer que a idéia da chamada acumulação primitiva, desenvolvida por Karl Marx, nos orienta a uma *lógica* e a um *processo* extremamente conflituosos. Entendendo que esses eventos deram início ao capitalismo e continuam ocorrendo atualmente, podemos verificar o seu *modus operandi*, transformando tudo em mercadoria: ideias, objetos, pessoas, construções, regiões e a própria terra.

Karl Marx (1975) nos orienta a pensar um movimento circular no qual a *acumulação do capital* pressupõe a *mais valia*; a *mais valia* a *produção capitalista*; a produção capitalista a *existência de grandes capitais* (como a força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadoria) e por fim, os grandes capitais pressupõem a existência da acumulação de capital. Segundo ele, esse movimento como um todo, deve ser visto como um *ciclo vicioso*, que só pode ser rompido se admitirmos uma *acumulação prévia, primitiva, anterior ou original*, que antecede a essa acumulação capitalista. Segundo Marx, esse processo é caracterizado pela transferência, para as elites, dos meios sociais de subsistência, de produção e convertendo os produtores em assalariados.

Marx chama de limpeza das propriedades a sangue e fogo, os métodos de expropriação dos camponeses. Quando não houver mais “*camponeses independentes para enxotar, a limpeza prossegue para demolir as choupanas, de modo que os trabalhadores agrícolas não encontram mais na terra que lavrar e espaço necessário para sua própria habitação*” (MARX, 1975; 845).

³ Remetendo-nos à idéia de “*Selva quadriculada à revelia*”, de Arsênio Oswaldo Sevá Filho (2008).



* Marx; ** Sevá; *** Harvey.

Figura 1 - Evolução da Acumulação de Capitalista. Fonte: Elaboração própria.

Para Antônio Carlos Robert Moraes (2000), em sua *Geografia da acumulação primitiva*, foi a expansão da formação territorial europeia do “longo século XVI” que criou a circulação planetária, permitindo que os fluxos fixem a escala de *mercados mundiais* (MORAES, 2000). Os meios técnicos disponíveis no interior da Europa nos orientam ao reconhecimento de uma diferenciação no que o autor chama de *tempo/distância*, no sentido braudeliano. Dessa forma, podemos reconhecer o funcionamento das respectivas regiões inscritas.

Em David Harvey (2011), o conceito de acumulação remete também a Rosa Luxemburgo, implicando em dois aspectos: ao *mercado de bens* e ao *lugar* em que é produzida a mais-valia. Em outras palavras, aos *cercamentos* e às *obras de infra-estrutura utilizadas na exploração*, ou seja, às áreas e aos pontos, inscrevendo sua escala de operação. Por outro lado, Luxemburgo entende que esse quadro provém da crise do

subconsumo, onde na impossibilidade de consumir é obrigado a reinvestir, injetando capital nas *ordenações espacotemporais* (HARVEY, 2011, p. 98). Essas são as expressões geográficas do capitalismo que estão na base de boa parte da atividade imperialista com investimento alhures. As ordenações são, por um lado, uma metáfora para um tipo de solução às crises capitalistas, e de outro, mediadas pelo aparente adiamento do tempo e pela expansão geográfica do conjunto de objetos usados.

Contudo, o trabalho morto acumulado nos meios de produção, nos orienta à especialização das atividades produtivas e às produções materiais que se agregam ao solo, ou seja, às rugosidades, com sua inércia dinâmica – como formas espaciais que duram mais que os processos que os engendraram (MORAES e COSTA, 1984, p. 125). O trabalho morto, cristalizado nos meios de produção, aparece como capital fixo ou fixação de capital no espaço. Aqui, o próprio espaço físico, a área necessária à produção, é considerado valor de uso do espaço.

Referências bibliográficas

HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do Materialismo Histórico**. 2.ed. São Paulo: Global editora, 1983.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da economia política. Livro 1: O Processo de produção do Capital. Vol. 2. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no longo séc. XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, A. C. R. de; COSTA, W. M. da. **Geografia Crítica**: A valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1984.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação espacial como teoria e como método. In: **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SEVÁ FILHO, A. O. Selva quadriculada à revelia. Povos e poderes em conflito na Amazônia equatoriana, peruana, e brasileira sob avanço da indústria petrolífera. XXXII Encontro Anual da ANPOCS – Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Ciências sociais. **Anais...** Caxambu, out./2008.

SEGREGAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: DISCORRENDO UM POUCO SOBRE A TEMÁTICA

Ivan Oliveira Lima

ivanlima@ige.unicamp.br

Instituto de Geociências - Unicamp

Palavras-chave: espaço urbano, segregação, Estado capitalista, direito à cidade.

As cidades representam a maior e mais significativa das ações humanas sobre o espaço geográfico. Sua presença dentro da história da humanidade é marcada por sua diversidade e grandiosidade, bem como seu impacto expressivo na vida e na organização da sociedade.

No Brasil, de acordo com o Censo de 2010, último levantamento populacional realizado, cerca de 84,35% da população reside em áreas urbanas. Em números absolutos, temos um valor que supera a casa dos 160 milhões de habitantes (IBGE, 2011).

A cidade em questão — industrial e capitalista — apresenta grandes contradições dentro de seu espaço. Essas desigualdades as acompanham desde a sua gênese. Spósito (1996) destaca em seu trabalho que, desde os princípios de

formação das cidades, elas já apresentavam diferenciações em sua morfologia e padrão arquitetônico, além de conter bairros considerados de pessoas pobres e bairros de pessoas ricas.

Essa separação entre pobres e ricos, entre etnias diferentes, religiões, grupo de trabalhadores, imigrantes — fenômeno conhecido como *segregação* — pode ser verificada em praticamente todas as cidades atualmente, e os estudos acerca deste fenômeno são, de acordo com Villaça (2001), fundamentais para a compreensão da estrutura espacial intra-urbana.

A segregação: algumas observações a respeito

A segregação possui várias faces dentro do espaço das cidades. Para Lefebvre (2008), ela acaba sendo o efeito das estratégias de classe, tanto no sentido político e social, de forma a alocar a população — no caso, a menos favorecida — em locais onde elas não interfiram e nem deixem sua marca no tecido urbano. Para tal, a aliança entre o Estado e a empresa é necessária, de forma que ambos acabam por absorver a cidade.

Villaça (2001) afirma que o padrão segregador do espaço urbano brasileiro é do modelo *centro x periferia*. No caso do centro, comumente ele é dotado da maior parte dos serviços urbanos, públicos e privados, sendo ocupados pelas

classes de renda mais alta. Já a periferia costuma se apresentar sub-equipada ou longínqua, ocupada principalmente pela parcela considerada excluída da população.

Contudo, em outros trabalhos (1997; 2001; 2003), o autor afirma que essa visão não pode ser tomada como modelo analítico único, pois se verifica na atualidade a tendência à estruturação de áreas periféricas enobrecidas na maior parte das cidades, principalmente nas grandes metrópoles, enquanto que regiões centrais de algumas cidades se configuram como verdadeiros mares de pobreza, espaço de circulação de população pobre, mendigos e outros considerados “indesejáveis”.

Lojkine (1981) também discorre sobre a segregação, atribuindo o fenômeno a uma manifestação da renda fundiária da terra. Para ele, a divisão monopolista do trabalho dentro do espaço urbano, marcada principalmente pela concentração dos meios de consumo coletivos nos grandes centros urbanos, leva à formação de submercados, que atuam como motores do processo especulador das terras, gerando uma segregação quase que automática das funções e das classes sociais que conseguem residir no centro.

O papel do Estado na segregação

O papel do Estado na organização espacial é complexo, tendo em vista que o mesmo tem impacto em toda a dinâmica social. O Estado em questão — capitalista — possui características que imprimem no espaço sua marca e seu dinamismo, de forma a proporcionar a manutenção do modo de produção. Tais características proporcionam ao Estado um papel de grande destaque dentro do contexto espacial, pois ele possui o controle de toda a aparelhagem necessária para modelar e controlar o espaço.

Dentro do modo de produção capitalista, não se pode conceber o Estado como uma instituição neutra, que governa de forma equilibrada e acima das classes sociais. O espaço sob o qual o Estado age e interfere diretamente em sua produção é palco da luta de classes, do jogo de interesses sob o qual o capital é considerado o “motor” da sociedade.

Harvey (2005) também discorre sobre essas questões e, de acordo com o autor, no período atual, denominado *acumulação flexível*, o modo de produção possui algumas particularidades no que tange a produção e dinâmica do espaço urbano. Na atualidade, há tendência a agregação e aglomerações espaciais, o surgimento de políticas regionais “territoriais”, que não levam em consideração o espaço como

um todo, bem como a promoção da desigualdade e da deterioração da cidade, com o intuito de promover maior circulação de capital.

As políticas estatais de melhoramento da imagem urbana, de limpeza da cidade, são fatores agravantes do processo de segregação. Não apenas a segregação espacial, afastando das áreas consideradas privilegiadas a população mais pobre, mas também a segregação social e até mesmo étnica, levando os grupos sociais ao isolamento da cidade, considerada pelo modo de produção um lugar para poucos.

Lefebvre(2008) também considera o Estado como um dos indutores do processo de segregação, porém, para isso, o mesmo se alia à empresa, ao modo de produção capitalista, convergindo para a segregação. Marcuse (2004) discorre sobre o papel do Estado na imposição da segregação, no qual, de acordo com o autor, nenhum grupo deseja um *status* inferior, sendo esse *status* imposto por uma força que é monopólio do Estado.

Dentro desse contexto, o Estado ganha papel significativo, porque acentua a segregação através de legalizações para instalação de condomínios fechados, cercamento de bairros, suburbanização da classe alta,

facilitação de transporte, entre outros mecanismos que facilitam a segregação.

Contudo, mesmo que o Estado esteja submetido quase que totalmente à reprodução do modo de produção, deve-se evitar ter apenas a imagem do mesmo como “entidade maligna contra os menos favorecidos”, pois, nos interstícios e brechas, sempre há a pressão de grupos mesmo que minoritários, que atuam de forma a quebrar esse *status*.

Todavia, para a compreensão do processo de segregação, deve ser considerado o papel estatal ao mesmo tempo como produtor da segregação e como grande responsável pela mitigação desse fenômeno, nas escalas social, cultural, étnico-racial e sócio-espacial.

Não se pode negar o seu papel na estruturação do espaço urbano, nem sua força de atuação em todas as escalas — desde o corpo até o Estado-Nação. Contudo, a forma como ocorre essa estruturação advém da concepção de que o espaço é o lócus de reprodução do capital e apenas meio de sobrevivência para a maior parcela da população, perpetuando a dominância espacial pela classe dominante.

Considerações finais

O espaço urbano é fruto de uma complexa gama de relações e fatores que atuam de forma direta ou indireta em sua produção. Essa diversidade encontra no fenômeno da segregação palco para sua atuação, provocando o destaque do abismo existente entre as populações que residem nesse espaço. Essa diferenciação, nos aspectos étnico-racial, sócio-espacial e sobretudo econômico, encontra no atual modo de produção e no aparelho estatal espaço suficiente para continuar a se reproduzir.

O Estado não fica inerte perante a segregação e, na maior parte do tempo, atua de forma a perpetuá-la e tornar cada vez mais nítida a diferenciação espacial, aliando-se ao capital para perpetuar esses contrastes. Contudo, não se deve perder as esperanças em possibilidades de transformação, mesmo que ao nossos olhos elas pareçam insignificantes.

A busca por um espaço urbano mais justo e menos desigual deve sempre estar pautada nos discursos acadêmicos, dos movimentos sociais e até mesmo dos políticos que atuam no Estado, de forma a modificar o modo de produção e até mesmo (por que não sonhar?) mudar o paradigma do mundo atual e proporcionar a todos os habitantes o tão almejado

Direito à Cidade, tendo no urbano o lugar para a realização da sociedade, o lugar do verdadeiro habitar do cidadão.

_____. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. VII Encontro Nacional da ANPUR (1997). **Anais...** Disponível em: <www.flavioillaca.arq.br>. Acesso em: 15 jun.2011.

Referências bibliográficas

HARVEY, D. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 jun. 2011.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. **Espaço e Debates**, São Paulo, NERU. v. 24, n. 45, p. 24-33, jan./jul. 2004.

SPOSITO, M.E.B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1996.

VILLAÇA, Flávio. A Segregação urbana e a justiça (ou a justiça no injusto espaço urbano). **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, ano 11, n. 44, p.341-346, jul./set. 2003.

_____. **O Espaço Intra-Urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.

CIDADES MÉDIAS E CIDADES DE PORTE-MÉDIO: INDICATIVOS PARA A DELIMITAÇÃO DE UM CONCEITO A PARTIR DA ANÁLISE COMPARATIVA DE SITUAÇÕES GEOGRÁFICAS E DINÂMICAS POPULACIONAIS¹

Júlio César Zandonadi

julio_zandonadi@hotmail.com

Instituto de Geociências – Unicamp

Palavras-chave: cidades médias, cidades de porte-médio, situação geográfica, dinâmicas populacionais, aglomerações urbanas.

Este trabalho tem como principal objetivo apresentar indicativos que contribuam para a diferenciação dos conceitos de cidade média e cidades de porte-médio, destacando características que distinguem tais espaços urbanos, principalmente a situação geográfica e as dinâmicas populacionais.

Tal distinção faz-se necessária, primeiramente pelo aumento do número de cidades de porte médio, indicando

que, atualmente, tais espaços passam por dinâmicas populacionais intensas e que parte considerável da população brasileira se concentra em tais centros urbanos. Outro ponto que faz necessária a diferenciação, classificação e análise destas cidades, é o fato de que, nas últimas décadas, algumas das cidades de porte-médio vêm assumindo papel relevante no âmbito da rede urbana, tanto na escala regional, nacional e até mesmo global.

Vemos que diversos autores se esforçam na distinção entre cidades médias e cidades de porte-médio, entre estes temos Sposito (2004), que aponta que as cidades de porte-médio são definidas por características que lhe são intrínsecas, como o tamanho demográfico; e Andrade e Serra(2001) que as definem como aquelas com aporte populacional entre 50 mil e 500 mil habitantes, proposta adotada pelo IBGE para o caso brasileiro.

Segundo Sposito (2004), a cidade média é:

(...) aquela que desempenha papéis de intermediação na rede urbana, sem compreender ao mesmo tempo suas características (o que não se restringe ao tamanho demográfico e deve incluir a estruturação interna de seus espaços), como suas relações com outras cidades (o que impõe o reconhecimento de seus papéis na estruturação urbana da rede) (SPOSITO, 2004, p.331).

¹ Este trabalho é um dos temas no âmbito da pesquisa de doutoramento "Urbanização dispersa, o surgimento de novos espaços de consumo em cidades médias e cidades de porte-médio: Uma análise comparativa de Taboão da Serra, São Carlos e Marília – SP", vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, com a orientação da Prof^a. Dr^a. Regina Bega dos Santos.

Desta maneira, as cidades médias seriam as cidades de porte-médio que desempenham papéis intermediários e/ou regionais no bojo da rede urbana.

Seguindo estes primeiros indícios para a classificação de cidades médias, vê-se que é imprescindível considerarmos dois aspectos destacados por Sposito (2004), a posição da cidade no âmbito da rede urbana, ou seja, o nível de centralidade interurbana diante do quadro de hierarquia urbana. Ea situação geográfica, conceito chave, condição para a definição do potencial da cidade, em exercer um papel intermediário nas relações entre as cidades de uma rede urbana, isto é, sua posição na hierarquia urbana.

Diante de tal quadro, propomos a análise de algumas cidades de porte-médio do Estado de São Paulo, promovendo indicativos para a diferenciação destas e as cidades médias, tendo como base do estudo as definições prévias de Sposito (2004).

No Estado de São Paulo, de acordo com o Censo IBGE de 2010, temos 108 cidades que podem ser classificadas como cidades de porte-médio, levando em consideração a definição de Andrade e Serra (2001), por terem entre 50 mil a 500 mil habitantes. Porém, como vimos anteriormente, nem todas essas cidades podem ser classificadas como médias por não desempenharem papéis relevantes na rede urbana do

Estado. Um dos critérios para distinguirmos tais espaços urbanos é a situação geográfica. Para isso, utilizamos a classificação das formas espaciais do Estado de São Paulo, realizada pelo IPEA/UNICAMP (1999), na qual classifica as formas espaciais em três tipos: as aglomerações urbanas metropolitanas, as aglomerações urbanas não-metropolitanas e os centros urbanos.

Em tese, dependendo da situação geográfica, se as cidades de porte-médio situam-se em aglomerações urbanas metropolitanas, aglomerações urbanas não-metropolitanas ou centros urbanos, suas relações com as cidades ao redor serão diferentes, bem como os papéis desempenhados na rede de cidades.

Nas aglomerações urbanas metropolitanas, as cidades de porte-médio priorizam relações de dependência com os outros centros de maior porte, tendo como função principal nesta rede de cidades de cidade-dormitório.

Em aglomerações urbanas não-metropolitanas, os centros urbanos de porte-médio mantêm relações de complementaridade, concorrência e dependência com cidades de menor porte e de porte semelhante.

Nos centros urbanos, tais cidades têm relação central com as outras cidades de sua rede regional, em maioria de menor porte, sendo o nó industrial, comercial e de serviços,

tendo papel relevante tanto na prestação de serviços, como de local de trabalho e administrativo da rede.

Essas distintas relações com as cidades de seus arredores indicam o papel da cidade na rede, o que refletirá em dinâmicas diferentes nas cidades de porte-médio e nas cidades médias, sendo que nas médias as relações se dão com maior complexidade, produzindo espaços intra-urbanos igualmente complexos. Nas com papéis menos relevantes a complexidade das funções, relações e o espaço intra-urbano é proporcional.

A partir de tais indícios, analisamos três cidades de porte-médio, situadas em distintas formas espaciais: em aglomeração urbana metropolitana, em aglomeração urbana não-metropolitana e um centro urbano. Utilizando a técnica de determinação de classes por pares recíprocos, foram definidas para a análise a cidade de Taboão da Serra, situada na Aglomeração Urbana Metropolitana de São Paulo, São Carlos, situada na Aglomeração Urbana Não-Metropolitana de Araraquara-São Carlos, e Marília, classificada como centro urbano.

Analisando a evolução populacional destas cidades, a partir dos dados dos censos populacionais de 1970 a 2010, notam-se diferenças entre a dinâmica populacional de Taboão da Serra, as cidades de São Carlos e Marília.

Taboão da Serra teve nas últimas quatro décadas uma evolução populacional mais acentuada que a verificada na cidade de São Paulo, na Aglomeração Urbana Metropolitana de São Paulo e o Estado de São Paulo, com evolução populacional entre 1970-1980 de 0,091, enquanto São Paulo 0,036, a Aglomeração 0,043 e o Estado de São Paulo 0,045. Entre 1980-1991 Taboão da Serra tem evolução populacional de 0,035, São Paulo 0,002, a Aglomeração 0,012 e o Estado 0,026. No período entre 1991-2000, os índices populacionais de Taboão da Serra evoluem 0,037, quanto São Paulo 0,015, a Aglomeração 0,025 e o Estado 0,019. E, por fim, entre 2000-2010, Taboão da Serra tem evolução populacional de 0,022, São Paulo 0,013, a Aglomeração 0,013 e o Estado 0,014. Tendo como grandes determinantes para isto o papel que a cidade de Taboão da Serra desempenha na rede de cidades desta aglomeração urbana, e em consequência disto o que Reisanalisou como urbanização dispersa. No caso de Taboão, um dos ramos dessa dispersão, que é a residencial.

Em relação a cidade de São Carlos, entre o período de 1970-1980 a cidade tem evolução populacional de 0,038, quanto Araraquara, cidade que aglomera com São Carlos, tem 0,035, a Aglomeração Urbana não-Metropolitana Araraquara/São Carlos 0,039 e o Estado de São Paulo 0,045. Entre 1980-1991, a população de São Carlos evolui 0,019,

Araraquara 0,017, a Aglomeração 0,020 e o Estado 0,026. Entre 1991-2000, São Carlos evolui 0,034, Araraquara 0,022, a Aglomeração 0,033 e o Estado 0,019. E, por fim, entre 2000-2010 São Carlos evolui 0,015, Araraquara 0,016, a Aglomeração 0,016 e o Estado 0,014. Nota-se que entre 1970 a 2000 São Carlos tem evolução populacional em patamares próximos ao da Aglomeração, enquanto Araraquara em patamares inferiores, levando-nos a constatar que o crescimento populacional de São Carlos, foi a principal influência para o crescimento da Aglomeração. Contudo, nota-se também entre 1970 e 1991 que São Carlos e a Aglomeração têm pouca participação na evolução populacional do Estado de São Paulo, com crescimento em patamares inferiores neste período. Quadro que se altera entre 1991 a 2000, com a aglomeração e as principais cidades desta, crescendo em patamares superiores ao Estado, indicando um período de grande evolução populacional destes centros. Tendo entre 2000 e 2010, tanto São Carlos, como Araraquara, crescimento nos mesmos patamares da Aglomeração e do Estado de São Paulo.

No caso de Marília, vê-se que entre 1970-1980 a população da cidade evolui 0,034, quanto o Estado de São Paulo 0,045. Entre 1980-1991, Marília evolui 0,010, enquanto o Estado 0,026. Entre 1991-2000, a população de Marília cresce

0,027 e o Estado 0,019. E entre 2000-2010, Marília tem um crescimento de 0,009 e o Estado de São Paulo 0,014. Nota-se que entre 1970 a 1991 a cidade tem um crescimento bem abaixo do Estado de São Paulo, assim como entre 2000 e 2010, somente entre 1991 e 2000 se observa um crescimento mais acentuado e superior ao Estado.

A partir destes dados, constata-se que as cidades mantêm dinâmicas populacionais distintas, e isto se deve principalmente a suas distintas situações geográficas. A localização de Taboão da Serra na aglomeração urbana metropolitana de São Paulo, é um dos determinantes para a evolução populacional da cidade em patamares superiores à cidade de São Paulo, a aglomeração e ao Estado de São Paulo, tendo papel relevante na rede urbana regional como cidade-dormitório, diferentemente das cidades de São Carlos e Marília, as quais têm dinâmicas populacionais próximas, com períodos de maior e outros de menor crescimento, acompanhando, na maioria dos períodos, a dinâmica do Estado de São Paulo.

Deste modo, conclui-se que o contingente populacional, bem como o crescimento da população dando-se em patamares superiores a outros centros, não é determinante para a cidade assumir um papel relevante na rede urbana, pois mesmo Taboão da Serra tendo crescimento

populacional em patamares superiores à aglomeração em que esta inserida, a cidade de São Paulo e ao Estado de São Paulo, mantém um papel pouco relevante no âmbito da rede urbana do Estado de São Paulo, tendo como papel principal o de cidade-dormitório, com ampla dependência da cidade de São Paulo. Diferentemente, a cidade de São Carlos e Marília, com dinâmicas de crescimento populacional mais modesta que Taboão da Serra, tem nos últimos anos aumentando a relevância e seus papéis na rede de cidades do Estado de São Paulo.

Outro ponto a ser destacado é a diferença das dinâmicas populacionais, entre as cidades do mesmo porte que situam em formas espaciais distintas, vendo que a cidade situada na Aglomeração Metropolitana de São Paulo (Taboão da Serra) tem um crescimento mais acentuado que a cidade principal da Aglomeração (São Paulo), que a Aglomeração e que o Estado de São Paulo, do período entre 1970 e 2010, enquanto as cidades situadas em Aglomerações Urbanas Não-Metropolitanas (São Carlos) e num Centro-Urbano (Marília) tem crescimento mais modesto em relação a Taboão da Serra e também mais próximos aos patamares de crescimento do Estado de São Paulo. Podendo este também ser um indício de diferentes papéis destas cidades no bojo da rede urbana, deste

modo da diferenciação entre cidades de porte-médio e cidades médias.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Thompson; SERRA, Rodrigo Valente. Análise do desempenho produtivo dos centros urbanos brasileiros no período 1975/2000. In: ANDRADE, Thompson; SERRA, Rodrigo Valente. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. P. 79-127.

SPOSITO, M. E. **B.O chão em pedaços**: Urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. UNESP: Presidente Prudente, 2004.

BRAGA, R. Cidades Médias e Aglomerações Urbanas no Estado de São Paulo: Novas Estratégias de Gestão Territorial. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais...** São Paulo, AGB, pp.2241-2254, 2005.

CORRÊA, R. L. **Trajетórias Geográficas**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

REIS, N. G. **Notas sobre a urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

UM ENSAIO DO MÉTODO DE ESTUDO: COERÊNCIA FUNCIONAL E AS RELAÇÕES INTRA-METROPOLITANAS DE NATAL/RN

Diego Tenório da Paz
dtenoriopaz@gmail.com

Aldo Aloísio Dantas da Silva
aldodantas@ufrnet.br
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: Planejamento, sistemas de engenharia, região metropolitana.

Introdução

Este primeiro ensaio de método corresponde ao desenvolvimento de um trabalho dissertativo que visa buscar a compreensão das relações intra-metropolitanas potiguares, através das ações que se estabelecem, dos objetos e sistemas de engenharia que compõe a região metropolitana de Natal.

A região metropolitana de Natal (RM de Natal) é criada após 1988, quando passou a ser de competência dos estados instituírem suas próprias regiões metropolitanas. A

RM de Natal foi instituída em 1997, de acordo com a lei complementar de nº 152, de autoria da deputada estadual Maria de Fátima Bezerra, datada de 16 de janeiro de 1997.

A composição inicial da região metropolitana era de seis municípios, a saber: Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz e Ceará-Mirim. Totalizando uma população de pouco mais de 900 mil habitantes, Natal concentrava mais de 650 mil habitantes. Ao longo dos anos, outros municípios foram sendo incorporados à região metropolitana, como é o caso de Nísia Floresta e São José de Mipibú no ano de 2002; posteriormente, em 2005, o município de Monte Alegre e, mais recentemente, o município de Vera Cruz que foi incorporado em 2009. Atualmente a população do RM de Natal é de pouco mais de 1,3 milhões de habitantes.

Objetivo

Nosso objetivo geral é analisar a relação de dominação e/ou de dependência entre Natal-RN, os municípios metropolitanos e seus municípios contínuos, levando em consideração as relações intra-metropolitanas, a fim de definir uma nova região de ação metropolitana.

Resultados e discussão

Para isso, consideramos importante acompanhar o crescimento populacional para a compreensão dos fenômenos metropolitanos, principalmente por motivos do crescimento das demandas por serviços para a crescente população e, também, maior circulação.

Outro elemento importante a ser abordado é com relação à localização de equipamentos de infra-estrutura do Estado, entre eles os de saúde, mais especificamente dos hospitais de referência do estado do RN; os de educação, onde serão priorizados em nosso estudo os de ensino superior e técnico; outro elemento será o de transporte, onde buscaremos discutir os eixos rodoviários, portuário, aeroportuário e ferroviário. Com isto procuramos identificar as zonas de densidades e rarefação que constituem o estado do RN e, conseqüentemente, da RM de Natal.

Nos deparamos, ainda, com um elemento essencial que é a forma de fazer política, que asseguram práticas, em nosso caso, de regionalização sem critérios previamente estabelecidos, não contribuindo para o desenvolvimento de projetos que visam a melhor assistência de serviços urbanos básicos à população metropolitana potiguar.

Estes elementos garantem uma coerência funcional à metrópole, sendo de fundamental importância,

devido ao uso que estes objetos asseguram ao território. Este conjunto de elementos técnicos são verdadeiras próteses instaladas a fim de garantir maior fluidez ao território.

O funcionamento do sistema de engenharia é dado, como afirma Silveira (1999, p.28):

[...] não apenas pelas normas técnicas e organizacionais mas também graças às normas políticas que asseguram, ao nível do Estado-nação, um certo uso dos novos objetos técnicos.

Assim sendo, as normas ocupam um papel importante dentro de nossa análise, uma vez que concordamos com Antas Jr. (2005) quando aponta que as normas, na geografia, devem ser entendidas como "o resultado da tensão e/ou harmonia entre objetos e ações" que formam o espaço.

A fim de buscar a compreensão para o estudo proposto adotamos o conceito de Espaço como sendo um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e de sistemas de ações, não considerados isoladamente, assim como proposto por Santos (2008a).

Desta maneira, o conceito de espaço geográfico nos permitirá compreender as diversas e diferentes relações que são estabelecidas nas práticas sociais que aqui propomos analisar, pois sabemos que as relações de dependência ou de dominação de um município sobre o outro, ou em detrimento

do outro, são realizadas mediante um conjunto de sistemas de objetos que estão e são instalados a fim de atender as demandas da sociedade, assim como um conjunto de sistemas de ações que são mantidos com e nos objetos. Os sistemas de ações que nos referimos aqui, e que vamos analisar, são as relações de comando dos agentes gestores da região metropolitana de Natal, os fluxos de pessoas entre os municípios, decorrentes da demanda de trabalho, estudo e/ou serviços.

O conceito de território, para nossa pesquisa, não estará separada da ideia de uso; por tal razão o território em si será apenas entendido como o recorte político-administrativo para a extensão de um país.

Desta forma, será alvo de nossa análise os usos que são praticados no território da região metropolitana de Natal, em especial o uso feito pelas instituições que gerem a "metrópole", como por exemplo a coordenação da RMN, a secretaria de planejamento do estado do RN, e as discussões realizadas no âmbito do conselho de desenvolvimento metropolitano e do parlamento comum metropolitano. E ainda, os usos que a população dos municípios metropolitanos fazem deste território. Usos estes, de ordem do deslocamento

da população metropolitana por motivos de trabalho, estudo e demanda de serviços.

Outro conceito que será usado é o conceito de região, que atualmente, com o processo de globalização, ressurge com um novo conteúdo na geografia. Hoje a região se impõe. Dessa forma, Santos (2008a) afirma: "nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, individualização e regionalização". No passado ela se constituía por meio de solidariedades orgânicas, onde as relações eram, predominantemente, praticadas no lugar por elementos do próprio lugar. A região atual é constituída através da solidariedade organizacional, onde os interesses estabelecidos entre as empresas são dominantes no momento em que elas passam a definir sua área de interesse.

Considerações finais

De acordo com Santos, a região é produto de dois tipos de recortes: a horizontalidade e a verticalidade. O primeiro é o conjunto composto por pessoas, instituições, empresas, seria o espaço de todos. Já o segundo, é a relação de comando que existe entre pontos distribuídos no território

que possuem atividades produtivas hegemônicas. Neste sentido, Ribeiro (2004, p.199), citando Santos, afirma que

a região expressa a área formada pela articulação entre verticalidades (ordens, comandos) e horizontalidades (cooperação, conflitos locais, cotidiano) (Santos, 1996); entre fluxos e estrutura sócio-espacial [...] a região corresponde ao extenso de uma forma social (Santos, 1986), ao corpo de relações sociedade-natureza, incluindo: organização social, cultura e decisão política.

É importante destacar que atualmente as regiões metropolitanas se apresentam com alguns elementos fundamentais de composição que são: o fato de serem formadas por mais de um município, e o fato de ser alvo de projetos especiais do governo federal. Estas regiões são submetidas à criação de normas que estabelecem suas funções e ações que devem ser desenvolvidas em conjunto. Estas são no dizer de Santos (2008b), as verdadeiras regiões do planejamento.

A partir do exposto o que se pretende é apresentar as especificidades da região metropolitana de Natal, apontando para uma regionalização, a fim de planejamento, a partir das concentrações e das demandas encontradas no território metropolitano.

Referências bibliográficas

ANTAS JR. Ricardo Mendes. **Território e regulação:** espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (orgs.). **Brasil Século XXI:** por uma nova regionalização? Agentes, processos, escalas. São Paulo: Max Limonad/CNPq, 2004.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa e fragmentada:** o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990.

_____. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008a.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008b.

SILVEIRA, María Laura. **Um país, uma região:** fim de século e modernidades na argentina. São Paulo: FAPESP; LABOPLAN-USP, 1999.

SOUZA, Maria Adélia de (org.). **A metrópole e o futuro** – refletindo sobre Campinas. Campinas: Edições Territoriais, 2008.

REFUNCIONALIZAÇÃO E TERRITORIALIDADE: O
QUARTEIRÃO DA ANTIGA RODOVIÁRIA DE SÃO
PAULO, SP

José David Lima da Silva

limadasilva.josedavid@gmail.com

Instituto de Geociências - UNICAMP

Palavras-chave: refuncionalização, centros urbanos, antiga rodoviária de São Paulo, Complexo Cultural Luz, Cracolândia.

EIXO 5

ESPAÇO URBANO E DINÂMICAS
URBANAS

O geógrafo britânico David Harvey(1993) defende que durante a década de 1970 uma enorme reestruturação nos mercados mundiais ocorre com a crise da velha estrutura fordista de acumulação ao evoluir para um novo sistema econômico com a acumulação flexível do capital em grande escala mundial. A fluidez do capital internacionalizado ligada ao sistema financeiro e a flexibilidade dos mercados produtivos, faz com que mudanças nas políticas territoriais do Estado e das grandes corporações industriais e terciárias sejam tomadas.

Os reflexos das políticas territoriais na reestruturação do espaço urbano das cidades são mostrados pelo geógrafo norte-americano Neil Smith (2007) ao afirmar

que todo o processo de crescimento e desenvolvimento urbano consiste em um constante arranjo, estruturação e reestruturação do espaço urbano (SMITH, 2007, p.20).

Smith elenca uma série de fatores que apontam para o processo de reestruturação econômica e espacial estabelecido na pós-modernidade: a desindustrialização das economias capitalistas e o crescimento do emprego no setor de serviços acompanhando as mudanças demográficas e padrões de consumo; a suburbanização residencial das cidades e o surgimento de um diferencial de renda (*rent gap*), levando à desvalorização de áreas urbanas centrais e a expansão desenfreada rumo às periferias; a centralização espacial e simultânea descentralização do capital, e a queda da taxa de lucro e os movimentos cíclicos do capital. O autor afirma que “em conjunto, estas transformações e processos podem proporcionar uma primeira aproximação de uma explicação integrada das diferentes facetas da gentrificação e da reestruturação urbana” (SMITH, 2007, pp. 20-21).

Durante as décadas de 1950 e 1960 observou-se em cidades como Londres, Nova York e Paris, metrópoles dos países centrais, iniciativas individuais de membros da nova classe média por demandas de moradias em centros urbanos deteriorados. Segundo Bidou-Zacharisen (2006) os *yuppies*,

grupo de indivíduos jovens e urbanos pertencentes a uma elite que no momento ocupava altos cargos técnicos e administrativos em órgãos e corporações internacionais, foram os agentes gentrificadores no sentido de possuírem formas específicas de emprego e consumo.

Smith (2006) define três momentos para o processo de gentrificação: na primeira fase, definida como esporádica, nos anos 1950 e 1960, é restrita a metrópoles dos países centrais. Na segunda fase, nas décadas de 1970 e 1980 com a recessão econômica, há a expansão do processo por outras metrópoles com a consolidação da gentrificação, ocorrendo a incorporação pelos governos e a iniciativa privada como ferramenta de reestruturação urbana. Na terceira fase, nas décadas de 1990 e 2000, a gentrificação generalizada se expande por metrópoles em nível global, como por exemplo, cidades da América Latina. A partir de meados da década de 1990 este processo se difundiu no meio urbano de cidades brasileiras e assumiu posição de destaque entre as estratégias de atração de investimentos, acumulação de capital e mercantilização do uso das cidades.

No caso brasileiro, a refuncionalização de centros urbanos e de seus patrimônios históricos tem sido mais marcada pela ênfase nos usos culturais e turísticos do que

pelos usos habitacionais, ainda que as cidades brasileiras enfrentem um elevado déficit habitacional (PAES, 2009).

A configuração das intervenções urbanas do Centro histórico da cidade de São Paulo aponta para uma refuncionalização marcada pelos interesses do capital a partir da associação de capitais públicos e privados na formulação de projetos e na utilização da cultura como ingrediente da renovação urbana, ocorrendo a vinculação da construção de equipamentos culturais e restauração do patrimônio histórico com projetos de recuperação urbana (KARA-JOSÉ, 2007).

A revitalização de áreas centrais de grandes cidades do mundo na contemporaneidade é um fato, constituindo rearranjos produtivos, valorização de núcleos urbanos e a inserção no mercado do turismo onde são atribuídas novas funcionalidades a áreas degradadas e esquecidas, em complexos centros de lazer e entretenimento. Numa apropriação quase privada do espaço urbano, essas práticas segmentam áreas centrais das cidades históricas e as transformam em cenários de disputas por um fragmentado espaço de visibilidade pública. Sobretudo após as considerações críticas sobre a pós-modernidade (HARVEY, 1993), essa noção de fragmentação urbana vem sintetizando

esse caráter especializado das relações sociais na experiência urbana contemporânea.

Os projetos de revitalização não buscam conservar o passado tradicional do lugar, mas investir em porções da cidade que proporcionem retorno financeiro, recolocando os velhos centros históricos na pauta das políticas públicas, com esforço das gestões municipais na recuperação da economia política das cidades. Segundo Leite(2007, p.30) “transformado em mercadoria cultural, o patrimônio histórico parece adequar-se à nova lógica do mercado, abrindo-se a parcerias com a iniciativa privada, que tem investido nessas áreas como um bom e lucrativo negócio”.

A partir destes pressupostos, a proposta desta pesquisa vai de encontro às intervenções urbanas ocorridas no centro histórico de São Paulo, com o projeto urbanístico criado pela prefeitura municipal em 2004, o Projeto Nova Luz, com a realização de um estudo sobre o processo de refuncionalização do quadrilátero entre a Praça Júlio Prestes e as ruas Duque de Caxias, Barão de Piracicaba, Helvetia e Dino Bueno, região dos Campos Elíseos que já abrigou a Rodoviária de São Paulo entre os anos 60 e 80 e onde, até pouco tempo atrás, funcionou um *shopping center* popular especializado em tecidos, o *Fashion Center Luz* (vulgarmente conhecido como Shopping Coreano) e

também o Corpo de Bombeiros, moradias de aluguel e alguns pequenos comércios locais.

Este quarteirão está inserido no perímetro urbano popularmente conhecido como Cracolândia, um setor da cidade onde nas últimas décadas promoveu-se o intenso tráfico de drogas e prostituição. Segundo as informações disponíveis no site da prefeitura (<http://portal.prefeitura.sp.gov.br>), desde o início de 2005, grandes operações de fiscalização para combater irregularidades e inibir o crime estão sendo realizadas em conjunto com as Secretarias Municipais de Saúde e da Assistência e Desenvolvimento Social, Polícia Militar, Polícia Civil e a Guarda Civil Metropolitana, além do apoio da CET e de concessionárias como Eletropaulo e Sabesp, para o combate de furto de energia e de água. A prefeitura fechou bares e hotéis ligados ao tráfico de drogas e à prostituição e intensificou o policiamento na tentativa de inibir os moradores de rua e o consumo de drogas no local.

Neste local será levantado um complexo cultural sendo a sede da São Paulo Companhia de Dança (SPCD) e da Escola de Música do Estado, projeto apresentado pela Secretaria da Cultura(<http://www.cultura.sp.gov.br>) conforme descrito a seguir:

(...) a concepção de um projeto, com aproximadamente 95 mil m² de área construída, em um terreno de 19 mil m². O Complexo abrigará três teatros: um para dança e ópera com 1.750 lugares; outro para 600 ocupantes, destinado a teatro e recitais; uma sala experimental, com palco reversível, e capacidade para 450 espectadores. Ao mesmo tempo, haverá espaço para a instalação de uma sede definitiva da Escola de Música do Estado de São Paulo – Tom Jobim, uma escola de dança, salas de ensaios para companhias residentes, biblioteca, estúdios, auditório e áreas administrativas. O projeto terá área para café, loja, praça de convivência e estacionamento para 1.000 veículos.

No intuito de realizar uma pesquisa geográfica com o acompanhamento do processo de refuncionalização do quarteirão citado, com a mudança de seus usos e funções, a partir do último trimestre de 2009 estão sendo realizados levantamentos prévios através de registros fotográficos do quarteirão e entrevistas informais com moradores da quadra, de seu entorno, pessoas que ali trabalham.

Esta pesquisa tem por objetivo registrar os diferentes usos sociais ainda presentes nesta região a ser refuncionalizada, assim como analisar teórica e criticamente o presente processo de refuncionalização.

Referências bibliográficas

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **De volta à cidade:** dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço.**São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.

KARA-JOSÉ, Beatriz.**Políticas Culturais e Negócios Urbanos – A Instrumentalização da Cultura na Revitalização do Centro de São Paulo (1975-2000).** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

LEITE, Rodrigo Proença. **Contra-usos da Cidade – lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PAES, M. T. D.Introdução e apresentação. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. S. (orgs.).**Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural.**São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano.**Geosp – Espaço e Tempo,** São Paulo, n. 21, p. 15-31, 2007.

ENCLAVES FORTIFICADOS: ESTUDO DE CASO DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS NO DISTRITO DE SOUSAS, CAMPINAS (SP)

Caroline Lucon Rocha

Tobias Martins de Oliveira

tobias_martins@yahoo.com.br

Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Unesp

Palavras-chave: condomínios fechados, espaço, mercadoria, valorização.

Introdução

A proliferação de loteamentos e condomínios fechados nas últimas décadas tem modificado a configuração espacial e forma de consumo do espaço geográfico.

Para pensar sobre esse processo é necessário situar o contexto histórico da urbanização brasileira, no qual a urbanização da sociedade atingiu maturidade no século XIX, seguida pela urbanização do território que acontece apenas um século depois. A década de 1960 foi importante nesse sentido por ser marcada por grandes transformações no espaço urbano, uma delas é o adensamento populacional nos centros urbanos, mas, contraditoriamente, os grandes centros

urbanos apresentavam um déficit no número de moradias ofertadas, o que provocou a migração dos grupos sociais de mais baixa renda para as moradias mais precárias como cortiços e favelas e a mudança de uma parcela da camada mais abastada para um novo tipo de residência pautado num modelo norte-americano de moradia, os chamados condomínios fechados.

Em Campinas, essas novas formas de ocupação surgem, como os condomínios fechados surgem nos anos 1970, transformando o espaço que se configurava como público em privado, e trazem uma nova compreensão do conceito de liberdade através de um novo conceito de cidade, ou seja, fragmentada dentro do processo de expansão do tecido urbano.

Assim, os condomínios estão presentes como um mercado promissor, oferecendo segurança, um espaço mais homogêneo, distante da malha urbana, relativamente funcional e que antes eram destinados apenas à moradia de classe alta e localizados em grandes áreas periféricas, mas atualmente atendem outras classes sociais e possuem características bastante distintas. Tais espaços representam uma mudança no padrão residencial urbano, acenando para gestação de uma nova cultura de morar na cidade, onde,

segundo Caldeira (2000), diferentes classes passam a viver mais próximas, mas mantidas separadas por barreiras físicas, como os altos muros dos condomínios.

A valorização do espaço, assim como seu entorno, ocorre não só pelos condomínios fechados, mas pela presença de infraestrutura urbana e serviços prestados à população ali recém-instalada. Além disso a expansão dos empreendimentos imobiliários tem atraído outros investimentos na área, ativando um ciclo de crescimento ainda incalculável.

Daí a importância de estudar a terra como uma mercadoria em que o preço é definido pela capacidade de pagar dos seus compradores e não pela sua produção. De acordo com Rodrigues (2007), a cidade mercadoria não é trocável no mercado como um objeto. Não se transmite, em tese, a propriedade da cidade em sua totalidade.

Pode-se classificar como “enclaves residenciais fortificados” (BARBOSA, 2007) lugares da habitação, espaços consumidos e pressupõem um consumo do espaço, através de uma habitação mercantilizada (produto), culminando em “espaços-mercadoria”. Já Salgueiro (1998) utiliza o termo enclave para se referir tanto a condomínios residenciais de luxo, como centros comerciais. O enclave não é determinado pela sua dimensão, mas sim pela ruptura de relações com o

tecido que o cerca, e Caldeira (2000) define como “enclaves fortificados”, os espaços privatizados, fechados e monitorados, para fins de moradia, trabalho, lazer ou consumo, podendo apresentar-se na forma de shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais e os condomínios residenciais.

Portanto, os *enclaves*, ao darem ênfase aos espaços privados para uso coletivo, desvalorizam as áreas públicas e abertas da cidade, e o enclausuramento é transformado em símbolo de status.

Objetivos

- Identificar os fatores e condições espaciais que possibilita a atração de loteamento fechado e condomínios no distrito de Sousas, Campinas (SP).
- Problematizar a questão do consumo de condomínios e as intervenções na ocupação do Espaço Geográfico.
- Analisar a organização espacial dos enclaves fortificados
- Compreender como o processo de “condominização” potencializa a segregação sócio-espacial.
- Identificar os atores que participam do processo de consumo do espaço e discutir como determinados recursos são distribuídos no espaço.

- Relacionar a expansão dos loteamentos nas áreas de proteção ambiental.
- Discutir a forma com a qual a questão ambiental torna-se produto para venda dos loteamentos.

Resultados

Os condomínios fechados também são valorizados porque retomam, por um lado, certo desejo de proximidade com a natureza, e, por outro, o ideal da casa isolada que, se possível, é configurada de forma alheia a qualquer tipo de espaço coletivizado.

No interior de certos conjuntos é comum deparar-se com casas cujas fachadas remetem a tipologias habitacionais historicamente demarcadas, são os chamados simulacros, ou seja, uma cópia próxima ao real a qual leva ao *status* social e a identidade da localidade e seus habitantes.

As mercadorias e os objetos mudaram de sentido, posto que, em vez de designar uma coisa simples, articulada com o universo da necessidade imediata, criam-se cada vez mais mercadorias que são estratégicas e políticas, como no caso específico do espaço (CARLOS, 1999, p. 174).

O distrito de Sousas foi escolhido como área de estudo do trabalho, devido a elevada concentração de

loteamentos e condomínios fechados e a expansão dos empreendimentos imobiliários. Utilizamos como período de estudo a década de noventa até o ano de 2010. Iniciamos nossa pesquisa a partir da ocupação por condomínios fechados do bairro do Gramado (década de noventa), o qual é próximo ao distrito de Sousas. Nessa área marcante há valorização dos terrenos nos bairros em seu entorno: os preços subiram, não só dos bairros fronteiriços aos condomínios, mas também dos outros bairros que compõem a região.

Portanto, para estudar essa nova racionalidade de domínio do espaço, os meios de comunicação são essenciais, assim como a tecnologia, que transformou o espaço em mercadoria:

Como afirma Lefèbvre, não se vendem mais objetos, tijolos ou habitações, mas cidades. Isso significa dizer que o espaço torna-se mercadoria, entra no circuito da troca, e com isso espaços antes desocupados se transformam em mercadoria, entrando na esfera de comercialização (CARLOS, 1999).

Tal transformação ocorre principalmente pelo processo de reprodução do espaço, no mundo moderno, que se submete cada vez mais ao jogo imobiliário.

Considerações finais

O estudo de condomínios fechados horizontais em Sousas envolveu uma série de abordagens sobre o espaço

geográfico, já que a discussão envolve o uso da terra como mercadoria e a valorização das necessidades humanas no âmbito habitacional. A relevância do questionamento desses condomínios e de outras modalidades de moradias é pensar em um novo padrão de segregação espacial e desigualdades na cidade.

A cidade mercadoria não é trocável como objeto, segundo Rodrigues (2007), o que se vende são fragmentos de lugares, pólos de investimentos para capitalistas nacionais e estrangeiros com o objetivo de aumentarem os lucros, rendas e juros. É um novo modelo de segregação que substitui aos poucos um padrão social e espacial muito comum no contexto urbano latino-americano, acompanhado de uma série de fatores econômicos. Sendo assim, a moradia representa uma parte dos inúmeros fragmentos de lugares no espaço urbano que se materializam as relações de consumo. Portanto, a habitação na forma dos condomínios apresenta-se, então, como um sistema produtivo atual reafirmando o espaço como mercadoria e bem de consumo.

Referências bibliográficas

BARBOSA, L. A. **Faces da produção do espaço urbano em cidades médias:** “Os enclaves residenciais fortificados” em Limeira-SP.2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.

CALDEIRA, M. T. P. R. **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CARLOS, A.F.A. **Novos caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 1999.

RODRIGUES, A. M. **A Cidade como direito.** Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24533.htm>>. Acesso em: 13 out. 2010.

SALGUEIRO, T. B. Cidade Pós-Moderna: Espaço fragmentado. **Revista Território**, ano III, n. 4, jan./jun. 1998.

EVOLUÇÃO DA ÁREA URBANIZADA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS (2000-2010)

Wellington Gomes dos Santos

wellington.santos@ige.unicamp.br

Instituto de Geociências - Unicamp

Palavras-chave: Região Metropolitana de Campinas (RMC), urbanização, Sistema de Informações Geográficas (SIG).

A intensificação do processo de urbanização do Brasil, ocorrido em meados do século passado, esteve intrinsecamente relacionada ao processo de industrialização do país. Sobretudo entre meados das décadas de 1970 e 1990, quando a região de Campinas (SP) apresentou um forte crescimento em termos populacionais, econômicos, infra-estruturais, entre outros (NEGRI, 1996; CANO e BRANDÃO, 2002). No momento de sua institucionalização, no ano de 2000, a Região Metropolitana de Campinas (RMC) já apresentava intensa dinâmica territorial, que afetava diretamente o tecido urbano regional, promovendo o crescimento de áreas urbanizadas, bem como a conurbação entre várias delas. Decorrente em especial de seu desenvolvimento infra-estrutural, econômico e tecnológico, e

também de sua proximidade com a cidade de São Paulo, com a qual conforma a denominada Macrometrópole Paulista (SOUZA, 1978, p. 25 *apud* SANTOS, 2009, p. 84), a Região Metropolitana de Campinas é tida atualmente como uma importante região do país estando relacionada a projetos de caráter nacional.

Instituída pela Lei Estadual Complementar nº 870/2000, a RMC integra os municípios de Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo (DAVANZO e NEGREIROS, 2006). Destacando-se, que sua criação ocorreu num contexto político-econômico distinto em relação às regiões metropolitanas estabelecidas anteriormente no país (MARICATO, 2011).

Neste trabalho se propôs analisar a evolução da área urbanizada na Região Metropolitana de Campinas (RMC) no período de 2000 a 2010 por meio do uso de imagens de satélites, mapeando as áreas urbanizadas nos municípios da RMC nos anos 2001, 2005 e 2009, com a identificação dos principais vetores de expansão urbana neste período. Para isso, utilizamos técnicas de geoprocessamento, que se

configuram como instrumento do Sistema de Informações Geográficas – SIG (FLORENZANO, 2002; MOREIRA, 2005).

Além do uso do SIG, para subsidiar a análise a expansão da área urbanizada na RMC, lançamos mão também da seleção de alguns dados demográficos e socioeconômicos dos municípios que a compõem publicados nos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011) e no portal eletrônico da Fundação SEADE em Informações dos Municípios Paulistas (SEADE, 2011). Assim, estabelecemos comparações visando constituir esboços de hipóteses explicativas que demonstrem a associação neste período entre estas variáveis aqui levantadas e a realidade das áreas urbanizadas apresentadas pelos municípios.

No início de nossas atividades, além do levantamento e revisão bibliográfica sobre o tema por nós aqui estudado, realizamos o levantamento das imagens de satélite necessárias dentre as disponíveis para o uso em nossa pesquisa. Assim levantamos as seguintes imagens para o nosso estudo: (a) Cenas do satélite LANDSAT 7, sensor ETM, com resolução espacial de trinta metros (30m) referente ao ano de 2001; (b) Cenas do satélite CBERS 2, sensor CCD, com resolução espacial de vinte metros (20m) referente ao ano de 2005; e (c) cenas do satélite ALOS, sensor PRISM com

resolução espacial de dois metros e meio (2,5m) referente ao ano de 2009. Embora tenhamos denominado nossa pesquisa como análise do crescimento da área urbanizada na RMC no período de 2000 a 2010, no decorrer desta apenas nos foi possível encontrar imagens com boas condições de interpretação do fenômeno analisado para os referidos anos acima citados, estando estes dentro da margem temporal aceita para o período de estudo proposto. As imagens dos satélites LANDSAT 7 e CBERS 2 foram obtidas junto ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) por meio do catálogo de imagens do portal eletrônico da instituição, e as imagens do satélite ALOS, foram adquiridas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para a interpretação da evolução da área urbanizada na RMC, adotamos os mesmos critérios utilizados por Miranda *et al.* (2006, p. 284), que consideraram áreas efetivamente urbanizadas como

aquelas onde a implantação urbana é efetiva pela presença de residências, infra-estrutura e benfeitorias. São áreas onde a vegetação natural em geral foi erradicada dando lugar a ambientes antropizados, onde predomina o mineral – ruas de terra ou asfalto, telhados das construções, áreas de solo nu etc.

Buscamos também relacionar a expansão da área urbanizada na última década a vetores de expansão urbana

associados aos principais entroncamentos rodoviários da região, seguindo a proposta de análise da expansão da mancha urbana na RMC desenvolvida por Caiado e Pires (2006), embora com adaptações que julgamos necessárias em nosso estudo.

Assim, identificamos nesta pesquisa significativo crescimento relativo da expansão das áreas urbanizadas em alguns municípios da RMC. São relevantes, as configurações de expansão ao longo da rodovia Anhanguera, que é o principal eixo de conurbação metropolitana da região, sobretudo em sentido noroeste abarcando os municípios de Sumaré, Americana, Santa Bárbara d'Oeste e Nova Odessa, sendo que estes últimos três apresentam dinâmicas que evidenciam relevante integração entre si. Também observamos o crescimento de áreas urbanizadas em direção aos limites oeste e norte da região, tratando-se dos municípios de Monte Mor e Hortolândia (sentido oeste) e Holambra e Engenheiro Coelho (sentido norte). Destacam-se os padrões distintos que estas duas configurações apresentam em vínculo com a dinâmica metropolitana, já que, as do sentido norte possuem predominância de características vinculadas a atividades agrícolas, com o maior percentual de população rural da região, e as do sentido oeste mais urbanas, em

especial por esses municípios estabelecerem, até a alguns anos, dinâmica de pendularidade com a sede metropolitana. Ou seja, o crescimento das áreas urbanizadas nestes dois casos pode expressar mudanças significativas no padrão anteriormente notado na relação deles em contexto regional metropolitano.

Correlacionando os dados obtidos na análise de expansão das áreas urbanizadas com os dados demográficos e econômicos para a Região Metropolitana de Campinas, observamos que há certa correspondência entre o crescimento destas áreas e de variáveis destes dois campos. Obviamente um estudo mais profundo se faz necessário para se estabelecer os limites que esses dados fornecem quanto a gerar hipóteses explicativas em relação ao crescimento que se deve em grande parte por particularidades apresentadas pelos municípios ou pela influência da dinâmica metropolitana que tem se configurado nas últimas décadas.

Referências bibliográficas

CAIADO, Maria C. S.; PIRES, Maria C. S. Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In:

CUNHA, José M. P. (org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006. P. 275-304.

CANO, Wilson. BRANDÃO, Carlos A. (coords.). **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. V. 1.

DAVANZO, Áurea M. Q.; NEGREIROS, R. A gestão das regiões metropolitanas do interior paulista: Região Metropolitana de Campinas e Região Metropolitana da Baixada Santista. In: CUNHA, José M. P. (org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006. P. 255-274.

FLORENZANO, Tereza G. **Imagens de Satélite Para Estudos Ambientais**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Informações dos Municípios Paulistas – IMP**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/imp/>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Catálogo de Imagens**. Disponível em: <<http://www.dgi.inpe.br/CDSR/>>. Acesso em: 30 jun. 2010.

MARICATO, Ermínia. Metrôpoles desgovernadas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 51, p. 7-22, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n71/02.pdf>>. Acesso em: 1º ago. 2011.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de *et al.* Estimativa da área urbanizada do Brasil como ferramenta de planejamento territorial e ambiental. In: STEINBERGER, Marília (org.). **Território, Ambiente e Políticas Públicas Espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e LGE, 2006. P. 283-297.

MOREIRA, Maurício A. **Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação**. 3. ed. Viçosa: UFV, 2005.

NEGRI, Barjas. **Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880 – 1990)**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

O RECENTE PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE CAMPINAS: O PROJETO SOCIAL “VIP VIRACOPOS” (2006-2010) IMPLEMENTADO NA REGIÃO DO JD. CAMPO BELO

Helena Rizzatti Fonseca

helenarizzattifonseca@gmail.com

Instituto de Geociências – Unicamp

Palavras-chave: urbanização, Campinas, periferização.

Ao analisarmos a história das sucessivas transformações do território de Campinas nota-se a constituição de uma importante densidade técnica, científica e informacional ao longo do século XX. Campinas participa ativamente da nova divisão territorial do trabalho fundada na variável informação, acolhendo objetos (formas geográficas) e ações condizentes com esta nova vaga de modernizações. A cidade é hoje um centro de informações científicas e econômicas, lugar para diversas redes privadas e públicas que perpassam o território brasileiro.

Todavia a cidade acompanha a tendência do processo de urbanização no país, conduzido em grande medida por interesses corporativos. Tais interesses se utilizam dos mecanismos da especulação, da manipulação da legislação

urbana e dos orçamentos públicos, bem como da manipulação das informações e, dessa maneira, configuram um *território usado* (SANTOS e SILVEIRA, 2001) pautado na fragmentação e na segregação. Configura-se, assim, um espaço urbano que abriga as modernizações, mas incapaz de responder às necessidades de grande parte da sua população e, desse modo, reprodutor de uma pobreza estrutural (SANTOS, 2000)¹.

Segundo Cano e Brandão (2002), dois “eixos” organizam o espaço urbano campineiro: o sul-sudoeste, denominado ‘eixo da pobreza’, e o norte-nordeste, denominado ‘eixo da riqueza’. A região do Jardim Campo Belo, nosso estudo de caso, se localiza no primeiro eixo, mais especificamente às margens da Rodovia Santos Dumont, nas proximidades do Aeroporto Internacional de Viracopos, a 16 quilômetros de distância do centro da cidade.

O projeto social da Prefeitura Municipal, em parceria com a INFRAERO, o governo estadual e o governo

¹ De acordo com os dados de 2006, disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Campinas, a cidade conta com aproximadamente 1,06 milhões de habitantes. Deste total, 15% da população, o equivalente a 157.648 pessoas, está distribuída entre as 82 favelas, 131 ocupações e 20 núcleos existentes no município. De acordo com o IBGE, no ano de 2006, a taxa de desemprego na cidade correspondia à 9,7% da população economicamente ativa, equivalente a cerca de 54,6 mil desempregados; o SUS oferece, em média, 1,55 leitos para cada mil habitantes; 6,31% dos nascimentos registrados são de mães adolescentes (com menos de 18 anos); o grau médio de escolaridade da população alcança o ensino fundamental completo, aproximadamente 8,5 anos estudados; o analfabetismo atinge 5% população, ou seja, há cerca de 53 mil analfabetos.

federal, denominado ‘Projeto de Inclusão Social da Região do Aeroporto Viracopos’ foi implantado no ano de 2006. Este nome é utilizado apenas em documentos oficiais, para fins de divulgação externa à máquina governamental é nomeado ‘Vip-Viracopos’. Trata-se de um projeto de reurbanização específico para a região do Jd. Campo Belo, devido às mudanças no projeto de ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos que não irá mais se expandir sobre os bairros dessa região sendo alterado para outra direção sua expansão².

A verba que está sendo investida neste projeto social, oficialmente, é de 74 milhões de reais para a instalação de infraestruturas na região do Campo Belo. Enquanto apenas para o início da expansão do aeroporto estão sendo disponibilizados mais de 500 milhões de reais. Apesar do desenvolvimento do projeto com fins sociais, já reafirmamos as palavras de Tozi (2008, p. 107) “ao contrário do que propõem certas análises (...) a opção pelo SuperViracopos é uma escolha política guiada pelos interesses corporativos no território”.

O projeto SuperViracopos pretende transformar o aeroporto no maior da América Latina, e conectá-lo a um mega

² Essa região sofreu ameaças de ser desapropriada em razão da expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos, mas devido ao adensamento habitacional da área e à resistência dos moradores, durante os últimos dez anos, a prefeitura de Campinas decidiu utilizar outra área ao redor deste macro-sistema de transporte aéreo para esse fim.

e novo sistema de transporte de macro influência nas redes geográficas da região sudeste do país através da implantação do TAV (Trem de Alta Velocidade) entre Campinas, Rio de Janeiro e São Paulo.

De acordo com documento oficial do projeto Vip-Viracopos, disponibilizado pela Secretaria de Habitação de Campinas (SeHab), os objetivos deste projeto social são:

- Viabilizar a recuperação das áreas ambientalmente degradadas;
- Recuperar unidades precárias, com reforma, ampliação ou construção de unidades sanitárias;
- Implantar obras de infra-estrutura (redes de água e de esgoto, iluminação pública e domiciliar, galerias de águas pluviais, guias, sarjetas e pavimentação);
- Propiciar melhoria da qualidade de vida da população;
- Promover a regularização da área de intervenção.

Consideramos que a implantação de tais objetos é mal planejada devido à ação individual, setorial, de uma secretaria em relação à outra, de forma que os transtornos para tais obras são mais duradouros e as tornam menos eficientes.

Damos destaque, para exemplificar nossas críticas ao projeto Vip-Viracopos, ao caso do Residencial Jardim Marisa que corresponde aos planos de melhoria habitacional da região como parte importante das estratégias políticas do prefeito Hélio de Oliveira.

Trata-se de um conjunto habitacional de casas, em torno de 300 unidades, que passaram, e ainda passam, por diversos percalços. Essas casas já haviam sido finalizadas no ano de 2008, mas devido ao seu pequeno tamanho – servida de apenas um cômodo – a população pediu a construção de pelos menos mais um cômodo para as famílias maiores que seriam beneficiadas. Com isso, as casas não foram entregues, mas, também, não foram construídos esse cômodo extra até o início de 2010, quando são invadidas por famílias residentes na região que tiveram suas casas demolidas pela prefeitura em dezembro de 2009, ou que suas residências ficaram inabitáveis durante o período de chuva no mês de Janeiro e Fevereiro deste ano. Essas famílias ocuparam as casas no final do mês de Janeiro, a prefeitura desocupou os imóveis no dia 6 de fevereiro e, logo em seguida, dia 8 do mesmo mês, foram entregues oficialmente 184 delas e até o dia 10 de fevereiro foram todas entregues. Porém, tal entrega ocorreu sem a construção do cômodo extra e sem a ligação à rede de água e de iluminação elétrica que foi implantada em toda a região nos últimos três anos. Por fim, após apenas quatro dias de uso desses imóveis a chuva já causou diversos danos nas péssimas infraestruturas das residências com infiltrações, problemas nas instalações elétricas, entre outros.

Retomamos agora algumas passagens de Santos (1987) em busca de reforçar nossa análise sobre tais ações.

E o direito de morar? Confundido em boa parte da literatura especializada com o direito a ser proprietário de uma casa é objeto de um discurso ideológico (...). Quando, diante da situação explosiva nas cidades e em face da proximidade de eleições, foi decidido construir casas para os mais pobres, foi para lhes dar habitações que já nasciam subnormais (...). A normalidade estabelecida para os pobres por definição oficial, aconselhada e defendida por pseudo-intelectuais, passou a autorizar a construção de habitações tão pequenas que conduzem a toda espécie de confinamentos e promiscuidades. (...). Isso justifica pensar que o raciocínio economicista e imoral tomou o lugar da cultura, que levaria a preocupações mais nobres (SANTOS, 1987, pp. 45-46).

É preciso um alto senso crítico e acesso a diversas fontes de informação para a análise da reurbanização que está em processo de implantação na região. Trata-se de um projeto de renovação urbana dessa parcela do território, que, se tratando de uma cidade corporativa como Campinas, dificilmente será guiada por um objetivo maior do que a valorização do solo urbano.

Fazemos tal afirmação pois, ao acompanhar as implantações de tal projeto social, notamos o crescente aumento de casas à venda na região, principalmente nas áreas privilegiadas pelas obras do projeto. Notificamos a ida de um grupo de famílias que migraram para um acampamento do MST na cidade de Sumaré devido não só ao aumento do custo

de vida, como à valorização dos imóveis e terrenos. Tal valorização-competitividade subiu os aluguéis do lugar obrigando essas famílias a se mudarem. De acordo com relatos de moradores e de lideranças dos bairros, os terrenos que custavam por volta de 15 mil reais antes do início do projeto custam hoje, pelo menos, o dobro. Enquanto o valor dos aluguéis foi triplicado. Assim, a população pobre que já havia sido forçada a migrar para o Campo Belo se viu novamente obrigada a se mudar para outra área da Região Metropolitana menos valorizada pelo mercado imobiliário.

Como discute Arroyo (1996, pp. 81-83):

Um território em transição, seria um território que busca uma nova organização, uma nova ordem (...). Na esfera das ações, a competitividade mostra-se como um requisito fundamental para entrar no futuro (...) quando, na realidade, limita-se a reproduzir o presente. As condições criadas para entrar na batalha da competitividade estão garantidas só para poucos.

Para Santos (1987) essas ações isoladas, que acontecem em fragmentos do território urbano, realizadas por poucos agentes da sociedade urbana faz com que não se chegue aos objetivos de tornar cidadãos essa população pobre esquecida pelo poder público municipal, podendo até retroceder tal busca. Já que com a implantação de novos fixos públicos procura-se satisfazer aos consumidores e não aos cidadãos. Além disso, são mudanças colocadas abruptamente,

de certa maneira, em pouco tempo, causando um desequilíbrio das variáveis que constituem o lugar e a vida de relações desse lugar que se dá em outra escala e por outras lógicas conhecidas só por aqueles que nele vivem.

Referências bibliográficas

ARROYO, María Mónica. Território, transição e futuro. **Revista Experimental**, São Paulo, n. 1, p. 77-85, jul. 1996.

CANO, Wilson & BRANDÃO, Carlos A. **A Região Metropolitana de Campinas**: urbanização, economia, finanças e meio ambiente. Vols. 1 e 2. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensando único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

TOZI, Fábio. Usos corporativos e a impertinência do espaço de todos: a Região Metropolitana de Campinas e a privatização do Território Brasileiro. In: SOUZA, M. A. A. (org.). **A Metrópole e o Futuro**: Refletindo sobre Campinas. Campinas: Territorial, 2008.

CONSTRUÇÃO DAS IMAGENS DA CIDADE: LEGIBILIDADE E IMAGINABILIDADE DA PAISAGEM DE CAMPINAS (SP)

Luiz Tiago de Paula

luiz.paula@ige.unicamp.br

Instituto de Geociências - Unicamp

Palavras-chave: geografia cultural e humanista, fenomenologia, paisagem, imagem, experiência urbana.

O presente trabalho visa apresentar possibilidades relacionadas aos âmbitos metodológico e epistemológico. Trata-se de uma pesquisa incipiente que encara o desafio de aliar a metodologia de Kevin Lynch, da década de 1950 sobre a imagem da cidade moderna, às novas orientações teóricas baseadas na Geografia Humanista e Cultural (HOLZER, 2010; RELPH, 1979; ENTRIKIN, 1980). O objetivo é, além de apresentar resultados empíricos da pesquisa, fazer um “vôo teórico”, em que estaremos preocupados com a abordagem e a maneira com as quais podemos estudar e viver a cidade.

Pensar a cidade, embora tanto a arte (ARGAN, 2005; CALVINO, 1990; SAINT-EXUPÉRY, 1982) quanto a ciência (CARLOS, 1999; FREITAG, 2006; OLIVEIRA, 2002; RÉMY e

VOYÉ, 1994) tenham exaustivamente se debruçado sobre este fenômeno, a segunda na maioria dos casos tem encarado o tema urbano a partir de suas variáveis e condicionantes econômicas que adjetivam o termo, como “urbano industrial”, “cidade capitalista” entre outros tantos (LEFEBVRE, 1969; SOJA, 1992). Isto nem sempre torna os sentidos e significados próprios, ou essenciais, da cidade e do urbano condizentes às experiências que se tem nela, vivências que extrapolam os elementos restritamente economicista.

A discussão centrada sobre a cidade e o modo de produção social e econômico é importante para se compreender o processo de reprodução e manutenção da vida no espaço urbano, suas estruturas e dinâmicas. No entanto, ela normatiza alguns pressupostos que não necessariamente estão preocupados com as práticas e *intersubjetividades* possíveis de uma experiência na cidade (BANERJEE e SOUTHWORTH, 1991; LYNCH, 2003; 2007; SENNETT, 2003;).

O presente trabalho propõe-se a pensar a cidade a partir de sua paisagem e construção de sua imagem por meio da experiência. Mas ele não requer enquadrá-la e adjetivá-la em um quadro mais generalizante. A partir da orientação fenomenológica e da Geografia Cultural Humanista (HURSSSEL, 1986; DARDEL, 2011; TUAN, 1980; TUAN, 1983; RELPH, 1979;

ENTRIKIN, 1980; BUTTIMER, 1985), a proposta é buscar fenomenologicamente as diferentes possibilidades de ser-estar na cidade e construir diferentes imagens de suas paisagens.

Dois fenômenos comuns das cidades de hoje é a mobilidade (LÉVY, 2001) e a expansão do sítio urbano. A combinação desses dois processos implicam em um modo de vida que não nos permitem viver as cidades onde moramos como um todo, mas apenas fragmentos delas. Trajetos de casa para o trabalho, lazer e estudo, cada vez mais longos nos consentem apenas pequenos “pedaços de cidade”, tornando sua imagem fragmentada e parcial.

Se vivemos as cidades de maneira fracionada, e estas crescem sem uma fisionomia contínua e integrada, o intento deste trabalho é compreender como se dá, então, a construção de suas imagens a partir dessa segmentação dos lugares. Discutiremos a ideia de *imagem*, segundo a concepção de Lynch (2003), que pode ser definida como uma gravura mental, possivelmente mutante, e abstrata da paisagem, a qual o indivíduo se utiliza para se locomover e se relacionar com os diferentes lugares.

Todo cidadão possui numerosas relações com algumas partes de sua cidade e as suas opiniões estão

impregnadas de memórias, significações e imaginação daqueles espaços conhecidos e desconhecidos (“escondidos”). Na concepção de Lynch (2003), na cidade, em termos de continuidade, nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação aos seus arredores, às sequências de elementos da paisagem que remontam às lembranças de experiências passadas (LYNCH, 2003).

No entanto, a fragmentação da experiência urbana, inclusive daquelas que nos remete ao passado, altera nossa maneira de se relacionar com a cidade. Vivemos numa modelo de áreas urbanas, onde a importância dos trajetos é diminuída gradativamente para dar espaço ao modelo “ponto-a-ponto” de deslocamento, ou de “efeito túnel”, gerando outras maneiras de construção das imagens, descontínuas. Estas discontinuidades afetam a *legibilidade* da forma da cidade, que pode ser entendida como a clareza ou facilidade de indicar por meio de uma qualidade visual aquelas categorias que Lynch propôs: 1) estrutura; 2) vias; 3) limites; 4) pontos nodais; 5) marcos e 6) bairros (LYNCH, 2003).

Se a imagem de Campinas é caótica e confusa, isso significa que não é apenas a forma (atributo físico e, portanto, visual) que causa a desorientação em imaginar e mapear mentalmente a cidade, mas também supõe que seus cidadãos

não constroem relações suficientes com suas partes para entendê-la e imaginá-la como um todo.

Uma cidade de imagem e formas marcantes pode aprofundar ou tornar efêmera a experiência que as pessoas têm dela. Observar a paisagem pode causar prazer ou repulsão, por mais rotineira que seja a vista panorâmica (LYNCH, 2003).

Essa capacidade de imaginar a cidade a partir de um mapa mental (GOUL e AGUIRRE, 1999; GOULD e WHITE, 1974) é o que chamamos aqui de *imaginabilidade*, que pode ser definida, em poucas palavras, como a capacidade coletiva ou individual de organizar cognitivamente o ambiente físico do espaço urbano.

A partir de trabalhos de campo e entrevistas semi-estruturadas feitas com moradores de Campinas (SP), aplicamos o questionário proposto por Kevin Lynch sobre a imagem da cidade. Ancorados sobre as metodologias qualitativas em ciências humanas (CHIZZOTTI, 2006), os questionários aplicados às pessoas de Campinas tiveram o objetivo de identificar a imagem do centro da cidade de Campinas.

Indícios preliminares revelaram que o caso de Campinas é semelhante ao que tem acontecido com as

grandes cidades, onde poucas delas são consistentes em termos de beleza, devido aos problemas de poluição, violência e abandono de algumas áreas, por exemplo. Entretanto, cada campineiro entrevistado estruturou sua própria cidade a partir de suas rotinas diárias e construíram imagens diferentes da mesma cidade.

Entrevistados que não são moradores da cidade, mas trabalham ou estudam nela, por exemplo, têm suas imagens reduzidas ao Centro da cidade, sendo seus pontos de referências mais funcionais, como os pontos de comércio que utilizam, do que propriamente elementos da paisagem que tem algum valor simbólico ou histórico da cidade. Moradores naturais da cidade ou estabelecidos há muito tempo possuem um rol mais rico de elementos sobre a imagem, porém apresentaram certa dificuldade em falar sobre a própria cidade.

Essas informações e outras nos ajudarão a introduzir alguns aspectos sobre a cidade de Campinas (SP), que tem certa pobreza em estudos e trabalhos relacionados aos seus lugares e paisagens. Buscaremos as imagens da cidade, a considerar a experiência dessas pessoas. Compreender as escolhas de seus trajetos e lugares de suas rotinas permitem que retornemos para mais próximo daquelas diferentes

possibilidades que dão característica própria a cidade contemporânea, complexa e multifacetada.

Referências bibliográficas

AGUIRRE, C. C. Mapas cognitivos. Qué son y cómo explorarlos. **Scripta Nova**, Barcelona, n. 33, fev. 1999. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-33.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

ARGAN, G. C. **História da arte como história da cidade** (trad. Pier Luigi Cabra). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BANERJEE, T.; SOUTHWORTH, M. (eds.). **City Sense and City Design: writings and projects of Kevin Lynch**. Cambridge: The MIT Press, 1991.

BUTTNER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985.

CALVINO, I. **Cidades invisíveis** (trad. Diogo Mainardi). São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1999.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Vozes, 2006.

DARDEL, E. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica** (trad. Werther Holzer). São Paulo: Perspectiva, 2011 [1946].

ENTRIKIN, J. N. O humanismo contemporâneo em Geografia. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 10, n. 19, p. 5-30, 1980.

GOULD, P.; WHITE, R. **Mental Maps**. Middlesex: Penguin Books, 1974.

HOLZER, W. O método fenomenológico: humanismo e a construção de uma nova geografia. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L.

(orgs.). **Temas e caminhos da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

HUSSERL, E. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 1986.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

LÉVY, J. Os novos espaços da mobilidade. **Geographia**, Niterói, ano III, n.6, p.07-20, jul./dez. 2001.

LYNCH, K. **A boa forma da cidade** (trad. Jorge Manuel Costa Almeida e Pinto). Lisboa: Editora 70, 2007.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

OLIVEIRA, E. R. **Da cidade planejada à cidade espoliada**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2002.

RELPH, E. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**, Rio Claro, v.4, n.7, 1979.

SAINT-EXUPÉRY, A. **Cidadela**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

SENNETT, R. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental** (trad. Marcos A. Reis). Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo das percepções, atitudes e valores do meio ambiente** (trad. Lívia de Oliveira). São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência** (trad. Lívia de Oliveira). São Paulo: Difel, 1983.

A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM URBANA DO CENTRO DA CIDADE DE LEME/SP NO CONTEXTO DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO SETOR COMERCIAL DO INTERIOR PAULISTA

Samuel Penteado Urban

samuelurban15@yahoo.com.br

Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba

Palavras-chave: paisagem urbana, “circuito moderno”, “circuito não-moderno”.

A cidade de Leme (SP), mais especificamente seu centro urbano comercial, vem apresentando intensa transformação de sua paisagem urbana em função da modernização do comércio, relacionado às mudanças nos dois circuitos da economia urbana (contribuições da obra de Milton Santos).

Observa-se o aumento significativo de estabelecimentos ligados ao circuito moderno da economia (circuito superior), “sufocando” de modo generalizado o circuito “não-moderno” (circuito inferior). Porém, num processo contraditório, o circuito inferior se perpetua e muitas vezes demonstra também um crescimento significativo. Isto tudo porque mesmo com o processo de modernização, o não

moderno supre as faltas do moderno, numa sociedade que transita entre estes dois pólos: modernidade e sua ausência como partes contraditórias e constitutivas dos conteúdos sócio-espaciais da cidade de Leme, expressos em sua paisagem urbana. Esta é uma tendência das cidades médias e pequenas do interior paulista e, num segundo momento deste estudo, aprofundaremos esta tendência, num estudo comparativo com as transformações da paisagem urbana da cidade de Sorocaba.

A análise crítica deste processo pode expor as contradições próprias destas mesmas políticas. Principalmente no que diz respeito à transformação da paisagem urbana do centro da cidade nos últimos 20 anos, em função da mudança de atividades comerciais ligadas antes ao circuito inferior para o superior da economia. Assim, segundo Santos (2008, p. 87), o circuito moderno se caracteriza por relações mais impessoais, dependendo da dimensão do estabelecimento. Ainda nesta análise conceitual referente ao circuito moderno da economia,

realiza-se com grande quantidade de estabelecimentos, indo das grandes lojas, supermercados e mesmo hipermercados, englobando um número considerável de produtos, da moda que oferecem um pequeno número de artigos de luxo a uma clientela selecionada (SANTOS, 2008, p. 86).

Já em relação ao circuito inferior da economia, segundo Santos (2008, p. 87), os clientes deste gênero

comercial, principalmente os conhecidos do proprietário, apelam para um crédito individualizado, pessoal e que não é necessariamente burocrático. Isto é, observa-se em alguns estabelecimentos que as trocas comerciais são realizadas muitas vezes num contato pessoal, sendo que há o exemplo da caderneta em que os clientes compram e pagam apenas uma vez por mês, também, como em algumas padarias de Leme, onde o pão é entregue em determinadas residências todos os dias no mesmo horário. Além disso, quando determinado indivíduo deseja entrar nesta atividade precisa apenas

de pequena soma de dinheiro e pode-se apelar para o crédito (pessoal), concedido em dinheiro ou em mercadorias; não é necessário ter experiência e é fácil escapar ao pagamento de impostos. (SANTOS, 2008, p. 209).

As transformações da paisagem, analisada através das determinações de ordem econômica, juntamente com uma análise crítica deste processo, são, pois, o objeto central de investigação neste trabalho. Sendo que nos dias atuais, a cidade de Leme apresenta um processo de grande transformação espacial, sobretudo o centro da cidade, o qual está recebendo diversas atividades econômicas do circuito superior da economia, resultando em intensa transformação

na paisagem urbana. A paisagem analisada nesta pesquisa se refere a

tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança (...). Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca, não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. (SANTOS, 1996, p. 61).

No caso estudado, observa-se que em relação à produção social que resulta na produção espacial, tem-se como importante agente de todo este processo o Estado, que no caso, é a prefeitura de Leme. Tal afirmativa se baseia na análise de vários informativos da cidade que, desde a década de 1990 até os dias de hoje, demonstra um discurso *desenvolvimentista*.

Leme possui uma paisagem relacionada às cidades médias, e que segundo Landim (2003), constituiu a partir da igreja matriz, a praça e o coreto como marcos referenciais da cidade e assim, essa formação inicia-se num processo de produção do espaço e relacionado à aspectos do urbanismo em xadrez. Já na década de 1950, surge um novo marco com a criação do Cinema *Cine Alvorada*.

Considerou-se aspectos da configuração territorial do centro de Leme de forma a considerar apontamentos para a análise da paisagem urbana, entendida como base das relações econômicas, sociais e culturais que se realizam na cidade. Neste sentido, elaborou-se um

mapeamento preliminar (densidade dos estabelecimentos comerciais do centro de Leme/SP) a respeito da localização das atividades comerciais e de cultura existentes no perímetro do centro de Leme. Observa-se que estabelecimentos relacionados à cultura também se enquadram na dinâmica comercial. Neste mapeamento, viu-se que a paisagem, principalmente ligada às atividades comerciais, se mostra de forma fragmentada em relação ao todo, ou seja, em relação à configuração territorial. Isso porque a concentração desta atividade comercial se encontra na parte central da cidade, mais especificamente nas duas ruas principais: 29 de agosto e a Rafael de Barros. Diferentemente, acontece no restante da cidade, onde há pouca atividade comercial. É por essas questões que a paisagem

não é total, mas parcial. Ela é sempre setorial, um fragmento e por isso mesmo sua percepção nos engana, e não nos pode diretamente conduzir à compreensão do real, porque nunca se dá como um todo. [...] A configuração territorial, todavia, é um todo. (SANTOS, 1996, p. 76).

Sendo a cidade o lócus privilegiado da reprodução do capital¹, em Leme se destacam os negócios do comércio. Neste sentido, o antigo cinema da cidade (Cine Marabá) sofreu

¹Noção desenvolvida nos estudos da professora Dra. Rosalina Burgos.

uma mudança drástica para uma atividade varejista. Isso sem dúvida pelo desinteresse em manter um prédio histórico, sendo um patrimônio da cidade, entrando aí a questão do envelhecimento social, em que novos valores substituem antigos. Porém, havia já nesta construção, uma inadequação física, onde as condições do prédio eram de grande desgaste material, em que era necessária uma grande reforma no prédio, havendo aí o envelhecimento social. Assim diversos fatores foram responsáveis pela mudança de uso daquele espaço para outra, seguindo a regra da mudança de valores de cada período.

Com a transformação no sentido da modernização, em consequência da alteração da relação capital-trabalho, há de um lado a modernização econômica e de outro a aumento do setor terciário, característico do circuito não-moderno da economia. Vê-se aí, a principal contradição envolvida neste processo, em que o circuito superior aumenta de dimensão na cidade, mas também aumentam estabelecimentos ligados ao circuito inferior da economia. Em algumas conversas com moradores da cidade, observou-se que ao mesmo tempo em que estes indivíduos aprovam a chegada de estabelecimentos modernos, como a recente chegada do hipermercado Extra, demonstram que não deixaram de utilizar os estabelecimentos

considerados não modernos, principalmente quando certo morador tratou que não abre mão de comprar pela caderneta, pagando apenas ao final do mês, além do que estes estabelecimentos além de *marcarem* as compras realizadas, também entregam quantidades pequenas de mercadorias, sendo que estabelecimentos modernos entregam apenas quantidade de produtos consideráveis. Santos (2008, p. 87) destaca esta questão da mudança de relação capital-trabalho, dizendo que nesse circuito moderno de comércio as relações se tornam impessoais, onde o que há são apenas relações comerciais, onde o consumidor adquire o produto, paga e vai embora.

É esse o processo que se observa em Leme, principalmente uma transformação na paisagem, onde se tem a atribuição de novos às formas geográficas, valores estes relacionados ao processo de reprodução do capital, que resultam nas alterações da sociedade e por consequência o próprio espaço responde a essas alterações.

Portando, na análise do processo de produção do espaço da cidade de Leme, observou-se que as transformações da paisagem urbana desta cidade ocorreram em momento posterior ao ocorrido em vários centros industriais, como é caso da cidade de Sorocaba. Sendo que o próprio meio técnico-

científico e informacional, chega a cidade mais tardiamente, tanto que o *boom* comercial ligado ao circuito moderno da economia, iniciou sua implantação apenas nos últimos 20 anos.

Nisto tudo observa-se que há a heterogeneidade entre os circuitos da economia, sendo que numa tendência, o movimento aponta para a situação conflituosa em que o circuito moderno venha a “sufocar” as atividades do circuito inferior da economia urbana. Porém, observa-se a contradição envolvida neste processo: o circuito superior aumenta de dimensão na cidade, mas também aumentam estabelecimentos ligados ao circuito inferior da economia.

Entende-se também que todo esse impulso para a transformação da paisagem, foi ditada pelo incentivo que a Prefeitura (Estado), realizou com os empresários externos ao Município de Leme. Acredita-se ainda que não só a Prefeitura está envolvida neste processo de modernização do circuito varejista da cidade, mas talvez indústrias, outras escalas do Estado, dentre outros agentes, sendo que a pesquisa ainda está em andamento.

Referências bibliográficas

LANDIM, Paula da Cruz. **Desenho de paisagem urbana: As cidades do interior paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O espaço dividido**. São Paulo: Edusp, 2008.

PAISAGENS MÓVEIS E EXPERIÊNCIA URBANA: FORMA DA CIDADE E MOBILIDADE NO ESPAÇO METROPOLITANO

Gabrielle Mesquita Alves Rosas

gab.violeta@gmail.com

Núcleo de Estudos Populacionais - Unicamp

Palavras-chave: geografia humanista e cultural, experiência da mobilidade, via Anhanguera (trecho Campinas-Sumaré).

Pensar as grandes metrópoles atuais, com sociedades que ganham forma de rede caracterizada pela flexibilidade, interconexões, transformações dos fundamentos materiais da experiência humana com alteração da percepção de tempo e espaço e constituição de espaços de fluxos e de "*timeless time*" (CASTELLS, 2004), envolve uma reflexão sobre mobilidade. A mobilidade se tornou fator central destes novos modos de vida de características mais fluidas e necessidades mais imediatas daqueles que vivenciamos até a fase sólida da modernidade (BAUMAN, 2007).

Este novo mundo é construído por novas formas em cidades contemporâneas que são vividas com uma intensidade de fluxos e diversidade de formas de mobilidade

que influenciam diretamente o modo de vida e a experiência urbana (MARANDOLA JR., 2008).

No cotidiano urbano, para tentar dar conta de todos os compromissos e atividades básicas como trabalho, estudo, compras, lazer, amigos, família e etc., utilizamos a mobilidade para integrar nossa fragmentada rotina no espaço metropolitano, adequando-nos e criando novos ritmos.

Tendo em vista estas necessidades de mobilidade, e que as cidades hoje são espaços com velocidades múltiplas, onde são produzidos diversos territórios a depender da forma de interação, temos como resultado a superposição de várias imagens em uma/de uma mesma cidade.

Assim, as nossas experiências na/da cidade estão imersas em paisagens da mobilidade. E que seriam estas paisagens móveis?

Várias são as paisagens que se formam a depender do modo de locomoção ou de mediação midiática utilizada para lançar olhar sobre os lugares da cidade já que a mobilidade pode ser articulada (por exemplo, como uma sequência de caminhada + ônibus + metrô) ou fundida através da alta velocidade do automóvel (LÉVY, 2000).

Segundo Robertson (2007), para pensarmos as paisagens da mobilidade, mais que leitura das mesmas, é

preciso levar em conta essas experiências móveis, pensando a justaposição de imagens produzidas na rápida e transitória montagem destas em velocidade.

Uma forma de estudar a mobilidade no contexto metropolitano, então, é pensando a experiência urbana nessas/dessas paisagens, constituídas em meio às variadas velocidades do cotidiano urbano. A experiência que se desenvolve em determinado lugar, a dimensão do vivido, faz parte da paisagem, já que a paisagem não trata apenas de aspectos visuais, mas também daquilo que é sentido, dando uma dimensão propriamente humana onde o sujeito que participa da paisagem também aparece (RAFFESTIN, 1986). Além disso, para fazer geografia não devemos prestar atenção apenas àquilo que é medido, contável ou visível, pois assim “produrremo una geografia totalmente irreal se presentissimo solo ciò che è razionale, coerente e ben fondato. Un paesaggio è un’immagine frutto sia della nostra razionalità che della nostra irrazionalità [...]” (RAFFESTIN, 1986, p.138).

Sendo assim, discutiremos a experiência das paisagens móveis partindo dos estudos e trabalhos de campo que realizamos durante três anos na região da rodovia Anhanguera, no trecho entre Campinas e Sumaré, Região

Metropolitana de Campinas (RMC)¹.

A pesquisa anterior era focada no trecho Campinas-Sumaré da rodovia por ser um grande espaço de fluxos da RMC que possui grande riqueza e variedade de ocupação que gera contrastes, já que além de ligação regional, a rodovia serve também como ligação intra-metropolitana e intra-urbana. A rodovia, enquanto forma da cidade, fragmenta o espaço, separando fluxos de lugares próximos, canalizando fluxos de origem externa que nem sempre têm como destino a RMC. A diferença de escala desses movimentos realizados neste trecho dá a característica da vivência urbana neste espaço de fluxos e altera a capacidade de resposta a perigos daqueles que cotidianamente o vivem.

Para trabalhar a rodovia enquanto fenômeno vivido, tentamos pensá-la enquanto lugar². E o principal

¹ROSAS, Gabrielle M. A. **Vulnerabilidade do lugar e perigos ambientais na Região Metropolitana de Campinas: um estudo da Via Anhangüera**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2008. 19p. Relatório Final de Iniciação Científica PIBIC/CNPq.

ROSAS, Gabrielle M. A. **Fragmentação do espaço urbano, lugar e vulnerabilidade na Rodovia Anhanguera, Região Metropolitana de Campinas**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2009. 17p. Relatório Final de Iniciação Científica PIBIC/CNPq.

ROSAS, Gabrielle M. A. Espaços de vida, mobilidade e vulnerabilidade na rodovia Anhanguera - Região Metropolitana de Campinas In: XVIII Congresso Interno de Iniciação Científica da Unicamp. **Anais...** Campinas, 2010.

impasse foi ligar o conceito de lugar que é tão ligado à estabilidade, ao de movimento, já que a Anhanguera apesar de seus múltiplos movimentos e dinamismo era também um lugar para aqueles que a vivem cotidianamente. A conclusão que chegamos é que o uso rotineiro dos caminhos pode fazer da rodovia um lugar, já que a frequência nos liga a tal espaço (que aos poucos, dependendo da frequência mesmo, ganha muitos significados). E sendo a Anhanguera o lugar dos movimentos, ela é elemento presente em diversas das paisagens móveis da RMC.

Pensando no caráter disperso que a urbanização adquiriu contemporaneamente com a globalização da produção do espaço e das formas de consumi-lo, vemos que a estrutura da sociedade também muda e com ela são criadas novas formas urbanas, modelos de consumo do espaço que vêm de longe, exógenas às dinâmicas locais que criam também novas formas de mobilidade espacial. E já que a globalização não é só econômica, é causa e também efeito dessa mudança social, desta forma, pensar o consumo do espaço é também analisar a produção social do espaço (OJIMA, 2006). Unir estas ideias com o que ocorre na RMC é tentar entender como se dá

a interação destas tendências externas na sua inserção local, criando novas dinâmicas do lugar que ficam expressas nas formas e imagens da paisagem, podendo ser estudadas via experiência da RMC, neste caso partindo das experiências observadas na rodovia Anhanguera.

Os trabalhos de campo seguiram metodologia adota por Marandola Jr. em sua tese (2008), que envolve, inicialmente, um livre caminhar e conversas como forma de entrevistas não direcionadas para a compreensão da dinâmica do lugar. Uma das estratégias adotadas para entender as diferentes experiências das pessoas que circulam no entorno da via foi segui-las em seus caminhos diários, de modo que a conversa não interrompesse o ritmo das atividades, facilitando uma conversa mais franca, com mais densidade, que permitisse a descoberta de fenômenos não aparente em outras escalas. Seguimos caminhos dos que andam a pé, dos que somente passam de ônibus e fizemos algumas das principais rotas de carro, formas de mostrar os sujeitos que vivem estas paisagens móveis. Percursos importantes para a descoberta de rotas não aparentes para quem observa a via de outras maneiras, ou através de dados, por exemplo.

Além disso, este tema de paisagens móveis pode ser pensado também através da presença tão forte dos carros

² Lugar, pensado dentro da perspectiva da Geografia Humanista Cultural, com sentido que vai além do de localização, compreendido como produto da experiência humana, partindo da perspectiva daqueles que o significam (TUAN, 1983).

em nossa sociedade. Na sociedade dos carros, procuramos ligações que possam ligar as paisagens da Anhanguera com essa tendência de consumo de paisagens. Já que existem influências externas, ligadas às várias imagens que o carro produz, abordar a forma como essa influência externa interage localmente ajuda a detalhar a cidade o que pode contribuir para melhor entendê-la e para melhor planejá-la.

O carro é tão presente em nossa sociedade que podemos pensar em *autoscapas* – que seriam essas paisagens que marcam a mudança social que verificamos atualmente (FEATHERSTONE; THRIFT; URRY, 2005). O carro altera nossa relação com o ambiente. Assim estradas, habitações, distâncias dos lugares rotineiramente vividos e o *layout* da cidade impactam de maneira significativa a organização espacial. Para quem vive no distrito de Barão Geraldo, por exemplo, bem sabe que as vias parecem ser destinadas somente aos carros, há muitos trechos sem calçada, com restrições ao andar que impedem o pedestre de avançar em pontos onde o trânsito deve fluir, mas, para o pedestre resta apenas equilibrar-se nos cantinhos para não andar na rua.

Enfim, trabalhar as paisagens móveis através desta perspectiva que varia da busca do prazer individual e do consumo de determinadas paisagens como algo que satisfaz

por motivos pessoais até pensar a sociedade do carro, que tem o carro como mercadoria altamente sedutora imposta pela indústria automobilística e que o torna tão presente nas nossas vidas hoje, pode nos fazer ver a mobilidade através de questões não tão claras, assim como certas rotinas temporo-espaciais não o eram na Anhanguera.

Então, nosso objetivo de analisar paisagens contemporâneas na presença da mobilidade e seus rebatimentos na experiência urbana é baseado no pensamento de que esta reflexão influencia questões importantes sobre as cidades contemporâneas, tais como o planejamento urbano. A alta mobilidade, pensada através da experiência da paisagem, é uma das possibilidades de olhar e refletir o modo de vida contemporânea, e se um fenômeno pode ser percebido por várias perspectivas, uma atitude científica deve levar em consideração mais de uma ou várias delas.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos** (trad. Carlos A. Medeiros). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

CASTELLS, Manuel. **The power of identity**, The Information age: Economy, Society and Culture. v. 2. 2. ed. United Kingdom: Blackwell Publishing, 2004.

FEATHERSTONE, Mike; THRIFT, Nigel J.; URRY, John. **Automobilities**. London: Sage Publications, 2005.

LÉVY, Jacques. **Os novos espaços da mobilidade**. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

MARANDOLA JR., Eduardo José. **Habitar em risco**: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

OJIMA, Ricardo. A produção e o consumo do espaço nas aglomerações urbanas brasileiras: desafios para uma urbanização sustentável. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...ABEP**, Caxambú, 2006.

RAFFESTIN, Claude. Perché “noi” non abbiamo letto Eric Dardel? In: DARDEL, Eric. **L’uomo e la Terra**: natura della realtà geografica. Milão: Edizioni Unicopli, 1986.

ROBERTSON, Susan. Visions of urban mobility: the westway, London, England. **Cultural Geographies**, London, n. 14, 2007.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

DECIFRANDO O RECENTE PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE BELO HORIZONTE

Ramon Coelho da Cruz

ramonbhgeo@yahoo.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Palavras-chave: descentralização, reestruturação, centralidade, refuncionalização.

Várias metrópoles brasileiras têm passado nos últimos anos por processos de reestruturação com tendências de descentralização e viabilização de novos arranjos espaciais, como recentemente vem acontecendo na metrópole mineira, Belo Horizonte. O processo de descentralização configura-se como projeto espacial na medida em que viabiliza uma expansão urbana criando novas expressões de centralidade.

O objetivo deste trabalho, como parte do projeto de mestrado¹ em desenvolvimento, é decifrar a atual descentralização da cidade de Belo Horizonte considerando a refuncionalização da principal área central, denominada Eixo

¹ Projeto de mestrado em desenvolvimento pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGG-UFRJ, intitulado: “O oculto e o revelado da descentralização urbana no início do século XXI em Belo Horizonte”. Orientador: Prof. Dr. William Ribeiro.

Sul, e a expansão urbana no Eixo Norte da cidade que se configura como uma nova expressão de centralidade, a partir da espacialidade da atuação dos principais agentes sociais e econômicos responsáveis pela implantação e distribuição de bens e serviços nestes dois eixos da metrópole.

Os agentes sociais e econômicos listados por Corrêa (1995b, p.12) como responsáveis por fazerem e refazerem a cidade através de estratégias e ações concretas são os seguintes: “a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; b) os proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários; d) o Estado; e e) os grupos sociais excluídos”.

A discussão sobre a descentralização torna-se relevante, pois constitui também um fator fundamental para o entendimento da Área Central (RIBEIRO FILHO, 2004), aqui considerada como o “centro de gravidade de toda a metrópole” (COLBY, 1958 [1933]).

Com o processo de descentralização, a Área Central passa a ter uma dispersão de algumas atividades centrais para outras áreas da metrópole, fazendo com que a Área Central da metrópole deixe de ser monopolizadora, inclusive de atividades terciárias que passam a estar presente em outras áreas da metrópole.

A principal área central ou Eixo Sul de Belo Horizonte abrigava secretarias e órgãos do Estado até meados do primeiro semestre de 2010, e depois deste período foram transferidos todos os órgãos e secretarias da administração estadual para a Cidade Administrativa do Governo de Minas Gerais - CAMG, construída no Eixo Norte da metrópole, área da cidade que passa por uma atual expansão urbana (PBH, 2010).

Esta dispersão que gera expansão urbana também pode ser vista como uma prática espacial denominada por Corrêa (1995a), como antecipação espacial, na medida em que “pode ser definida pela localização de uma atividade em um dado local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas” (CORRÊA, 1995a, p. 39).

Muitos processos de descentralização são acompanhados de intervenções na produção de equipamentos urbanos que garantem a novas expressões de centralidade no interior da cidade, como áreas administrativas, jurídicas e comerciais, incluindo os *shopping centers* (FRÚGOLI JR., 2000).

É interessante ressaltar que “a centralidade é inerente aos centros e estes são fundamentais na produção do espaço urbano, pois expressam a atuação dos agentes que produzem o espaço urbano” (RIBEIRO, 2006, p. 38).

A complexidade da ação dos agentes sociais e econômicos abrange práticas, dentre as quais, remetem a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano e renovação urbana (CORRÊA, 1995b, p. 11).

Conforme Corrêa (1997) os processos sociais são os responsáveis pela organização espacial complexa que caracteriza a metrópole, e dentre estes processos sociais está à descentralização, que pode ocorrer como uma medida, espontânea ou planejada, com o objetivo de diminuir a excessiva centralização da Área Central, sendo, portanto, a descentralização causadora de deseconomias de aglomeração.

Assim, torna-se relevante destacar os agentes sociais e econômicos que promovem e executam a descentralização, como as interações espaciais (CORRÊA, 2006) envolvidas neste processo que necessitam ser desmitificadas e tornarem-se inteligíveis.

Entende-se como interações espaciais o “amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico” (CORRÊA, 2006, p. 279).

Retomando a produção do espaço, aqui retratado como o da metrópole e/ou do intraurbano, torna-se

importante pontuar a relação entre os agentes sociais e os processos sociais, que segundo Corrêa (2011, p. 44), “são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento”.

As primeiras proposições da pesquisa apontam que o atual processo de descentralização do Eixo Sul de Belo Horizonte não apenas tem desfigurado a monopolização do centro principal, mas pode ser considerado um processo paralelo a refuncionalização desta mesma área, e, portanto, um reforço de sua centralidade.

A refuncionalização geralmente caracteriza-se como uma inovação (CORRÊA, 2010) para a Área Central, que reforça a importância do centro, mesmo que sua função possa ter mudado em decorrência do processo de descentralização.

É na relação entre forma espacial e função que ocorre a refuncionalização, ou seja, são dadas novas funções, criadas recentemente ou modernizadas aninhadas em formas espaciais antigas (CORRÊA, 2010). Esta mudança tem sido freqüente no capitalismo avançado (CORRÊA, 2010).

Dessa maneira, as formas espaciais são ressignificadas e metaforicamente as antigas são tornadas novas (CORRÊA, 2010). No Eixo Sul de Belo Horizonte se concentrava as secretarias e Palácio do Governo do Estado de

Minas Gerais em prédios que circundam a Praça da Liberdade. Atualmente com a parceria da iniciativa privada, esta área está sendo refuncionalizada e se tornando o Circuito Cultural Praça da Liberdade. O que envolve em sua primeira fase a refuncionalização de cinco prédios, que passam a serem centros culturais e museus, e destina-se a ser o principal pólo turístico e cultural da cidade, e o maior circuito cultural ao ar livre do país (MINAS GERAIS, 2010).

Nesta fase inicial da pesquisa também se torna clara a evidência do papel do Estado como principal agente modelador do espaço urbano neste processo de descentralização de Belo Horizonte, em seus diferentes níveis político-administrativos e espaciais: federal, estadual e municipal. Pois, a refuncionalização do Eixo Sul, com a criação do Circuito Cultural Praça da Liberdade, e o desenvolvimento do Eixo Norte fazem parte da atual política pública do Governo de Minas Gerais (CODEMIG, 2010) e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH, 2010) com auxílio de recursos financeiros do Governo Federal e parcerias com empresas privadas.

É importante frisar que “a refuncionalização não se constitui no principal meio pelo qual as novas formas espaciais são criadas, visando a novas atividades” (CORRÊA, 2010, p. 155). É preciso considerar “uma multiplicidade de novas

formas de produção do espaço urbano, decorrentes das novas localizações industriais, das novas formas de habitat e das novas escolhas locacionais das empresas comerciais e de serviços” (SPOSITO, 2010, p. 126).

Portanto, a descentralização não é dicotômica ao ser aliada a refuncionalização, pois não resulta apenas em dispersão das funções centrais, mas aliada a refuncionalização não proporciona o declínio do centro principal da metrópole, e pode também ser vista como reforçadora da centralidade, quando indiretamente causa o que Soja (1993, p. 252-258) chama de “renascimento do centro da cidade”. Assim são atribuídas novas dinâmicas ao espaço urbano que redefine suas centralidades.

Referências bibliográficas

COLBY, C. C. Centrifugal and centripetal forces in urban geography. In: KOHN, C.; MAYER, R. (ed.). **Readings in urban geography**. Chicago: The Chicago University Press, 1933. P. 287-298.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS (CODEMIG). **Cidade Administrativa**. Belo Horizonte: CODEMIG, 2010. Disponível em: <<http://www.codemig.com.br/site/content/parcerias/projetos.asp?id=25>>. Acesso em: 28 set. 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, Um Conceito-Chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995a. P. 15-47.

_____. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1995b.

_____. **Trajelórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. Interações Espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Explorações geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. P. 279-318.

_____. Inovações Espaciais Urbanas: Algumas Reflexões. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 7, n. 11, p. 149-159, 2010.

_____. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um texto para Discussão. In: **A Produção do Espaço Urbano: Agentes, Processos, Escalas e Desafios**. CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). São Paulo: Contexto, 2011. P. 41-51.

FRÚGOLI Jr., Heitor. **Centralidade em São Paulo**. São Paulo: Cortez Editora-Edusp-Fapesp, 2000.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. **Circuito Cultural Praça da Liberdade**. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://www.circuitoculturalliberdade.mg.gov.br/projeto-historia.php>>. Acesso em: 11 abr. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Plano Estratégico de Belo Horizonte 2030**. Anexo II: Cenários Exploratórios para Belo Horizonte: 2010-2030. PBH, 2010. Disponível em: <<http://www.pbh.gov.br/bhmetaseresultados/pdf/anexo-2-cenarios.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2010.

RIBEIRO FILHO, Vitor. A Área Central e Sua Dinâmica: Uma Discussão. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, UFU, p. 155-167, 2004. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9197/5661>>. Acesso em: 01 ago. 2011.

RIBEIRO, William da Silva. **Para Além das Cidades, Centralidade e Estruturação Urbana: Londrina e Maringá**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Formas Espaciais e Papéis Urbanos: As Novas Qualidades da Cidade e do Urbano. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 7, n. 11, p. 123-147, 2010.

TENDÊNCIAS IMOBILIÁRIAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: A DINÂMICA DO VETOR NORTE

Ana Carolina da Cruz de Souza

carolgeografia@ufmg.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Palavras-chave: produção imobiliária, Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Vetor Norte da RMBH.

O trabalho desenvolvido buscou uma identificação de tendências recentes na produção imobiliária na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) com atenção voltada para a dinâmica no Vetor Norte da RMBH. Através das pesquisas bibliográficas e de campo foi possível identificar possíveis tendências que acontecem e que ainda virão. Este trabalho é importante para identificar o crescimento imobiliário realizado por diversos agentes (públicos e privados) e contribuir para a reflexão das causas decorrentes desse crescimento na RMBH. O Vetor Norte em especial apresenta municípios com grandes problemas de regularização fundiária e população de baixa renda, o que torna um desafio para as administrações municipais resolverem ou amenizarem tais

obstáculos. Este trabalho levantou uma atual tendência no Vetor Norte frente a estas perspectivas.

Buscou-se verificar as dinâmicas imobiliárias na RMBH nos mais diversos tipos de empreendimentos, sejam eles públicos como os conjuntos habitacionais, ou privados (grandes empreendimentos como condomínios fechados, parques industriais entre outros). Essa investigação faz parte da pesquisa "*Novas Periferias: Política e Regulação Urbano-Ambiental na Produção do Espaço Metropolitano*" desenvolvida pela professora do curso de Geografia do Instituto de Geociências da UFMG Heloísa Soares de Moura Costa. Este trabalho foi desenvolvido pela autora como parte de pesquisa da iniciação científica no ano de 2010.

A pesquisa teve como base uma metodologia de caráter qualitativo e quantitativo. O caráter qualitativo se deu através de análises de dados levantadas das mais diversas fontes (pesquisas bibliográficas, entrevistas, trabalhos de campo), que são fundamentais para o levantamento de resultados. Além disso, o caráter qualitativo, aliado ao quantitativo (dados e números levantados através de sites governamentais como IBGE, Fundação João Pinheiro, Site das Prefeituras da RMBH entre outros), permite que se possam alcançar resultados consolidados e fiéis à realidade.

Inicialmente realizou-se um levantamento bibliográfico sobre o assunto estudado. Após este conhecimento prévio iniciou-se a participação da pesquisadora em seminários e oficinas do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI - RMBH) com o objetivo de contato com funcionários das Prefeituras da RMBH e também como troca de informações com pessoas das mais diversas áreas do meio acadêmico que também pesquisam sobre a dinâmica imobiliária na RMBH.

Foram elaborados roteiros de visitas técnicas às prefeituras para investigar a dinâmica imobiliária nos municípios visitados. Aliados esses dados primários, utilizaram-se dados secundários de órgãos públicos como IBGE para cruzar informações e posteriormente criar mapas e gráficos que pudessem representar a realidade observada. Por fim, a última etapa deste trabalho se deu através de análises dos resultados levantados para a elaboração do trabalho final.

Este trabalho levantou a atual dinâmica da metrópole¹ de Belo Horizonte. Foi possível perceber que áreas

¹ O conceito de metrópole é entendido a partir da idéia de AZEVEDO e GUIA (2000) que nos demonstra que a partir da década de 1950 com a intensificação dos fluxos migratórios campo-cidade se consolidou, em torno das principais capitais, um processo de conurbação. Diante desse processo tornou-se fundamental o estreitamento das relações político administrativas entre as cidades envolvidas nessa situação.

consideradas periféricas na metrópole há algumas décadas hoje são áreas preferenciais de investimentos públicos e privados (como exemplo o Vetor Norte). Isto mostra uma nova interação entre áreas da metrópole e as novas relações que estas regiões ganham com tal comportamento. A RMBH é uma área potencial para expansão industrial de alta tecnologia, visto que são previstas instalações de fábricas que produzem tecnologias de ponta e conseqüentemente produzem menos resíduos industriais. Na área do Vetor Norte estão previstas várias fábricas desse perfil, além da construção de um aeroporto industrial que poderá potencialmente escoar a produção para qualquer parte do mundo, além de ser provida de uma ampla rede de rodovias que permitem também o escoamento da produção para qualquer parte do país. Essa percepção de território utilizada nessa pesquisa é extraída à luz de Santos(1996): “é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território)”. Isso possibilita à metrópole de Belo Horizonte um destaque nacional, embora ainda pouco significativo pelo fato de São Paulo e Rio de Janeiro serem referência para instalação de muitas indústrias.

Também foi possível perceber com este trabalho a produção de moradias na metrópole, em especial no Vetor Norte. De modo geral, os municípios desse vetor de expansão estão no processo de revisão de seus planos diretores (PDs), como previsto pelo Estatuto das Cidades. Com isso, tais municípios têm averiguado suas áreas irregulares e tomado decisões importantes para a regularização das áreas conforme seus PDs. Alguns municípios estabeleceram planos de regularização fundiária, outros de revitalização de áreas centrais, outros planejam o setor habitacional voltado para áreas de população de baixa renda. Há municípios no Vetor Norte que passam por intenso processo de demarcação de áreas para aplicarem o programa do governo federal na área habitacional “Minha Casa, Minha Vida”. Em contrapartida, há municípios que não desejam este programa habitacional por terem a visão que será novamente: “construção de prefeitura dos municípios do Vetor Norte. Pombais, a Cohab retorna, surgimento de novas favelas” (fala de um funcionário público).

A fala deste funcionário remete à ideia de SINGER (1979) a respeito do uso do solo urbano como dotado de capital imobiliário, ou seja, o solo urbano em si não constitui meio de produção, mas a ocupação do solo urbano torna fonte de renda para quem a detém. Portanto, na visão desses

funcionários é melhor ocupar o seu município com construções que os possibilitem uma maior arrecadação como instalação de condomínios de luxo ou áreas indústrias, a ocupação de população dotada de menor poder aquisitivo.

Com isso, é possível notar que muitas prefeituras têm a visão de conjuntos habitacionais um pouco distorcidas, uma visão que todo conjunto habitacional traz consigo uma favela, uma área irregular. Como lembra Rolnik (2002), essa visão prejudica os habitantes de tais municípios que demandam por essas moradias e que necessitam sair da irregularidade. Essa concepção prolonga a pobreza e a ilegalidade fundiária de muitas famílias que não desejam ficar nessa situação. Um dos grandes problemas está nessa percepção e no não apresentar propostas que possam então solucionar tais problemas habitacionais.

Por fim, este trabalho possibilitou o levantamento de dados e análises de vários fatores atuais da dinâmica metropolitana, principalmente quanto à produção de moradias. Atualmente, pode-se perceber um novo vetor de expansão crescente na RMBH, no Vetor Norte, ao contrário de algumas décadas atrás, quando o qual principal vetor de expansão era o Oeste (com o desenvolvimento de áreas industriais). É notório que tais vetores de expansão têm seu

crescimento estimulado em algum momento por investimentos públicos, algumas políticas de incentivos fiscais, entre outras. Foi o que ocorreu com o Vetor Oeste nas décadas de 40, 50 e 60 do século passado e é o que ocorre atualmente no Vetor Norte (COSTA, 1994). É necessário que as administrações municipais tenham consciência dessa expansão e consigam através do planejamento urbano o desenvolvimento de seus municípios, mas de forma ordenada, para que suas periferias sejam sempre planejadas, dotadas de todos os equipamentos necessários à população para que possam morar de forma digna.

Referências bibliográficas

COSTA, Heloísa Soares de Moura. Habitação e Produção do Espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR, Roberto Luiz (coord.). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: PBH/CEDEPLAR. 1994. P. 51-77.

ROLNIK, Raquel. É possível uma política urbana contra a exclusão? **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.72, p. 53-61, 2002.

SANTOS, M., SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: Globalização e Fragmentação**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SINGER, Paul. O Uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

CENTRO DE CIDADE E CULTURA: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO ATRAVÉS DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Francis Pedroso

francis.pedroso@ige.unicamp.br

francispedroso@puc-campinas.edu.br

PUC-Campinas / Instituto de Geociências - Unicamp

Palavras-chave: centro de cidade, produção do espaço, cultura, requalificação urbana.

Este pequeno ensaio pretende servir como subsídio teórico para uma pesquisa que tem por objetivo estudar a produção do espaço urbano, tendo como recorte principal o centro da cidade e sua interação espacial com a cultura, que atua como um agente da promoção dos lugares, da requalificação e valorização espacial.

A cultura se manifesta de forma física no território, que se transforma, se qualifica e requalifica para receber as diversas formas da cultura que pode estar presente em espaços públicos, por meio da arte, pela arquitetura ou pela presença de equipamentos públicos e privados, tais como cinemas, teatros, galerias de arte, museus, entre outros.

O centro da cidade e a cultura significam mais do que uma manifestação do conhecimento, das crenças, da arte ou dos costumes de um povo; significam uma expressão territorial da interação social, do lazer, das festas e, por muitas vezes, a presença material ou imaterial da cultura em espaços públicos significa uma democratização do Centro da Cidade.

Também se observa que a cultura e seus equipamentos, tanto em espaços públicos quanto privados, atraem moradores e turistas; movimentam o mercado imobiliário e; ainda trazem consigo uma série de equipamentos complementares (hotéis, restaurantes, cafés etc.); e de serviços (como o transporte público). Sendo que uma das hipóteses do estudo é de que, na atualidade, a cultura é umas das formas de promover a requalificação do centro da cidade.

Tomamos por hipótese que a presença da cultura no centro da cidade (eventos culturais, tais como *shows*, danças típicas, mostras de arte, entre outros) e de equipamentos culturais (como teatros, museus, galerias de arte, livrarias etc.) promovem de certa forma a requalificação destas áreas. Pois a cultura proporciona a produção espacial por meio da profunda transformação do espaço e da intensa circulação de pessoas, bens e serviços, que valoriza essas áreas que desde a segunda metade do século XX vêm sendo

desvalorizadas pelos processos derivados da desconcentração espacial, principalmente dos capitais financeiros e industriais.

Podemos justificar a presença de grande parte dos equipamentos culturais nos centros de cidade pelas origens históricas dos centros que estão relacionados quase sempre com os primórdios da cidade e a concentração espacial de infra-estruturas nestes espaços.

Lefebvre (1969, pp. 47-49) afirma que os centros tradicionais resistem e se transformam, não só por suas qualidades estéticas ou arquitetônicas, mas também pelo intenso espaço de vida urbana, de lugar do habitar, viver, morar, se manifestar, festejar a (na) cidade.

Analisando Lefebvre, o duplo papel “lugar de consumo e consumo do lugar” é possível quando este lugar não é somente do “habitat”, mas também permite ao seu cidadão o “habitar”, que ocorre quando a cidade não é apenas para a reprodução básica social, mas permite a reprodução criativa do homem (do lazer, da cultura, da festa etc.).

Existem diversos estudos acerca da requalificação espacial dos centros da cidade a partir da promoção de retorno ao centro, dos moradores, dos escritórios e principalmente do comércio, por meio do incentivo à reforma de prédios históricos e sua ocupação, promoção dos incentivos fiscais no

uso e ocupação destas áreas etc. Sabe-se há tempos que as atividades culturais são formas de promover lugares, de atrair pessoas, entretanto devemos dar um especial destaque ao quanto a cultura e os equipamentos culturais são participativos na produção do espaço urbano e no oferecimento de múltiplas formas e possibilidades no processo de requalificação do centro da cidade.

O uso da cultura pode acontecer de diversas formas: pode-se resgatar e/ou promover o imaterial, como os costumes de um povo, seu folclore como o Tango em Buenos Aires e a requalificação do bairro do Caminito (localizado no microcentro de Buenos Aires na Argentina) ou o Samba no Rio de Janeiro, que resgata a história do Rio e do bairro da Lapa, berço do samba; pode ser pelos caminhos que um grande escritor percorreu e viveu em determinada cidade; os costumes gastronômicos de um lugar; ou ainda a presença material da cultura, tal como na reforma de prédios históricos; a inauguração de um novo museu no centro da cidade; a manutenção e valorização dos cinemas e teatros localizados na área central; ou o incentivo à implantação de novos equipamentos culturais em prédios tombados.

Em conseqüência, ainda temos a implantação dos equipamentos complementares aos equipamentos culturais,

tais como bares, restaurantes, hotéis, entre outros, que irão atrair habitantes e visitantes, já que o lugar se torna uma localização dotada de vida e facilidades para o habitante, retomando as características que fazem do centro da cidade um espaço dotado de urbanidade.

Harvey (2005, p.229) afirma que não se pode negar que a cultura se transformou em algum gênero de mercadoria, mas que há a crença de que algo muito especial envolve os produtos e os eventos culturais (artes plásticas, teatro, música, cinema, arquitetura, ou em modos localizados de vida, no patrimônio, nas memórias coletivas e nas comunhões afetivas). Esse algo especial é o que faz com que coloquemos a cultura à parte das mercadorias convencionais, pois talvez consigamos pensar que a cultura, seus produtos e eventos estão num plano mais elevado da criatividade e do sentido humano, diferente do plano das fábricas. Porém, a relação entre cultura e capital é evidente e requer cuidado em sua análise.

Pode-se concluir que as particularidades e singularidades de uma cultura serão determinantes para que esta seja especial, diferenciada da cultura de outro lugar, e que torna este lugar único em relação aos outros. Porém, Harvey (2005, p.229) afirma que item algum pode ser tão único que não possa ser calculado monetariamente. A homogeneidade

provocada pela transformação da cultura em *commodities* proporciona as vantagens monopolistas, mas para a renda monopolista se materializar, é preciso encontrar algum modo de conservar únicos e particulares as mercadorias ou os lugares.

Harvey vai além, tratando do empreendedorismo urbano, que define como o meio empregado pela cultura que a faz ser atuante da produção e transformação do espaço urbano aqui tratado.

Por empreendedorismo urbano, entendo o padrão de conduta na governança urbana que combina poderes estatais (local, metropolitano, regional, nacional ou supranacional), diversas formas organizacionais da sociedade civil (câmaras de comércio, sindicatos, igrejas, instituições educacionais, e de pesquisa, grupos comunitários, ONGs etc.) e interesses privados (empresariais e individuais), formando coalizões para fomentar ou administrar o desenvolvimento urbano/ regional de um tipo ou outro (HARVEY, 2005, p. 230).

Pelas palavras de Harvey compreendemos como a gestão pública já percebeu o papel da cultura e se apropriou desta através da promoção cultural por meio do empreendedorismo urbano.

Segundo Coelho (2008, p.66), o modo de produção tradicional baseia-se no modelo de sociedade que tem a economia no centro de tudo, com as demais esferas em órbitas mais ou menos distantes do centro, e hoje tem-se a cultura

como uma propulsora da administração pública e da vida social “[...] a partir do momento em que a política cultural assumiu contornos claros e existência própria, legal e como disciplina do conhecimento” (COELHO, 2008, p. 64).

Podemos sugerir que atualmente a cultura está integrada à construção da cidade:

Cultura também é, como sugere Néstor Canclini, cidadãos organizados em rede e participando daquilo que é oferecido. Cultura é uma cidade arquitetonicamente sugestiva, que saiba harmonizar as necessidades evidentes de preservação do patrimônio com a acolhida do novo indispensável à vitalização do imaginário (COELHO, 2008, p. 66).

Sabe-se que as cidades do mundo inteiro têm suas preocupações, seus desafios, não só com relação ao centro da cidade, mas também com sua totalidade urbana. Também se sabe hoje que 80% da população mundial vive em cidades, portanto ela é o lugar onde a maioria das pessoas nasce, vive e morre, é o lugar onde se gera capital e é o lugar onde também nasce, vive e morre toda a esfera cultural do ser humano. A cultura é inerente ao cotidiano.

Portanto, compreende-se que a cidade é inevitável! É uma necessidade, ela não deixa de existir no nosso atual modo de produção. Sabemos que os anseios primeiramente demonstrados por Henry Lefebvre, Milton Santos e Jane Jacobs, propostos durante as décadas de 1960 e 1970 com

relação ao “Direito à Cidade”, ainda não são realidade para a maioria das pessoas.

A cultura para muitos é uma necessidade secundária do homem, porém é ela que torna a cidade e a vida humana diferente de outros animais. Não só sobrevivemos, mas vivemos e deixamos nossa cultura de herança, de informação, de elo de ligação entre gerações.

Referências bibliográficas

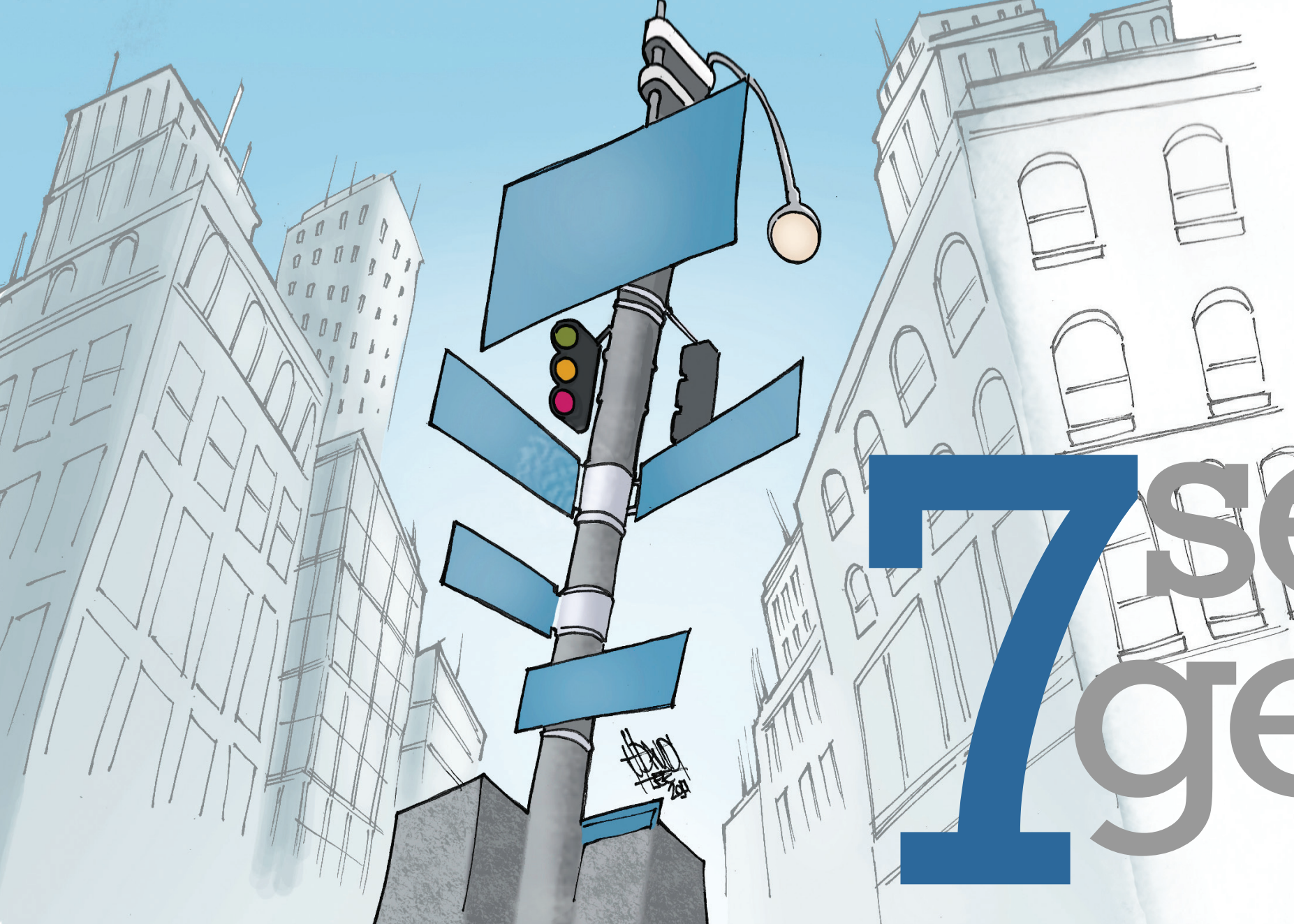
COELHO, Teixeira (org.). **A Cultura pela Cidade**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 1969.

ANEXO



Para onde vão
nossas cidades?
17 a 22 de outubro de 2011

7ª semana de geografia da unicamp

Inscrições gratuitas: www.ige.unicamp.br/cact/semana

| | segunda 17.10 | terça 18.10 | quarta 19.10 | quinta 20.10 | sexta 21.10 |
|-----|--|---|--|--|--|
| 14h | | Urbanização, planejamento urbano e as metrópoles brasileiras Adriana Bernardes (Unicamp) Arlete Moysés Rodrigues (Unicamp) Vicente Lemos (Unicamp) | Desafios à participação popular na construção da nova cidade Arq. José Fábio Calazans Grupo Risco MTST Regina Bega (Unicamp) | Espaços de Diálogo Geográfico Apresentação e discussão de pesquisas de graduação e pós | Redução de riscos e prevenção de desastres ambientais Marcos Bandini (Defesa Civil) Agostinho Ogura (IPT) Norma Valêncio (USP-S. Carlos) Regina Oliveira (Unicamp) |
| 19h | A cidade como expressão e centralidade do mundo contemporâneo Sandra Lencioni (USP) | Fluidez, acessibilidade e mobilidade urbana Flávia Ulian (Fund. Santo André) Lucio Gregori (Tarifa Zero) André Aranha (EMDEC) | Ensino de Geografia e novos olhares para a cidade Ederson Briguenti (Unicamp) Arlêude Bortolozzi (Unicamp) José Henrique Vasconcelos (COTUCA) Wenceslao Oliveira Jr. (Unicamp) | Urbanização no front agrícola e as cidades do agronegócio Daniel Huertas (USP) Silvana Silva (Unicamp) Samuel Frederico (Unesp-Rio Claro) | Utopias urbanas e conflitos sociais: a polis ameaçada Carlos Vainer (UFRJ) |

+ minicursos (manhã) e trabalhos de campo (sábado)

LOCAL: 2º ANDAR DO CICLO BÁSICO II (PB)

